

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PAULA MARIZE NOGUEIRA PEREIRA**

**“AQUELE QUE SE FEZ, FEZ, AQUELE QUE NÃO SE FEZ, FICOU POR SE FAZER”:** Histórias e modos de vida de famílias deslocadas por um projeto de desenvolvimento no setor energético.

SÃO LUÍS

2022

**“AQUELE QUE SE FEZ, FEZ, AQUELE QUE NÃO SE FEZ, FICOU POR SE FAZER”:** Histórias e modos de vida de famílias deslocadas por um projeto de desenvolvimento no setor energético.

**PAULA MARIZE NOGUEIRA PEREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior.

SÃO LUÍS

2022



PEREIRA, PAULA MARIZE NOGUEIRA.

AQUELE QUE SE FEZ, FEZ, AQUELE QUE NÃO SE FEZ, FICOU POR SE FAZER: Histórias e modos de vida de famílias deslocadas por um projeto de desenvolvimento no setor energético / PAULA MARIZE NOGUEIRA PEREIRA. - 2022.

230 p.

Orientador(a): HORACIO ANTUNES DE SANT'ANA JUNIOR.  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, Plataforma Google Meet, 2022.

1. Deslocamento compulsório. 2. Efeitos sociais. 3. Modos de vida. 4. Projetos de desenvolvimento no setor energético. 5. Reassentamento.

**PAULA MARIZE NOGUEIRA PEREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

**Banca examinadora:**

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (Orientador)  
Doutor em Ciências Humanas (UFRJ)

Pra. Dra. Cíndia Brustolin  
Doutora em Sociologia (UFRGS)

Pra. Dra. Isanda Maria Falcão Canjão  
Doutora em Ciências Sociais (UFMA)

## AGRADECIMENTOS

Escrita principalmente nos silêncios das noites e madrugadas, a elaboração desta dissertação foi a fase mais solitária e a que vivenciei com mais dificuldade nesse meu retorno à vida acadêmica e a esta pesquisa que retomei da graduação, após dez anos de conclusão do curso. Este trabalho me fez ver, novamente, que não existe o momento certo para fazermos determinadas coisas, somos nós que fazemos o momento acontecer, e que não estamos preparados, é o percurso que nos vai preparando.

Mas, esta escrita individual só me foi possível concretizar pela generosidade de várias contribuições coletivas que ajudaram direta ou indiretamente para que eu pudesse concluir este trabalho e a caminhada do mestrado.

Assim, agradeço primeiramente a Deus, minha fonte de fé na vida, que renova minhas forças e minha coragem cotidianamente e que me possibilitou conciliar o mestrado com meus empregos. A vida entre um emprego e o mestrado estava corrida, mas me vi angustiada quando fui nomeada em um novo concurso, num impasse entre ter que escolher entre um sonho, um projeto de vida que havia adiado por dez anos em função do trabalho, e ter que abrir mão novamente. Gratidão por ter me possibilitado usufruir dessas conquistas que aconteceram concomitantemente em minha vida.

Agradeço a minha mãe, Dona Maria, *in memoriam*, que nas dificuldades da vida de empregada doméstica sempre viu na educação dos filhos um valor, uma prioridade e uma possibilidade de mudança. O valor que tem a educação e o conhecimento em minha vida é fruto dessa semente que ela plantou. Havia desistido de tentar o mestrado quando minha mãe adoeceu. E a vida deu um giro que jamais imaginei vivenciar de forma tão prematura. Após a doença tão rápida e agressiva da minha mãe, fiz a inscrição para a seleção do mestrado com quatro dias de seu falecimento, no último dia de inscrição. Estudar, para a seleção e durante o curso, me ajudou a vivenciar esses anos de luto.

Agradeço a Horácio Antunes, meu orientador, por ter aceitado me orientar desde a monografia e ter aberto as portas do mundo da pesquisa e da produção do conhecimento para mim, sou muito grata! Agradeço a paciência, a compreensão e a força que me deu quando em inúmeras vezes eu pensei em desistir e por sempre acreditar mais em mim do que eu mesma.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, especialmente aqueles que ministraram as disciplinas que foram fundamentais para o conhecimento que tenho atualmente: Martina Alerth, Igor Grill, Horácio Antunes, Marcelo

Carneiro, Benedito Souza e Joaquim Shiraishi.

Agradeço às professoras Cíndia Brustolin e Isanda Canjão que generosamente aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa, proporcionando contribuições preciosas para o melhoramento desse trabalho.

Agradeço aos colegas de turma, pela convivência, partilha de conhecimento e de angústias ao longo desses anos de curso, especialmente: Alex, Anderson, Maysa, Jaqueline e Suzeny.

Agradeço aos meus amigos e colaboradores, Rogélia, Hernandes e Alex que estiveram comigo durante o trabalho de campo. Especialmente Rogélia que me acompanhou durante quase todas as entrevistas realizadas, compartilhando comigo o entusiasmo, as inquietações e as angústias de cada etapa; e Hernandes, sempre prestativo em nos levar e buscar dos lugares. Sem a ajuda de vocês, esse trabalho não seria possível.

Agradeço aos reassentados que generosamente aceitaram participar dessa pesquisa após todas as medidas mais restritivas de isolamento social no ano de 2020, marcado pela pandemia do Coronavírus.

Agradeço aos meus seis irmãos e irmãs: Ronaldo, Rosângela, Ana Maria, Ricardo, Jorge e Jéssica; cinco sobrinhos: Johannah, Beatriz, Thomas, Maria Clara e Yohannah; e minhas cunhadas e cunhado: Vanessa, Edenilson e Helen; por me apoiarem em todos os momentos e preencherem os meus dias com a alegria e os desafios da convivência. Por serem a inspiração nos meus anseios de uma vida melhor.

Agradeço aos meus amigos, especialmente, Helenisa, Gisele, Neuziane e Alex por me ouvirem durante os momentos de angústias na elaboração desse trabalho e por sempre torcerem por mim.

Agradeço às minhas coordenadoras, Graziela e Sílvia, sem a ajuda e a compreensão de vocês esse trabalho não teria sido possível. E aos demais colegas de trabalho, pela compreensão e torcida.

*“Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto  
jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses  
homens! Todos puxavam o mundo para si, para concertar o  
consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo”*  
*João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas.*

## RESUMO

Esta dissertação analisa os efeitos do deslocamento compulsório da Comunidade Vila Madureira, deslocada em razão da instalação da UTE Porto do Itaqui na zona rural do Município de São Luís-MA e reassentada na Vila Residencial Nova Canaã no Município de Paço do Lumiar-MA, destacando o modo de vida das famílias reassentadas, considerando as alterações materializadas a partir da implantação do Programa de Realocação Residencial proposto pelos empreendedores. Durante a investigação, adotamos uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, visando à obtenção de dados sobre o modo de vida das famílias antes e após o deslocamento, recorrendo à memória dos reassentados para obter informações sobre a vida na antiga localidade. Desse modo, constatou-se que, apesar da promessa do empreendedor de assegurar a reconstituição integral dos modos de vida das famílias deslocadas, o modelo de reassentamento modificou as diversas práticas econômicas, sociais, culturais e religiosas e impôs novas relações entre casa, trabalho agrícola e natureza. A modificação dos modos de vida tornou as famílias mais dependentes da atuação estatal e empresarial para a manutenção dos meios de subsistência.

**Palavras-chave:** Projetos de desenvolvimento no setor energético, efeitos sociais, deslocamento compulsório, território, modos de vida, reassentamento.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the effects of compulsory displacement of the Vila Madureira Community, displaced due to the installation of UTE Porto de Itaqui in the rural area of the Municipality of São Luís-MA and resettled in Vila Residencial Nova Canaã in the Municipality of Paço do Lumiar-MA, on the way of life of resettled families, considering the changes materialized from the implementation of the Residential Relocation Program proposed by the entrepreneurs. During the investigation, we adopted a qualitative approach, with the application of semi-structured interviews, aiming to obtain data on the way of life of the families before and after the displacement, using the memory of the resettled to obtain information about life in the former location. Thus, it was found that, despite the entrepreneur's promise to ensure the integral reconstitution of the displaced families' ways of life, the resettlement model modified the various economic, social, cultural and religious practices and imposed new relationships between home, agricultural work and nature. Changing ways of life made families more dependent on state and business action to maintain their livelihoods.

**Keywords:** Development projects in the energy sector, social effects, compulsory displacement, territory, ways of life, resettlement.

## LISTA DE SIGLAS

AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
AID	Área de Influência Direta
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BASA	Banco da Amazônia S.A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CRVD	Companhia Vale do Rio Doce
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
Conama	Nacional de Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COVID-19	Doença do Coronavírus -2019
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DESOC	Departamento de Sociologia e Antropologia
DISAL	Distrito Industrial de São Luís
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENEVA	Energia Nova
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IIRSA	Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
LP	Licença Prévia
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
MPF	Ministério Público Federal



MPE	Ministério Público Estadual
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
NERA	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PGC	Programa Grande Carajás
PPGCSoc	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGCSPA	Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SIN	Sistema Integrado Nacional
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UHE	Usinas Hidrelétricas
UTE	Usinas Termelétricas
VALE	Companhia Vale do Rio Doce

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização da UTE Porto do Itaqui, antiga Vila Madureira	p. 42
Figura 2 Recursos hídricos nas proximidades da Vila Madureira	p. 43
Figura 3 Igreja Católica da Graça de São Benedito na Vila Madureira.	p. 50
Figura 4 Lagoa entre a Vila Madureira e a Camboa dos Frades	p. 54
Figura 5 Investimentos em Infraestrutura energética do PAC no Maranhão	p. 81
Figura 6 Localização da Vila Residencial Nova Canaã na Ilha de Upaon-Açu	p.133
Figura 7 Distância entre a UTE Itaqui (Antes Vila Madureira) e Nova Canaã	p.133
Figura 8 Estruturação do Residencial Nova Canaã	p.134
Figura 9 Vista Panorâmica da Vila Residencial Nova Canaã	p.135
Figura 10 Localização do Residencial Nova Canaã e do Polo Agrícola HortCanaã	p.135
Figura 11 Casa com estrutura alterada na Nova Canaã 1	p.162
Figura 12 Casa com estrutura alterada na Nova Canaã 2	p.162
Figura 13 Casas a venda na Nova Canaã	p.164
Figura 14 Casas em estado de depredação na Nova Canaã	p.164
Figura 15 Unidade Básica de Saúde da Nova Canaã	p.165
Figura16 Escola Comunitária e Associação de Moradores da Nova Canaã	p.165
Figura 17 Campo de Futebol e Associação Cultural e Esportiva da Nova Canaã	p.165
Figura 18 Posto Policial na Nova Canaã	p.165
Figura 19 Escola de Ensino Fundamental na Nova Canaã	p.165
Figura 20 Casa de Cultura da Nova Canaã	p.165
Figura 21 Mercado Abandonado na Nova Canaã	p.166
Figura 22 Placa de identificação do Hort Canaã	p.180
Figura 23 Plantação de Hortaliças	p.181
Figura 24 Associação de Agricultores e Agricultoras do Hort Canaã	p.181

Figura 25 Canteiro de Hortaliças	p.181
Figura 26 Vegetação crescida no Polo Agrícola	p.181
Figura 27 Casa de Farinha	p.181
Figura 28 Criação de Peixes no Polo Agrícola	p.182
Figura 29 Área cercada para criação de animais no Polo agrícola	p.182
Figura 30 Casa construída no Polo Agrícola 1	p.183
Figura 31 Casa construída no Polo Agrícola 2	p.183
Figura 32 Casa construída no Polo Agrícola 3	p.183
Figura 33 Casa construída no Polo Agrícola 4	p.183
Figura 34 Casa construída no Polo Agrícola 5	p.183
Figura 35 Pequeno salão de Terreiro de Mina desativado na Nova Canaã	p.197
Figura 36 Sede do Tambor de Crioula "A graça de São Benedito" na Nova Canaã	p.199

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Caracterização dos Informantes	p.33
Quadro 2 Ocupação principal dos Proprietários da Vila Madureira	p.45
Quadro 3 Agentes, interesses e estratégias	p.94
Quadro 4 Critérios de Avaliação da compra da área de reassentamento	p.120
Quadro 5 Síntese dos acordos firmados entre empresa e comunidade	p.122
Quadro 6 Local de origem das famílias reassentadas	p.144
Quadro 7 Público- Alvo do Programa de Reassentamento	p.207
Quadro 8 Famílias com residência permanente na Vila Residencial Nova Canaã	p.207
Quadro 9 Vila Madureira e Nova Canaã elementos de distinção	p.210

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1.1 Antecedentes da pesquisa</b> .....	17
<b>1.2 A construção do objeto</b> .....	19
<b>1.3 Notas sobre o trabalho de campo</b> .....	28
<b>1.4 A estruturação da dissertação</b> .....	34
<b>2 ANTES – SOBRE OS MODOS DE VIVER NA VIDA, NAS VEREDAS E NA VILA MADUREIRA.</b> .....	36
<b>2.1 Modos de vida a partir da discussão sobre povos tradicionais e territorialidades..</b> .....	36
<b>2.2 Contextualizando a Vida na Vila Madureira antes do deslocamento compulsório: localização e características ambientais.</b> .....	42
<b>2.3 A origem da Vila Madureira, formas de reprodução social, religiosidade e festas: relatos de moradores antigos.</b> .....	46
<b>2.4 Os antigos e os recém-chegados: As diferentes formas de ocupação da Vila Madureira, o crescimento da comunidade e os modos de vida heterogêneos</b> .....	55
<b>2.5 Notas sobre parâmetros classificação, colonialidade, desenvolvimento e perspectiva decolonial</b> .....	59
<b>3 DURANTE - A CHEGADA DO EMPREENDIMENTO, AS NEGOCIAÇÕES, OS CONFLITOS E O DESLOCAMENTO DA VILA MADUREIRA</b> .....	66
<b>3.1 Territórios de incertezas e de resistências: os projetos de desenvolvimento e a constante ameaça de deslocamentos compulsórios na Zona Rural de São Luís.</b> .....	67
<b>3.2 A UTE Porto do Itaqui e o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal: retomada de projetos desenvolvimentistas</b> .....	79
<b>3.3 A implantação da UTE Porto do Itaqui e seus desdobramentos</b> .....	82
<b>3.3.1 O licenciamento ambiental da UTE Porto do Itaqui: conflitos socioambientais e contestações na esfera pública</b> .....	84
<b>3.3.2 As estratégias utilizadas pelos empreendedores e a política de gestão do risco: O uso de medidas mitigadoras como estratégia de responsabilidade social empresarial</b> .....	97

3.3.3 As estratégias utilizadas pela Vila Madureira na “negociação” com os empreendimentos: A criação da Associação de Moradores, o processo de negociação e seus conflitos e a escolha dos destinos. ....	107
3.3.4 Camboa dos Frades: expressões de existência e resistência na relação com a Termelétrica.....	122
3.3.5 Empreendimentos, comunidades e licenciamento ambiental: Conflitos, mediações, resistência e negociação.....	125
<b>4 DEPOIS - VIDAS E VEREDAS DOS REASSENTADOS 12 ANOS APÓS: “Aquele que se fez, se fez, aquele que não se fez, ficou por se fazer”.</b> ....	132
<b>4.1 A Vila Residencial Nova Canaã: Caracterização e Localização</b> .....	132
<b>4.2 Primeira Parte: anos iniciais de adaptação à Nova Canaã e ao polo agrícola</b> .....	136
4.2.1 A chegada à Vila Residencial Nova Canaã: A mudança, as primeiras impressões e o processo de adaptação segundo relatos de moradores.....	136
4.2.2 O polo agrícola e o difícil processo de adaptação: O associativismo, o uso dos terrenos na forma de condomínio e a mudança da organização interna das unidades produtivas familiares .....	143
<b>4.3 Segunda Parte: A busca por autonomia e as novas relações entre antigos e recém chegados</b> .....	159
4.3.1 Sobre os modos de vida na Nova Canaã e no Polo Agrícola 12 anos após.....	160
4.3.2 As estratégias de sobrevivência e busca por autonomia: criação de associações, articulações, a vida de entre a Canaã e o polo agrícola. ....	161
4.3.3 Os Estabelecidos e os Outsiders da Vila Residencial Nova Canaã: análise novas relações entre antigos e recém-chegados.....	174
4.3.4 A dinâmica atual de funcionamento do polo agrícola: A participação em programas governamentais de incentivo à agricultura familiar, avanços e dificuldades atuais.....	177
4.3.5 As alterações nos cultos religiosos e populares: O tambor de Crioula de São Benedito , Terreiro de Mina e igrejas evangélicas na Nova Canaã. ....	194
<b>4.4 A “terra” prometida e a espera da promessa: os efeitos do deslocamento compulsório sobre o modo de vida das famílias</b> .....	202
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	214
REFERÊNCIAS .....	216
APÊNDICE 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.....	227
APÊNDICE 2: Roteiro de Entrevista .....	229

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Antecedentes da pesquisa

A presente pesquisa é um desdobramento de nosso trabalho monográfico de conclusão da graduação em Serviço Social, defendido em 2010, intitulado: Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: o caso da instalação de uma usina termelétrica. No referido trabalho, nosso objetivo estava voltado à compreensão, sob a ótica dos conflitos ambientais<sup>1</sup> (ACSELRAD, 2004; ALIER, 2007), do processo de instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui e seus efeitos sobre duas comunidades da Zona Rural do município de São Luís: a Vila Madureira, deslocada em função da instalação deste empreendimento; e a Camboa dos Frades, vizinha ao empreendimento.

A pesquisa vincula-se à discussão dos efeitos dos grandes projetos de desenvolvimento sobre comunidades locais (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; PORTO GONÇALVES, 2005, ACSELRAD, 2010, 2018, SIGAUD, 1986). Nosso contato com a temática ocorreu no ano de 2009 quando participamos do Grupo de Estudos Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)<sup>2</sup>, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E nossa primeira imersão na questão estudada ocorreu nesse mesmo ano durante a participação dos pesquisadores do grupo em uma reunião na Associação de Moradores da Camboa dos Frades, ocasião em que a comunidade Vila Madureira havia sido deslocada e o canteiro de obras de terraplanagem da termelétrica estava em pleno funcionamento, ocasionando efeitos negativos sobre a comunidade vizinha.

À referência a essa trajetória de pesquisa é importante porque ela remete à nossa experiência de socialização acadêmica. A participação no GEDMMA, embora durante um curto período, foi responsável pela nossa primeira experiência em pesquisa que construiu o olhar crítico e reflexivo sobre o objeto de estudo. Reconhecer esse “pertencimento”, esse “ponto de vista sobre o objeto”, é reconhecer nossas limitações no exercício de objetivação, nos termos de Bourdieu (2001), ou seja, os limites impostos pelas condições sociais de produção e de possibilidade desse trabalho (BOURDIEU, 2001). Considerando que toda objetividade é limitada, assim como o próprio conhecimento científico é limitado pela

---

<sup>1</sup> Conflitos socioambientais são conflitos decorrentes da existência de diferentes projetos de uso e significação ou valoração de um território e seus recursos naturais (ACSELRAD, 2004; ALIER, 2007).

<sup>2</sup> Na época, o GEDMMA realizava um projeto de pesquisa chamado “Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão”.

pluralidade das dimensões da realidade social existente, que não cabe em um modelo fechado e que um indivíduo “posicionado” e “datado” é incapaz de apreender em sua totalidade, a objetividade absoluta é uma ilusão, conforme destaca Bourdieu quando trata da crítica à “ilusão objetivista”, e por isso mesmo, esse autor reconhece que a objetividade é “o horizonte último, mas incessantemente adiado” (BOURDIEU, 2001, p.143).

Essas limitações do trabalho de produção de conhecimento nos fazem reconhecer que o trabalho monográfico tinha uma pretensão ousada ao tentar compreender um processo social complexo e conflituoso, envolvendo várias tensões, agentes com interesses divergentes, comunidades que, embora originárias de um território rural comum, passaram a lidar com questões diferentes no relacionamento direto com o empreendimento.

No trabalho monográfico destacamos como análise central o processo de instalação da termelétrica, tendo em vista que, à época, tal questão era entendida como relevante, considerando que os chamados conflitos socioambientais em torno desta usina emergiram na esfera pública e judicial com base nos questionamentos dos atos de licenciamento ambiental e nos efeitos imediatos gerados por este empreendimento sobre as comunidades atingidas, a Vila Madureira e a Camboa dos Frades. Desse modo, nos debruçamos primeiramente na tentativa de compreender como a literatura trabalhava a questão dos grandes projetos na Amazônia ao longo da história e nos últimos anos, sobretudo em decorrência dos atuais projetos de desenvolvimento ou de aceleração do crescimento, especialmente aqueles voltados ao desenvolvimento energético, como é o da Usina Termelétrica do Porto do Itaqui. Posteriormente estabelecemos os contatos iniciais com as comunidades atingidas.

O processo de deslocamento e a lógica interna de organização das famílias deslocadas da comunidade Vila Madureira não era a nossa questão de pesquisa na monografia. Somente os contatos iniciais estabelecidos com as famílias reassentadas no ano de 2010, aproximadamente um ano após o reassentamento das 95 famílias no Residencial Nova Canaã, despertaram o nosso olhar para a análise dos efeitos internos desse processo na alteração do modo de vida e da organização da comunidade reassentada.

Desse modo, o principal objetivo deste trabalho de dissertação consiste em apreender os efeitos do deslocamento compulsório e do modelo de reassentamento, ocasionado pela implantação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, em São Luís-MA, sobre o modo de vida das famílias deslocadas e reassentadas na Vila Residencial Nova Canaã, em Paço do Lumiar-MA, relacionando as narrativas das famílias sobre o período anterior e posterior ao deslocamento e às condições objetivas de vida no reassentamento.



Para a realização desse objetivo procuramos, primeiramente: a) Reconstruir, através da memória das famílias deslocadas e de dados documentais, aspectos relacionados ao modo de vida na comunidade Vila Madureira antes do deslocamento; b) Descrever os contatos iniciais da comunidade com os empreendedores, o processo de negociação e o deslocamento compulsório através da análise das narrativas das famílias sobre o processo de deslocamento; c) Descrever e analisar o modo de vida das famílias deslocadas considerando aspectos relacionados à organização interna, formas de reprodução socioeconômica, cultural ou simbólica na Vila residencial Nova Canaã.

## 1.2 A construção do objeto

A discussão sobre os efeitos sociais dos grandes projetos de desenvolvimentos no Brasil referem-se às intervenções estatais planejadas desde o final dos anos 1960, na vigência dos governos da ditadura empresarial-militar (HERLER, 2017). Nesse período, Amazônia e o Nordeste foram alvos de vários empreendimentos voltados a sua modernização e integração ao desenvolvimento econômico do país, chamados pelos planejadores de grandes *projetos de desenvolvimento*, cuja leitura, por parte das agências oficiais, considerava a Amazônia como um grande vazio demográfico, com grandes potencialidades econômicas a serem exploradas, desconsiderando a existência de comunidades locais com modos de vida específico e dinâmicas próprias (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; PORTO GONÇALVES, 2005).

Na Amazônia Oriental<sup>3</sup>, o Programa Grande Carajás (PGC) foi implantado com base na exploração e comercialização do minério de ferro encontrado na Serra de Carajás, no Estado do Pará, e posteriormente se tornou um importante programa de desenvolvimento regional com projetos de exploração florestal e agropecuária. Entre seus desdobramentos, figura a posição de destaque do Maranhão como uma área relevante na oferta da infraestrutura para o escoamento do minério e de outras *commodities* por meio da construção de rodovias, da Estrada de Ferro Carajás e do Complexo Portuário de São Luís (AQUINO; SANT'ANA JÚNIOR, 2009; SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2018). A implantação de grandes empreendimentos, a Construção da Estrada de Ferro de Carajás, da estruturação do complexo portuário e instalação das indústrias minero-metalúrgicas no Maranhão e, notadamente, na

---

<sup>3</sup> Classificação estabelecida pelo governo brasileiro para efeito de planejamento econômico. A Amazônia Oriental compreende os estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso e a Amazônia ocidental compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (Decreto-lei nº 291, de 28.02.1967). Fonte: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>. Acesso em 19.09.2021.

Ilha de São Luís desencadearam vários processos de expropriação e deslocamento compulsório de comunidades (GISTELINCK, 1988).

No início dos anos 2000, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Estado brasileiro alavancou o investimento governamental em grandes obras de infraestrutura logística com a ideia de retomar iniciativas de desenvolvimento regional e de crescimento econômico para integração do país ao mercado globalizado por meio de exportações (CASTRO, 2017 p. 19). Segundo Verdum (2007, p. 29), no âmbito do PAC foram programadas “as construções de 62 usinas hidrelétricas, 21 usinas termelétricas e 55 pequenas centrais elétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas a biomassa”. Apesar de grande parte desses projetos não terem saído do papel, aqueles que foram executados trouxeram consequências significativas na vida das populações atingidas, pois “o PAC reviveu megaprojetos que foram fortemente criticados, nos anos 1980 por seus impactos ambientais e sociais na região amazônica” (LASCHEFSK & ZHOURI, 2019, p. 285).

Observamos ao longo da história como os projetos de desenvolvimento econômico em geral têm se desenrolado enquanto questão pública ao provocar efeitos sociais e ambientais significativos, gerando questionamento e conflitos entre os setores e agentes envolvidos. Entretanto, além da discussão histórica e pública sobre os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento existe uma produção de conhecimento significativa e densa sobre a temática. Assim, considerando a variedade de estudos sobre projetos de desenvolvimento e deslocamentos compulsórios, fizemos um levantamento da literatura produzida sobre essa temática, principalmente considerando estudos de deslocamentos ocasionados por projetos de desenvolvimento voltados para o setor energético, selecionando especificamente os estudos realizados no Maranhão nos últimos 10 anos e alguns estudos mais emblemáticos realizados na região conhecida como Amazônia legal<sup>4</sup>, mediante consultas à base de dados do Google Scholar e a Banco de Teses e Dissertações da CAPES, bem como, consultas a livros e artigos que abordam a temática.

Analisando a produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil, Castro (2018) observou que, inicialmente, o conhecimento sobre barragens para a produção de energia esteve restrito ao domínio da engenharia das obras, sem relevância aos impactos sociais e ambientais. Entretanto, com a retomada crescente dessas obras e suas implicações, o estudo sobre os impactos ambientais e sociais tornou-se “um

---

<sup>4</sup> Nome atribuído pelo governo brasileiro à região da Amazônia pertencente ao Brasil, e que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Fonte: <https://www.significados.com.br/amazonia-legal/Acess:> 15/12/2019

campo de análise para mostrar os problemas críticos provocados por esses empreendimentos que são muito numerosos no país” (CASTRO, 2018, p. 36). Tais estudos, adotando uma perspectiva interdisciplinar, passaram a contemplar as questões ambientais, étnicas e sociais decorrentes desses empreendimentos, como os deslocamentos compulsórios, a destruição dos territórios, a migração, dentre outros problemas que afetam o território da qual dependem as populações ali residentes para a manutenção de seu modo de vida (CASTRO, 2018).

Em um estudo sobre os efeitos socioculturais da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, inaugurada em 1984, com base na análise da expansão do mercado de terras e do enfoque no meio ambiente, Henri Acselrad (2010) destacou como a desconsideração dos empreendedores das características socioculturais das comunidades deslocadas e à ausência de programas de apoio após o deslocamento contribuíram para que as comunidades reassentadas não permanecessem no local de realocação.

Ferreira et al. (2014), em estudo de caso sobre a UHE de Estreito, analisaram os efeitos ambientais e socioculturais da implantação deste empreendimento sobre as comunidades deslocadas a partir do debate teórico das decisões econômicas e da incorporação da linguagem do custo-benefício e da valoração ambiental no contexto das políticas de desenvolvimento do setor elétrico e da política ambiental. O estudo tinha como objetivo compreender as percepções do setor elétrico sobre as perdas simbólicas sofridas pelas populações atingidas pelo empreendimento, destacando como as empresas e o Ministério de Minas e Energia possuem manuais próprios de valoração ambiental e de indicadores de impacto ambiental para possibilitar a internalização dos gastos com futuras indenizações, reparações e realocação de populações atingidas. Ao analisarem, a partir dos dados levantados pelo EIA/RIMA da UHE de Estreito e o Programa de Ações para Reposição de Perdas e Realocação da População Rural e Urbana impactadas, a metodologia aplicada e os critérios de reposição das perdas sofridas pelos atingidos, os autores destacaram a ausência da complementação de aspectos simbólicos referentes ao sentimento de pertencimento dos ribeirinhos, às perdas sentidas em relação aos recursos naturais e ao local de moradia.

Santana e Parente (2013) analisaram o deslocamento da população reassentada do Córrego da Prata, em decorrência instalação da UHE Luís Eduardo Magalhães (TO), a partir do processo de formação da consciência jurídica referentes aos direitos dessa população. O estudo destaca três agentes que foram importantes no desenvolvimento de uma nova mentalidade sobre o reconhecimento e luta por direitos da população reassentada: o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Ministério Público Estadual e a Associação de

Moradores do Córrego da Prata. Segundo os autores, o estudo foi conduzido com base em entrevistas realizadas com apenas 46 famílias remanescentes pelo fato de que a maioria das famílias havia abandonado o reassentamento por dificuldades de adaptação (SANTANA, PARENTE, 2015).

Ribeiro, Andrade e Moret (2015) analisaram os efeitos do deslocamento compulsório da Vila Nova Mutum – Paraná, decorrente da construção da UHE de Jirau em Rondônia, sobre a identidade dos moradores utilizando a teoria dos “Estabelecidos” e “Outsiders” de Norbert Elias e John Scotson. O estudo enfocou, por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e etnográfica, a mudança de identidade desses moradores com base na comparação entre o reassentamento Nova Mutum no presente e o no momento anterior à realocação.

No transcurso dos anos, observamos, a partir da análise dos estudos realizados, que alguns projetos de empreendimentos energéticos adotaram estratégias para tentar incorporar os efeitos sociais e ambientais no planejamento das obras, com medidas de compensação financeira e realocação de comunidades, prevendo projetos de apoio técnico para a reinserção no novo lugar de moradia. Entretanto, por mais que tais projetos incorporem os “custos” dos chamados “impactos”, os efeitos socioculturais desses empreendimentos continuam a ser intangíveis para o equacionamento em uma linguagem de valoração econômica. Nesse sentido, a maioria dos estudos que encontramos sobre os efeitos de empreendimentos energéticos sobre comunidades deslocadas têm dado ênfase às dimensões culturais e simbólicas do modo de vida desses povos, relacionadas aos sentimentos de pertencimento aos seus territórios anteriormente ocupados. Ênfase colocada numa perspectiva crítica ao tratamento que as agências governamentais e os empreendedores do setor elétrico têm dado à questão dos chamados impactos sociais e ambientais, adotando uma linguagem valorativa que incorpora aos custos gerais da implantação dos empreendimentos os possíveis impactos decorrentes dele e as medidas compensatórias e mitigadoras, com o intuito de minimizar as chamadas “externalidades” do processo produtivo.

Nesse sentido, Acselrad (2018) analisa o contexto atual das políticas territoriais de expansão das frentes de mineração, agronegócio, exploração de petróleo e gás como uma nova configuração econômica chamada neoextrativista e destaca que, além da incorporação das externalidades do processo produtivo com as tecnologias de resolução de conflito e da gestão empresarial de “comunidades”, as políticas empresariais adotam fortemente estratégias de responsabilidade social (ACSELRAD, 2018)

De modo geral, observamos, no decorrer das análises de artigos e dissertações que

versaram sobre a temática do deslocamento compulsório ocasionadas por implantação de empreendimentos energéticos na região amazônica e especificamente no Maranhão, que as pesquisas qualitativas abordaram a questão da desterritorialização (SILVA, 2010, ARAÚJO, 2017); da identidade (ARAÚJO, 2017) e da memória coletiva (VIDAL, 2012; DA SILVA JUNIOR, 2014; DAS MERCÊS, 2017); das subjetividades (STOLERMAN, 2014; MORAIS, 2016) e das alterações no modo de vidas das populações reassentadas (CARVALHO 2018, PEREIRA, 2018); da expropriação e resistência camponesa (COSTA, 2015); da gestão do território e conflitos socioambientais ( CARVALHO, 2011).

Duas abordagens socioantropológicas sobre os efeitos de projetos de desenvolvimento energético e deslocamento compulsório chamaram a nossa atenção. Uma elaborada por Ligia Sigaud (1986) no escopo do estudo comparativo entre os efeitos sociais da construção das Barragens das Hidrelétricas de Sobradinho (BA) e Machadinho (Rio Uruguai), no qual esta autora destaca as especificidades dos efeitos sociais da construção de barragens sobre comunidades camponesas com contextos históricos, políticos, geográficos e regionais distintos. E outra de Sônia Magalhães (2007) que abordou o tema do deslocamento compulsório gerado pela construção de barragens para a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como uma experiência de lamento e dor, apresentando uma análise subjetiva e objetiva dessa experiência.

De acordo com Sigaud (1986), a literatura antropológica sobre os chamados “impactos” dos grandes projetos energéticos “poderia ser caracterizada por sua preocupação acentuada em detectar regularidades e generalizar efeitos a partir de estudos feitos em contextos sociais distintos” (SIGAUD, 1986, p. 4). E esses chamados “impactos” eram avaliados com ênfase nas “respostas culturais” das populações deslocadas sem colocar em questão a própria intervenção, como se os estudos fossem feitos de encomenda pelas agências interessadas com fins a minimizar os efeitos negativos (SIGAUD, 1986, p. 4). Nesse sentido, destaca:

Causa estranheza que esse tipo de perspectiva tenha sido gerada no interior da Antropologia, disciplina particularmente sensível às diferenças entre sociedades e à especificidade das organizações sociais. Surpreende, portanto, que se encontrem em textos produzidos por antropólogos tentativas de generalização fundadas no suposto de que causas aparentemente iguais (aqui a intervenção de uma agência visando a construção de uma barragem) produzam efeitos iguais em qualquer sociedade (SIGAUD, 1986, p. 5-6).

Desse modo, Sigaud (1986) destaca a importância do estudo dos efeitos dos empreendimentos energéticos a partir de um processo social e político mais amplo,

incorporando as dimensões políticas e estruturais na análise. Segundo o seu entendimento, existe uma diferenciação entre os chamados “impactos” causados pela intervenção estatal ou privada nos empreendimentos energéticos e os seus efeitos. Enquanto os impactos referem-se aos estudos técnicos encomendados pelos próprios empreendedores com fins de previsão de medidas para mitigar a reparação dos danos ambientais causados pelos empreendimentos, os efeitos correspondem aos desdobramentos sociais mais amplos que são resultantes das correlações de forças e dos conflitos de interesses em torno da instalação dos empreendimentos e a afetação dos grupos locais atingidos e deslocados compulsoriamente.

Ora, se é a população reassentada que sofre os “impactos” e se verifica que as condições de reassentamento não resultam apenas da intervenção do Estado, não há como generalizar os “impactos” [...]. No que se refere aos efeitos propriamente ditos, a perspectiva adotada foi a de analisá-los não como respostas culturais da população, mas como mudanças na estrutura das relações sociais na qual está inserida [...]. Assim, ao invés de verificar aqui os mesmos efeitos apontados pela literatura, procurar-se-á pensar os efeitos a partir de outros parâmetros teóricos, incorporando as dimensões políticas e estruturais na análise (SIGAUD, 1986, p. 6).

Na segunda abordagem, Sônia Magalhães (2007) usa a perspectiva analítica construtivista (numa perspectiva mais geral, sem especificar entre as correntes do construtivismo fenomenológico de Peter Berger e Thomas Luckmann e o construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu), a sociologia da justificação de Luc Boltanski e Laurent Thévenot e a sociologia da tradução de Bruno Latour para empreender uma análise objetiva e subjetiva do deslocamento compulsório, destacando a dimensão pública e a experiência dos agentes. Por meio dessa abordagem, analisa tanto a experiência vivida do deslocamento compulsório como também os mecanismos de construção coletiva dele como lamento e dor, nos chamados foros de lamento.

É considerando essas últimas perspectivas que nos propomos a analisar o deslocamento das famílias da Vila Madureira em decorrência da instalação da Termelétrica Porto do Itaquí levando em conta as suas especificidades e os efeitos sociais desencadeados.

Diferentemente da abordagem realizada na monografia, em que pensamos o processo de instalação do empreendimento com base em uma análise mais geral, aqui nos voltamos para uma análise mais centrada no processo de deslocamento das famílias e dos efeitos gerados em seu modo de vida, identificando as reações e estratégias políticas que foram acionadas para enfrentar a experiência de deslocamento compulsório e o processo de negociação em torno do projeto de reassentamento. A identificação das reações e estratégias políticas acionadas pela comunidade durante todo esse processo é uma forma de refletir sobre

interpretações tomadas *a priori* a respeito da ausência de resistência ao deslocamento e, com tal pressuposto, questionamos: Por que não houve resistência?

Considerando o transcurso de doze anos de todo esse processo de deslocamento e reassentamento, o nosso esforço de pesquisa consiste em analisar os efeitos dele no modo de vida das famílias considerando as alterações das relações sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e simbólicas ocorridas durante esse o processo de deslocamento compulsório e reassentamento das famílias com seus avanços, desafios e conflitos existentes.

Nessa perspectiva de abordar os efeitos sociais do deslocamento compulsório sobre os modos de vida, coloca-se em análise o modelo de reassentamento da empresa responsável pelo empreendimento, o qual se propôs a, partir do Programa de Reassentamento, reconstruir os meios de vida das famílias em um espaço com características aproximadas ao antigo território de modo a garantir-lhes “qualidade de vida”. Conforme destacado no EIA/RIMA da Termelétrica Porto do Itaquí:

8. Visa a recuperação integral das diversas dimensões alteradas no modo de vida das famílias atingidas, considerando a reestruturação dos meios de produção e reprodução econômica e social, da configuração das relações sociais, das referências culturais das comunidades, dos meios tradicionais de subsistência, de seus hábitos e costumes (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, 2008, VIII-60).

Nesse sentido, o programa de reassentamento coloca-se na perspectiva de garantir a reterritorialização das famílias deslocadas, visando reconstituir os seus modos de vida na forma como eles se configuravam no antigo território.

Assim, a análise dos efeitos do deslocamento compulsório no modo de vida das famílias é indissociável do elemento causal que o provocou, ou seja, a instalação de um empreendimento desenvolvimentista proposto por uma intervenção estatal-empresarial que concebe outra lógica de uso para o território das famílias atingidas. Uma lógica ou racionalidade que concebe o território das famílias e seus recursos naturais como insumos para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento energético, e que entra em contradição e produz uma ruptura com a forma anterior em que o território e sua natureza era vivido como lugar de reprodução social e simbólica, um lugar de relação das famílias entre si e com o ambiente natural.

Segundo Shiva (2000), o entendimento da natureza, aqui usada na discussão sobre território como recurso, insumo, como matéria ou objeto, foi concebido a partir de uma visão

de mundo formulada no Ocidente<sup>5</sup> que concebe um dualismo entre a natureza e os seres humanos e que foi aplicada à natureza e às sociedades coloniais. Nesse sentido, a industrialização e o colonialismo foram colocados como estratégias de promoção do desenvolvimento da natureza, para transformá-la em matéria-prima, e dos próprios seres humanos:

Já que a natureza tinha que ser “desenvolvida” pelos seres humanos, esses também teriam que ser desenvolvidos, ou seja, teriam que sair do estado primitivo e atrasado em que viviam em união com a natureza. A transformação da natureza em recursos naturais tinha que ser feita paralelamente à transformação em “recursos humanos qualificados”, de pessoas culturalmente diferentes. Como declara o Relatório das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento: “o desenvolvimento dos recursos humanos deve ocorrer juntamente com o desenvolvimento dos recursos naturais”. A responsabilidade civilizatória do homem branco, era, portanto, uma parte essencial do desenvolvimento de recursos naturais que tornaria esses recursos disponíveis para a exploração comercial. O relacionamento entre seres humanos e a natureza deixou de ser baseado na responsabilidade, no comeditamento e na reciprocidade para transformar-se em um relacionamento cuja base é a exploração ilimitada (SHIVA, 2000 p.301).

Diante dessas possibilidades de análise dos processos de reterritorialização, seja como reconstituição dos antigos meios de vida e/ou meio de “desenvolvimento” da comunidade deslocada, o estudo dos efeitos do deslocamento compulsório considera a operacionalidade do modelo de reassentamento proposto pelos empreendedores e a forma como ele se materializa na experiência concreta dos reassentados.

Nessa perspectiva, o estudo engloba uma discussão sobre a dimensão do território e de seus modos de vida e de como eles são afetados por processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos por projetos de desenvolvimento. Analisa os mecanismos utilizados pelos empreendedores nesse processo de deslocamento compulsório e reassentamento das famílias e o modo como eles intervêm no território e no modo de vida delas propondo-se a desenvolvê-los. Alguns autores têm analisado essas modalidades de intervenção dos empreendimentos sobre as comunidades locais no âmbito da discussão sobre a colonialidade, enquanto um mecanismo de poder e de estabelecimento de hierarquias entre diferentes modos de vida e saberes. Nessa perspectiva, a colonialidade é entendida conforme descreve Maldonado Torres:

---

<sup>5</sup> Essa visão de mundo ocidental foi criada a partir do desenvolvimento da ciência moderna, do desenvolvimento do método experimental e do racionalismo científico que promoveu uma série de dicotomias e separações entre homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto, principalmente a partir da filosofia de René Descartes. Conforme destaca Porto-Gonçalves: “O antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitarista do pensamento cartersiano não podem ser vistos desvinculados do mercantilismo que se afirmava e já se tornava, como o colonialismo, senhor e possuidor de todo o mundo” (2006, p.34) e em: “a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (2006, p.35).



la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que, en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente (MALDONADO TORRES, 2007, p. 131).

Assim, para atender aos objetivos da pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa visando à compreensão de como as famílias deslocadas vivenciaram as alterações do seu modo de vida mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas, buscando resgatar como era o modo de vida delas anteriormente e as alterações e rupturas desencadeadas pelo processo de deslocamento e reassentamento.

Desse modo, as entrevistas visaram possibilitar a reconstituição do modo de vida dos deslocados na Vila Madureira, numa pesquisa longitudinal retrospectiva, coletando dados a partir das narrativas de vida (SAFI, 2015, p. 253). Conhecer as narrativas de vida é tentar acessar a memória dos deslocados, porque “não tem nada melhor que a memória para significar algo que aconteceu, ocorreu se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). Entende-se a memória numa perspectiva coletiva, segundo estabelece Halbwachs (1990), porque as lembranças individuais são produtos de uma vivência compartilhada com outras pessoas, com outros testemunhos que são confrontados, reconstituído e reconhecidos.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre uma e as outras – para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Tendo em vista o enfoque qualitativo, destacamos que a amostra utilizada não foi representativa, uma vez que buscamos “aprofundar um aspecto particular da trajetória social ou da vida dos agentes sociais” (FIRDION, 2015, p.69), mas tentamos abarcar uma variedade em relação aos indivíduos a serem entrevistados no processo de investigação. Considerando que nem todas as 95 famílias deslocadas de fato residiam na Vila Madureira, algumas apenas possuíam casas e passavam o fim de semana, abordamos indivíduos ou chefes de família que de fato residiam na localidade, moradores considerados mais antigos, principalmente aqueles

que desenvolviam atividades econômicas diversas, como a pesca artesanal, a criação de animais, o extrativismo e a agricultura.

Em complementação às entrevistas, realizamos observações diretas, não participativas, no local de reassentamento das famílias e no polo agrícola e levantamento de dados secundários referentes a documentos e relatórios técnicos produzidos sobre a UTE Porto do Itaquí sobre o processo de deslocamento e reassentamento das famílias (Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de impacto ambiental – EIA/Rima; Projeto Básico Ambiental – PBA, Relatório de Conclusão da Primeira Etapa do Programa de Reassentamento, Relatório Anual de Condicionantes de Licença de Operação, etc.) e matérias jornalísticas acessadas em meio eletrônico.

A classificação e estruturação dos dados levantados foram realizadas a partir da análise das temáticas centrais e recorrentes encontradas nas narrativas de nossos interlocutores que caracterizam seus modos de vida durante a fase anterior e posterior ao deslocamento compulsório, tendo como base de comparação a revisão de literatura sobre a temática do deslocamento compulsório gerados por projetos de desenvolvimento, com destaque para os do setor energético, conflitos, modos de vida, território e desterritorialização. A experiência dos reassentados reflete um fluxo que marca alguns momentos-chaves referentes ao momento anterior ao deslocamento, ao período da negociação (durante), e o período posterior que é destacado em dois momentos nas falas dos interlocutores: os anos iniciais de adaptação ao reassentamento e o período atual, que marca a reestruturação dos modos de vida.

### **1.3 Notas sobre o trabalho de campo**

Nossa ideia inicial de pesquisa de campo era utilizar a etnografia. Pensamos que uma convivência mais duradoura com nossos interlocutores seria mais apropriada para nos possibilitar apreender e interpretar o significado da experiência do deslocamento nas alterações do modo de vida deles. Entretanto, essa opção foi inviável por dois aspectos.

O principal foi que, no primeiro semestre de 2020, a pandemia do COVID-19 começou a espalhar-se pelo Brasil, como estava acontecendo no mundo, e diversas medidas foram adotadas pelos governos estaduais e municipais para conter seu avanço, como quarentena e lockdown, levando a população a ficar em isolamento social para diminuir a propagação do vírus. Todo esse contexto inviabilizou contatos com nossos interlocutores devido à preocupação com o contágio do vírus, principalmente considerando que nossos

principais entrevistados seriam pessoas mais antigas da Vila Madureira e, provavelmente, mais idosas, portanto, mais suscetíveis às formas graves da doença e ao risco de morte.

O segundo ponto é que, no segundo semestre de 2020, quando iniciamos a pesquisa, observamos que o contexto da comunidade ainda não estava muito propício a uma convivência coletiva mais duradoura devido às questões internas e eventos que atravessavam a vida de nossos interlocutores, como o engajamento nas eleições municipais, tendo em vista que a principal liderança do residencial era candidato a vereador, e a eleição para diretoria da associação do polo agrícola.

Diante desse contexto de pandemia, o que facilitou o contato com os moradores do Residencial Nova Canaã foi o apoio de uma ex-estagiária<sup>6</sup> que reside em um bairro vizinho à comunidade estudada. Ela tinha acesso à comunidade porque uma vizinha frequenta uma igreja evangélica na Vila Nova Canaã e adquiriu o contato daquele que se tornou nosso primeiro informante.

Desse modo, nosso primeiro contato com o informante Pedro<sup>7</sup> ocorreu em agosto de 2020. Nessa ocasião, apresentamo-nos brevemente e falamos sobre a pesquisa. Relatamos que gostaríamos de ter acesso aos moradores mais antigos do reassentamento, principalmente aqueles que moravam na Vila Madureira. Inicialmente, ele mostrou-se bastante solidário para contribuir com a pesquisa, justificando que entende a vida de estudante porque também é acadêmico. Entretanto<sup>8</sup>, relatou que tinha poucos moradores mais antigos no local, vindos da Madureira, porque houve muita diversificação dos moradores nos últimos anos. Segundo ele, alguns dos mais antigos estão morando no polo agrícola, localizado no bairro da Pindoba<sup>9</sup>.

Nessa mesma tarde, ele nos levou a sete residências de moradores mais antigos que vieram da Vila Madureira e indicou o endereço de outro morador que não seria possível acessar naquele dia porque a tarde estava findando. Desse modo, visitamos os sete moradores acompanhadas desse interlocutor e ficamos de visitar o oitavo indicado em outro momento. Outros moradores mais antigos foram identificados após os moradores entrevistados citarem e relatarem que atualmente estão residindo no terreno do polo agrícola no bairro da Pindoba.

---

<sup>6</sup> Vínculo estabelecido em nosso trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

<sup>7</sup> Nome fictício atribuído para preservar a identidade do interlocutor.

<sup>8</sup> De acordo com dados do Relatório Anual de Condicionantes da Licença de Operação da UTE Porto do Itaqui (Nº 1.101/2012), produzido pela Eneva produzido pela para entrega ao Ibama, em 2013 permaneciam no reassentamento apenas 47 das 95 famílias que formaram o público-alvo do programa de reassentamento (ENEVA, 2013, p.33). Durante a pesquisa não foi possível auferir o número exato de famílias que permaneceram na Canaã desse quantitativo de 47 remanescentes em 2013 por causa da diversidade de novos moradores no local e de imóveis fechados, mas não necessariamente desabitados.

<sup>9</sup> No quarto capítulo, apresentaremos melhor essas localizações.

Após duas visitas ao local, entrevistamos apenas três moradores mais antigos, pois os outros dois indicados não foram localizados.

Ao todo, foram indicados pelos informantes entrevistados 19 reassentados oriundos da Vila Madureira. Entretanto, desse quantitativo total, alguns deles não aceitaram participar da pesquisa e outros faziam parte da mesma família de pessoas que foram entrevistadas, mas que moravam em casas diferentes. Desse modo, desse quantitativo total de 19 reassentados indicados, selecionamos 10 para participar da pesquisa.

Observamos que alguns moradores citados pelos nossos interlocutores tinham algum parentesco entre si, uns são lideranças antigas da comunidade desde o processo de formação da associação de Moradores da Vila Madureira, outros fazem parte de algum conselho da atual associação de Moradores da Canaã ou da Associação do polo agrícola e alguns são apenas moradores mais antigos que vieram da Vila Madureira ou mais antigos residindo na Canaã, uma vez que houve diversificação dos moradores que residem atualmente no local.

Durante a visita às casas, apresentamos aos responsáveis familiares os objetivos da pesquisa, destacando que se tratava de uma pesquisa que tinha como enfoque a trajetória de vida das pessoas que foram deslocadas da Vila Madureira, buscando compreender o que essa experiência significou na vida delas, em seu modo de vida, tendo passado todos esses anos após o reassentamento. Apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido e pedimos aos que aceitassem participar da pesquisa a sua assinatura e entrega de uma via.

Alguns moradores recusaram participar, com outros tivemos desencontros na marcação da entrevista. Observamos em alguns de nossos interlocutores e interlocutoras certo receio em falar, um olhar desconfiado. Numa das casas, após explanarmos sobre os objetivos da pesquisa, uma senhora assim nos perguntou: “é para falar da empresa?”. Respondemos que não, que ela poderia falar somente da experiência de vida dela. Observamos que a nossa anuência a deixou mais tranquila, sendo que prontamente agendou para participar da entrevista dali a duas semanas. Entretanto, na data agendada ela não estava em casa e depois desmarcou a entrevista por duas vezes, nos afirmando por telefone que não tinha mais interesse em participar. Em outra residência, a dona da casa também manifestou recusa, disse que não sabia falar sobre a questão proposta e que somente o marido saberia falar com mais propriedade.

Ao longo da pesquisa, refletimos sobre isso e nossa interpretação para essas recusas e receios é que elas podem ter várias ordens de explicação que somente os próprios interlocutores podem expressar. Poderia ser um constrangimento em comentar sobre algo

negativo a respeito da empresa. Observamos durante as entrevistas a ênfase em pontos positivos sobre a empresa, algo que é compreensível porque eles dependem do suporte dado até hoje, 12 anos após do deslocamento. Poderia ser um desconhecimento ao modo de vida na Madureira por não ser um morador habitual do lugar, apenas passar os finais de semana. Foi compreensível também porque existia essa peculiaridade, a ser abordada no texto, sobre a diferenciação dos morados desde a época da Madureira, os moradores mais antigos e os recém-chegados, aqueles que residiam de fato, aqueles tinham sítios no local onde passavam os finais de semana e aqueles que adquiriram terrenos só para fins de indenização. Também poderia ser o fato de não ter participado ativamente do processo de negociação na época do deslocamento. Aparentemente, em alguns casos, era um assunto que nem todos se sentiam com propriedade para falar, como se não tivessem participado ativamente de todo o processo. Observamos que a maioria dos entrevistados indicados e que se sentiram “aptos” para falar foram homens chefes de família que participavam ou já participaram do conselho de liderança na associação da Canaã ou na associação do polo agrícola. Das três mulheres entrevistadas, nenhuma declarou fazer parte de alguma comissão e somente uma delas mantém vínculo com o polo agrícola e participa ativamente das atividades.

Houve situações em que os entrevistados desmarcaram várias vezes, alegando vários compromissos. Por um lado, é compreensível porque, conforme citado, a nossa pesquisa atravessou momentos em que alguns dos interlocutores estavam engajados nas eleições municipais e da diretoria do polo agrícola. Por outro lado, também pode estar ligado a certa desconfiança sobre a pesquisa. Durante uma entrevista, um interlocutor disse que havia decidido participar da pesquisa, mas que tinha ouvido comentários sobre o fato das pesquisas apenas revelarem aspectos negativos. Respondemos que a pesquisa estava sendo realizada com base na experiência das pessoas e que nesses relatos poderiam surgir aspectos positivos e/ou negativos, conforme as suas vivências.

Desse modo, o trabalho de campo foi desenvolvido entre os meses de agosto e dezembro de 2020, quando foram realizadas 10 entrevistas gravadas com duração média de uma hora cada e conversas informais realizadas durante as visitas aos locais de pesquisa. Considerando o contexto de desenvolvimento da pesquisa, explicitado acima, a repetição de dados nos relatos de nossos interlocutores e o tempo necessário para dar andamento às demais atividades de sistematização dos dados, avaliamos que o material coletado foi suficiente para uma análise com base no relato desses interlocutores, de suas trajetórias e modos de vida, uma vez que nosso enfoque de pesquisa não estava baseado em uma abordagem quantitativa.

Destaca-se que durante a citação das entrevistas no texto adotamos nomes fictícios de modo a preservar a identidade dos interlocutores que aceitaram participar da pesquisa. Adotamos nomes bíblicos em razão da maioria dos entrevistados ter vínculos religiosos e também em relação ao significado bíblico da denominação do reassentamento (Vila Residencial Nova Canaã). No quadro 1 (página 33) descrevemos as características do informantes entrevistados.

**Quadro 1 - Caracterização dos Informantes**

Nº	Nome fictício	Idade	Vínculo com a Vila Madureira	Religião	Escolaridade	Ocupação
01	Abraão	66	Antigo na Vila Madureira - Sítio para exploração comercial e passar finais de semana	Evangélico	Ensino Fundamental	Agricultor/Aposentado (Mestre de Obras)
02	Ana	64	Família antiga na Madureira	Católica	Ensino Fundamental	Aposentada Agricultora (vendeu o terreno do polo agrícola)
03	Débora	53	Moradora proveniente de família antiga na Madureira	Evangélica	Ensino Fundamental	Agricultora
04	Efraim	68	Morador recente - 4 anos antes do deslocamento	Evangélico	Ensino Fundamental	Aposentado (Pedreiro) Agricultor
05	Isaac	57	Terreno para passar os finais de semana (4 anos antes do deslocamento)	Evangélico	Ensino Fundamental	Agricultor
06	Jacó	76	Morador Recente (Poucos anos antes do deslocamento) Vínculo de parentesco com famílias antigas	Católica	Ensino Fundamental	Aposentado (Construção Civil) Agricultor
07	Manassés	58	Morador Antigo	Católico (Avó era umbandista)	Ensino Médio	Desempregado (vendeu o terreno do Polo agrícola)
08	Moisés	56 anos	Morador Antigo na Vila Madureira	Católico	Alfabetizado	Agricultor Pedreiro
09	Ruben	50	Morador proveniente de uma das famílias mais antigas	Evangélico	Ensino Médio	Agricultor Administrador do campo de futebol
10	Rute	42	Terreno para passar os finais de semana	Não tem	Ensino Médio	Desempregada (vendeu o terreno no polo agrícola)

#### 1.4 A estruturação da dissertação

Organizamos esse trabalho numa perspectiva cronológica por considerarmos que só seria possível avaliar as alterações sofridas no modo de vida dessas famílias analisando o divisor de águas que foi o deslocamento, ou seja, o antes, o durante e o depois.

Desse modo, após está introdução, no segundo capítulo fazemos uma explanação sobre as características ambientais da Vila Madureira antes da instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui e do deslocamento das famílias tendo como base os dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento e as narrativas sobre o modo de vida dessas famílias nesse período, de forma a contextualizar como essas características territoriais contribuíam para a sua reprodução social. Traçamos uma discussão preliminar sobre a categoria modos de vida no âmbito da Sociologia e da Antropologia, especificamente sobre o desenvolvimento das discussões acadêmicas sobre as categorias povos e comunidades tradicionais, grupos residentes, território e desterritorialização. Nesse capítulo também trazemos algumas notas analíticas sobre parâmetros de classificação de grupos sociais e as lutas simbólicas (BOURDIEU, 1994) presentes nas classificações de grupos considerados “pobres”, “subdesenvolvidos” ou “atrasados” e a relação dessas classificações com a discussão sobre colonialidade e decolonialidade (LANDER, 2005), desenvolvimento (ESCOBAR, 2014), projetos de desenvolvimento e novas tecnologias de controle do território (ACSELRAD, 2018).

No terceiro capítulo, descrevemos o processo de instalação da UTE Porto do Itaqui, seu licenciamento e os conflitos ambientais gerados, o processo de negociação do deslocamento e reassentamento das famílias da Vila Madureira e citamos brevemente os efeitos da instalação desse empreendimento sobre a comunidade vizinha, Camboa dos Frades. Inicialmente, fazemos um breve resgate histórico das implicações da instalação de alguns projetos desenvolvimentistas na Amazônia Legal Brasileira e seus desdobramentos principalmente na Zona Rural do Município de São Luís, Estado do Maranhão, e os efeitos desses empreendimentos sobre o modo de vida das comunidades atingidas com a imposição de deslocamentos compulsórios e a perda dos meios de subsistência, destacando, sobretudo, processos de resistência acionados por essas comunidades. Descrevemos a instalação da UTE Porto do Itaqui como um dos projetos efetivados na conjuntura do Programa de Aceleração do Crescimento com a retomada de projetos de desenvolvimento em infraestrutura pelo Governo Federal.



No quarto capítulo, analisamos o processo de adaptação das famílias no Residencial Nova Canaã e a reestruturação de suas relações comunitárias, atividades de reprodução simbólica e reprodução social no polo agrícola. Utilizamos a teoria de Elias e Scotson, na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (ELIAS, SCOTSON, 2000), para analisar os conflitos internos gerados na nova configuração da relação entre antigos e recém-chegados na Vila Nova Canaã e no Polo Agrícola.

No capítulo final, fazemos uma abordagem sintética dos dados e análises realizadas ao longo dos capítulos para fins de destacar elementos conclusivos.

## **2 ANTES – SOBRE OS MODOS DE VIVER NA VIDA, NAS VEREDAS E NA VILA MADUREIRA.**

*“Aqueles foram meus dias. Se caçava, cada um esquecia o que queria de-comer não faltava, pescar peixes nas veredas... O senhor vá lá, verá. Os lugares sempre estão aí em si, para se confirmar”.*

*[...]*

*“Por esses longes todos eu passei, com a pessoa minha no meu lado, a gente se querendo bem. O senhor sabe? Já tenteou sofrido o ar que é a saudade? Dize-se que tem saudade de ideia e saudade de coração...”*

*João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas.*

Nesse capítulo fazemos uma breve explanação sobre as características ambientais da antiga Vila Madureira antes do deslocamento das famílias para instalação da termelétrica tendo como base os dados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento e os relatos dos interlocutores sobre os seus modos de vida nesse período de forma a contextualizar como essas características do local contribuíam para sua reprodução social. Desse modo, abordaremos as características da Vila Madureira enquanto um território de reprodução social, histórica, cultural e simbólica de determinados modos de vida. Nesse sentido, tomamos como foco de análise a discussão sobre modos de vidas e territorialidade porque remete a uma perspectiva que rompe com concepções que reforçam a separação entre sociedade e natureza.

### **2.1 Modos de vida a partir da discussão sobre povos tradicionais e territorialidades**

De acordo com Acselrad (2004), o complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente é indissociável, pois o “ambiente” é constituído de elementos culturais e históricos, “as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera” (ACSELRAD, 2004, p. 7-8). Inseparável porque, segundo ele, a própria reprodução social é permeada por processos “socioecológicos”, embora constituídos por diferentes projetos de uso e significação dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2004).

Segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), a categoria “modo de vida” sempre foi muito utilizada nas ciências sociais, apesar de assumir uma pluralidade de significados e certa ambiguidade. Geralmente, tem sido utilizada para assinalar mudanças culturais, como por exemplo, a mudança de um modo de vida rural para um modo de vida urbano, destacando,

dessa forma, alterações de determinadas características de reprodução social e cultural.

No âmbito da Sociologia, em sua proposta de análise dos “modos de vida”, Isabel Guerra (1993) destaca três dimensões que devem ser consideradas conjuntamente: “o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real” (GUERRA, 1993, p. 60). Nessa perspectiva, a análise dos “modos de vida” envolve tanto uma dimensão social e objetiva como uma dimensão individual e subjetiva das ações e relações estabelecidas pelos indivíduos na reprodução de sua vida cotidiana.

No âmbito da antropologia brasileira, destacam-se estudos sobre determinados modos de vida dos chamados povos tradicionais. Nesse âmbito, a noção de povos e comunidades tradicionais é considerada por alguns autores como uma categoria ambivalente, uma “categoria-ônibus” e um “amplo guarda-chuva conceitual” que incorpora uma variedade de grupos sociais culturalmente diferenciados (DIEGUES, 2001; BARRETO FILHO, 2006).

Historicamente, essa categoria foi construída em torno dos conflitos entre a criação de áreas protegidas e a permanência de grupos sociais residentes. Dentre os ideais de conservação da natureza postulados pelos cientistas norte-americanos durante a proposição de criação de área protegidas, os autores destacam duas perspectivas que polarizavam entre si: a) a biocêntrica, que postulava a igualdade entre os seres vivos e defendia uma perspectiva preservacionista da natureza com a criação de áreas isoladas, reservadas para a vida silvestre e sem a presença de seres humanos residentes, sendo utilizadas apenas como espaço de visitação e lazer; concebidas numa visão antagônica da relação homem e natureza e baseada no mito da “natureza intocada”; e b) a perspectiva antropocêntrica, que defendia a conservação da natureza a partir do uso equilibrado dos recursos pelos seres humanos e não somente enquanto natureza contemplativa (FERNANDEZ, 2014, p. 44; DIEGUES, 2001).

O Brasil, inicialmente, adotou o modelo norte-americano dos parques nacionais como referência para a criação das áreas de conservação ambiental, a partir de um ideal de conservacionismo que defende uso restrito da natureza pelos seres humanos, uma vez que essas áreas são destinadas a preservação, sendo acessadas apenas para contemplação. Modelo esse permeado por uma visão dicotômica da relação homem-natureza e adotado sem considerar a diversidade cultural dos povos que residem nessas localidades e as relações que estabelecem com o meio ambiente na reprodução dos seus modos de vida (DIEGUES, 2001; BARRETO FILHO, 2006).

Desse modo, circunscrita ao projeto de modernização do Estado Brasileiro, de acordo com Fernandez (2014, p. 51), a criação de áreas protegidas nesse período demarcou o

antagonismo das ações estatais entre a defesa de ideais conservacionistas, para atender às exigências de órgãos internacionais de proteção ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que garantia a expansão capitalista com a “realização de grandes obras de infraestrutura econômica e grande impacto ambiental como hidrelétricas, portos e rodovias” (FERNANDEZ, 2014, p. 51). Conforme destaca a autora:

Fazendo uso da visão polarizada que marcou o olhar de pensadores do início do século sobre o país, e que influenciou inclusive Magalhães Corrêa, com a ideia de dois Brasis – um Brasil atlântico, cosmopolita e eurocêntrico, e um Brasil sertanejo, pobre, atrasado, mas autêntico –, pode-se dizer que os parques se inscreveram no primeiro modelo, sobre o eixo da modernização, da civilização-progresso. Deste modo, puderam ser combinados com as frentes de expansão capitalista, tal como se fizeram entre os anos 1950 e meados de 1980, sem a mínima atenção às formas de organização e às representações das populações locais. Na verdade, os parques – como ilhas de conservação que compensavam ou se ajustavam aos grandes empreendimentos econômicos – também contribuíram, durante todos esses anos, para expropriar os pequenos produtores de seus territórios e privá-los do acesso aos recursos naturais eventualmente existentes (FERNANDEZ, 2014, p. 51).

Assim, a criação de reservas extrativistas no Brasil<sup>10</sup>, modalidade de unidade de conservação que permite a presença de comunidades locais, foi resultado da ampla mobilização provocada por grupos sociais e movimentos ambientalistas. Tendo iniciado pelo movimento dos seringueiros do Estado do Acre, liderados pelo sindicalista Chico Mendes, contra a derrubada das florestas por especuladores e fazendeiros, que conjugaram a luta pela reforma agrária à defesa da questão ambiental, numa estratégia de “aliança conservacionista” com os ambientalistas (CUNHA, 2009, p. 292).

Essa vinculação das comunidades locais às áreas de preservação em que residem e se reproduzem, como as reservas extrativistas, desencadeou a formulação da denominação “populações tradicionais”. Numa leitura que vincula os modos de vida “tradicionais” desses povos e comunidades e sua relação com a natureza aos ideais de preservação e conservação ambiental por considerar que suas atividades de reprodução social seguem “regras culturais para o uso de recursos naturais que, dada à densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis” (CUNHA, 2009, p. 288).

No decurso dos anos, a categoria “populações tradicionais” foi gradualmente sendo redefinida para a incorporação de outros grupos socialmente diferenciados a partir de um reconhecimento por autoconstituição na qual esses grupos se apropriaram dessa categoria trans-

---

<sup>10</sup> A primeira reserva extrativista criada no Brasil foi a Reserva Extrativista do Alto Juruá, criada pelo Decreto nº 98.863 em 23 de janeiro de 1990. A criação foi resultado de “uma articulação de organizações e pessoas em diferentes níveis, incluindo militantes das delegacias sindicais da floresta, liderança do Conselho Nacional dos Seringueiros (sediado na capital do Acre), pesquisadores e assessores, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Procuradoria-Geral da República e algumas ONGs brasileiras e estrangeiras” (CUNHA, 2009, p. 290)

formando-a em um instrumento na luta em defesa de seus territórios (LITTLE, 2002). Nesse sentido, Cunha descreve-a como uma categoria “em extensão” ou uma categoria “definida a partir de suas propriedades” (2009, p. 278).

No contexto específico deste estudo, retomamos as características atribuídas a esses povos e comunidades também para pensar determinados modos de vida, ou modos de vidas peculiares que envolvem determinadas relações entre grupos sociais e o meio ambiente onde vivem e se reproduzem socioeconômica e culturalmente. Nesse aspecto, é independentemente do uso dessa noção de povos e comunidades tradicionais como categoria política, administrativa, jurídica ou como forma de essencializar esses grupos, considerando que Diegues também destaca que as culturas tradicionais não são estáticas, mas estão em constante mudança (DIEGUES, 1994, p. 84).

O modo de vida de algumas famílias mais antigas e tradicionais da vila Madureira é comparado ao modo de vida de determinadas comunidades ou povos que são considerados “tradicionais” devido ao seu “modo de vida peculiar” que se reflete nas suas formas de reprodução social, cultural, ecológica e de relações sociais (de parentesco, compadrio, solidariedade etc.). Seus meios de subsistência, trabalho e produção, bem como seus sistemas de representação, saberes, simbologias, ritos e mitos, festas e religiosidade, têm uma relação intrínseca com o território onde vivem, com a natureza e seus “recursos”, tornando-se um forte componente de identidade sociocultural que é construído e reconstruído continuamente (DIEGUES, 1994, p. 76). Nessa perspectiva, a noção de “território” apresenta um componente fundamental na identidade sociocultural desses povos e comunidades, conforme destaca Carlos Diegues:

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o “locus” das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância das roças) sejam associados a explicações míticas e religiosas (DIEGUES, 2001, p. 76).

Em sua discussão sobre a antropologia da territorialidade, Paul Little enfatiza a noção de “territórios”, no plural, para dar conta da diversidade sociocultural e fundiária existente no Brasil com seus grupos humanos heterogêneos, adjetivados como “tradicionais”, “rurais”, “locais”, “residentes”. Ele considera a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (LITTLE, 2002, p. 253). Para ele, os múltiplos territórios sociais remetem a “vínculos sociais, simbólicos e rituais que os

diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos” (LITTLE, 2002, p. 263). Além disso, a noção de “território” evoca uma história e uma memória coletiva de ocupação territorial e também uma história cultural.

Paul Little utiliza o conceito de “povos tradicionais”, e considera central para destacar, além da dimensão sociocultural, o aspecto político dessa categoria:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes na diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. São, acredito, razões suficientes para utilizar o conceito nos turbulentos âmbitos das Ciências Sociais (LITTLE, 2002, p.283-284).

O apelo à perspectiva política da noção de povos tradicionais, como um mecanismo de luta na disputa pelo controle do território e seus recursos remete ao contexto histórico da implantação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e no Nordeste que utilizaram a justificativa das noções de vazio demográfico e atraso como principais mecanismos legitimadores dessas iniciativas estatais e privadas de desenvolvimento da região, desconsiderando a existência desses povos e comunidades (PORTO-GONÇALVES, 2005). Atualmente, prevalece à prática de deslegitimação dos direitos ao território desses povos por eles não possuírem um documento que os apontem como proprietários legítimos de suas terras, considerando-as como “juridicamente vazias”, sendo classificadas como devolutas (WANDERLEY, 2009, p. 481). Nesse quadro, as comunidades estão sujeitas continuamente a situações de deslocamento compulsório:

Uma definição preliminar da questão abarcaria o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996, p. 30).

É importante frisar que nem todos os moradores da Vila Madureira podem ser pensados com base nessa categoria, conforme abordaremos mais a frente, pois existiam diferentes formas de ocupação dos terrenos e essas formas de ocupação representam também modos de vida heterogêneos. Por outro lado, a análise sob a perspectiva dos modos de vida e territórios é importante no desdobramento de pesquisas voltadas para e ênfase de experiências

das comunidades locais.

Destaca-se que também existem críticas, no âmbito da produção acadêmica, sobre a abordagem dos termos “populações” e “tradicionais”<sup>11</sup> usados para caracterizar determinados grupos sociais em seus territórios residência, principalmente aqueles residentes em áreas protegidas e ecossistemas “frágeis”, conforme destaca Barreto Filho:

[...] quero concluir sugerindo uma alternativa conceitual que permita reconhecer a especificidade histórica e sociológica dos grupos sociais residentes em áreas protegidas ou ecossistemas tidos como críticos e frágeis, abarcando aí as sociedades caboclas. É importante, por um lado, superar a referência naturalizante, a clivagem demografista e a orientação censitária implícitas no emprego do termo “população”, que simplifica, atomiza e assujeita. Por outro lado, faz-se necessário deslocar a ênfase da dimensão temporal, implicada na polissemia do termo “tradicional”, para espacial. [...] Por fim, é imperativo substituir o rótulo cultural genérico, supostamente técnico e científico, porque ancorado em conceitos oferecidos pela tradição de estudos antropológicos sobre subculturas regionais – como quanto o termo “tradicional” refere-se à estilos de vida –, por termos de conotação culturoológica menos densa, mas nem por isso politicamente neutro (BARRETO FILHO, 2006, p. 138).

Desse modo, esse autor defende a adoção da terminologia pessoas e/ou grupos residentes como uma terminologia que possa “defender todos os povos e grupos sociais que estão lutando para sobreviver e se reproduzir” e aptos a formar parcerias para viabilização da conservação da biodiversidade (BARRETO FILHO, 2006, p. 139):

Seriam aqueles indivíduos, famílias, comunidades e grupos – “tradicionais” ou “modernos”, não importa – que ocupam, residem ou então usam, regular e recorrentemente, um território específico dentro de ou subjacente a uma área protegida estabelecida ou proposta. A vantagem da noção de “pessoas e/ou grupos sociais residentes” reside justamente numa conotação menos densa e em ser um termo definido mais pelo espaço do que pelo tempo – como ocorre com “tradicional” – e do que por um rótulo cultural – como quando o termo “tradicional” faz referência a um modo de viver a um só tempo diferente e genérico (BARRETO FILHO, 2006, p. 138-139).

Destarte, o que encontramos como ponto central nesse debate é a importância da dimensão espacial, ou seja, a importância do território de moradia e seus recursos naturais para manutenção de determinadas formas de subsistência de grupos que praticam atividades

---

<sup>11</sup> Essa debate foi incorporado na legislação a partir do Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, substituindo o termo “populações tradicionais” pela terminologia “povos e comunidades tradicionais”, também estabelecendo a definição de “territórios tradicionais”. Destacando: I Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; e II-Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações; Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 19/09/2021.

econômicas diversas, como a agricultura, o extrativismo, a pesca artesanal etc. Mas, esse território e seus recursos não se limitam a atividades de reprodução material, mas também de reprodução cultural e simbólica, de relações sociais. Nesse contexto, os processos de deslocamento compulsório, são considerados também como processos de desterritorialização, “ou seja, a perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, conseqüentemente, das referências culturais, econômicas, sociais e espaciais” (HAESBAERT, 2004 apud WANDERLEY, 2009, p. 481).

## 2.2 Contextualizando a Vida na Vila Madureira antes do deslocamento compulsório: localização e características ambientais.

Antes do deslocamento compulsório das famílias para a instalação da Usina Termelétrica Porto de Itaqui, a extinta comunidade Vila Madureira localizava-se em São Luís, Estado do Maranhão, há aproximadamente 5 km do Porto do Itaqui, à margem esquerda da Rodovia Federal BR-135, no Módulo G do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Exatamente onde atualmente funciona a UTE, conforme figura 1.

**Figura 1: Localização da UTE Porto do Itaqui, antiga Vila Madureira**



Fonte: DIFERENCIAL ENERGIAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES (2008)

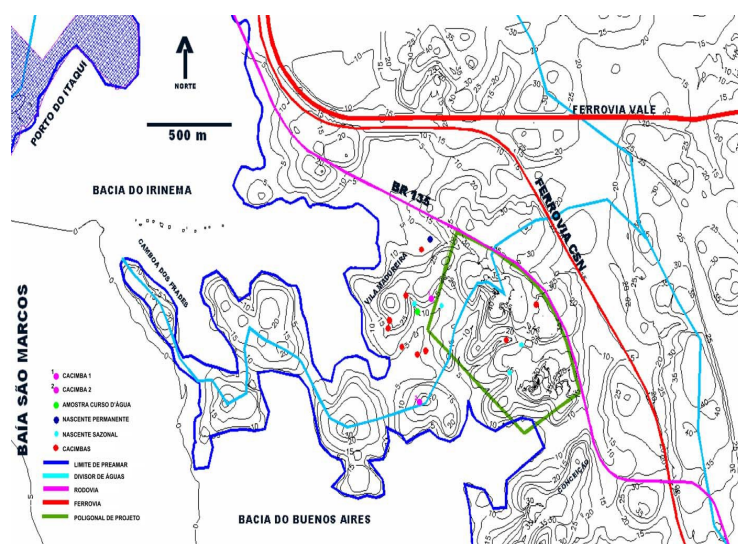
O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Termelétrica Porto do Itaqui descreve o diagnóstico ambiental realizado na região onde se situava a Vila Madureira destacando que a área corresponde a um mosaico com características ambientais diversificadas e rica biodiversidade. Conforme descrito:



A Área de Influência Direta (ADA) constitui atualmente um mosaico composto por remanescentes em diferentes estágios de sucessão, caracterizado pelo predomínio de formações secundárias de diferentes idades e babaçuais nas suas porções de terra mais altas. Entretanto, pequenos remanescentes de áreas brejosas (que podem ter sido originalmente matas de galeria) existem hoje formados apenas pelo acúmulo de água de cursos d'água temporários em áreas mais baixas, notadamente nos canais de escoamento das águas superficiais. Além disso, sobram as áreas de agricultura de subsistência, quintais de residências com espécies variadas de frutíferas e ornamentais, além de pontos de extração de barro para construção (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, 2008, p. 409, VI, 2.1-77).

A presença de bacias hidrográficas no entorno da área promove a diversidade de recursos hídricos disponíveis, oriundos tanto de águas de zona costeiras, salinas, a partir da região do Porto de Itaquí, compreendendo a baía de São Marcos, cujas águas alimentam os Igarapés de Irinema e Buenos Aires (conforme figura 2); como águas subterrâneas originárias dos lençóis freáticos, como de águas doce de origem terrestre: “Na região da faixa terrestre ocorre o intercâmbio de propriedades entre as águas oceânicas salgadas e as águas doces de origem terrestre. Esta zona de mistura forma o ambiente onde se desenvolve o manguezal” (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, 2008, p. 319, VI.1.6-28).

**Figura 2: Recursos hídricos nas proximidades da Vila Madureira**



Fonte: DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES (2008)

Desse modo, a região onde se localizava a Vila Madureira, de acordo com o diagnóstico ambiental realizado em 2007, apresenta características marcadas por uma rica biodiversidade e oferta de abundante de recursos naturais, com a presença do ecossistema

manguezal, diversidade de espécies vegetais (vegetações de mangue, restinga, brejo e capoeira) e animais. Todos esses elementos disponibilizados pelo território são favoráveis à reprodução de determinadas formas de subsistência relacionadas à agricultura, com a disponibilidade de terrenos para a plantação e solo fértil, à prática de pesca artesanal e coleta de mariscos, considerado à proximidade ao mar, à criação de animais e a realização de demais atividades extrativistas vegetal, animal e mineral.

O diagnóstico socioeconômico apresentado no Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento (RIMA) descreve as condições de residência e a ocupação das famílias que residiam na Vila Madureira. De modo geral, descreve às características do local em relação à qualidade do material de construção das casas e à presença de serviços básicos de infraestrutura urbana e social, destacando que a maioria das edificações presentes no local, durante o levantamento realizado em dezembro 2007, apresentava “baixo padrão construtivo” e que havia ausência de serviços básicos como abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, unidades de saúde, instituições de ensino, de áreas públicas de lazer e convivência e linha de transporte coletivo específico.

Este relatório também destaca que o grau de instrução das famílias da Vila Madureira “é , de modo geral, baixo” e que elas se reproduziam de fontes de renda diversificadas, mas, que as ocupações que os proprietários desenvolviam, eram “essencialmente, serviços pouco especializados” (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, VI-3-92, 2008). Descreve que, apesar da agricultura não ser a principal fonte de renda das famílias, em 72,2% dos imóveis (52 imóveis) pesquisados, era realizado algum tipo de cultivo, que era voltado, em sua maioria, para o consumo próprio ou para a comercialização do excedente para fins de complementação da renda familiar. Descreve também que em 47,2% dos imóveis pesquisados, as famílias criavam animais para consumo próprio e para a venda (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, 2008, VI-3-93).

A lista de ocupação dos proprietários dos imóveis entrevistados é destaca no quadro 2:

**Quadro 2: Ocupação principal dos Proprietários – Vila Madureira**

Ocupação Principal	Proprietários	
	Nº	%
Aposentaria	11	15,3
Construção Civil (Encarregado de obras, pedreiro, servente)	9	12,5
Lavrador	7	9,7
Doméstica	6	8,3
Venda de frutas e outros produtos da lavoura	4	5,6
Serviços gerais (Bombeiro, eletricitista, pintor)	4	5,6
Cabeleireira	2	2,8
Comerciante	2	2,8
Venda de recicláveis	2	2,8
Funcionário da Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão	1	1,4
Técnica em enfermagem	1	1,4
Pescador	1	1,4
Outros	13	18,1
Desempregado	3	4,2
Não tem (Depende da renda de familiares)	6	8,3
Total	72	100

Fonte: ERM Brasil Ltda. – Pesquisa de Campo Dez/2007 apud Diferencial Energia , 2008)

Além das ocupações citadas na tabela, o relatório destaca a atividade de exploração de areia, tendo em vista a presença de uma jazida no local e à atividade de separação e venda de material reciclável, realizada “em área localizada a cerca de 300 metros de onde residem, na margem oposta da rodovia, fora da área conhecida como Vila Madureira” (DIFERENCIAL ENERGIAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, 2008, VI-3-94).

Observamos que esse levantamento socioeconômico foi realizado com base na quantidade de imóveis encontrados durante a pesquisa realizada em dezembro de 2007 por uma empresa de consultoria contratada para essa finalidade. Desse modo, esse quantitativo geral de 72, presente no quadro 2, é relativo à quantidade de imóveis identificados no local, portanto, refere-se apenas à ocupação dos proprietários desses imóveis e não à realidade do seu núcleo familiar como um todo. Observamos também o que os itens referentes à ocupação de lavrador (7) e à venda de frutos e outros produtos da lavoura (4) podem ser aglutinados como sendo formas de reprodução decorrentes da agricultura. Entretanto, de forma geral, consideramos que esta tabela não elucida a forma de reprodução das famílias da Vila Madureira porque não tem como base a unidade familiar e não descreve a ocupação, ou forma de reprodução, de todos os proprietários entrevistados, conforme é observado nos itens correspondentes à ocupação “outros” e “desempregado”.

Dessa forma, analisamos que o diagnóstico socioeconômico realizado pela empresa de consultoria não elucida a dinâmica e os modos de vida das famílias que residiam na Vila Madureira antes do deslocamento compulsório. Nesse sentido, notamos apenas um enfoque nas características negativas do padrão de escolaridade, habitação, renda, ocupação e na ausência de acesso a serviços básicos.

Assim, durante nossa pesquisa, vimos à necessidade de resgatar a dinâmica de vida das famílias deslocadas destacando as diversas práticas sociais, econômicas, culturais e religiosas desenvolvidas na Vila Madureira a partir dos relatos dos moradores mais antigos do local, conforme destacaremos no tópico seguinte.

### **2.3 A origem da Vila Madureira, formas de reprodução social, religiosidade e festas: relatos de moradores antigos.**

O processo de ocupação da Vila Madureira ocorreu de forma irregular e gradual, inicialmente por meio de “cercamentos dos terrenos”, sem título de propriedade, uma vez que até o início dos anos 1970 essa área era considerada como terras do Estado (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009).

De acordo com relatos colhidos durante a pesquisa, a ocupação foi promovida por famílias originárias do interior do Estado e vindas de outros bairros da capital, inicialmente com a criação de pequenos sítios para plantações, criação de animais, exercício de atividades extrativistas e práticas religiosas.

Nesses relatos, é possível observar a diferenciação de nomes dados ao lugar, conforme a localização ou o período em que cada pessoa teve contato com a Madureira. Alguns o chamavam Boizinho, outros Sítio Madureira ou Madureira e, com o crescimento das ocupações, passou a ser chamado Vila Madureira. Isso pode ser observado nesse relato de um interlocutor proveniente de uma das famílias mais antigas do local:

Pesquisadora: Como foi que o Sr. chegou à Vila Madureira?

Entrevistado: Na Vila Madureira, eu cheguei através da minha avó. Inclusive, a Vila Madureira, não se chamava nem Vila Madureira, chamava Boizinho. Eu tinha na época uns 13 para 14 anos, bem mais novo. Porque eu sempre acompanhei minha avó. Então, ela tinha um sítio lá na Vila Madureira, que era o Boizinho, e ela ia para lá e eu ia com ela. Ela, como ela era agricultora, trabalhava, fazia carvão, essas plantações, aí eu conheci através dela.

Pesquisadora: Ela foi uma das fundadoras de lá?

Entrevistado: Eu posso dizer que sim, mas acho que tinha pessoas mais velhas. Mas, ela foi uma das pioneiras, uma das primeiras a ir, mas tinha outras pessoas lá... Mas só que lá no começo as pessoas moravam muito distante uma das outras, mas aí, depois, que foi chegando mais gente, aí que foi se tornando realmente uma Vila. Mas, antes as pessoas iam para lá só para trabalhar, fazia tipo a roça e iam e voltavam para a casa (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova

Canaã ).

Entretanto, a fala de outra interlocutora de pesquisa explica essa variação de nomenclatura porque, segundo ela, nesse período, o território onde se situava a Vila Madureira era um agregado de terras que faziam parte de uma região só, compreendida pelo Alto Paraíso, Boizinho, Camboa dos Frades e Sítio Madureira. Ela explica que o crescimento do local ocorreu por meio da compra e venda de terrenos.

Entrevistada: Lá na Madureira foram comprando terreno, as pessoas saindo e vendendo terreno assim que... eu já conheci assim, entendeu?

Pesquisadora: Já tinha pessoas morando lá?

Entrevistada: Já morava lá e venderam o terreno pra meu avô e meu avô foi pra lá, porque era Alto Paraíso, que fez parte de Madureira e aí que, até hoje, minha tia mora aqui no terreno, aqui dentro da área, aqui também, entendeu? Aquela região, que era só uma parte só, e tinha o Boizinho, Camboa, aquela localidade ali fazia parte tudo de Madureira.

Pesquisadora: Vocês foram uma das primeiras famílias que moraram lá?

Entrevistada: Não.

Pesquisadora: Sabe como surgiu a Madureira?

Entrevistada: Não sei não. Já fui pra lá criança e hoje em dia já tenho 52 anos, mas já fui pra lá criança, já conhecendo como Madureira, entendeu?

Pesquisadora: E como era viver na Madureira na época?

Entrevistada: Olha, viver na Madureira a gente sobrevivia do que a gente trabalhava lá, entendeu? Como roça, a gente vivia mais de roça. A minha família, a minha mãe, que a minha mãe eu me entendi ali com minha mãe trabalhando de roça, plantando bananal, esse tipo de coisa, saindo pra vender lá no Anjo da Guarda (Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, Pindoba).

O relatório da pesquisa realizada por Pereira et al. (2008) destaca que a origem do povoado Camboa dos Frades ocorreu por volta de 1920 e seu processo de ocupação foi promovido por famílias de pescadores provenientes do interior do Maranhão, atraídos por “sua localização e a rica biodiversidade do ambiente estuarino preservado, propício a pesca, a criação de animais e a extração vegetal”. Entretanto, segundo levantamento realizado por Carvalho (2011, p. 74):

registros indicam que Camboa dos Frades existe desde 1698, sendo fruto de doação do então rei de Portugal aos Frades Capuchinhos, conforme consta em documento do arquivo público do estado, presente no livro de registros da Freguesia de São Joaquim do Bacanga (1855 a 1857, sob o número 62 e folha 59). Esta documentação compõe a Carta de Sesmaria do Arquivo Histórico Ultramarino. Tempos depois as terras foram repassadas pelos religiosos portugueses aos moradores locais que nelas residem até hoje. Tal fato recebeu confirmações recentes de um arqueólogo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que ao visitar a área, afirmou a importante existência de registros desta época da história do Brasil.

De modo geral, observamos que as características do território mais abrangente onde se localizava a Vila Madureira contribuem significativamente para a reprodução social das famílias locais.

No que concerne ao crescimento da Madureira, os relatos destacaram que inicialmente

existia pouco povoamento na localidade, contando apenas com a formação de sítios com casas distantes uma da outra. Com o crescimento das famílias, os terrenos dos sítios foram divididos entre filhos e parentes, aumentando desse modo o povoamento do local, conforme observamos no relato dessa moradora antiga:

Pesquisadora: Isso foi em que ano?

Entrevistada: Ah, eu nem sei mais [risos]. Foi em 80 por aí, essa faixa assim.

Pesquisadora: Aí, vocês chegaram lá...

Entrevistada: Aí, nos fomos pra lá, pro Madureira [Ela chama de Sítio Madureira].

Aí, fumo pra lá e fumo fazer a nossa vida. [...]. Nós deixamos a casa pra ele e fumo embora com meu cunhado. Aí, quando a gente chegamos lá e vivemos lá na jazida<sup>12</sup>, lá era coberto, só eu mais meu marido e os três pequenos.[...] Aí a gente vigiava lá . Aí fizemos a casa e fumo morar pra lá.

Pesquisadora: No caso vocês viviam dessa jazida?

Entrevistada: Não, ele deu uma área para nós. Ele deu um local assim bem grande pra gente, o meu cunhado. Disse: “olha essa parte aqui todinha é pra vocês, fazer roça, o que vocês quiserem fazer”. Aí, a gente fazia roça e tirava pedra. Aí, plantava arroz, macaxeira, milho, feijão, batata. Aí, fumo fazendo os plantios das coisas. Fizemos sítio, plantamos árvore, mangueira, comprava aqueles pés de coisa enxertado, plantamos, rapidinho tava dando. Aí, com isso, a gente também explorava as mangas, buritizal, juçara, tudo a gente pegava no brejo lá que já tinha, né? Então, isso a gente foi sobrevivendo, com isso. [...]

Pesquisadora: Vocês pescavam?

Entrevistada: Pescávamos. Eu pescava, ele pescava. A gente pescava tanto na água doce como na água salgada. Porque a nossa casa ficava pertinho do mangue, lá de um tal de um rio Toma Defunto. Lá bem aqui onde, quem desce para, quem desce para... [...] É uma bueira que tem bem na beira da BR, num tem uma bueira? Essa bueira ela passava bem quase na beira da minha casa. Porque eu morava, eu morava bem aqui onde era, onde tem um buritizal, perto da termelétrica. Justo

bem onde tem os buritizal, lá foi onde o cara matou a minha filha<sup>13</sup>, a minha filha caçula foi assassinada lá. Bem onde tem um buritizal era um areal dessa banda assim, e, aí, a lagoa é dessa banda aqui, tudo do mesmo lado da termelétrica. Aí, tem um caminho que tem, até aqui tem lá mesmo, na termelétrica tem um caminho, que tem assim, que vai bater lá no nosso sítio, aonde era nosso sítio.

Pesquisadora: E lá quando vocês chegaram, vocês foram uma das primeiras famílias ou já tinha muita gente?

Entrevistada: Não, era só eu, meu cunhado, a filha da minha madrinha, outro filho da minha madrinha. Aí, depois a família foi se juntando e foram fazendo casa lá né? Tinha a minha casa, a casa da minha madrinha e tinha a casa da minha prima, a casa da outra minha prima, a casa do outro meu primo. Aí, foi fazendo a minha família. Os meus filhos, aí foi fazendo... Aí, fizemos um sítio lá. Nisso a gente formou o sítio lá.

Pesquisadora: E como era a vida de vocês lá?

Entrevistada: A nossa vida era pescando, era na água doce, na água salgada, e, nisso aí, a gente ia sobrevivendo, né? E eu tinha muito animal.

Pesquisadora: A senhora criava quais animais?

Interlocutora: Porco, galinha, pato, cachorro, eu tinha 17 cachorros. Era a família, pode sair procurando lá naquele Madureira, no tanto Cajueiro, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão, quem era a pessoa fazendeira que tinha lá, que tinha muito bicho, era só eu. Pois é, era nisso, nossa vida era assim. A minha vida mais meu marido (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Desse modo, observamos que a necessidade de reprodução socioeconômica foi um dos

<sup>12</sup> Jazida de extração de areia que pertencia ao cunhado da interlocutora.

<sup>13</sup> Segundo informações dessa interlocutora, esse assassinato ocorreu quando sua filha retornava de uma festa de aniversário à noite, quando foi atacada por um homem e levada para o matagal.

fatores que levaram algumas famílias mais antigas a morar na Vila Madureira visando a formação de pequenos sítios e realização de prática de agricultura, criação de animais, pesca e extrativismo.

Além desse aspecto, algumas famílias antigas relataram que mudaram para o local por ele ser mais retirado e com bastante área natural disponível para a prática de atividades religiosas, principalmente para práticas de religiões de matriz africanas. Conforme observamos no relato:

Pesquisadora: E como foi que o senhor chegou à Madureira?

Entrevistado: Não, porque minha avó, minha mãe que me criou, comprou um sítio para lá e eu sempre acompanhei com ela. Eu só larguei depois que ela morreu.

Pesquisadora: Ela morava lá?

Entrevistado: Justamente. Aí, eu acompanhei com ela. Lá, eu conheci essa minha esposa. Nós moramos 20 e poucos anos. Aí, lá nós viemos para cá. Fomos indenizados ... Ela era umbandista. Ela era. É que realmente ela deixou o Terreiro de Mina dela aí...

Pesquisadora: Aí, vocês foram lá, fizeram esse sítio, começaram a plantar, e o Terreiro? Ela fez logo?

Entrevistado: Fez logo, porque pra isso mesmo que ela foi. Porque era bem amplo e não incomodava ninguém. Pra não incomodar ninguém<sup>14</sup>, para ela fazer os serviços dela lá (Entrevista com Manassés, realizada em 13/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Observamos nos relatos dos interlocutores que as práticas religiosas presentes na Vila Madureira eram marcadas pelas atividades de dois Terreiros de Mina presentes na localidade e pela realização do tradicional do festejo de São Benedito.

O festejo de São Benedito era realizado por uma família antiga residente no local que professava religião católica e realizava o evento, com a prática de tambor de crioula, “uma festa de tambor”, todos os anos. A realização da festa de tambor a São Benedito era resultado de uma tradição familiar de pagamento de promessa que foi passada entre gerações, conforme narrado pela interlocutora:

Pesquisadora: Em relação a lazer e cultura, religião o que vocês frequentavam?

Entrevistada: Não, nós somos católicos. Eu era dona do festejo que tinha lá no Madureira que a gente veio de uma... da religião, da cultura maranhense, Tambor de Crioula. Assim, porque era negócio de promessa que veio de geração para geração. Era do tio do meu marido, lá da Santa Rosa e São Vicente de Ferrer. Eles faziam o festejo para lá. Aí, começaram a fazer promessa e nisso fizeram promessa, o tio do meu marido. Aí, ele faleceu. Aí, passou para minha sogra, a minha sogra fez promessa. Aí, ela faleceu, não teve mais como, sempre ela dizendo que ela tinha uma promessa para pagar e não tinha condição de pagar. E ela disse que quando a gente pudesse era pra gente fazer. Como a nossa, a gente, era muito difícil a nossa situação, o nosso custo que era difícil, aí, a gente não tinha como a gente fazer, a despesa era muito grande. Aí, meu marido pediu para São Benedito e o Santo que era do tio dele veio para a mão dele. Eles mandaram o Santo pra gente e o tambor. Entregaram.

Pesquisadora : Tinha tambor, era tambor de quê?

Entrevistada: Tambor de Crioula. Era um festejo que tinha do tio do meu marido. Quando ele morreu, aí ele passou pra minha sogra e minha sogra faleceu. Aí, ficou

---

<sup>14</sup> No quarto capítulo desse trabalho descreveremos melhor as alterações ocorridas nas práticas religiosas das famílias reassentadas, das particularidades dos cultos de origem afro-brasileira e da discriminação a esses cultos entre os reassentados.

na responsabilidade da gente, do meu marido. Aí, ela disse que quando a gente pudesse era pra gente pagar a promessa dela.

Pesquisadora: Como era o pagamento da promessa a São Benedito?

Entrevistada: Que era pra fazer, porque ela pediu, pediu, que ela fez o pedido porque ela teve uma doença que o nome era erisipela, isso é uma história. Aí, garrou e o cabelo dela caiu todinho, ficou peladinha que nem quem tem essa doença, câncer, né? Cai o cabelo todinho. Aí, ela disse que se São Benedito fizesse ela criar o cabelo dela como era, quando ela pudesse, ela ia fazer uma festa de tambor para ele (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Mas, o compromisso realizado para pagamento da promessa da sogra não foi o único motivo que fez com que o festejo de São Benedito continuasse sendo realizado como uma tradição na família dessa interlocutora. Foi à própria experiência vivenciada pela família sobre a manifestação da fé na intersecção de São Benedito, ou seja, o alcance da graça, que fez com que eles realizassem não somente o evento como forma de pagamento de promessa, mas também fundassem uma igreja na Vila Madureira, chamada “Igreja da Graça de São Benedito”, para colocar a imagem do Santo que foi passada entre gerações (circulava como herança familiar).

**Figura 3: Igreja Católica da Graça de São Benedito na Vila Madureira.**



Fonte: EIA/RIMA (2008)

[...] Aí ela conseguiu o cabelo dela, ficou normal, ela ficou boa. Mas, ela perdeu a visão. Ela já estava cega, porque ela tinha problema de aneurisma, perdeu a visão de todos os dois lados. Aí, ela não teve condição de pagar e a gente pagou depois que ela morreu, a gente fizemos, ficamos fazendo todo ano a festa.

Pesquisadora: Mas lá já tinha a igreja?

Entrevistada: Não, a igreja foi através da doença do meu marido. Porque ele passou seis meses andando de muleta. Aí, ele pediu, falou que se São Benedito fizesse ele largar a muleta e ele se aposentasse, o primeiro dinheiro que ele recebesse ele fazia uma capela pra botar o Santo e ia ficar fazendo a festa. Com seis meses, ele largou a muleta. Ele largou a muleta. Aí, ele se aposentou. Aí, o primeiro dinheiro a gente comprou para fazer a nossa casa, que era de taipa. Aí, fizemos toda de alvenaria e a igreja.

Entrevistada: A Igreja de São Benedito?

Interlocutora: Isso. Aí, ele botou, disse “Meu Deus como é que eu vou botar o nome dessa igreja?” Aí, ele sonhou. Aí, ele chegou de manhã e disse, porque a gente não



sabia ler, nem eu e nem ele, mas ele era danado para conta de matemática. Aí, ele, os meninos. Aí, ele garrou e disse assim: “Ê menino pequeno, escreve bem aqui no chão aqui, aí como, aí bota, A graça de São Benedito”. Aí, ele, porque assim, diz: “Não, porque eu fui sonhar, pedir que era pra ele me mostrar como era que eu ia botar o nome da igreja, da capela né?” Aí, ele disse que imaginou esse nome. Aí, botou, justo o que é hoje (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

O festejo era um momento importante de intercâmbio cultural e realização de trocas entre as comunidades vizinhas, apresentando, além dos ritos característicos dos festejos católicos, a prática do Tambor de Crioula.

Destaca-se que Tambor de Crioula é considerado uma manifestação cultural tradicional da cultura popular maranhense e Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro desde 2007<sup>15</sup>. De origem afro-maranhense, o tambor é expressão cultural e forma de pagamento de promessas religiosas em homenagem a São Benedito, consiste na realização de uma dança circular ao som de canto e percussão de tambores na qual participam coreiras (dançarinas), tocadores e cantadores (RAMASSOTE, 2006, p.16).

Além das rezas, ladainhas e danças, uma característica do Festejo de São Benedito, realizado na Vila Madureira, era a oferta abundante de comida. Conforme descreve nossa interlocutora:

Pesquisadora: Como é uma festa de tambor?

Entrevistada: Assim, é uma promessa assim, rezar, fazer, dar comida para os tamborzeiros, dar comida pro pessoal que tiver. Pra dá comida, o que tiver dá pra dar pro povo (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Em seu relato, a interlocutora destacou que somente conseguiu cumprir a promessa feita quando se mudou para a Madureira e lá construí um sítio, pois com a colheita das plantações, a criação de animais, o lugar amplo; sua família teve condições de realizar uma festa maior, – por ter mais rendimentos para gastar na preparação, provenientes da comercialização dos cultivos agrícolas e dos animais, além do uso destes na preparação do cardápio da festa – convidar muitas comunidades vizinhas e ofertar comida em abundância aos convidados. Esse período é narrado pela interlocutora<sup>16</sup> como uma época de abundância e riqueza em comparação ao momento vivido atualmente.

O intercâmbio entre as comunidades vizinhas, durante as Festas de São Benedito, também foi observado durante a pesquisa de Gaspar (2009) em estudo realizado na

---

<sup>15</sup> Disponível: <https://www.palmares.gov.br/?p=37269>. Tambor de Crioula do Maranhão Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Acesso em 14/01/2022.

<sup>16</sup> Ver relato integral na página 200 deste trabalho.

comunidade do Taim, sendo muito recorrente, durante as festas de Santo<sup>17</sup>, a execução de Tambor de Crioula ou Terecô<sup>18</sup> e as chamadas radiolas de reggae e serestas (GASPAR, 2009). Segundo o autor, a festa de São Benedito realizada no Taim era compartilhada por um grande número de pessoas vindas de comunidades próximas e de outros bairros, como Vila Maranhão, Vila Embratel, Anjo da Guarda e adjacências e “as famílias responsáveis pela realização buscam recursos, como doações e alimentos, em povoados vizinhos, como Porto Grande e Madureira” (2009, p. 119). No que concerne aos estudos sobre festas, Ferretti (2009, p. 190) destaca que grande parte das festas populares no Brasil é realizada no contexto da religião, vinculadas ao catolicismo popular ou às religiões afro-brasileiras e geralmente “como forma de pagamento de promessa a santos ou outras entidades”.

As trocas realizadas entre as comunidades da localidade também são abordadas na pesquisa de Silva (2009), aparecendo como um elemento marcante das relações de sociabilidade tanto no interior das comunidades como entre a vizinhança observadas durante a prestação de serviços (trocas de diárias ou *mutirão*), doações e trocas de produtos e alimentos, ajuda nas festas ou em outras situações e eventos vivenciados, como morte, doenças, partos, batizados. Segunda a autora, as características das trocas realizadas entre essas comunidades apresentam alguns traços do sistema de prestações e contraprestações da teoria de troca de dádivas analisado por Mauss (2003), marcado pela reciprocidade, com caráter inicialmente solidário, voluntário e gratuito e ao mesmo tempo interessado e obrigatório pelo dever moral de retribuir, conformando o ciclo do dar, receber e retribuir que marcam as obrigações recíprocas presentes nas festas e em outros eventos sociais tanto nas sociedades antigas estudadas por Mauss como nas sociedades atuais (FERRETI, 2009, p. 187).

De acordo com relatos dos moradores antigos, identificamos a existência de pelo menos dois terreiros de Mina na Vila Madureira. Segundo Ferretti, “o Tambor-de-Mina, ou somente Mina, é uma denominação da religião afro-brasileira surgida no Século XIX, na capital maranhense, onde continua sendo hegemônica” (FERRETTI, 2006, p. 90).

Desse modo, a presença de Terreiros, Igrejas e Festas de Santo, os tambores e brincadeiras, as radiolas, que caracterizavam a religiosidade, o folclore e a cultura popular expressam a diversidade sociocultural manifesta na comunidade, bem como, a sociabilidade balizada por relações de solidariedade e reciprocidade marcavam o cotidiano da vida dos

---

<sup>17</sup> Denominação empregada por Gaspar (2009, p. 119). Segundo ele, essas festas consistem em “rituais que marcam um momento de intensa sociabilidade entre moradores de um determinado local, geralmente entre famílias camponesas, ocorrendo em data programada e dedicada a um santo religioso, geralmente de religião católica”.

<sup>18</sup> Segundo Gaspar (2009, p. 119): “Terecô corresponde a uma vertente da religiosidade afro-brasileira característica, principalmente, de municípios do interior do Maranhão, como Codó”.

moradores na Madureira. Conforme narrado:

Entrevistado: Igreja evangélica lá não tinha. A gente se congregava no Anjo da Guarda. Mas, tinha a Igreja Católica. Tinha que foi a Dona Ana que construiu. Ela e o marido dela fizeram a Igreja de São Benedito. Aí, tinha, em relação a ela tinha a igreja e tinha o Tambor de Crioula que era a diversão do povo lá da Madureira, né?

Pesquisadora: Era a diversão? Como assim?

Interlocutor: Era... eu digo assim porque ela tinha o Tambor de Crioula. A única coisa que tinha era o Tambor de Crioula. E lá tinha um campo de futebolzinho, um campo de areia.

Pesquisadora: Então, o lazer lá era o Tambor de Crioula?

Entrevistado: E o campo de futebol. E tinha o Terreiro de Mina que era da Dona Cícera [Nome fictício], que morava lá também. Só que ela [... interrupção] não veio pra cá não. Hoje ela mora na Vila Maranhão. Ali no meio... aliás. Ela tem uma jazida onde tira essas areias que ela vende aí. Ela era muito famosa, ela tinha um salaozão.

Pesquisadora Ela não quis vir pra cá?

Entrevistado: Não. Porque ela queria botar o Terreiro, porque lá ela tinha o Terreiro de Mina dela, né? E aqui... como lá era dentro de uma ...era bem mais distante para não incomodar... aqui ela achou que ia incomodar... Então, ela preferiu pegar o dinheiro e comprar lá... a empresa comprou esse mais lá na frente. Mas, foi uma negociação independente (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Relacionar esse depoimento com o contexto atual da comunidade deslocada é importante porque durante a nossa pesquisa na Nova Canaã identificamos a presença de três igrejas evangélicas, a Igreja Católica não funciona (trataremos desse assunto de forma mais detalhada quando abordarmos o modo de vida da comunidade atualmente) e os dois terreiros que citamos não estão presentes. Um deles porque a proprietária já era muito idosa quando mudou para a Canaã e o neto não seguiu a tradição, embora o pequeno salão ainda permaneça na parte de trás da residência. Em relação ao terreiro citado no depoimento, a proprietária conseguiu uma negociação independente e não foi deslocada para o Residencial, permanecendo na Vila Maranhão, que é um bairro próximo à antiga Vila Madureira. Segundo o mesmo relato citado, a justificativa apresentada foi “porque ela queria botar o terreiro” e lá “era bem mais distante para não incomodar”. Esse “incômodo” relaciona-se, também, a um possível “barulho” gerado durante os rituais que, com a proximidade das casas e terrenos, de tamanhos diminutos, ficaria mais presente. Em outras duas entrevistas, a justificativa declarada foi que a própria comunidade não aceitou. Então, questionamos porque um terreiro foi e o outro não e nos foi revelado o vínculo de parentesco que a proprietária do terreiro deslocado tinha com lideranças reconhecidas na comunidade, além do fato dela estar bem idosa para realizar os rituais.

As características ambientais do território onde a Madureira se localizava também contribuíam para que a rotina da comunidade fosse marcada pela tranquilidade e pelo clima ameno proveniente das brisas do mar e da arborização do lugar.

**Figura 4: Lagoa entre a Vila Madureira e a Camboa dos Frades**



Fonte: Arquivo pessoal (2010).

Conforme relato de nossos interlocutores e de pesquisas realizadas anteriormente, observamos que inicialmente o crescimento das ocupações na Vila Madureira ocorreu a partir da divisão dos terrenos dos sítios das famílias mais antigas com seus parentes e descendentes, fato que contribuiu para a forte presença de relações de parentesco e compadrio no cotidiano do local que propiciavam uma apropriação coletiva da terra e dos meios de produção e reprodução social. Bem como, as características ambientais e geográficas da Vila Madureira, a qualidade do solo, a proximidade ao mar, a disponibilidade de terrenos para plantação, criação de animais e atividades extrativistas eram essenciais para a reprodução do modo de vida dessas famílias com suas formas de subsistência, seus rituais religiosos, suas relações comunitárias e suas relações com o território como um todo. Essas diferentes formas de viver são bem destacadas nessa fala de um de nossos interlocutores de pesquisa:

Interlocutor: [...] Tinha pessoas que viviam mais de fazer só carvão, carvão para vender, vendia e vendia bastante. Tinha bastante compradores. Outros viviam mais de vender só a galinha, porco, sabe? Criava o porco para matar e vendia. Fazia, era... As pessoas por ser mais só parente, a gente sempre foi unido assim, em relação a um sempre ajudando o outro. Quando um não tinha, a gente sempre era unido assim. Nunca houve assim conflito, contritos entre meus parentes (entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã ).

Desse modo, a partir do relato dos reassentados observa-se que, apesar da ausência do Estado na execução de políticas públicas que garantam o acesso a habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte e acesso a emprego e renda; as famílias residentes na Vila Madureira conseguiam reproduzir seus modos de vida a partir da apropriação dos recursos

disponíveis no território e das relações de parentesco, solidariedade e vizinhança existentes na localidade.

#### **2.4 Os antigos e os recém-chegados: As diferentes formas de ocupação da Vila Madureira, o crescimento da comunidade e os modos de vida heterogêneos**

Em pesquisa realizada em 2008, antes do deslocamento das famílias da Vila Madureira, a equipe do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) identificou um dado importante na diferenciação dos moradores relacionado às diferentes modalidades de ocupação dos terrenos no local e ao fato de como os moradores mais antigos se diferenciam dos recém-chegados. Os primeiros, os moradores mais antigos, se diferenciavam por maior enraizamento, decorrente de relações mais arraigadas e afetivas com o lugar, apropriado como meio de reprodução social e cultural entre as gerações das famílias. Bem como, as trocas comunitárias durante o cotidiano, as festas religiosas, os mutirões para a realização de trabalhos coletivos em seus terrenos fortaleciam os vínculos sociais já estabelecidos nas relações de parentesco, compadrio, amizade e as relações de vizinhança com as comunidades ao entorno. Por outro lado, os recém-chegados eram considerados como “invasores” cuja ocupação dos terrenos tinha a finalidade apenas de obter indenização (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2008).

Além da classificação entre moradores antigos e recém-chegados, observamos nas entrevistas coletadas durante nossa pesquisa outras diferenciações entre os donos de terrenos da Vila Madureira e pudemos inferir a existência de: 1. proprietários antigos que de fato moravam na Vila Madureira; 2. proprietários antigos (alguns deles parentes de moradores antigos do lugar) que apenas tinham sítios para passar os finais de semana, fazer plantações, trabalhos e empreendimentos extrativistas (vegetal e mineral), exploração comercial etc. e contribuir com a reprodução econômica de suas famílias e 3. duas espécies de proprietários situados na categoria dos recém-chegados, uns que de fato residiam em seus terrenos e faziam o aproveitamento deles para posteriormente obter indenização e os que possuíam os terrenos apenas para obter indenização, mas sem fazer uso social e econômico ou que cediam a terceiros para que eles fizessem uso e dividissem o valor de possível indenização. Essa diferenciação pode ser observada nos relatos de alguns interlocutores quando eles descrevem a forma como chegaram à Vila Madureira.

Pesquisadora: E como o senhor chegou à Vila Madureira?

Entrevistado: Na Vila Madureira? Eu... essa minha filha morava ela, as irmãs com a mãe. Eu fui morar na casa deles. [...]

Pesquisadora: Elas moravam lá?

Entrevistado: Não. Na Mauro Fecury I, Anjo da Guarda. Eu fui morar dentro de casa com eles. Foi quando surgiu um terreno lá de um amigo Josué [Nome fictício] que tinha lá, e passou pra mim, uma pessoa que trabalhasse. Eu nunca tive fastio com serviço, hoje eu tenho por causa da minha visão. Aí, eu entrei. “Olha esse terreno aqui é seu, quando a empresa der a indenização, for indenizado, você me dê uma ponta”. Tudo bem.

Pesquisadora: Ele deu pro Sr. fazer o que no terreno?

Entrevistado: Pra mim fazer uma casa, pra mim trabalhar.

Pesquisadora: Pro Sr. ficar cuidando do terreno?

Entrevistado: Isso. Era muito grande. Aí eles me deram num lugar feio. Longe do povo. Pra mim apanhar água, era lá embaixo, desce uma subida. Minha irmã, eu entrei lá, eu bebia uma garrafa de pitu todo dia porque era aqueles morros que tinha, um aqui, outro ali, outro ali. Eu saía fofando a barreira por baixo e espalhando, espalhando. Eu fiz um sítio. Em 4 anos já tinha limeira botando. 4 anos eu já tinha plantação botando direto.

Pesquisadora: O Sr. Tinha plantação de que lá?

Entrevistado: Caju, macaxeira, mandioca, lima, abacaxi, abobora, tudo tinha..., 4 anos, e gente que vivia lá muitos anos...

Pesquisadora: O senhor morou lá 4 anos?

Entrevistado: 4 anos direto.

Pesquisadora: Ficou morando mesmo, se mudou pra lá?

Entrevistado: Morando. Eu botei um comércio lá. E aí eu comecei.

(Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Esse dado também é reforçado na entrevista cedida por outro interlocutor de pesquisa que recebeu o terreno da mesma pessoa que repassou para o entrevistado anterior.

Pesquisadora: E como é que o senhor teve contato lá com a Madureira? Como o senhor conheceu a Madureira?

Entrevistado: Eu conheci através de um irmão chamado Josué [Nome fictício]. Ele era da minha igreja e ele já tinha uma área lá e eu sempre ouvia falar, “irmão, eu tenho uma área”. Ele sempre falava pra mim. Ele sempre me convidava. E aí chegou um dia dele dizer, “irmão, você não quer só pegar um pedaço do terreno lá aonde eu tenho essa área? Você pode fazer uma casinha”.

Pesquisadora: Você ainda não tinha casa própria na época?

Entrevistado: Na época, eu já tinha. E aí ele disse “a gente está esperando uma indenização, já tá previsto o pessoal sair de lá porque vem uma empresa praí e praticamente aquela área tá comprometida pra essa empresa, se você quiser, quando sair, você faz uma casa lá e quando sair a gente divide aí o lucro”, como diz o outro, né? E aí eu me interessei. Fiz uma casa e aí deu tudo certo. Porque na realidade ele foi uma pessoa bacana comigo, foi a razão de eu ter essa casa aqui. Porque quando saiu lá a questão da indenização ele negociou comigo (Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Essas diferentes modalidades de ocupação também caracterizam as diversas redes de relações estabelecidas entre moradores, proprietários e comunidades vizinhas, conforme é bem descrito no relatório da pesquisa de campo realizada pelo GEDMMA (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2008, p. 9):

No que foi constatado, na Vila Madureira e em Camboa dos Frades há uma diversificada rede de relações. Verificamos a ajuda mútua entre moradores em mesma condição social (horizontais). Ou seja, os moradores se juntam para uma troca de dia de trabalho no terreno do outro, por meio do qual se estabelecem relações de compadrio, de amizade entre vizinhos. Podemos considerá-las como parte de um sistema de reciprocidade entre esses moradores e que fortalecem seus vínculos com o lugar onde vivem. Outras relações foram constatadas e podemos defini-las aqui como *verticais*, ou seja, entre moradores antigos e menos aquinhoados com moradores de outros bairros com maior poder aquisitivo. Estas, em muitas circunstâncias se revestem em relações do tipo *patrão-cliente* e tendem a ser mais *instrumentais*. São relações que se estabelecem entre partes desiguais economicamente e politicamente. Comerciantes, proprietários de terras, pequenos e médios empresários que exploravam os recursos minerais como areia e pedra muito abundantes na área, os moradores de outros bairros que têm poder aquisitivo elevado com relação aos moradores locais, investiram em terrenos, maquinários e moradias temporárias na Vila Madureira. Tais relações não raramente são tidas como instrumentos para barganhar serviços de interesses imediatos com os moradores *estabelecidos*.

De acordo com o levantamento socioeconômico realizado antes do deslocamento em 2007, foram contabilizados 75 imóveis de famílias que possuíam terreno na Vila Madureira. Desses imóveis, apenas 46 eram usados como moradia permanente das famílias (58,3%), 20 eram utilizados para descanso e/ou lazer (27,8 %), 6 (8,3%) usados para plantio, cedidos a terceiros ou com moradia em construção; e outros 4 imóveis foram classificados como sem utilização. O relatório de pesquisa destaca que 26 proprietários de imóveis que não residiam na Vila Madureira, moravam em vilas e locais próximos, como Anjo da Guarda, Vila Embratel e Vila São Benedito.

Destacar essa diferenciação interna estabelecida entre moradores e proprietários de terrenos na Vila Madureira é importante porque ela é um componente de análise para compreender a adesão da comunidade a proposta de deslocamento, a ‘ausência’ de resistência de forma coletiva, e o descontentamento de alguns moradores antigos em relação à forma de tratamento dada à questão. Esse fato é observado na fala de um de nossos interlocutores quando ele relata o aumento da ocupação dos terrenos com a chegada das empresas e como isso influenciou no processo de negociação:

Pesquisadora: A terceira o quê? Empresa?

Entrevistado: Hemhem. Aí, a primeira foi ... Aí, negada viu... Ah, vai sair Madureira. Aí correram. Aí, vinham, faziam casinha pra tudo quanto era lado. Aí, não saiu. Aí, parou, negada foram tudo embora. Largaram as casinhas velhas lá. Aí quando entrou outra pra coisar, eles correram tudo de novo pra lá. Aquelas monte de casinha lá. Aí, foi de novo pra lá. Aí, não tirou. Rapaz, eles não vão tirar é nada daqui. Quando foi na segunda vez, correm tudo pra lá, foi quando a empresa tirou. A MPX...

Pesquisadora: O que o senhor achava dessas pessoas novas, todo mundo era a favor de sair?

Entrevistado: Ah, esses que chegaram?! Mas claro! Que eles queriam pegar dinheiro e pegar alguma coisa pra eles. Esses que não tinham o costume de estar lá, que eles não viviam lá mesmo. Esses aí, todo mundo queria. Mas quem já vivia mesmo lá dentro não queria. É. Aí, um muncado prejudicou os outros que estavam lá, os mais velhos, quer dizer que eles prejudicaram. Então, eles estavam com vontade de pegar

no dinheiro e pegaram, o que eles dessem para eles era lucro, como sempre tem uns aqui que dizem que o que eles pegassem lá pra eles era lucro. Não era nós que passamos anos e anos lá como eles disseram. [...] Eles não tinham nada, só casa abandonada, as casinhas velhas tudo abandonadas lá. Não morava lá ninguém. Fizeram as cabaninhas velhas lá, largavam tudo lá (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Observamos, portanto, que as diferentes formas de ocupação da Vila Madureira são responsáveis pela formação de uma comunidade heterogênea marcada pelos diferentes vínculos que os proprietários estabelecem com o lugar e que demarcam seus interesses, suas visões sobre a forma vida no local e seus posicionamentos em relação ao deslocamento e ao empreendimento. Essa heterogeneidade reflete os diferentes modos de vida e suas visões do território, seja como lugar de vivência seja como lugar de exploração econômica ou descanso.

Maurice Halbwachs (1990) destaca que os grupos sociais e suas práticas coletivas estão naturalmente vinculados aos espaços que ocupam e que esses espaços determinam seus hábitos culturais e sua maneira de ser. No espaço coletivo, o homem “não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio” (HALBWACHS, 1990, p.133). Desse modo, a memória coletiva do grupo se desenvolve em um quadro espacial (HALBWACHS, 1990, p.143).

De acordo com a memória das famílias mais antigas, o território apresentava-se como o espaço do vivido, um espaço de relações, relações das famílias entre si e delas com a natureza, com suas casas, com seus sítios; um espaço onde se reproduziam não só economicamente, mas simbolicamente nas práticas e trocas religiosas, culturais e de lazer. Sobre as relações dos grupos sociais com o lugar, Halbwachs destaca:

[...] se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. Eliminaí agora, eliminaí parcialmente ou modificaí em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens, ou mudai somente o lugar que ocupam em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão, mas os grupos resistirão (1990, p.136).

A duração, ou resgate, da memória das famílias sobre o modo de vida no lugar ocupado anteriormente faz-se possível pela dialética entre o presente e o passado na lembrança, conforme destaca Gaston Bachelard: “recordamo-nos de uma ação mais seguramente quando a ligamos ao que a sucede do que quando a ligamos ao que a precede” (1994, p. 48).

A duração não pode tampouco ser ensinada diretamente por nosso passado tomado como um bloco uniforme. Ao nos colocarmos do ponto de vista de Pierre Janet,



rapidamente reconhecemos, com efeito, que não se ensina a recordação sem um apoio dialético no presente; não se pode viver o passado sem o encadear num tema afetivo necessariamente presente. Em outras palavras, para ter a impressão de que duramos – impressão sempre singularmente imprecisa – precisamos substituir nossas recordações, como os acontecimentos reais, num meio de esperança ou de inquietação, numa ondulação dialética. Não há recordação sem esse tremor do tempo, sem esse frêmito afetivo. Mas nesse passado que acreditamos pleno, a evocação, a narrativa, a confiança ocupa o vazio dos tempos inativos; sem cessar, quando recordamos, estamos misturando, ao tempo que serviu e ofereceu, o tempo inútil e ineficaz. A dialética das felicidades e das dores nunca é tão absorvente como quando está de acordo com a dialética temporal. Sabemos então que é o tempo que toma e que dá. Adquirimos subitamente consciência que de que o tempo vai tomar ainda. Reviver o tempo desaparecido é assim aprender a inquietude da nossa morte (BACHELARD, 1994, pp. 37-38).

Esse encadeamento afetivo entre o passado e o presente é enredado pelo evento do deslocamento compulsório como uma experiência que gerou inquietações e rupturas, na dialética das felicidades e das dores, que demarcam a vivência e a memória do antes, durante e depois das famílias reassentadas.

## **2.5 Notas sobre parâmetros classificação, colonialidade, desenvolvimento e perspectiva decolonial .**

Nesse capítulo fizemos uma reconstituição dos modos de vida na Vila Madureira tendo como parâmetro os dados secundários obtidos do Relatório de Impacto Ambiental da Termelétrica Porto do Itaquí, referente ao estudo socioeconômico realizado antes do deslocamento compulsório, e a narrativa das famílias deslocadas. Inicialmente observamos que os dados apresentados no estudo socioeconômico eram insuficientes para retratar as especificidades do modo de vida das famílias na Vila Madureira, por apresentarem somente características “negativas” relativas ao baixo padrão construtivo das casas, a baixa escolaridade das famílias, as formas de ocupação, renda e à ausência de acesso a serviços básicos. Em geral, baixos níveis em variáveis como renda, escolaridade, habitação, acesso a serviços públicos em estudos socioeconômicos são critérios para a definição da situação de pobreza.

Por outro lado, as narrativas das famílias antigas demonstraram o modo de vida na Madureira em todo o seu potencial e riqueza ao retratarem as vivências e relações desenvolvidas no território em suas múltiplas formas de reprodução econômica, social, cultural, ambiental e simbólica que não podem ser reduzidas a uma dimensão de carência.

Desse modo, a abordagem sobre os modos de vida nos leva a um parêntese para

fazemos uma observação sobre determinados parâmetros que são utilizados para caracterizar determinados povos, comunidades ou grupos sociais, ou seja, sobre formas de classificar o “outro”, remetendo, desse modo, à discussão sobre etnocentrismo, considerando a reflexão importante existente na antropologia sobre o etnocentrismo do pesquisador (KUSCHNIR, 2005).

Pierre Bourdieu já assinalava que os critérios de classificação são produtos de lutas simbólicas (1994). Segundo ele, os princípios de classificação usados para pensar o mundo social em seus diversos campos são produtos de relações de forças para universalizar e legitimar determinado monopólio de representação simbólica da realidade (BOURDIEU, 2001). Desse modo, “as formas de classificação são formas de dominação, [...] a sociologia do conhecimento é simultaneamente uma sociologia do reconhecimento e do desconhecimento, ou seja, da dominação simbólica” (BOURDIEU, 2004, pp. 37-38).

Em uma revisão literária sobre como os “pobres” são classificados nas ciências sociais brasileiras, Sarti (2011, p. 36) destaca que durante muito tempo prevaleceu uma tendência a defini-los por uma negatividade, “como o avesso do que poderia ser” ou com base na carência material. Segundo ela, essa perspectiva acaba sendo “uma desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta”. Nesse sentido, destaca que a pobreza pode ser definida por eixos distintos e limitá-la a um único eixo de classificação, a carência material como critério exclusivo, reduz o seu significado social e simbólico (SARTI, 2011, p. 42).

Na mesma perspectiva, Marshall Sahlins, ao destacar as sociedades de coleta/caça como primeira sociedade da afluência (abundância), ao contrário das classificações tradicionais relacionadas à ideia de escassez, limitação e carência; reforça a crítica às interpretações que reduzem a estrutura econômica dessas sociedades em termos de pobreza absoluta ao invés de analisá-las dentro de suas realizações e limites (SAHLINS, 2004, p. 27). E destaca “os mais primitivos povos da terra têm poucas posses, *mas não são pobres*. A pobreza não é certa relação de bens, nem simples relação entre meios e fins; acima de tudo, é relação entre pessoas. A pobreza é um estatuto social, invenção da civilização” (SAHLINS, 2004, p. 27).

Essa tendência de classificação do “Outro” em termos negativos também é fortemente presente quando se compara diferentes modos de vida, como o modo de vida dos povos “tradicionais” ou o modo de vida rural, e o modo de vida urbano, ou as comparações estabelecidas entre centro e periferia nos grandes centros urbanos etc. Os parâmetros de

referência estão sempre na ausência, na falta ou no atraso em relação a outro mais abundante, mais desenvolvido.

A ideia de atraso é principal argumento para promoção de empreendimentos desenvolvimentistas nos territórios de comunidades locais. Ela nos remete à discussão de Johannes Fabian (2013) sobre a relação entre o tempo e o outro na Antropologia, na qual ele destaca os usos do tempo na antropologia moderna e a negação da coetaneidade. Segundo ele, com o processo de naturalização do tempo “o outro é construído como um sistema de coordenadas (também provenientes, naturalmente, de um centro real – a metrópole ocidental) em que determinadas sociedades de todos os tempos e lugares podem ser esboçadas em termos de relativa distância do presente” (p. 62). Essa narrativa reforça a ideia de atraso, a comparação entre sociedades consideradas desenvolvidas e sociedades consideradas atrasadas, ou seja, reforça um parâmetro de análise em termos daquilo que falta, em termos daquilo que a sociedade, ou comunidade, considerada “atrasada” deveria ser.

A discussão sobre a modernidade/colonialidade<sup>19</sup> foi retomada por autores decoloniais numa perspectiva crítica sobre os atuais processos de dominação, exploração e exclusão gerados pelo sistema-mundo capitalista moderno-colonial que ainda reproduzem as antigas hierarquias estabelecidas entre as sociedades européias “civilizadas”, tidas como modernas e as suas antigas “colônias”, consideradas como primitivas, tradicionais ou atrasadas, por meio da divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos, na qual os países do “centro” são considerados como desenvolvidos e os países chamados periféricos retornam à linha evolutiva de classificação como sociedades ditas atrasadas ou subdesenvolvidas. Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), o fim do sistema colonial e a criação dos Estados Nacionais nas antigas colônias não significaram uma descolonização ou pós-

---

<sup>19</sup> Segundo Dussel (2005, p. 28), o conceito de “Modernidade” é uma “invenção ideológica” que concebe a Europa Ocidental numa posição de centralidade na história mundial e coloca todas as outras culturas como culturas periféricas em relação a cultura européia. Nessa visão, a sociedade liberal moderna apresenta-se como a forma mais avançada, o modelo civilizatório universal. Para Landier (2005, p.13), o conceito de modernidade apresenta quatro dimensões: “1) a visão universal da história associada a ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos”. Nessa perspectiva o “mito da modernidade” e de sua missão civilizatória junto aos povos “primitivos”, “atrasados” é “a justificativa de uma prática irracional da violência” (DUSSEL, 2005, p. 29). A tese que defende que a Modernidade é indissociável da Colonialidade remete exatamente à importância do contexto inicial de exploração das colônias para a expansão da sociedade moderna europeia: “A modernidade como novo “paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge no final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes da América do Norte) como a ‘outra face’, dominada, explorada e encoberta” (DUSSEL, 2005, p. 30).

colonização do mundo; mas a mudança de um colonialismo moderno para um colonialismo global. Assim:

Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial. Las nuevas instituciones del capital global, tales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), así como organizaciones militares como la OTAN, las agencias de inteligencia y el Pentágono, todas conformadas después de la Segunda Guerra Mundial y del supuesto fin del colonialismo, mantienen a la periferia en una posición subordinada. El fin de la guerra fría terminó con el colonialismo de la modernidad, pero dio inicio al proceso de la colonialidad global. De este modo, preferimos hablar del ‘sistema-mundo europeo/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial’ (Grosfoguel, 2005) y no sólo del ‘sistema-mundo capitalista’ porque con ello se cuestiona abiertamente el mito de la descolonización y la tesis de que la posmodernidad nos conduce a un mundo ya desvinculado de la colonialidad. Desde el enfoque que aquí llamamos ‘decolonial’, el capitalismo global contemporáneo resignifica, en un formato posmoderno, las exclusiones provocadas por las jerarquías epistémicas, espirituales, raciales/étnicas y de género/sexualidad desplegadas por la modernidad. De este modo, las estructuras de larga duración formadas durante los siglos XVI y XVII continúan jugando un rol importante en el presente (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, pp. 13-14).

Na perspectiva dos autores pós-coloniais e decoloniais<sup>20</sup>, a colonização envolveu um processo amplo de dominação e imposição de um padrão civilizatório ocidental moderno europeu tido como superior sobre outras culturas, sobre outros modos de ser, de saber e de pensar das sociedades que foram colonizadas, num processo amplo de violência física, epistêmica e racial (LANDER, 2005; DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2005). Nesse contexto, a colonialidade resultante desse processo mantém seus mecanismos de funcionamento na atualidade, a partir de eixos em que os autores denominaram como colonialidade do poder (QUIJANO, 2005; 2007), do saber (CASTRO-GÓMEZ, 2005, 2007; LANDER, 2005) e do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), impondo formas de dominação, concepções de razão e

---

<sup>20</sup> Segundo Ballestrin (2013), o pensamento pós-colonial não é uma corrente linear, disciplinada e articulada de pensamento, mas, como um movimento epistêmico, intelectual e político, o pós-colonialismo é considerado um precursor da corrente decolonial. Ambos refletem perspectivas críticas da relação de colonização antagônica estabelecidas entre os países colonizados e seus colonizadores enquanto relação de exploração e dominação política, econômica, cultural, epistêmica e étnica, bem como, uma crítica epistemológica às chamadas narrativas universais e essencialistas geradas a partir da denominada modernidade europeia ocidental. Entretanto, a corrente decolonial coloca-se numa perspectiva mais crítica ao questionar os próprios paradigmas utilizados; considerando que, mesmo as críticas anticoloniais realizadas por intelectuais pós-colonialistas, ainda são demarcadas por uma visão eurocêntrica, seja nas correntes pós-estruturalistas, desconstrutivistas ou pós-modernas etc. O Grupo de estudos latino-americano Modernidade/Colonialidade constituído no final dos anos 1990 – surgido a partir da ruptura com o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, influência do Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (1970) – coloca a ênfase na necessidade de repensar a história da América Latina a partir de uma enunciação interna, de um olhar a partir da vivência e do saber dos grupos e estudiosos “nativos”, do “outro”, dos grupos subalternizados, “pensar a partir do sul” e não a partir do olhar do branco europeu, do pensamento ocidental; numa necessidade de descolonização da própria episteme e de criar “paradigmas outros”, no chamado “giro decolonial”, como um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105)

conhecimento tidos como universais; formas de organização do trabalho, hierarquias entre culturas diferentes e classificações entre raças, transformando as subjetividades num amplo processo de homogeneização (QUIJANO, 2005; 2007; CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Esse sistema-mundo capitalista moderno e colonial tomou um novo fôlego a partir das iniciativas desenvolvimentistas norte-americanas do pós-guerra. Nesse contexto, Escobar (2014) destaca o mapeamento cronológico das discussões acadêmicas sobre o “desenvolvimento”.

Segundo ele, nos anos compreendidos entre 1950 e 1960 existia uma crença efetiva na ideia de desenvolvimento como forma concreta de modernização e crescimento econômico, como se ele fosse um receituário a ser aplicado pelos países considerados subdesenvolvidos para chegar ao patamar de desenvolvimento. Posteriormente, no período compreendido entre 1960 e 1970, o desenvolvimento se expressa como uma ideologia dominante dentro do sistema capitalista.

Somente nos anos 1980 e 1990, surgiram outras perspectivas críticas ao desenvolvimento, considerando-o como discurso e prática que produz uma “invenção” do terceiro mundo como “subdesenvolvido”. Essa “invenção” promove o aparecimento de todo um aparato institucional, por meio da profissionalização e especialização de conhecimento, para lidar com o subdesenvolvimento, a partir dos organismos internacionais de ajuda. Instituições que na prática reforçaram os antigos mecanismos de dominação social, cultural, econômica e política (ESCOBAR, 2014).

Esse processo de crítica culminou com o surgimento da noção de pós-desenvolvimento, a partir dos anos 1990, voltada para perspectivas alternativas ao desenvolvimento por meios de outras visões de mundo, a partir da concepção dos movimentos sociais e das comunidades territorializadas (ESCOBAR, 2014). Uma dessas alternativas propostas pelos autores, principalmente com base na experiência das comunidades indígenas latinoamericanas, seria o “Bem Viver”, uma vez que ele “faz uma oposição ao desenvolvimento, que privilegia o crescimento econômico, a exploração dos recursos naturais, a lógica do mercado e a busca da satisfação material e individual acima de tudo” (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2018, p. 147). Nessa perspectiva, o bem viver seria um oposto ao significado de qualidade de vida ditado nos termos da sociedade de mercado/consumo (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2018, p. 147). De modo geral, essas perspectivas alternativas voltam-se para as experiências vividas em comunidades locais, com seus modos de vida, seus saberes, suas especificidades histórico-culturais, suas relações comunais, num contexto em que a globalização e a desterritorialização

promovidas na fase neoliberal do capitalismo tentam remover as referências fixas e locais e homogeneizar a cultura.

Para além dos contextos mais macros, as práticas colonizadoras e desenvolvimentistas, no atual período da globalização, operam nos contextos locais a partir de projetos de desenvolvimento e modernização econômica estatal ou de empresas nacionais e multinacionais, impondo formas homogeneizadoras e controladoras dos territórios das comunidades situadas no entorno desses projetos, ou deslocadas compulsoriamente em função deles, por meio de novas tecnologias sociais de controle, a partir de estratégias de desenvolvimento participativo e responsabilidade social empresarial buscando uma “licença social” para operar (ACSELRAD, 2018, PINTO, 2019).

Para Acselrad, essas novas tecnologias de controle do território, a partir da gestão empresarial do “social” ou das “comunidades” através da qual as empresas passam a intervir com ações de filantropia e prestação de serviços públicos por meio de projetos sociais, reproduzem na contemporaneidade as antigas práticas dos estados europeus com suas colônias ou das agências internacionais de ajuda e promoção do desenvolvimento com os chamados países de terceiro mundo na esfera local (ACSELRAD, 2018).

A leitura crítica que esses autores (ACSELRAD, 2018, PINTO, 2019) fazem das estratégias de responsabilidade social no âmbito dos projetos de desenvolvimento, como uma tecnologia de controle do território, é importante porque reflete a forma como essas empresas ganham espaço nas comunidades em razão da ausência seletiva do Estado, diante da ausência de políticas públicas que garantam direitos básicos de cidadania como a oferta de habitação, serviços de saúde, educação, transporte, lazer, garantia de trabalho e renda, dentre outros direitos sociais garantidos constitucionalmente.

No capítulo seguinte destacaremos, de forma breve, o histórico dos efeitos da implementação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento na Zona Rural do Município de São Luís de forma a contextualizar os conflitos pela disputa territorial na área que compreendia a Vila Madureira, os processos de expropriação e de resistência gerados. Abordaremos de forma mais específica o processo de licenciamento da termelétrica e de deslocamento compulsório da comunidade Vila Madureira analisando os mecanismos adotados pelos empreendedores para a garantia da liberação da licença e negociação do programa de reassentamento, como uma das condicionantes do licenciamento ambiental.

Esses mecanismos são analisados tendo como referência a discussão feita por esses autores sobre a colonialidade e estratégias de responsabilidade social empresarial como

formas de controle do território das comunidades. Nesse aspecto, entendemos que o estudo socioeconômico, ou os resultados desse estudo realizado pelos representantes do empreendimento com as famílias antes do deslocamento compulsório, que é componente do processo de licenciamento ambiental da termelétrica, é uma das primeiras estratégias acionadas pelos empreendedores, pois, a leitura que eles fazem do modo de vida das famílias, reduzindo-o a uma situação de pobreza e carência, justifica o deslocamento compulsório e, nesse caso, o empreendimento passa a ser apresentado e justificado não somente como um vetor de desenvolvimento para o país, mas também para as próprias famílias.

### **3 DURANTE - A CHEGADA DO EMPREENDIMENTO, AS NEGOCIAÇÕES, OS CONFLITOS E O DESLOCAMENTO DA VILA MADUREIRA**

*“Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?”*

*João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas*

Neste capítulo discutiremos, ao longo dos tópicos, o processo de instalação da Termelétrica Porto do Itaqui e os conflitos socioambientais gerados em torno do licenciamento e da implantação desse empreendimento. Inicialmente, fazemos um breve resgate histórico das implicações da instalação de alguns projetos desenvolvimentistas na Amazônia Legal brasileira e seus desdobramentos, principalmente, na Zona Rural do Município de São Luís, Estado do Maranhão, e os efeitos desses empreendimentos sobre o modo de vida das comunidades atingidas com a imposição de deslocamentos compulsórios e a perda dos meios de subsistência, destacando, sobretudo, processos de resistência acionados por essas comunidades.

Descrevemos a instalação da UTE Porto do Itaqui como um dos projetos efetivados na conjuntura do Programa de Aceleração do Crescimento com a retomada de projetos de desenvolvimento em infraestrutura pelo Governo Federal. Abordamos de forma breve o processo de licenciamento ambiental do empreendimento sem analisar de forma pormenorizada todos os programas e condicionantes previstos e nem todos os conflitos desencadeados no meio administrativo e judicial. Essa discussão é realizada de modo a contextualizar o desdobramento da discussão central realizada no capítulo que é analisar o processo de deslocamento das famílias da comunidade Vila Madureira e as estratégias que foram acionadas pelos empreendedores e pela comunidade nesse contexto e durante o a negociação do Programa de Realocação Residencial.

No tópico final, fazemos um breve resumo do conflito entre a termelétrica e a comunidade Camboa dos Frades que foi atingida pelas obras de terraplanagem do empreendimento. Embora não tenha sido objeto de estudo desse trabalho, a referência à situação dessa comunidade é importante para observar a diferenciação de tratamento dado às duas comunidades atingidas mais diretamente pelo empreendimento.



### **3.1 Territórios de incertezas e de resistências: os projetos de desenvolvimento e a constante ameaça de deslocamentos compulsórios na Zona Rural de São Luís.**

Historicamente, as intervenções estatais planejadas na Amazônia e no Nordeste se voltaram para a execução de projetos de desenvolvimento regional pautados no incremento de grandes obras de infraestrutura, projetos de colonização e incentivos fiscais para instalação de projetos privados no setor de agropecuária, mineração, atividade madeireira etc.

Inicialmente, essas intervenções visavam à interligação dessas regiões, consideradas como “vazias” demograficamente e “atrasadas” social e economicamente, mas com rico potencial de recursos naturais, à dinâmica do desenvolvimento nacional, como um projeto de “integração nacional” (SANTOS, 2009) no contexto da ditadura empresarial-militar (HERLER, 2011)<sup>21</sup>, especialmente no período compreendido entre 1966 a 1985, em que se destacam os chamados Grandes Projetos e o delineamento de uma política estatal desenvolvimentista (BECKER, 2006).

Nesse contexto, destacou-se o Programa Grande Carajás (PGC), regulamentado pelo Decreto federal n.1.813, de 24 de novembro de 1980, concebido como um programa de desenvolvimento regional da Amazônia oriental. Unindo as atividades de extração mineral das grandes jazidas da Serra dos Carajás, no âmbito do Projeto Ferro Carajás, criado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) em 1978, a outros projetos voltados para exploração florestal, agropecuária, madeireira, energética e siderúrgica ao desenvolvimento de infraestrutura para o escoamento e exportação dos recursos minerais e de outras commodities com a construção da Estrada de Ferro Carajás e a ampliação do Complexo Portuário de São Luís, com a construção do Porto Ponta de Madeira. Conforme descreve Gistelinck (1988, p. 60):

A criação do PGC era apenas uma consequência do fato de que o governo federal já estava envolvido na implantação de projetos minero-metalúrgicos de ferro e de alumínio na região além de estar implantando a hidrelétrica de Tucuruí e a infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovia, portos). Centralizava, no entanto, todo o poder em Brasília e se superponha às três Superintendências Regionais de Desenvolvimento, SUDAM, SUDENE e SUDECO<sup>22</sup>, todas operando em macro-regiões, respectivamente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste do País. Inicialmente o PGC era voltado quase exclusivamente para o objetivo definido como prioritário pelo governo: a formação de divisas para o País, através da implantação de grandes projetos de exportação e de infra-estrutura básica, necessária à sua

---

<sup>21</sup>De acordo com Herler (2011), a adoção do termo empresarial-militar tomada por alguns autores seria uma forma de evidenciar os segmentos da sociedade que fizeram de fato parte do golpe de 1964, termo mais específico do que o civil-militar.

<sup>22</sup>Respectivamente: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

viabilização. Uma de suas funções principais era conceder incentivos fiscais e financeiros, em regime especial, como instrumento básico para induzir investimentos privados nas mais diversas atividades econômicas.

Especificamente, o desdobramento do Projeto Ferro Carajás visava à criação de uma infraestrutura logística para possibilitar a execução dos projetos de exploração mineral, com a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), a instalação e a ampliação do sistema portuário, a construção do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira e demais infraestruturas logísticas necessárias para o transporte, carga e descarga do material. Formava-se, assim, o sistema de interligação de mina-ferrovia-porto formado pelo “Complexo Minerador da Serra dos Carajás, no Pará, que lavra, beneficia e estoca o minério; pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), que o transporta; e pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM), no Maranhão, que o embarca” (DOURADO, 2008, p. 65).

A inserção maranhense nos grandes projetos da região de Carajás ao longo da década de 1980 ocorreu mediante ações e incentivos do governo do Estado, dentre elas, destaca-se a criação da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio (COSTA, 2003, p. 65). Secretaria criada com a missão de empenhar-se na implantação de uma usina siderúrgica em São Luís, projeto associado à ideia de formação posterior de um polo siderúrgico com o qual, conforme divulgado pelo governador à época, buscava-se desenvolver “uma vocação metalúrgica no nosso Estado, ponderando-se, acima de todas as razões, o seu excepcional Porto do Itaqui, sempre considerado [...] como de condições extraordinárias de embarcações de grande capacidade de carga” (COSTA, 2003, p. 65 apud MOREIRA, 1989, p. 3).

Esses objetivos coadunaram na formalização do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) na década de 1980, mediante Decreto Estadual nº 7.632. De acordo com Carvalho (2009, pp.45-46), a primeira elaboração do DISAL foi realizada quando o Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, delimitou a área industrial do Itaqui-Bacanga e, a segunda demarcação, foi realizada em 1977, mediante Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, estabelecendo a área Tibiri-Pedrinhas como industrial. De acordo com essa autora, o Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, resultou na unificação das áreas determinadas anteriormente, destinando ao Distrito Industrial de São Luís uma área de 19.946,2316 ha (CARVALHO, 2009, p. 46).

À vista disso, o desdobramento do Projeto Ferro Carajás e do Programa Grande Carajás, com o fornecimento de incentivos fiscais, contribuiu para a dinamização do setor industrial em São Luís com o desenvolvimento das indústrias minero-metalúrgicas a partir da implantação dos projetos de exploração mineral da antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce

(CRVD), atual empresa privada Vale S.A, e do projeto alumina e alumínio do Consórcio de Alumínio do Maranhão S. A. (ALUMAR), liderado pela multinacional norte-americana ALCOA (COSTA, 2003).

A instalação desses empreendimentos e a formação de um complexo portuário em São Luís foram viabilizadas em razão da localização estratégica e as características do litoral do município – situado na Ilha de Upaon-Açú, nome indígena da Ilha do Maranhão ou Ilha de São Luís, entre as baías de São Marcos e São José, no Golfão Maranhense –, tendo em vista a profundidade de suas águas e a proximidade com os mercados da Europa e dos Estados Unidos.

O desenvolvimento da infraestrutura logística de estradas e ferrovias interligadas ao complexo portuário, permitindo a carga e descarga de navios de grande porte, transformou a cidade em um corredor de exportação, fazendo com que segmentos empresariais e governos acessem rotineiramente o discurso de sua vocação seja metalúrgica, industrial ou portuária para justificar a instalação de novos empreendimentos no local, mesmo que à custa do deslocamento de comunidades e da degradação ambiental. Considerando que grande parte da área também é considerada, oficialmente como zona rural, contando com a existência de várias comunidades locais que se reproduzem social, cultural e economicamente usufruindo das características ambientais do território que possibilitam a prática de atividades voltadas para a agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades extrativistas.

Desse modo, a instalação desses empreendimentos também desencadeou várias consequências sociais e ambientais, como o deslocamento de comunidades locais residentes nos territórios apropriados pelos empreendimentos, contribuindo para o aumento da insegurança fundiária e habitacional na região e para o aumento populacional na zona urbana, bem como, o comprometimento do ecossistema manguezal, a poluição de rios e da atmosfera existentes nas áreas próximas aos empreendimentos com a emissão de resíduos sólidos, produtos químicos e gases poluentes e a ocorrência de desmatamentos (SANTOS, 2010, p.139). Conforme destaca Gistelinck:

Em 1974, o governo estadual entregou, na mesma área, mais de 3.000 ha à CRVD, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas habitacionais para os moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 ha, entre Maracanã e Estiva foram entregues à ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca. Nos dois casos, as famílias foram indenizadas pelas benfeitorias, muitas vezes de maneira arbitrária, mas não foram criadas novas condições de trabalho, adaptadas à capacidade da população (GISTELINCK, 1988, p. 31-32).

De acordo com Santos (2009, p. 38), a instalação das fábricas de alumina e alumínio da ALUMAR ocasionou a desapropriação de 17 comunidades da zona rural de São Luís, assim como a construção dos terminais ferroviários e portuários da CRVD também motivaram o deslocamento de outras comunidades.

Um relatório dos trabalhos realizados pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no ano de 1981 descreve os métodos de coerção utilizados para expropriar famílias para a construção da Estrada de Ferro Carajás em São Luís, sem pagar indenização justa. Entre os métodos descritos constaram desde a proibição dos moradores de fazerem melhorias em suas casas, de fazer novas plantações, mediante vigilância feita por seguranças da empresas, até a utilização de cercas em terrenos de moradores não indenizados e da realização de alguns acordos de indenização separadamente, contribuindo para o enfraquecimento da coletividade (PAULA ANDRADE, 1981, p. 9).

De modo geral, a instalação desses projetos desencadeou mudanças profundas no território,

As transformações do espaço físico, social e econômico da região do Programa Grande Carajás associaram-se à emergência de novos vetores de ocupação materializados na mobilização de fluxos crescentes de recursos e populações. As escalas assumidas pela implantação regional das atividades de mineração, de exploração madeireira e agropecuária e de transformação minero siderúrgica nucleadas, na Amazônia Oriental, pela construção da Estrada de Ferro Carajás – Ponta da Madeira e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí deram suporte a transformações sociais de equivalente relevância, alterando significativamente a natureza das relações sociais que as populações locais estabeleceram no curso da produção de sua existência. Intensificaram-se, conseqüentemente, os processos de desestruturação do tecido que articula os distintos sistemas de trabalho prevaletentes na região (ACSELRAD, 2010, p.171.)

Por outro lado, a instalação desses empreendimentos não se deu de forma pacífica. Durante a década de 1980, a implantação da ALCOA foi amplamente questionada e contou com a resistência das comunidades locais atingidas e de “setores progressistas da Igreja Católica, parlamentares e profissionais liberais sensíveis aos danos ambientais” (ALVES, 2014, p. 44). A mobilização de militantes, parlamentares e profissionais liberais culminou na formação do Comitê de Defesa da Ilha<sup>23</sup>, “fundado em 1980 e formado por um grupo de militantes e intelectuais, entre estes advogados, jornalistas, parlamentares de esquerda, funcionários públicos e religiosos ligados ao setor progressista da Igreja Católica” (ALVES, 2014, p. 46). Comitê este que, “em conjunto com as organizações comunitárias e com as Pastorais da Igreja Ca-

---

<sup>23</sup>Mais informações sobre esse comitê podem ser encontradas na dissertação de mestrado de Araújo (2018), intitulada: A construção social de um conflito ambiental: a luta do Comitê de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa”, e na tese de doutorado de Alves (2014) , intitulada: “Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA”.

tólica, protagonizou a luta política em defesa dos povoados rurais e das causas ambientais, tendo como objeto de contestação à instalação da fábrica da Alcoa em São Luís” (ALVES, 2014, p. 46). Conforme destaca Santos:

O complexo industrial recebeu o apoio irrestrito dos Governos Federal e Estadual que o viam como um marco do eixo industrial Itaqui/Carajás, concedendo 3.700 hectares de terras e reservando 10.000 hectares no Distrito Industrial de São Luís, para uma futura expansão da ALCOA Mineração S/A. Essa concessão foi um ato arbitrário do estado do Maranhão que contrariava a Lei 9.979/17/07/1969 e ignorava a Assembleia Legislativa do Estado, que não teve nenhuma participação no Termo de Acordo que formalizou o compromisso de cessão de terras à ALCOA MINERAÇÃO S/A. Os movimentos sociais (Comitê de Defesa da Ilha e Moradores do Coquilho), ao tomarem conhecimento de denúncias de favorecimento e de irregularidades, mobilizaram-se em protesto, deflagrando uma ação coletiva (SANTOS, 2010, p.122).

Apesar do movimento de contestação não ter barrado a instalação do empreendimento, duas experiências de resistência das comunidades contra o projeto Alcoa são consideradas emblemáticas, a da Comunidade Coquilho e a da Comunidade Igarau.

A resistência da comunidade Coquilho, mesmo não tendo impedido o deslocamento compulsório, possibilitou que os moradores, ao invés de receberem uma indenização irrisória, garantissem o reassentamento em outro local. Conforme Santos (2010, p. 128), com o apoio do Comitê de Defesa da Ilha, a comunidade entrou com uma ação judicial pelo direito de posse de uma área localizada a 18 km distante do antigo local de residência, fazendo com que a ALCOA (ALUMAR) e o governo do Estado, mediante intervenção da CDI (Companhia de Desenvolvimento Industrial, órgão responsável pela área industrial na época), comprassem a área e construíssem a Vila Coquilho, onde as famílias foram reassentadas, com melhoria de infraestrutura e transporte e a construção de prédios para funcionamento de serviços públicos de saúde, educação e segurança pública (SANTOS, 2010, p.128).

A resistência da comunidade Igarau também contou com o apoio do Comitê de Defesa da Ilha e de outras instituições sociais como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (MDH) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo dados de entrevistas mencionados por Mendonça (2017, p. 142) e Sbrana (2017, p. 83), quando a ALUMAR reivindicou o território, parte da comunidade resistiu ao deslocamento compulsório. E, ao identificar que a empresa era responsável pelo desmatamento de 32 hectares do território, a comunidade mobilizou-se para “vigiar os matos” acionando estratégias diversas para combater as ações da empresa.

Para Dona Roxinha, dois grupos etários foram fundamentais no processo. Falamos de crianças e idosos, que utilizaram de estratégias distintas para dirimir as iniciativas da empresa. Segundo a referida senhora, as crianças adentravam na mata com apitos, buscando máquinas da empresa que a cada dia invadia o território da comunidade.

Ao avistar as máquinas, um grupo de crianças subia nelas e começava a apitar, impedindo também que os funcionários as manobrassem. Outro grupo corria ao encontro dos adultos, para engrossarem o embate. As pessoas de Igaráú também passaram a viver na mata, fecharam a escola, deixaram de acessar outros lugares onde trabalhavam, sobrevivendo apenas da roça, o que já ocorreu em 1991 (SBRANA, 2017, p. 82).

A resolução do conflito ocorreu por intervenção do governo do Estado, governador João Alberto, que mediu a negociação entre a comunidade e a empresa mediante acordo em que a empresa assegurou 1098 hectares ao passo que a comunidade comprometeu-se a “não impedir a construção de um tanque subterrâneo para o resíduo industrial em terreno contíguo ao povoado” (ADRIANCE, 1996, p.92-93 apud MENDONÇA, 2017, p. 142). Entretanto, apesar de ter assegurado o direito de permanência em seu território, a comunidade, atualmente localizada “no meio do Parque Ambiental da ALUMAR – constituído pelas terras expropriadas de outras comunidades” (SBRANA, 2017) ficou exposta a riscos de contaminação devido à proximidade com esses tanques de resíduos industriais, bem como, sofreu perdas com a poluição e seca das nascentes do Igaráú (MENDONÇA, 2017, p. 142). Alves descreveu a experiência da seguinte forma:

A situação mais emblemática no início de 1980 ocorreu com relação ao povoado de Igaráú, que sofreu impactos ambientais e perda de grande parte de suas terras para a instalação da fábrica de Alumínio da Alcoa. As famílias que resistiram tiveram o apoio do Comitê de Defesa da Ilha, por meio de orientações e ações jurídicas. Na resistência conjunta com o comitê, contestaram a concessão do terreno para a instalação da fábrica pelo governo estadual, assim como, contestaram também, a construção de lagos de tratamentos de resíduos químicos, os chamados “lagos vermelhos”. As famílias de Igaráú que resistiram passaram a denunciar as ameaças dos seguranças das empresas e de policiais militares aos moradores e, ao mesmo tempo, alegavam também haver risco de contaminação pelos resíduos químicos depositados nos lagos (ALVES, 2014, p. 49-50).

Diante da constante ameaça de deslocamentos compulsórios ao longo dos anos outras estratégias de resistências são acionadas pelas comunidades da Zona Rural de São Luís contra os empreendimentos industriais que ameaçavam a reprodução de seus modos de vida. Dentre elas, destaca-se a proposta de criação de uma reserva extrativista<sup>24</sup> no território e à adoção da autodenominação enquanto povos tradicionais.

As discussões da proposta da Resex entre as comunidades foram iniciadas em 1996 por iniciativa das comunidades Taim e Rio dos Cachorros, mas o pedido formal foi protoco-

---

<sup>24</sup>Reserva extrativista ou Resex é uma unidade de conservação ambiental de uso sustentável prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Segundo o artigo 18 da referida lei, consiste em “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 29/05/2021.

lado no Ibama somente em 2003, inicialmente somente abrangendo as comunidades Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim, parte da Vila Maranhão. Em 2007 foram incluídos os povoados da Ilha Tauá-Mirim: Amapá, Embaubal, Ilha Pequena, Portinho, Jacamim e Tauá-Mirim, com a proposta de denominação de Resex de Tauá-Mirim (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

Em 2001, as comunidades da Zona Rural viram-se novamente ameaçadas quando, em parte dessa área proposta para a criação da reserva, o Governo do Estado do Maranhão firmou um protocolo de intenções com a VALE para a construção de um Pólo Siderúrgico<sup>25</sup>. O projeto original do pólo previa a construção de três usinas de fabricação de placas de aço e duas guzeiras, ocupando uma área de 2.471,71 hectares entre o Porto do Itaqui e o povoado de Rio dos Cachorros. Para tentar efetivar o projeto, em 2004, o governo do Estado declarou a área como de utilidade pública (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004), medida que implicaria no deslocamento de moradores de doze povoados: Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007, p. 32).

Entretanto, um dos impedimentos inicialmente encontrados para a instalação do empreendimento esteve presente na própria legislação municipal. A área pleiteada, segundo a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, do ano de 1992, era identificada como pertencente à Zona Rural do município e a legislação brasileira estabelece que empreendimentos industriais devem ser implantados somente em Zona Industrial. Porém, a Prefeitura de São Luís propôs à Câmara Municipal um projeto de alteração da Lei para converter a área em Zona Industrial. Movimento que desencadeou muitos conflitos, durante as audiências públicas realizadas para consulta sobre a alteração da lei de Zoneamento, entre os governantes, empresários, comunidades locais, pastorais da Igreja Católica, organizações sociais, sindicatos, acadêmicos etc.

A ampla mobilização popular e o engajamento de vários setores sociais, movimentos e comunidades contra a implantação do polo siderúrgico desencadeou a formação do Movimen-

---

<sup>25</sup> O GEDMMA elaborou o projeto de pesquisa “Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA” para tentar compreender as dinâmicas que envolviam o processo de instalação do Pólo. No percurso da pesquisa foram sendo encontrados outros elementos referentes à mobilização de comunidades da zona rural e aspectos relacionados a seu modo de vida com a identificação da demanda de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) na área e, portanto, a reivindicação de reconhecimento enquanto populações tradicionais. A pesquisa resultou na publicação do livro Ecos dos conflitos socioambientais a RESEX de Tauá-Mirim (SANT'ANA JÚNIOR ET AL., 2009).

to Reage São Luís<sup>26</sup> que formou uma ampla rede local de movimentos e entidades que procurou ramificações a outras entidades nacionais contra a instalação do polo siderúrgico (ALVES, 2014).

Após a realização de audiências públicas, mobilizações e a votação na Câmara Municipal, somente 1.068 hectares foram convertidos para Zona Industrial, devido à comprovação de que o restante da área é zona de recarga de aquíferos e de nascentes (SANT'ANA JÚNIOR, ALVES, MENDONÇA, 2007, p. 33). Essa diminuição da área e outros fatores políticos e econômicos inviabilizaram a implantação do polo siderúrgico.

Em 2007, temos a divulgação do projeto de instalação da atual Termelétrica Porto do Itaqui, que entrou em operação em 2013, após provocar o deslocamento compulsório da comunidade Vila Madureira em 2009, cujos desdobramentos sobre os modos de vida dessas famílias deslocadas são estudados nesse trabalho. A implantação do referido empreendimento no território da comunidade considerou a localização estratégica por estar a apenas 5 km do Porto do Itaqui cuja logística seria utilizada para importação do carvão mineral da Colômbia.

O processo de instalação desta usina também ocorreu em meio a contestações por parte de vários segmentos da sociedade por conta do seu potencial poluente, considerando que usinas termelétricas movidas a carvão estão entre as mais poluentes do mundo, responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e despejo de água quente no meio ambiente. O licenciamento do empreendimento foi alvo de ações judiciais promovidas pelo Ministério Público Estadual e Federal devido a irregularidades encontradas e aos impactos ambientais a serem gerados.

Entretanto, o processo de resistência que veio sendo construído pelas comunidades da Zona Rural, sobretudo nas comunidades proponentes do projeto de implantação da reserva extrativista, não teve capilaridade no seio da comunidade Vila Madureira. Não houve resistência coletiva da comunidade à instalação do empreendimento. Porém, a ausência de resistência coletiva ao empreendimento e ao deslocamento compulsório não significa que a comunidade tenha se comportado de forma indiferente ao processo, ou de forma fragmentada, pelo contrário, suas lideranças participaram ativa e estrategicamente das negociações que demarcaram o futuro da comunidade, conforme descreveremos nos tópicos seguintes deste trabalho.

Por outro lado, a empresa responsável pelo empreendimento também acionou estratégias de gestão social corporativa e de comunicação e relacionamento com as partes interes-

---

<sup>26</sup>Para mais informações sobre esse movimento ler a tese de doutorado de Alves (2014), intitulada: “Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA”.



sadas que foram essenciais para o desdobramento do processo. Ainda assim, as ações estratégicas da empresa também não teriam tanta capilaridade se o terreno interno da comunidade não estivesse fértil e preparado para a negociação. Nesse sentido, as lideranças comunitárias também estavam estrategicamente preparadas para a negociação, tanto pela observação da experiência de comunidades vizinhas que foram deslocadas, como a comunidade Alto Paraíso, como pela própria experiência de ameaças de deslocamento divulgadas por empresas anteriores, como descreveremos nos tópicos seguintes.

Esse processo de negociação entre o empreendimento e a comunidade ameaçada de deslocamento será analisado no tópico seguinte no qual destacaremos a importância do papel de mediação das lideranças comunitárias.

Em contrapartida, a comunidade vizinha, Camboa dos Frades, que teve seu cotidiano profundamente afetado pela usina termelétrica e que foi invisibilizada e encurralada pelas obras de instalação desse empreendimento, com a destruição da estrada de acesso à comunidade, teve que acionar a Defensoria Pública do Estado para ser reconhecida pelo empreendimento e ter seu direito de mobilidade recuperado com a reconstrução da estrada, a partir de um termo de ajustamento de conduta assinado pela empresa responsável (PEREIRA, 2010, CARVALHO, 2011).

Em 2014, a ameaça de desapropriação de moradores da comunidade Cajueiro para a instalação de um terminal portuário<sup>27</sup> intensificou novamente os conflitos ambientais no território. O desenrolar desse conflito e a situação do Cajueiro tornou-se também um caso emblemático de resistência e rearticulou a rede de movimentos sociais e entidades criadas nos períodos de instalação dos projetos da Alumar/ Vale e do polo siderúrgico, bem como, rearticulou a luta das comunidades pelo projeto de criação da reserva extrativista.

Observamos que a capilaridade de um movimento mais amplo de resistência em torno da comunidade Cajueiro foi possível por vários fatores, dentre eles, o fato do território da co-

---

<sup>27</sup>Trata-se de um projeto de instalação de um porto privado que, segundo informações veiculadas pelo Brasil de Fato, “é avaliado em R\$ 1,7 bilhão, de propriedade do conglomerado China Communications Construction Company (CCCC), em parceria com a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, hoje chamada TUP Porto São Luís S/A, pertencente ao grupo paulista WTorres. A assinatura de acordo de investimento foi feita em abril de 2017, em São Paulo, com a presença do governador Flávio Dino. O porto pretende servir ao agronegócio para transporte de produtos agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos e celulose” (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/02/um-ano-apos-despejo-violento-comunidade-do-cajueiro-ma-resistencia-ameacas>. Acesso em: 04/06/2021). No mês de agosto de 2021, a imprensa nacional e local noticiou que a TUP Porto São Luís estaria sendo vendida para o grupo empresarial Cosan S.A., empresa com negócios nas áreas de açúcar, álcool, energia, lubrificantes e logística. Até o momento, ainda não se tem confirmação de que a operação de compra do porto tenha sido plenamente concluída. (Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/cosan-assina-acordo-com-chinesa-para-adquirir-porto-em-sao-luis/>. Acesso em: 05/11/2021).

comunidade compor a área de abrangência do projeto da Resex Tauá-Mirim e, principalmente, pela iniciativa de lideranças da própria comunidade que buscaram apoio de entidades sociais (dentre elas destacam-se a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, a Rede Justiça nos Trilhos, a CSP-Conlutas e Associação Agroecológica Tijupá), grupos de pesquisa (o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA, por exemplo, que foi acionado pelas lideranças comunitárias porque tem atuação no território desde 2004, executando projetos de pesquisa e extensão; o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária – NERA; o Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA, sendo os dois primeiros vinculados à Universidade Federal do Maranhão e o último à Universidade Estadual do Maranhão), Defensorias Públicas Estadual e Federal e de comunidades vizinhas na defesa da sua causa.

Considerando a resistência encontrada, o tratamento dado às famílias da comunidade Cajueiro pelos empreendedores e pelos órgãos governamentais foi marcado por um processo mais violento, conforme bem descrito por Pedro (2017) na tese de doutorado intitulada “Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís-MA.

A primeira Licença Prévia do empreendimento foi emitida no ano de 2014 e, desde então, a comunidade do Cajueiro trava uma batalha na justiça para garantir o seu direito ao território e manutenção dos seus modos de vida. Ao longo dos anos, a comunidade tem sido vítima de sucessivos atos de violência física, institucional e psicológica, com ameaças e intimidações, com a derrubada de casas e proibições de livre acesso e usufruto das terras para atividades de subsistência (PEDRO, 2017). O autoritarismo e a violência são bem expressivos na ação de demolição das casas. Conforme relato de Pedro:

Às vésperas do Natal, no dia 18.12.2014, representantes da WPR compareceram ao Cajueiro, com um oficial de justiça (não identificado), um carro do Batalhão de Choque da Polícia Militar e um trator. Alegando possuir uma ordem judicial para a demolição das casas, na mesma manhã, esses representantes usaram um trator para demolir 21 casas de moradores do Cajueiro (PEDRO, 2017, p. 123).

Por outro lado, ao longo dos anos, lideranças, famílias da comunidade do Cajueiro e apoiadores acionaram várias estratégias de luta: denúncia na Defensoria Pública; articulação com outras comunidades, movimentos e instituições sociais e acadêmicas; realização de protestos e bloqueios de vias públicas, ocupação de prédios públicos reivindicando reuniões com setores do governo.

A realização de audiências populares promovidas por lideranças da comunidade do Cajueiro, com a participação de outras comunidades componentes da Resex e de movimentos e entidades sociais e apoiadores, foi um importante espaço de debate sobre os efeitos do empreendimento e de denúncias e reivindicação dos direitos dos moradores da comunidade.

Ao mesmo tempo em que travam uma batalha na esfera judicial, o movimento buscou intervir em outras esferas, como a administrativa, demandando dos órgãos e governos municipais, estaduais e federais a suspensão do processo de licenciamento do empreendimento e a regularização fundiária em atendimento aos seus direitos e reivindicações. Nas reuniões com os setores governamentais:

Ponderaram que todos os documentos formalmente apresentados no licenciamento estavam sendo questionados judicialmente por ilegalidades: título de propriedade, certidão de uso e ocupação do solo, violação dos direitos das comunidades da Resex Tauá-Miriam, falta de transparência e publicidade no processo administrativo, violência e abuso de poder em audiências públicas, violência de jagunços no território etc. (PEDRO, 2017, p.122).

Além dessas estratégias citadas, Pedro (2017) destaca três importantes mecanismos de resistência que foram acionados pela comunidade na luta pela permanência no território.

O primeiro deles foi a mencionada proposta de criação da RESEX Tauá-Mirim<sup>28</sup>. Considerando que a praia de Parnauçu, situada na comunidade do Cajueiro, está entre as localidades que compõem o projeto da RESEX, a luta pela consolidação da reserva extrativista é uma das principais estratégias acionadas pelas lideranças comunitárias para defesa da manutenção no território.

Embora o processo administrativo de criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim tenha cumprido todas as etapas necessárias para a sua efetivação, com a realização de estudos técnicos e a emissão de parecer favorável do órgão responsável pelo IBMA/CNPT desde 2007, o decreto federal necessário para oficialização da reserva nunca foi emitido.

Segundo atesta Pedro (2017, p.94), o referido decreto não foi emitido porque a “presidência [...] passou a condicionar o seu decreto à “anuência”, por escrito, do governo do Estado do Maranhão. A política barrava, assim, a força da lei”.

---

<sup>28</sup>O desenrolar dos acontecimentos que marcam a proposta de criação da Resex Tauá-Mirim são bem estudados na dissertação de mestrado de SBRANA (2017), intitulada “E deu nome a todas as coisas”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015)” e da tese de doutorado de PEDRO (2017), intitulada “Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís-MA.

A posição do Governo do Maranhão, em 2013, foi contrária à criação da reserva extrativista alegando que a proposta representa um obstáculo ao desenvolvimento econômico (PEDRO, 2017, p. 87). Cansados de esperar, em uma assembleia popular realizada em 17.05.2015, os representantes das comunidades presentes afirmaram que “independentemente da postura do governo estadual e federal, que procrastinavam o decreto federal que institucionalizaria essa unidade de conservação, estava criada de fato, a RESEX” (PEDRO, 2017, p. 134). Desde então, foi constituído o Conselho Gestor provisório da Resex.

O segundo mecanismo de luta acionado foi à possibilidade de regularização da área como território de comunidades tradicionais pesqueiras, com base no Projeto de Lei dos Pesqueiros. Desde 2015, as lideranças da comunidade se articulam com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e fazem um levantamento de assinaturas para apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular para conseguir o reconhecimento dos seus direitos territoriais como comunidade pesqueira (PEDRO, 2017, p. 156).

O terceiro mecanismo acionado foi a defesa da existência do Terreiro do Egito, terreiro existente na comunidade considerado como local sagrado que marca a religiosidade afro e a ancestralidade da ocupação do território do Cajueiro: “vários moradores e famílias ancestrais do Cajueiro têm sua cosmologia e identidade marcados pelas histórias do Terreiro do Egito e de outros remanescentes históricos de terreiros situados na região” (PEDRO, 2017, p. 156).

Apesar da forte resistência apresentada por lideranças da comunidade Cajueiro, esse território também apresenta características heterogêneas em seus modos de vida, conforme destaca Pedro:

O Cajueiro vem recebendo moradores com modos de vida e interesses cada vez mais heterogêneos, os quais são designados pelos moradores mais antigos e famílias ancestrais como “os de fora” que “atrapalham a luta”. “Os de fora” possuem uma relação de exploração mercantil com o território, totalmente diferente da relação dos moradores antigos e, segundo lideranças, não fazem parte da comunidade (2017, p. 159).

Essa heterogeneidade demarca o aparecimento de outras formas de religiosidade: “Atualmente, o Cajueiro possui fortes grupos de religiosidade evangélica. Em alguns casos isso trouxe implicações para a luta contra a WPR já que houve cooptação de dois pastores dirigentes de igrejas protestantes locais pela empresa” (PEDRO, 2017, p. 159).

E esses acontecimentos também demarcam a existência de facções dentro do território da comunidade:

Com isso, as diferenças não são apenas de crenças, religiosidade e expressão de identidade. Por gerações houve conflitos históricos entre antigas famílias e associa-

ções civis do Cajueiro por questões atinentes à disputa pela terra e acerca da concepção sobre a sua forma de uso e ocupação. No passado, os conflitos e disputas entre a União de Moradores Proteção de Bom Jesus Cajueiro e o Clube de Mães e Pais Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Povoado Cajueiro, por exemplo, revelam diferentes projetos de futuro e interesses pela ocupação, concentração, e, alguns casos, disposição ou venda das terras locais. Como veremos, essas divergências são matéria-prima para estratégias da WPR de criar a desunião, acentuar discórdias e a desconstituição das relações comunitárias no Cajueiro, como meio de dominação, desarticulação e contenção da resistência local (PEDRO, 2017, p. 159).

Como bem destacado por Pedro (2017), são esses conflitos internos existentes na comunidade e estratégias de desarticulação e cooptação de representantes locais pelos empreendimentos que contribuem para o enfraquecimento da luta pela manutenção no território, contribuindo assim com a fragmentação e a realização de negociações isoladas entre moradores e empreendedores.

Conforme observado, as classificações dadas ao território onde essas comunidades existem e resistem, variando entre as denominações de Zona Rural e Zona Industrial, refletem não somente as lutas simbólicas, mas também as correlações de forças presentes na realidade (BOURDIEU, 2011), na sobreposição das áreas e disputa delas por diferentes projetos de uso e significação do território e seus recursos ambientais. Nesse espaço social em disputa, as comunidades acionam estratégias diversas contra empreendedores e governos para terem seus direitos reconhecidos e respeitados. Estratégias essas que desencadeiam movimentos mais amplos e visíveis de resistência ou ações de resistências mais silenciosas e talvez menos expressivas, como as formas de resistências camponesas cotidianas estudadas por James Scott (2002), mas, nem por isso, inexistentes.

### **3.2 A UTE Porto do Itaqui e o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal: retomada de projetos desenvolvimentistas**

A implantação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em escala local fez parte de uma conjuntura de retomada de programas desenvolvimentistas por parte do Estado Brasileiro a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (CASTRO, 2017, p. 19). Esse programa, lançado pelo Governo Federal em 2007, foi concebido como sendo o carro-chefe da política de incentivo ao desenvolvimento econômico da gestão do presidente Lula no período compreendido entre os anos 2007 e 2010 (PAC I).

De forma geral, O PAC previa investimentos em infraestrutura logística (construção, reforma e ampliação de rodovias, portos, aeroportos, rodovias e hidrovias), energética (construção e ampliação de usinas de geração de energia e linhas de transmissão), social e

urbana (habitação, saneamento, equipamentos sociais, Luz para Todos).

O governo Dilma deu continuidade ao programa (PACII) que teve execução continuada durante 12 anos e foi encerrado em 2019 com a paralisação de novos investimentos por parte do governo federal<sup>29</sup>.

No âmbito dos investimentos em infraestrutura energética do PAC, foram programadas “as construções de 62 usinas hidrelétricas, 21 usinas termelétricas e 55 pequenas centrais elétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas a biomassa” (VERDUM, 2007, p.29), a serem realizadas por meio das chamadas parcerias público-privadas (PPP) sancionadas por lei em 2004, estimulando o investimento privado por meio das concessões de serviços. Segundo Verdum (2007, p. 16), o PAC significou

a reprodução de idéias e práticas (recauchutadas) do velho modelo de *desenvolvimento*, no qual as grandes obras de infra-estrutura são os principais vetores de promoção e indução de expansão da fronteira (*frontier*) política e econômica do capitalismo (privado e estatal), para regiões até então relativamente isoladas (“marginais”), e da redefinição de formas de ocupação e exploração de territórios que no passado foram objeto de projetos de *desenvolvimento* ou *modernização* dos processos produtivos.

Apesar de grande parte dos empreendimentos planejados no âmbito do PAC não terem saído do papel, aqueles que foram executados trouxeram efeitos significativos na vida das populações atingidas. A exemplo, temos a ampliação da Ferrovia Norte Sul e a implementação de grandes hidrelétricas na Amazônia, como a de Santo Antônio e a de Jirau (ambas em Rondônia), que fazem parte do complexo Rio Madeira, e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pará), considerada a maior obra de infraestrutura energética do PAC<sup>30</sup> e a quarta maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada.

A retomada desses empreendimentos faz parte também de um aparato de medidas voltadas para o incentivo do desenvolvimento regional com a recriação da SUDAM e da SUDENE (Leis Complementares nº 124 e nº 125/2007).

Como desdobramentos do PAC no Maranhão, houve o aumento de investimentos no setor de infraestrutura logística, principalmente voltados para construção, reforma e ampliação de estradas, aeroportos e portos, com a ampliação da BR-135 e do Porto do Itaqui<sup>31</sup>. No setor de geração energética, além da instalação da Termelétrica do Itaqui, tivemos a implantação de usinas eólicas na região de Barreirinhas e Paulino Neves; a implantação da Usina Hidrelétrica

---

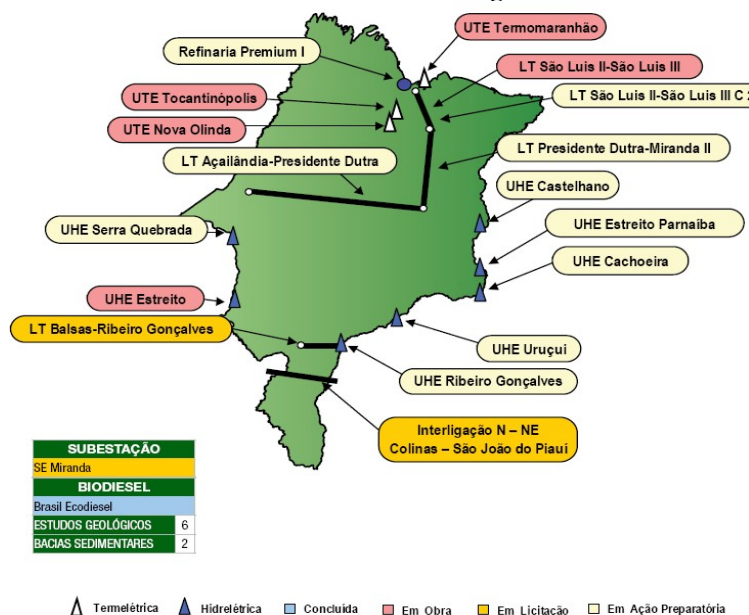
<sup>29</sup><https://www.agazeta.com.br/es/politica/com-o-fim-do-pac-110-obras-ficam-ameacadas-no-es-0919>. Acesso em 02/06/2021. E: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>. Acesso em 02/06/2021.

<sup>30</sup> <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,minc-belo-monte-e-maior-e-mais-polemica-obra-do-pac.504863>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>31</sup>Fonte: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais> . Acesso em: 02/06/2021.

de Estreito (2012)<sup>32</sup>, das usinas termelétricas do Complexo Parnaíba<sup>33</sup>, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte. Além de outras usinas hidrelétricas localizadas em regiões limites com outros Estados, como na região do Rio Parnaíba (UHE Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Cachoeira, Estreito e Castelhana) e a UHE Serra Quebrada no limite com o Estado do Tocantins. Essas usinas são interligadas ao sistema de produção e transmissão de energia elétrica do país por meio do subsistema Norte<sup>34</sup>.

**Figura 5 - Investimentos em Infraestrutura energética do PAC no Maranhão.**



Fonte: PAC Relatório Maranhão, 7º Balanço, janeiro a abril de 2009, p.9. Disponível em: [www.brasil.gov.br/pac](http://www.brasil.gov.br/pac). Acesso em: 14/08/2009

As usinas termelétricas do complexo Parnaíba<sup>35</sup> (gás natural), do Porto do Itaqui (carvão mineral), as usinas do Complexo Termelétrico do Pecém (CE), movidas à carvão mineral, e a usina de Tauá (energia solar) são operadas pela atual ENEVA S.A<sup>36</sup> mediante concessão

<sup>32</sup> Os efeitos gerados foram estudados por CARVALHO (2018) na dissertação “Da Ilha de São José ao reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida dos ribeirinhos após a implantação da UHE/Estreito - (MA), em 2012.”

<sup>33</sup> Os efeitos sobre as comunidades tradicionais do entorno foram analisados no laudo antropológico intitulado: Gás, fumaça e Zoadá (PAULA ANDRADE, 2017) e nas dissertações de Paiva (2018), intitulada (Des)envolvimento em questão: os descaminhos, discursos e práticas na implementação da Termelétrica Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes-MA; bem como na dissertação de Costa (2015) intitulada: Briga com poderosos: resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antonio dos Lopes, MA.

<sup>34</sup> O Sistema Interligado Nacional (SIN) é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte. Consiste em um sistema cuja matriz de geração de energia é em sua maior parte de origem hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. Fonte: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-que-e-o-sin>. Acesso em: 08/11/2021.

<sup>35</sup> O Complexo Parnaíba é um dos maiores parques térmicos de geração de energia a gás natural do Brasil, com capacidade contratada de 1,9 GW, sendo 1,4 GW em operação. É composto pelas usinas Parnaíba I, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV, com dois projetos em desenvolvimento: Parnaíba V e Parnaíba VI. Fonte: <https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/>. Acesso em 02/06/2021.

<sup>36</sup> A Eneva é resultante da fusão da MPX Energia e OGX Maranhão, empresas que pertenciam ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista. Em 2014, a MPX foi vendida ao grupo alemão de energia E.ON e foi denominada

da União garantida durante a participação em leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL<sup>37</sup>.

A Eneva atua na geração, exploração e produção de petróleo e gás natural e comercialização de energia elétrica. Declara ser uma das maiores produtoras de gás natural em terra do Brasil e a única empresa privada de geração de energia do país com experiência em E&P (Exploração e Produção) e acesso a gás onshore (em terra)<sup>38</sup>, com área de concessão superior a 50 mil km nas bacias do Parnaíba (MA) e do Amazonas (AM), com capacidade de produção de 8,4 milhões de metros de gás natural por dia somente na Bacia do Parnaíba.

Atualmente, a Companhia possui 10 campos de Gás Natural declarados comerciais, 5 em produção na Bacia do Parnaíba e 5 em desenvolvimento na Bacia do Amazonas e adquiriu outros blocos terrestres de exploração nos anos de 2019 e 2020 durante participação em leilões de licitação<sup>39</sup> da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) do Ministério de Minas e Energia. Ampliando, assim, a área de exploração com a aquisição de mais 7 blocos terrestres de gás natural nas bacias do Amazonas e Paraná, além do campo de Juruá, na Bacia do Solimões<sup>40</sup>.

### 3.3 A implantação da UTE Porto do Itaqui e seus desdobramentos

A UTE Porto de Itaqui está instalada em São Luís, Estado do Maranhão, em área aproximada de 50 ha a 5 km do Porto do Itaqui, acessível pela Rodovia Federal BR-135, no Módulo G do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Consiste em uma usina de geração de energia térmica com capacidade de aproximadamente 360 megawatts (MW), com valor estimado em R\$ 1,5 bilhão e vida útil de 25 a 30 anos. Utiliza como combustível carvão mineral importado da Colômbia, transportado em navios até o Porto do Itaqui e levado à UTE

---

Eneva. Nesse mesmo ano, o Fundo de Investimento Cambuhy, ligado a família Moreira Salles, sócia do Banco Itaú, assumiu o controle da OGX Maranhão, mudando o nome para Parnaíba Gás Natural (PGN). Em 2016, a Eneva e Parnaíba Gás Natural fundiram-se, mantendo o nome Eneva. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eneva>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>37</sup>A realização de leilões competitivos para contratos de concessão tem sido o modelo regulatório utilizado pelo setor público para viabilizar a expansão da infraestrutura do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil. Por meio deles são definidas as empresas responsáveis pela construção, operação e manutenção das instalações de transmissão por 30 anos (PAULO, 2012, p. 9). De acordo com Paulo (2012, p.9): “No setor elétrico brasileiro, os leilões foram utilizados para a privatização das empresas de distribuição e geração e, atualmente, tanto o modelo de expansão da capacidade de geração quanto o modelo de expansão da capacidade de transmissão são baseados na utilização de leilões”.

<sup>38</sup>Fonte: <https://eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/>. Acesso em 02/06/2021.

<sup>39</sup>Procedimento mediante o qual a União concede o direito de explorar e produzir petróleo e gás natural no Brasil sob regime de concessão. Fonte: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha>. Acesso em 02/06/2021.

<sup>40</sup>Fonte: <https://eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/> Acesso em 02/06/2021.



por meio de correias transportadoras. Fornece energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por intermédio do Ramal da Eletronorte em São Luís (da Linha de Transmissão 230 KV UTE – Subestação São Luís II)<sup>41</sup>.

O projeto teve direito de concessão adquirido em 2007 pela empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda (posteriormente comprada pela empresa Energias do Brasil) num leilão de contratação de energia de novos empreendimentos de geração para o Sistema Interligado Nacional (SIN) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)<sup>42</sup>. Essa empresa vendeu a participação no projeto da termelétrica para a MPX Mineração e Energia Ltda., atualmente denominada ENEVA<sup>43</sup>. O empreendimento contou com incentivos e isenções fiscais governamentais e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB).

O local de implantação foi escolhido considerando a infraestrutura disponível no Distrito Industrial de São Luís. A utilização da área escolhida dentro do DISAL considerou a logística de proximidade do Porto do Itaqui, a ser utilizado para a importação do Carvão Mineral Colombiano, a possibilidade de utilização das águas da Baía de São Marcos e de ligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia por meio da Linha de Transmissão da Eletronorte.

A disponibilidade de toda essa infraestrutura logística foi facilitada com a cessão da área pelo Município de São Luís e pelo do governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SINC), tendo em vista que a instalação do empreendimento foi considerada essencial para atração de outras indústrias e para o incremento da política de desenvolvimento estadual para o DISAL<sup>44</sup>.

Desse modo, o governo do Estado do Maranhão declarou a área e as obras e atividades de infraestrutura necessárias à implantação da Termelétrica como de utilidade pública com a edição do decreto estadual nº 24.810 de 24 de novembro de 2008<sup>45</sup>. O decreto elencou, dentre outras razões, o interesse público, a relevância do empreendimento para geração de energia, o desenvolvimento econômico e a geração de empregos diretos e indiretos.

---

<sup>41</sup> Fonte: EIA/RIMA, 2008, p.20, II-3.

<sup>42</sup> Nesse período, o político maranhense Edson Lobão era ministro do Ministério de Minas e Energia.

<sup>43</sup> Empresa especializada no ramo de geração e comercialização de energia de propriedade do empresário Eike Batista. Em 2013, passou a ter seu controle compartilhado com a EON, passando a ser chamada ENEVA.

<sup>44</sup> Nesse período, junho de 2007, o então governador do Estado, Jackson Lago, assinou um protocolo de intenções com a então empresa responsável pelo empreendimento e declarou: “Caso vença este leilão, a Energias do Brasil terá nosso apoio na construção desta usina, que trará desenvolvimento para o Maranhão”. Disponível em : <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2007/07/08/mpe-quer-anular-licenca-de-termeletrica.shtml>. Acesso em: 28/02/2022.

<sup>45</sup> Decreto estadual nº 24.810 de 24 de novembro de 2008. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-ocumento/?id=2532>. Acesso em 15/06/2021

### 3.3.1 O licenciamento ambiental da UTE Porto do Itaqui: conflitos socioambientais e contestações na esfera pública

O desenvolvimento de um aparato institucional e legal de proteção ao meio ambiente, que realiza procedimentos como o licenciamento ambiental de empreendimentos que tem potencial poluidor, é fruto de todo um processo de reconhecimento da importância da questão ambiental em nível mundial como uma questão pública<sup>46</sup>, em decorrência do reconhecimento das consequências nocivas do modelo urbano-industrial capitalista sobre o meio ambiente.

No Brasil, a partir da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e do Conselho Consultivo do Meio Ambiente, em 1973 (Decreto nº 73.030 de 30 de outubro de 1973), destaca-se o aparecimento de várias instituições e legislações voltadas para a proteção ambiental, como a sanção da Lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981 (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981). Essa lei estabeleceu os órgãos e instâncias executivas, deliberativas e consultivas que compõem e executam o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e definiu os instrumentos de execução da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre eles, as avaliações de impacto ambiental de projetos que causem dano ao meio ambiente. Em 1986, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) editou a resolução nº 01/86, na qual define os critérios básicos e as diretrizes para uso e implementação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (LEITE LOPES, 2004, p. 20-22).

A Constituição Federal de 1988, além de consolidar todo esse aparato institucional e legislativo, foi um marco do reconhecimento nacional da importância do meio ambiente e do reconhecimento de direitos ambientais, culturais e sociais dos povos tradicionais, quando “assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (SANTILLI, 2005, p. 58)

Por fim, destaca-se a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil, a Rio-92<sup>47</sup>, que propagou no cenário nacional e internacional as novas balizas para a relação entre meio ambiente e desenvolvimento com a noção de desenvolvimento sustentável. Noção que remete à perspectiva de atender às necessidades das

---

<sup>46</sup> Destaca-se a realização da primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Estocolmo – Suécia em 1972, como um marco desse reconhecimento (LEITE LOPES, 2004, p. 19).

<sup>47</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras terem as suas necessidades satisfeitas. Nesse sentido, apresenta-se como um projeto ambiental que teria dimensões ecológica, social, cultural, política e econômica (LÉNA, 2002, p. 13).

Zhouri, Laschefski e Pereira (2005, p. 12) fazem uma crítica a essa noção de desenvolvimento sustentável<sup>48</sup> e à dinâmica contraditória que foi institucionalizada nas políticas ambientais no contexto da década de 1990 com a introdução dessa noção. Segundo eles, a incorporação da ideia de desenvolvimento sustentável esvaziou o debate crítico<sup>49</sup> sobre a sustentabilidade ao vinculá-lo a uma perspectiva de “conciliação entre ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais”. Desse modo, o tratamento dos conflitos ambientais decorrentes das diferentes formas de significação e apropriação de determinado território e seus recursos, disputados por comunidades locais e empreendimentos, é feita a partir de uma perspectiva de conciliação, propondo-se a resolvê-los por meio da “gestão” do diálogo entre os diferentes agentes sociais. Nesse contexto, os problemas ambientais são tratados como problemas técnicos e administrativos, passíveis de medidas mitigadoras e compensatórias para minimizar as “externalidades” do processo produtivo.

A política nacional do meio ambiente<sup>50</sup> traz bem clara essa perspectiva quando traça seus objetivos específicos visando: “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”; e “à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

Desse modo, a Lei Federal nº 9.795/99 e o Decreto 4.281/2000 estabeleceram obrigatoriedade de realização de licenciamento para empreendimentos ou atividades que são efetiva ou potencialmente poluidores ao meio ambiente. Durante o processo de licenciamento, os responsáveis pelos empreendimentos devem apresentar o Estudo Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) destacando as possíveis consequências desses empreendimentos sobre o meio biofísico e social e as respectivas medidas mitigadoras dessas consequências por meio de projetos e programas inclusos no

---

<sup>48</sup> “Modelo de desenvolvimento que se apresenta como sendo capaz de suprir as necessidades atuais da população, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Ou seja, a ideia e crescer sem destruir o meio ambiente e esgotar os recursos naturais” (SANT’ANA JÚNIOR, MUNIZ, 2009, p. 269).

<sup>49</sup> Segundo esses autores, essa lógica despolitizou o debate ecológico na medida em que institucionalizou temas ambientais que não colocaram em xeque as instituições da sociedade vigente e o debate se deslocou da crítica ecológica ao “ambientalismo de resultados”.

<sup>50</sup> Lei Nº 6.938/1981.

EIA/RIMA. De acordo com a abrangência dos chamados “impactos” de terminado empreendimento, o licenciamento ambiental é feito por órgão municipal e estadual, como as secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, ou federal, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O regulamento também prevê que o processo de licenciamento pelo órgão competente deve ser feito por etapas, compreendendo Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO); e a apresentação do Estudo Impacto Ambiental com seus respectivos projetos e programas deve ser publicizada mediante a realização de audiências públicas. E estabelece que é o órgão ambiental licenciador quem define se o empreendimento é ou não potencialmente causador de “significativa degradação do meio ambiente”, conforme a resolução nº 237/1997 do Conama.

Desse modo, o processo de licenciamento é feito por etapas, nas quais cada licença expedida tem prazo de validade e pode ser revista dependendo do não cumprimento ou da violação dos condicionantes elencados no momento da expedição, bem como, em decorrência de possível omissão ou falsa inscrição de informações no processo ou, ainda, devido à incidência de graves riscos ambientais e de saúde.

Conforme descreve o artigo 8º da resolução nº 237/1997 do Conama, as etapas do licenciamento ambiental compreendem:

Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

No que se refere a empreendimentos termelétricos, a resolução nº 006/87, artigo 5, estabelece: a LP deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade; a LI antes do início da efetiva implantação do empreendimento e a LO depois dos testes realizados e antes da efetiva colocação da usina em geração comercial de energia.

Observa-se que, apesar das alterações da legislação ambiental ao longo dos anos e da exigência do procedimento de licenciamento de empreendimentos potencialmente poluidores

por órgãos de proteção ao meio ambiente com a previsão de realização de audiências públicas como um espaço supostamente democrático<sup>51</sup> para que a sociedade possa debater os efeitos sociais e ambientais dos empreendimentos, esse regulamentos, ao longo de sua elaboração apresentaram muitas lacunas, conforme é possível observar na análise da resolução do Conama nº 01/86 realizada por Sigaud (1994, p. 8).

Examinando os dois decretos e a própria resolução do Conama, verifica-se que embora o Conama estabeleça parâmetros para o licenciamento de obras (cf. artigo 6 da resolução 001/86), a matéria prima sobre o qual os órgãos licenciadores deverão se pronunciar (Relatório de Impacto Ambiental –RIMA) será elaborado sob a chancela dos interessados nos projetos. Ora, mesmo em se tratando de equipes de pesquisa independentes em relação dos proponentes (artigo 7 ° da resolução nº 001/86 Conama), o fato mesmo dessas equipes serem financiadas pelos próprios proponentes do projeto (parágrafo 2° do artigo 18 do Decreto 8835/83) anula as próprias condições de independência de tais equipes. Dificilmente uma empresa de consultoria produzirá um RIMA sugerindo a não realização de um projeto (como está previsto no item I do artigo 5 ° da Resolução 001/86 Conama). Um parecer deste tipo seria suicida para uma empresa, porque a tornaria suspeita para outros RIMAS a serem encomendados pelo setor elétrico. O risco de ser excluído do mercado milionário de consultoria (as transações envolvem geralmente milhões de dólares) é um risco que indivíduos podem eventualmente assumir, mas nunca empresas, sobretudo aquelas que além dos interesses do mercado das consultorias, estão intimamente ligadas às empresas interessadas na realização das obras.

Nesse período, Sigaud (1994, pp. 10-11) destacou também as implicações dessa legislação no sentido de apenas minimizar os efeitos desses empreendimentos sobre o meio social:

Certo é que os setores responsáveis pelo setor elétrico se declaram sensibilizados com a questão ambiental – na qual o “social” está incluído – e procuram demonstrar isso para a sociedade e para o Banco Mundial através do Manual de Estudos e Efeitos Ambientais e do Plano Direto para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (os dois principais documentos do setor no assunto, datados de 1986). No entanto, não existe indícios reais que a nova postura represente uma mudança no modo de conceber a questão.

Não apenas não se observa nenhuma inversão de prioridades em relação ao “social”, como também se verifica que agora como antes trata-se a rigor de minimizar a avaliação dos efeitos, antes mesmo de se pensar em minimizar os próprios efeitos. A rigor os dois principais documentos do setor não explicitam afinal como se avalia impactos, a partir de que metodologia. De que modo, o setor pretende, por exemplo, avaliar as repercussões culturais de suas iniciativas (SIGAUD, 1994, PP. 10-11).

Nessa perspectiva analisada, os estudos de impacto ambiental são recomendados para previsão dos efeitos causados pelos empreendimentos sobre o meio biofísico e social como

---

<sup>51</sup>Os efeitos da realização de audiências públicas são limitados, na medida em que essas possuem apenas um caráter consultivo e devem ser provocadas pela população e pelo Ministério Público. Outro obstáculo é encontrado na própria linguagem apresentada nos relatórios de impacto ambiental, com a utilização de termos técnico-científicos, o que dificulta a compreensão da população. Acredita-se que no licenciamento de empreendimentos desse caráter devem ser elaborados dois relatórios, um para o órgão licenciador e outro, numa versão simplificada para a população.

estratégia de planejamento para minimizar os efeitos nocivos e incorporar os custos com reparações e indenizações ao orçamento do empreendimento, e não para evitá-los. Desse modo, os efeitos ambientais e sociais são considerados como uma questão subordinada aos interesses econômicos e políticos envolvidos no projeto do empreendimento. Conforme destaca Sigaud (1986, p. 20), quando analisa o caso da barragem de Sobradinho:

[...] a população local não poderia deixar de se constituir senão em entrave, em obstáculo a ser removido para a formação do lago e geração de energia. O que estava em jogo não era aquela população sobre a qual iriam incidir os efeitos. Ela só se torna objeto de preocupação porque ocupava margens do São Francisco. Assim “a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os seus meios e razões de viver” [...] sobre a população da região nada mais é senão uma constatação a posteriori à decisão e à determinação de construir Sobradinho por parte do Estado.

São esses efeitos negativos previsíveis sobre o meio ambiente e o social que fazem determinados processos de licenciamento ambiental sejam conflituosos, principalmente quando envolve deslocamento compulsório de comunidades e significativa degradação ambiental.

No caso da Termelétrica Porto do Itaquí, o processo de licenciamento aparece como espaço de conflito e disputa a partir do questionamento dos atos administrativos estatais na esfera judicial por provocação do Ministério Público (Promotoria de Justiça especializada na proteção do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural) em defesa do Meio ambiente .

O processo de licenciamento ambiental da UTE Porto do Itaquí foi iniciado em janeiro de 2007, por meio de solicitação da licença prévia junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema/MA) (processo nº 0291/2007/SEMA) pela empresa Ênfase Consultoria em Meio Ambiente, contratada pela Diferencial Energia, responsável pelo empreendimento à época, para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. A Sema aprovou a implantação do empreendimento com a emissão da licença prévia (LP) nº 043/2007. Na LP, o órgão permitiu que a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) fosse realizada somente na fase de solicitação da Licença de Instalação (LI), exigindo apenas a apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) sob a alegação do fato de tratar-se de um empreendimento classificado como de “pequeno porte” e “baixo impacto ambiental”<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup>A resolução nº 279 do CONAMA permite a aplicação de procedimento de licenciamento simplificado para empreendimentos de impacto ambiental de pequeno porte com a exigência de apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sendo, desse modo um processo de licenciamento mais simples e rápido, onde não se exige EIA/RIMA. Durante esse período de licenciamento, o então secretário de Estado de Meio Ambiente era Othelino Neto que foi alvo de denúncia do Ministério Público Estadual por omissão de informação a respeito da liberação da Licença Prévia: ver processo em: <https://tj-ma.jusbrasil.com.br/noticias/2738154/ex-secretario-de-meio-ambiente-e-absolvido-de-acusacao-de-falsidade-ideologica>. Acesso em 28/02/2022.

Esse procedimento do Órgão Licenciador Estadual desencadeou vários questionamentos e ações por parte de organizações da sociedade civil e do poder judiciário<sup>53</sup>. Dentre essas ações destaca-se que o Ministério Público Estadual ajuizou duas ações civis públicas contra os empreendedores para suspensão da Licença Prévia, alegando irregularidades no licenciamento.

Em julho de 2007, o Ministério Público do Estado do Maranhão entrou com uma Ação Civil Pública (Processo nº 0015542-61.2007.8.10.0001) contra o Estado do Maranhão e o órgão responsável pelo empreendimento solicitando a anulação do processo de licenciamento com base nas irregularidades encontradas na dispensa de documentos essenciais e procedimentos legais. O Ministério Público Estadual (MPE) argumentou que, apesar do órgão licenciador estadual classificar o empreendimento como de baixo impacto ambiental, para o qual a lei permite um licenciamento simplificado, exigiu a apresentação do EIA/RIMA após a liberação da licença. Segundo questionamentos do Ministério Público, na análise da viabilidade ambiental do empreendimento, o órgão licenciador descartou duas exigências expressas pela legislação: a apresentação do EIA/RIMA (postergada para a fase da LI) e a apresentação da certidão de localização expedida pelo município, atestando a regularidade do aspecto locacional<sup>54</sup> em conformidade com a legislação municipal de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo.

Em outubro de 2007, a Diferencial energia vendeu sua participação no empreendimento da usina termelétrica à empresa MPX Mineração e Energia LTDA, pertencente ao grupo EBX, com anuência da ANEEL.

Em 2008, foi requerida a LI (tramitando na Sema sob o processo nº 098/2008), fase em que o empreendedor deveria apresentar o EIA/RIMA em audiências públicas. Nesse período, a Assembleia Legislativa do Maranhão e o Ministério Público Estadual demandaram ao órgão competente a realização das audiências para dar publicidade ao EIA/RIMA da termelétrica.

O Ministério Público Federal também ajuizou uma ação civil pública solicitando a anulação dos atos praticados pela Sema e o deslocamento do processo de licenciamento ambiental para o Ibama e solicitou também a suspensão das audiências públicas marcadas em

---

<sup>53</sup><https://www.jornaljurid.com.br/noticias/licenciamento-ambiental-da-usina-porto-do-itaqui-nao-pode-ser-conduzido-pela-sema> . Acesso em 15/06/2021.

<sup>54</sup>A resolução nº 237/1997 do Conama, art . 10 destaca: “No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso de água, emitidas pelos órgãos competentes.”

2008<sup>55</sup>. O Ministério Público Federal (MPF) defendeu a exigência de licenciamento pelo Ibama considerando o impacto de âmbito nacional do empreendimento por sua localização parcial no Mar territorial e na zona costeira, com o risco de contaminação das águas costeiras pela descarga de efluentes (possibilidade de poluição térmica); afetação do ecossistema manguezal, área de preservação permanente pelo código florestal brasileiro; possibilidade de provocar o assoreamento das margens dos mangues e igarapés locais (Irinema e Buenos Aires) com as atividades de implantação da UTE e degradação por contaminação das águas subterrâneas e dos terrenos de Marinha. O MPF também alegou que o empreendimento visava a produção de energia para abastecimento nacional por meio do SIN, o que permite compreender que o empreendimento se constituiu como uma usina de grande porte.

O MPF e MPE ainda emitiram uma recomendação conjunta solicitando o adiamento da audiência devido ao tempo insuficiente para a população estudar o projeto e à falta de acessibilidade aos documentos necessários<sup>56</sup> e ao cumprimento das exigências legais de publicidade dos documentos do estudo e relatório de impacto ambiental em audiências públicas com a participação da população e o acesso desta aos documentos, alegando que:

não teria a Secretaria Estadual de Meio Ambiente conferido a devida publicidade ao procedimento de licenciamento administrativo, dada a insuficiente disponibilização de cópias do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente ao público interessado, ensejando, inclusive, o manejo de ação judicial para a obtenção de cópias que deveriam ser disponibilizadas de forma simples e célere pelo órgão (Procedimento Administrativo MPF/PR/MA nº 1.19.000.000331/2008-88 – RECOMENDAÇÃO PR/MA/ASS n.º 006/2008).

Foram realizadas três audiências públicas no mês de maio de 2008 em meio às contestações do Ministério Público e ações civis solicitando a anulação dos atos de licenciamento em face das irregularidades encontradas pelo órgão estadual. Durante as audiências realizadas também houve contestações por parte de militantes e intelectuais que participavam de entidades e movimentos que atuavam na resistência à instalação de outros empreendimentos nocivos ao meio ambiente na Zona Rural II de São Luís (Reage São Luís, Fórum Carajás) e de lideranças de comunidades pertencentes à área da Resex Tauá-Mirim, destacando os efeitos sociais e ambientais da termelétrica.

Em 26 de maio de 2008, foi divulgada a decisão da Justiça Federal de 1ª Instância do Maranhão suspendendo o procedimento de licenciamento ambiental realizado pela Sema e

---

<sup>55</sup> Procedimento Administrativo MPF/PR/MA nº 1.19.000.000331/2008-88. Ação Civil Pública, pedido de liminar, suspensão de audiência pública.

<sup>56</sup> Procedimento Administrativo MPF/PR/MA nº 1.19.000.000331/2008-88 – RECOMENDAÇÃO PR/MA/ASS n.º 006/2008. Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2008/04/18/mpf-e-mpma-recomendam-adiamento-da-audiencia-publica-sobre-termelétrica-da-direrencial-energia-e-da-mpx-mineracao>. Acesso em: 15/06/2021.



transferindo o procedimento para o Ibama.

Com a existência das contestações por parte do Ministério Público e a decisão judicial favorável à anulação das licenças expedidas pela Sema<sup>57</sup>, o empreendedor deu entrada na solicitação de LP junto ao Ibama em julho de 2008.

Assim, a Licença Prévia 293/2008 foi emitida pelo órgão em 03 de novembro de 2008, após análise do EIA/RIMA apresentado, tendo como condicionante a apresentação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental e apresentação do Projeto Básico Ambiental, com a descrição de todos os programas ambientais e medidas mitigadoras consignados no EIA/RIMA, dentre outros condicionantes elencados pelo Ibama.

A Licença de Instalação foi expedida oficialmente em março de 2009, mas a Licença de Instalação “parcial” foi emitida em 30 de janeiro de 2009, período em que foram iniciadas a terraplanagem e a instalação do canteiro de obras do empreendimento<sup>58</sup>.

Desse modo, a primeira Licença de Instalação expedida pelo Ibama saiu em janeiro de 2009 e a última em dezembro de 2009, com validade de 4 anos; a primeira Licença de Operação saiu em dezembro de 2011( válida por 6 anos); a segunda LO em outubro de 2012 (válida por 5 anos), retificada em outubro de 2015 com prazo de validade de 10 anos, a vencer em 2025. Nesse período, o Ministério Público Federal<sup>59</sup> ainda ajuizou outra ação civil contra os empreendedores e contra o próprio Ibama por alteração indevida nos limites de emissão de poluentes atmosféricos.

Esses conflitos desencadeados a partir do processo de licenciamento do empreendimento são importantes para a análise dos efeitos sociais dos empreendimentos porque eles destacam o processo de forma mais abrangente elencando não somente os impactos e medidas mitigatórias previsíveis, mas os diferentes agentes e interesses envolvidos. Nesse aspecto, consideramos a perspectiva de Sigaud quando ela destacada a importância do estudo dos efeitos sociais que as obras de infraestrutura energética desencadeiam na estrutura das relações sociais nas quais se inserem. Efeitos esses que compreendem as implicações políticas e sociais que resultam do enfrentamento das diversas forças envolvidas no processo.

O processo de realocação da população a partir do qual a literatura tende a pensar os “impactos sociais” das barragens (Scudder, 1973, e Partridge, 1983) não parece

---

<sup>57</sup> Disponível em: [g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/licencas-ambientais-de-termeletrica-porto-do-itaqui-sao-anuladas.html](http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/licencas-ambientais-de-termeletrica-porto-do-itaqui-sao-anuladas.html). Acesso em 15/06/2020.

<sup>58</sup> Fonte: [www.mxp.com.br](http://www.mxp.com.br) / [www.mpxitaqui.com.br](http://www.mpxitaqui.com.br). Acesso em 18.12.2009

<sup>59</sup> <https://imirante.com/maranhao/noticias/2016/07/06/mpf-pede-que-usina-termeletrica-do-porto-do-itaqui-reduza-emissao-de-poluente-atmosfericos.shtml>. Acesso em 15/06/2020. Ver também Processo nº: 2008.37.00.003564-6

portanto resultar exclusivamente da intervenção imposta de cima (no caso pelo Estado), nem do modo como as empresas e técnicos encaminham soluções, nem dos detalhes técnicos do planejamento, mas sim de **um processo marcado por conflitos de interesse cujo desfecho depende não da correção desta ou daquela ação específica, mas do embate das forças presentes**. O caso aqui analisado permite pensar, para além do que está posto pela literatura, que **a intervenção do Estado nesses casos desencadeia um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais**. Essas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas ao longo do tempo de realocação (SIGAUD, 1986, pp. 33-24, grifo nosso)

Assim, o embate de forças desencadeado pelos efeitos sociais das obras de infraestrutura energética também são analisados sob a ótica dos conflitos socioambientais. Leite Lopes (2004) utilizou o neologismo “ambientalização” para contextualizar o processo histórico em que o meio ambiente passa a ser concebido como uma questão pública, fonte de reivindicação ou contestações pelos diferentes sujeitos e grupos sociais.

Nesse sentido, Acselrad (2004, pp. 7-8) afirma que os conflitos socioambientais são decorrentes da própria existência de diferentes projetos de uso e significação de um território e de seus recursos naturais. De acordo com a classificação desse autor, os conflitos ambientais podem ser divididos em duas naturezas: aqueles que comprometem a durabilidade ou manutenção das práticas sociais de um dos grupos envolvidos; ou aqueles decorrentes da interatividade, quando ocorrem os efeitos sociais e ambientais das obras, gerando as chamadas externalidades<sup>60</sup> (ACSELRAD, 2004, p. 26). Nesse sentido, a implantação de projetos de desenvolvimento do setor energético produz conflitos tanto por comprometer a manutenção dos meios de vida de comunidades diretamente afetadas, como nas situações de deslocamento compulsório; como por interatividade, por conta dos efeitos da operação das usinas no cotidiano de comunidades vizinhas.

No caso específico da UTE Porto de Itaquí, os conflitos socioambientais confrontaram os diferentes interesses sociais dos agentes envolvidos e seus projetos de uso para território. Dentre esses agentes, destacam-se de forma mais direta, os constituídos pelo: a) poder público federal (atuando na formulação de uma política voltada para o desenvolvimento econômico e a ampliação da infraestrutura energética), estadual e municipal (apoio político e institucional ao processo de instalação do empreendimento por meio de decreto de utilidade pública e protocolo de intenções) e por seus órgãos de licenciamento ambiental (Secretária Estadual do

---

<sup>60</sup>Externalidade e internalidade são: “conceitos elaborados no âmbito da economia, referentes à consideração dos impactos ambientais das atividades econômicas no cálculo geral da produção, ou seja, os custos ambientais (dos impactos ambientais) são externalizados quando suas consequências são transferidas à sociedade na forma de danos a saúde, à propriedade e aos ecossistemas, e são internalizados quando pagos pela empresa causadora” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, pp.35-36).

Meio Ambiente e Ibama); b) as comunidades atingidas pela instalação da Termelétrica, principalmente a Vila Madureira, alvo de deslocamento compulsório, e a Camboa dos Frades, comunidade que foi diretamente atingida pelas obras de terraplenagem, e demais comunidades vizinhas que compreendem a área de proposição da Reserva Extrativista Tauá-Mirim e que participaram, junto a outros setores vinculados a movimentos sociais e instâncias acadêmicas, das audiências públicas para denunciar os efeitos sociais e ambientais do empreendimento com a emissão de gases poluentes, a poluição das águas, os efeitos à saúde e à qualidade de vida das comunidades vizinhas ao empreendimento. Também se destaca a atuação de instituições mediadoras e contestadoras nesse processo, como o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão. No quadro 3 (página 93) , elaboramos uma síntese dos atores envolvidos no processo de instalação da usina termelétrica e as estratégias acionadas para defesa de seus interesses.

**QUADRO 3: Agentes, Interesses e Estratégias**

<b>AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO</b>		
<b>AGENTES</b>	<b>INTERESSES</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>Poder Público</b>	Desenvolvimento regional e local	Nacional, Elaboração de políticas, planos, programas e outras ações institucionais
<b>União</b>	Desenvolvimento Nacional	Política de desenvolvimento de infraestrutura (PAC) Privatização e Regime de concessão na área de geração, transmissão e distribuição de energia (Parcerias Público-Privadas)
<b>Estado do Maranhão</b>	Desenvolvimento Regional	Apoio político e institucional aos empreendimentos (Protocolo de intenções, declaração de utilidade pública da área e das obras de instalação da Termelétrica)
<b>Município de São Luís</b>	Desenvolvimento local	Documento de viabilidade locacional da área de instalação
<b>Empreendedores do setor elétrico (Diferencial Energia, MPX/ENEVA)</b>	Lucratividade econômica por meio do investimento no setor de geração e transmissão de energia Ampliação da geração de energia Desenvolvimento econômico	- Participação no leilão da ANEEL (Direito de concessão) - Financiamento de instituições bancárias - Apoio político e institucional de governos e setores produtivos locais, parcerias com entidades públicas e privadas - Proveito da legislação (Lei de desapropriações) e da estrutura deficiente dos órgãos públicos ambientais - Criação de redes de stakeholder internas e externas (Programa de Comunicação e Relacionamento entre as partes interessadas) - Estratégias de gestão e marketing social: responsabilidade social empresarial ou de sustentabilidade corporativa (programa de reassentamento e uso de tecnologia limpa de carvão) - Tentativa de esvaziamento das audiências públicas e desarticulação de relações entre comunidades vizinhas.
<b>Comunidades locais direta e</b>	Manutenção do seu modo de vida (relações sociais e	Mobilização coletiva em defesa de seus direitos

<b>indiretamente afetadas</b>	culturais, meios de subsistência, tradições e costumes Defesa do meio ambiente e do território	
<b>Vila Madureira</b>	Defesa dos seus direitos (posse da terra e benfeitorias) Reparação adequada dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais	- Organização associativa - Reivindicação aos empreendedores e representantes do Poder Público - Intermediação política por lideranças comunitárias
<b>Camboa dos Frades</b>	Defesa dos seus direitos (locomoção)  Melhoria das condições de infraestrutura básica	- Organização associativa - Reivindicação aos empreendedores e representantes do Poder Público - Intermediação política por lideranças comunitárias - Manifestação em audiências públicas - Denúncia a movimentos socioambientalista (Fórum Carajás) Defensoria Pública, grupos acadêmicos (GEDMMA), lideranças políticas.
<b>Órgão licenciadores</b>	Defesa do Meio Ambiente, execução de normas de proteção ambiental	Procedimento administrativo de licenciamento para avaliação de impacto ambiental dos empreendimentos e emissão de licenças
<b>Secretária Estadual de Meio Ambiente</b>	Execução de normas de proteção ambiental	Liberação da licença ambiental para a instalação do empreendimento (Licença Prévia nº 043/2007) por meio de um procedimento simplificado e sem a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
<b>Ibama</b>	Execução de normas de proteção ambiental	Emissão das licenças e acompanhamento das ações devolutivas do Plano Básico Ambiental em Seminários anuais
<b>Órgão e instituições ligados á justiça, cidadania e aos direitos humanos</b>	Mediação e defesa	
<b>Ministério Público Estadual Federal</b>	Proteção do patrimônio público, meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos Defesa dos princípios democráticos previstos na Constituição federal	Impetração de Ações Cíveis Públicas em que questiona as irregularidades apresentadas no licenciamento ambiental concedido pela SEMMA e Exigência de realização de Audiências Públicas para

		discussão do Relatório de Impacto Ambiental da Termelétrica.
<b>Defensoria Pública do Estado do Maranhão.</b>	Defesa aos direitos humanos fundamentais e atuação em acordos extrajudiciais	Acompanhamento de reuniões de negociação e atuação no conflito entre a MPX e a Camboa dos Frades sobre a recuperação da estrada de acesso à comunidade que foi destruída com as obras de terraplenagem da termelétrica, mediante Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
<b>Poder Judiciário</b>	Mediação e decisão dos conflitos de interesse	Suspensão do licenciamento ambiental e da licença prévia para a instalação da usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís. - Reconhecimento da competência do Ibama para a realização do licenciamento ambiental.
<b>Sociedade Civil</b>	Denúncia dos efeitos sociais e ambientais da termelétrica  Participação na rede de relacionamentos do empreendimento	Denúncia aos órgãos ambientais, jurisdicionais
<b>Lideranças de Associações Comunitárias vinculadas a Resex de Tauá-Mirim</b>	Defesa do Território e da manutenção de seus modos de vida	Manifestação em audiências públicas
<b>Fórum Carajás e grupos de pesquisa e extensão vinculados a instituições universitárias (GEDMMA)</b>	Denúncia dos efeitos sociais e ambientais da termelétrica	Assessoria às comunidades atingidas Articulação e Mobilização em audiências públicas Estudos, pesquisas, produção de documentos sobre as comunidades e apontamentos de falhas no EIMA/RIMA

Fonte: Elaborado pela autora com base em: SILVA JÚNIOR, 2005.

### **3.3.2 As estratégias utilizadas pelos empreendedores e a política de gestão do risco: O uso de medidas mitigadoras como estratégia de responsabilidade social empresarial**

Em atendimento à Resolução do Conama nº 06/87, o Ibama criou a Instrução Normativa Nº 65, de 13 de abril de 2005, na qual estabelece procedimentos para o licenciamento de empreendimentos no setor elétrico. No que se refere à fase da Licença de Instalação (LI), estabelece que o empreendedor deve elaborar o Projeto Básico Ambiental (PBA) a ser feito conformidade com os impactos identificados e previstos no Estudo de Impacto ambiental (EIA) e deve prever a execução de programas para mitigar esses impactos. O cumprimento desses programas são avaliados pelo Ibama, que estabelece condicionantes para liberação de cada fase do licenciamento.

O PBA da UTE Porto de Itaqui destaca os programas elencados no EIA/RIMA voltados para mitigar impactos: a) no meio físico (programas para o meio físico; programa ambiental de construção; programa de monitoramento das emissões atmosféricas; programa de controle de erosão e sedimentos; programa de monitoramento da água subterrânea; programa de monitoramento da qualidade da água costeira; programa de controle e monitoramento dos efluentes; programa de monitoramento e controle de ruídos); b) no meio biótico (programa de monitoramento da ictiofauna; programa de recuperação de áreas degradadas; programa de monitoramento da fauna terrestre; programa de compensação ambiental); e c) no meio socioeconômico (programa de comunicação social e de relacionamento com as partes interessadas; programa de realocação da população; programa de monitoramento e apoio socioeconômico; programa de conscientização para o tráfego; programa de contratação e capacitação da mão-de-obra; programa de controle e monitoramento das condições de saúde; programa de educação ambiental).

Conforme descrevemos anteriormente, durante o planejamento dos empreendimentos, a realização dos estudos de viabilidade e dos impactos ambientais os empreendedores contratam empresas de consultorias especializadas em cada área para efetivar esses estudos, elaborar planos e programas e acompanhar o desenvolvimento deles durante o processo de licenciamento ambiental. Dentre os vários programas previstos no EIA/RIMA e no Projeto Básico Ambiental da UTE Porto do Itaqui, dois tiveram influência mais direta no processo de negociação dos empreendedores com a comunidade Vila Madureira: O programa de comunicação social e de relacionamento com as partes interessadas e o programa de realocação da população.

A partir do programa de comunicação e relacionamento com as partes interessadas,

buscou-se o estabelecimento de relações com as comunidades direta e indiretamente afetadas e com os mais variados órgãos e agentes sociais e políticos em nível federal, estadual e municipal com o intuito de fazer parcerias e criar a chamada ‘rede de relacionamentos’ com as partes interessadas na implantação da UTE.

O programa de realocação residencial voltou-se para a condução do processo de remoção e realocação das famílias residentes na área de influência direta na instalação da UTE Porto do Itaqui na tentativa de minimizar os efeitos negativos. Teve como objetivo:

Definir e explicitar as formas de tratamento e os critérios a serem adotados para a retirada da população da Vila Madureira, terreno a ser ocupado pelo empreendimento. Com sua implementação a principal meta a ser atingida é a desocupação total do terreno a ser ocupado pela UTE em tempo hábil e de acordo com as melhores práticas socioeconômicas, garantindo qualidade de vida à população afetada (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, 2008, VIII-59).

Os indicadores iniciais desse programa, explicitados no EIA/RIMA foram a medição do grau de aceitação dos diferentes públicos-alvo às propostas de realocação e o surgimento de ações ou processos judiciais ou eventuais conflitos referentes à retirada da população. E em sua metodologia estabeleceu algumas diretrizes de “boas práticas” a serem consideradas na elaboração, execução e monitoramento do programa. Dentre todas, destacamos:

[..] 2. Garantir uma pluralidade de alternativas de tratamento para as famílias impactadas considerando a diversidade das realidades e expectativas de vida, categorias sociais, formas de produção e de trabalho, laços sociais e familiares;

[...]

4. Garantir a liberdade de escolha aos impactados quanto à opção de tratamento, respeitando os direitos humanos, não impondo-lhes condições de negociação e não pressionando a população visando atender ao cronograma da obra;

5. Evitar compensações estritamente monetárias, sempre que possível;

6. Restabelecer ou melhorar as condições socioeconômicas das famílias atingidas, oferecendo um conjunto de tratamentos suficiente para garantir-lhes, na nova situação, equivalência ou incremento nas condições de moradia, de obtenção de renda, de produção e de bem estar social;

7. Promover o reassentamento como uma oportunidade para o desenvolvimento das comunidades afetadas, integrando-as social e economicamente às comunidades que as receberem, possibilitando a inserção das famílias no mercado de trabalho local e/ou regional e minimizando eventuais impactos adversos nas comunidades anfitriãs;

8. Visar a recuperação integral das diversas dimensões alteradas no modo de vida das famílias atingidas, considerando a reestruturação dos meios de produção e reprodução econômica e social, da configuração das relações sociais, das referências culturais das comunidades, dos meios tradicionais de subsistência, de seus hábitos e costumes;

9. Garantir a oferta de serviços e infra-estruturas sociais, de forma que as populações afetadas, especialmente as deslocadas involuntariamente e/ou reassentadas, usufruam de melhorias e benefícios incorporados à infra-estrutura e serviços públicos, local e/ou regional;

10. Assegurar transparência e participação, coletiva ou individualmente, durante todo o processo e nas diversas etapas de definição das



alternativas para reconstituição da realidade afetada, respeitando os costumes locais, reconhecendo e apoiando as instituições sociais e culturais, e assegurando a constituição de estruturas e mecanismos necessários à efetividade desta participação;

11. Promover a articulação interinstitucional entre os diferentes órgãos governamentais visando sua participação frente às alterações na distribuição espacial da população, nas suas atividades socioeconômicas, conforme respectivas responsabilidades e especialização institucionais (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, 2008, VIII-60).

Ao longo dos anos, os responsáveis por empreendimentos desenvolvimentistas na área de infraestrutura foram aperfeiçoando os mecanismos de mitigação e incorporação dos efeitos ambientais e sociais no orçamento das obras. A exemplo disso, destaca-se o manual de “Metodologia de valoração das externalidades ambientais da geração hidrelétrica e termelétrica com vistas à sua incorporação no planejamento de longo prazo do setor elétrico”<sup>61</sup>, elaborado pela Eletrobrás no ano 2000. Esse manual tinha objetivo de estabelecer indicadores para avaliação de impacto ambiental que possibilitassem a internalização dos gastos com futuras indenizações ou ações reparadoras no planejamento das obras.

No que se refere aos gastos com a realocação de populações atingidas, desde o ano de 1997, são previstos no Referencial para Orçamentação dos Programas Socioambientais elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (FERREIRA et al., 2014, p. 78). E o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também estabeleceu uma Política Operacional (PP 710 - datada de maio de 1998) destacando as diretrizes a serem adotadas em processo de reassentamento involuntário de populações, enfatizando aspectos considerados na aprovação de projetos para serem financiados pelo Banco.

O Programa de relocação da UTE Porto de Itaquí utilizou essas diretrizes, conforme destaca uma empresa de consultoria contratada para acompanhamento desse programa:

Em 2008, a MPX iniciou os contatos na região, por meio da elaboração de estudos técnicos e análise de impactos, do estabelecimento de diálogos permanentes com atores sociais e políticos em nível federal, estadual e municipal, além das lideranças formais e informais da própria comunidade de Vila Madureira. As referências e compromissos assumidos estão em conformidade com as diretrizes das melhores técnicas nacionais e internacionais que norteiam a elaboração de programas de **remanejamento compulsório de populações**, de forma especial, aquelas apresentadas na Política Operacional – OP 710 do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. (YKS, MPX, 2009, p. 40).

Com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e o Projeto Básico Ambiental da UTE Porto do Itaquí, que avalia os possíveis efeitos do projeto no meio biofísico e social e

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Acervo-de-Documentos-Tecnicos.aspx> Acesso em 24/07/2021.

estabelece as chamadas medidas mitigadoras desse processo, o Ibama emitiu as licenças ambientais com recomendações ou condicionantes a serem alcançados no desenvolvimento de cada plano ou programa previsto no PBA e no sentido de mitigar os efeitos do empreendimento sobre o meio ambiente, sobre a saúde, à qualidade de vida das populações vizinhas e sobre as famílias que foram deslocadas compulsoriamente. Dentre os condicionantes emitidos durante a licença de instalação destacou-se a ação de:

Realizar, a cada ano de ocorrência da LI, seminários de avaliação e devolução das ações do PBA, trabalhando as interfaces entre o conjunto dos Programas com a participação efetiva de lideranças e acompanhamento técnico do IBAMA, junto aos três bairros da AID e para os reassentados da Vila Madureira (IBAMA, 2009, p. 39).

Dentre todos os programas previstos no PBA, o programa de realocação teve um papel estratégico no marketing do empreendimento. O “Programa de Realocação da UTE Itaqui” foi usado como uma estratégia de responsabilidade empresarial socioambiental, conforme destacado pela empresa em 2010: “O que era para ser apenas um programa de realocação virou exemplo de cidadania empresarial e desenvolvimento sustentável”<sup>62</sup> Esse programa é divulgado na imprensa como um modelo de reassentamento de populações e ganhou o Prêmio ECO 2010, da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, na categoria Sustentabilidade e Novos Negócios, voltado ao reconhecimento de empresas que adotam práticas reconhecidas como sendo socialmente responsáveis. Ao descrever sobre o termo cidadania empresarial em sua vertente normativa e empresarial, Ashley et al. (2000, p. 8) cita o prêmio Eco:

Contribuindo para essa incorporação de forma instrumental, está o estímulo proporcionado pelo Prêmio Eco, da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, anualmente concedido a empresas brasileiras desde 1982. Segundo as orientações para a premiação, o nome ECO representa a união das iniciais de “empresa e comunidade” e são aceitas inscrições de projetos de empresas privadas ou fundações e institutos de empresas privadas cuja finalidade seja o atendimento a necessidades de caráter público e que não se confundam com interesses comerciais privados; cujo público beneficiado não seja exclusivamente os funcionários da empresa e/ou seus familiares; que não sejam resultantes de uma obrigação legal imposta à empresa, ou de uma tentativa de minimizar ou anular os efeitos negativos que a atividade da empresa gera na comunidade ou na sociedade como um todo; e com, no mínimo, um ano de execução.

No sentido destacado acima, como projetos que “não sejam resultantes de uma obrigação legal imposta à empresa, ou de uma tentativa de minimizar ou anular os efeitos negativos que a atividade da empresa gera na comunidade ou na sociedade como um todo”,

---

<sup>62</sup> Divulgado em: <http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/empreendimentos/ute-itaqui/Paginas/programas-socioambientais.aspx>. Acesso: 05/11/2010

observamos que o programa de relocação vai de encontro a essa perspectiva ao fazer parte de uma condicionante de um licenciamento ambiental<sup>63</sup> de um empreendimento.

Notadamente, o cálculo dos investimentos, dos impactos e riscos sociais, políticos, financeiros e administrativos são inerentes ao desenvolvimento da gestão empresarial, são parte da contabilidade racional da empresa capitalista (PINTO, 2019, p. 17). Nesse contexto de aperfeiçoamento da gestão empresarial, a gestão do risco social<sup>64</sup> desenvolve-se na perspectiva de prever, antecipar e controlar as contestações sociais em torno dos empreendimentos (PINTO, 2019, p. 49), destacando-se as estratégias de responsabilidade social corporativa.

O crescimento do mercado de consultoria específico para serviços de “sustentabilidade” e de “responsabilidade social corporativa” como veremos mais adiante, e uma espécie de profissionalização da “gestão do risco social” podem ser compreendidos como estratégias de mercado para o controle de esferas do “não-mercado”. Existem diversas iniciativas institucionalizadas que pretendem guiar as empresas na execução de políticas e de programas de responsabilidade social corporativa. Elas são usualmente denominadas de princípios e estabelecem uma série de normas a que as empresas deveriam atender, caso desejassem ser certificadas e ampliar as fontes de financiamento, bem como o mercado consumidor. As mais conhecidas são: Princípios do Equador, FSC, SA8000, AA1000 e a ISO 26.000 (PINTO, 2019, p. 52).

Alguns autores, conforme descreve Pinto (2019, p. 62), analisam essas estratégias como um mecanismo para obtenção da chamada “licença social”, licença que se operacionaliza em três níveis:

Os autores distinguiram três níveis de licença social, sempre inversamente proporcionais ao risco social e político enfrentado pela empresa. O primeiro nível é a aceitação da empresa ou projeto, que é conquistada através do reconhecimento da sua legitimidade. É o mais comum e, conforme os autores, normalmente suficiente para assegurar sua continuidade. Se a empresa alcança a credibilidade junto à sociedade, o nível da licença pode ser elevado a uma situação de aprovação. O terceiro e último seria o patamar de identificação, com o estabelecimento de uma relação de confiança e de copropriedade.

Conforme citado acima, o segundo nível da “licença social” para operar é a aprovação

---

<sup>63</sup> Ver Licença de instalação nº 293/2008 LP – que estabelece os condicionantes da licença com recomendação de apresentação do PBA com a apresentação do detalhamento de todos os programas ambientais e medidas mitigadoras consignados no EIA-RIMA de acordo com o parecer técnico do Ibama nº 60/2008 que trata da análise do Estudo de Impacto Ambiental e o Parecer Técnico nº. 015 /2009 - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA que trata da análise Plano Básico Ambiental e Atendimento as Condicionantes da LP 293/2008e propõe a apresentação de relatórios semestrais ao Ibama e realização de seminários anuais apresentando resultados da avaliação do conjunto dos programas com participação das comunidades/bairros ou municípios afetados. Consultar processo nº 02001.002362/2008-16 no site: <http://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-ambiental-processo-de-licenciamento#autorizacoes-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 24/07/2021.

<sup>64</sup> De acordo com Pinto (2019, p. 31): “Os documentos empresariais e do Banco Mundial ora referem-se ao risco da sociedade desorganizada (“comunidades” desprotegidas, excluídas dos direitos básicos à saúde e à educação, com níveis de renda insuficientes e inseridos em formas precárias de trabalho), ora como a sociedade organizada em movimentos sociais, sindicatos ou grupos étnicos”.

do projeto ou empresa, corresponde à credibilidade alcançada pela empresa junto à sociedade.

No caso específico desse estudo, analisamos que todas as estratégias e tecnologias sociais utilizadas pela empresa responsável pela execução do projeto de implementação da termelétrica constituíram-se como formas de gestão do risco social e obtenção dessa “licença social” para aceitação pública desse empreendimento por adoção de estratégias de responsabilidade social corporativa, as chamadas estratégias de não-mercado, e gestão de “stakeholders” – partes interessadas, compreendendo “todos os atores e instituições sociais que afetam ou são afetados pelas ações das empresas” (PINTO, 2019, p.32).

Desse modo, os primeiros contatos da empresa MPX/ENEVA com as famílias da Vila Madureira foram realizados por empresas de consultoria contratadas para a realização do diagnóstico do meio socioeconômico, como parte do estudo ambiental da área de instalação do empreendimento (EIA/RIMA), mediante levantamento realizado em dezembro de 2007.

Além desse levantamento realizado pelas empresas de consultoria, durante a criação da Associação de Moradores da Vila Madureira, as lideranças comunitárias também realizaram o cadastramento das famílias, cadastro para filiação na associação e para apresentação dos moradores às empresas. Desse modo, o cadastro realizado pela associação de moradores serviu de base para que a empresa de consultoria identificasse as famílias que possuíam terrenos no local. Segundo informado pela empresa de consultoria responsável pelo Programa de Reassentamento, foram cadastradas inicialmente 85 famílias e, posteriormente, foram incluídas 10 famílias em função das demandas apresentadas pela comunidade intermediadas pela associação comunitária e Secretária Estadual de Indústria e Comércio (YKS, 2008, p. 12), definindo um público do programa formado por 95 famílias que residiam, produziam ou tinham a posse de terrenos no local.

Observamos que o programa de comunicação e relacionamento com as partes interessadas foi uma importante estratégia utilizada no estabelecimento de relações com órgãos públicos, privados, entidades sociais, movimentos e comunidades para propiciar aos empreendedores um espaço de negociação, acompanhamento e parcerias no processo de implantação da termelétrica. Nesse contexto, os contatos estabelecidos com a diretoria da associação de Moradores da Vila Madureira foram fundamentais para a identificação das famílias, divulgação do empreendimento e apresentação das propostas e do programa de relocação residencial. E, desse modo, o espaço da Associação de Moradores, conforme veremos no tópico seguinte, constituiu-se em um espaço aberto e favorável ao deslocamento dentro das condições negociadas com os empreendedores. Negociações essas intermediadas

pela diretoria da associação de Moradores, conforme é expresso nesse relato dessa moradora antiga.

Pesquisadora: Como eles falaram pra vocês que vocês iriam sair de lá?

Entrevistada: Ah, disseram que o governo estava precisando da área, então era... Aí, ele disse que era pra gente que eles estavam precisando da área. Então, eles iam colocar a gente num local melhor, assim que foi a conversa, que eles iam botar a gente num local melhor, iam dar uma casa estruturada pra gente, com documento, com tudo pra gente, iam fazer tudo que a gente não tinha lá, eles iam fazer melhoria pra gente sobreviver, sair dessa rotina do campo que a gente não tinha nada documentado, não tinha não. **Aí todo mundo concordou por causa da associação, que teve uma associação dos moradores.** (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã, grifos nossos).

Para a viabilização do deslocamento, a empresa utilizou-se de trabalho sistemático de aproximação com os moradores, principalmente com a diretoria da União de Moradores da Vila Madureira, de permanência na comunidade, da realização de reuniões e visitas domiciliares, num esforço significativo de convencimento das famílias. Nesses espaços, os técnicos responsáveis apresentavam as propostas e os procedimentos inclusos no Programa de Reassentamento. De modo geral, a implantação do programa contou com a participação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, como instituição parceira, e a Defensoria Pública, para acompanhamento do processo de negociação, e da União de Moradores da Vila Madureira.

Os programas criados pelos empreendedores e as estratégias utilizadas para estabelecer um espaço de negociação favorável à instalação da UTE são analisados com base no que os autores citados destacaram como “licença social para operar”. Por meio desses procedimentos, o empreendimento busca a sua aceitação, o reconhecimento de sua legitimidade perante a sociedade. Não somente da sociedade, mas perante a própria comunidade atingida que é de tal modo envolvida, durante a chamada negociação, ao ponto de chegar ao patamar da identificação com o projeto, “com o estabelecimento de uma relação de confiança e de copropriedade” (PINTO, 2019, p.64). Essas novas estratégias, chamadas participativas, utilizadas pelas empresas e órgão estatais são as novas roupagens dadas a antigas medidas autoritárias em voga outrora, conforme destaca Wanderley (2009, p. 481) ao analisar as estratégias empresariais e estatais utilizadas na região amazônica brasileira:

Se nos anos 1970, sustentadas pelo mito do espaço vazio difundido pelo Estado brasileiro para a Amazônia, as empresas ignoram os povos e os espaços tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2004), atropelando-os e dizendo-se pioneiros desbravadores da selva, hoje, em Juruti, a ALCOA tenta deslegitimar os direitos dos povos tradicionais ribeirinhos, alegando que eles não são os legítimos donos da terra, sendo meros posseiros que não detêm o direito legítimo sobre a propriedade privada da terra. Deste modo, a mineradora, em seu processo de territorialização, desconsidera os usos e até mesmo a existência de habitantes locais, apropriando-se dos espaços, considerando-os juridicamente

“vazios” ou, no termo correto, devolutos (WANDERLEY, 2009, p. 481).

O autor afirma ainda que:

A partir do final dos anos 1980, as estratégias de apropriação do espaço pelo capital e os mecanismos de negociação se alteraram em muito pelo processo de democratização política e pelo ingresso de novas legislações ambientais. Nos grandes projetos das décadas de 1970/80 na Amazônia, as corporações, apoiadas pelo Estado, utilizavam de um autoritarismo permissível num período ditatorial em que a negociação inexistia. Para o Estado, os povos tradicionais eram irrelevantes, não podendo eles comprometer ou frear o progresso e o crescimento econômico planejado. Tratava-se de sociedades arcaicas, atrasadas e primitivas, que requeriam passar pelos processos de civilização e modernização propiciados pelo desenvolvimento capitalista, ou, então, que deveriam ser removidas, desobstruindo-se, assim, o caminho rumo ao destino manifesto da nação brasileira. Por isso, os conflitos territoriais se resolviam pelo pagamento “irrecusável” de indenizações ou pela força bruta da polícia (WANDERLEY, 2009, pp. 484-485).

Nesse aspecto o autor assinala que na década de 1980, após o fim do período ditatorial, com a abertura democrática, a mudança na legislação ambiental, assim como a promulgação da Constituição de 1988 ocorre uma mudança nas estratégias de apropriação do território das comunidades locais e novos mecanismos são acionados.

O Estado e as transnacionais continuam a priorizar os interesses econômicos, em detrimento dos direitos sociais e ambientais. Porém, deixaram de atuar de maneira violenta e autoritária em relação aos atingidos, na maioria dos casos. Desde a Constituição de 1988, os povos tradicionais adquiriram um status legal, desmistificando o vazio demográfico, passível de ser dominado, colonizado e delimitado, e que respaldava o exercício da violência, do autoritarismo e da coerção pelas corporações e pelo Estado, no intuito de garantir os processos de localização e funcionamento dos mega projetos. Segundo Lebirel e Shaw (1999), este tipo de processo de localização industrial, caracterizado pela forte ação do poder estatal, é classificado como regulatory process, sendo bastante comum no Brasil durante a ditadura militar.

Atualmente, para assegurar o consenso da comunidade local, as corporações utilizam o market process, no qual as estratégias de barganha, chantagem locacional, vantagens financeiras (compensação) e de marketing são frequentemente empregadas. Este processo abre espaço à possibilidade de conflitos, contestação, mobilização e negociação. Mas, para evitar e minimizar os conflitos, as mineradoras acabam optando pela aquisição de propriedades no entorno, arrendamento de terras ou aproximação com a comunidade local por meio de programas sociais (FARIAS, 2002) favorecidos por uma relação desigual de poder (WANDERLEY, 2009, pp. 498-499).

Assim, conforme destacado pelo autor, atuação estatal segue priorizando os interesses econômicos na intervenção dos territórios das comunidades e no caso da implantação da termelétrica atuou garantindo as condições necessárias aos empreendedores privados, nesse âmbito, destaca-se: a) a ação estatal favorável ao empreendimento ao firmar protocolo de intenções e declarar a área e as obras e atividades de infraestrutura necessárias à implantação da Termelétrica como de utilidade pública destacando a relevância do empreendimento na geração de energia, desenvolvimento econômico e geração de empregos diretos e indiretos; e

b) a deslegitimação dos direitos dos moradores da Vila Madureira pela ausência de documentação jurídica que comprove a propriedade (mas, ainda que eles tivessem os documentos comprobatórios de propriedade de seus terrenos, a intervenção estatal usaria o estatuto da desapropriação por interesse público).

Desse modo, a atuação estatal e empresarial usa o recurso da via “legal” e a defesa do interesse público para justifica a intervenção no território da comunidade, pela afirmação do não direito de propriedade dos moradores que são considerados como invasores das terras do Estado. Na condição de despossuídos, são também desconsiderados por esse mesmo Estado que deve promover a inclusão social pelo acesso a políticas públicas nas mais diversas áreas, tornam-se necessitados da tutela empresarial, ou seja, no espaço do não direito são necessitados da ajuda, do favor. Essa abordagem foi destacada na fala dessa moradora:

Começaram a dizer que aquela área lá era do governo, que não era da gente, que a gente tinha invadido, e que aquela área agora era da empresa, que a empresa tinha comprado... E que eles queriam a terra... Que era pra gente sair que eles iam dar uma indenização, ia dar casa, o dinheiro... Que iriam colocar a gente em um lugar onde iria ter isso e aquilo, e aquilo.  
(Arquivo pessoal, entrevista realizada em 27/03/2010).

No que tange às estratégias empresariais, antes da busca pelo “consenso” e da estratégia da rede de relacionamentos com as partes interessadas, a desqualificação do modo de vida das famílias foi um importante mecanismo utilizado que colaborou para complementação do apelo social do empreendimento enquanto vetor de desenvolvimento econômico e social, fazendo com que a intervenção fosse vista também como necessária para a melhoria das condições de vida da comunidade. A relação que se estabeleceu então descaracteriza o ato violento da negação do modo vida das famílias e do deslocamento compulsório.

Nesse ponto, observamos que o discurso inicial do empreendedor apresentava constante desqualificação dos moradores enfocando aspectos relativos à situação de pobreza e destacando a presença de um aterro sanitário no local. Nas divulgações sobre o programa de reassentamento no site da então MPX em 2012, encontramos a seguinte descrição:

Antes a comunidade vivia em uma área próxima a um aterro sanitário, com condições sanitárias precárias e **a principal fonte de renda era a coleta de lixo**. Hoje, os moradores da Vila Residencial Nova Canaã possuem uma área de 60 hectares **doada** pela MPX para geração de renda através da agricultura, onde são plantadas hortaliças e verduras, o Polo Agrícola Nova Canaã (Disponível em: <http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-nergia/empreendimentos/ute-itaqui/Paginas/programas-socioambientais.aspx>. Acesso em 05/11/12. Grifos nosso).

Ao focar a questão do aterro sanitário e enfatizar que algumas famílias tiravam seu sustento dele a partir da coleta de material reciclável, o programa de reassentamento aparece com um meio desenvolvimentista para a comunidade, como uma forma de “ajuda” aos “necessitados”. Desse modo, a empresa “salvadora” tirou os moradores de condições precárias de vida, nas quais, conforme frisado acima, “a principal fonte de renda era a coleta de lixo”. Entretanto, a própria empresa se contradiz, pois, no levantamento socioeconômico presente no RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento destaca que essa atividade é realizada por apenas duas famílias.

Nesse primeiro momento, podemos analisar que a relação entre o empreendimento e a comunidade já se estabelece como uma relação de colonização, nos termos da tríade da colonialidade, como colonialidade do poder, do ser e do saber (BALLESTRIN, 2013). Ao estabelecer uma relação de dominação física, tendo em vista a expropriação material irreversível do território original da comunidade, mas também simbólica, ao redefinir essa prática de violência em seu favor, desqualificando os modos de viver e ser, o trabalho e o território de vivência anterior da comunidade, ao fazê-la se sentir necessitada da intervenção do projeto desenvolvimentista.

Neste ponto, o papel das tecnologias de gestão do social e a criação de espaços de diálogo e participação com a comunidade ameaçada, adotadas nas estratégias empresariais, possibilitaram que a comunidade fosse incorporada no projeto do empreendimento também como parceira, por intermédio da direção da associação de moradores, fazendo com que as famílias se sentissem integrantes dos projetos. Esses espaços também foram uma forma de publicizar perante a sociedade que as intervenções empresariais e estatais foram realizadas de forma democrática, nesse caso, a chamada negociação entre a comunidade ameaçada de deslocamento compulsório em função da instalação de um empreendimento e os responsáveis deste.

Observamos que o sentido da palavra “negociação” utilizado remete a uma ideia de relação entre iguais, como se houvesse uma possibilidade de escolha e o deslocamento compulsório das famílias não fosse uma situação de constrangimento diante da falta do título de propriedade de suas terras e da imposição de um decreto de utilidade pública solicitando a desocupação da área para a instalação de um empreendimento. Mas toda essa violência é esquecida diante dos documentos “legais” e das propostas apresentadas nas reuniões de negociação.

Entretanto, embora a ação estatal e empresarial possa garantir a efetividade de seus



projetos sob a legitimidade de um discurso de desenvolvimento econômico e social, de legalidade de seus documentos e de práticas participativas e democráticas, as comunidades atingidas por suas intervenções não reagem a elas de forma estática. Elas também criam suas próprias estratégias nesse jogo de forças políticas com as empresas e os órgãos estatais para fazer com que seus interesses também sejam considerados.

**3.3.3 As estratégias utilizadas pela Vila Madureira na “negociação” 65 com os empreendimentos:** A criação da Associação de Moradores, o processo de negociação e seus conflitos e a escolha dos destinos.

Após destacarmos o processo de licenciamento ambiental da UTE Porto de Itaqui e citarmos algumas estratégias que os responsáveis pelo empreendimento utilizam no processo, nesse tópico destacamos as estratégias acionadas pela comunidade para ter suas reivindicações atendidas durante o processo de negociação com as empresas responsáveis pelos empreendimentos.

Conforme destacamos no início deste capítulo, as comunidades localizadas na Zona Rural do Município de São Luís vivem em constante tensão e insegurança fundiária com a disputa de seus territórios com empreendimentos industriais. Desse modo, o anúncio constante da instalação de novos empreendimentos faz aumentar a insegurança fundiária na região. Essa insegurança faz com que as comunidades acionem estratégias diversas na relação com os empreendedores, seja oferecendo resistência à proposta, seja acionando estratégias para ter suas reivindicações atendidas durante o processo de negociação.

No caso específico da Vila Madureira, a comunidade também vivenciou as tensões e a insegurança fundiária ao fazer parte desse território. Entretanto, conforme destacamos anteriormente, e a partir da análise dos relatos das entrevistas, não identificamos um movimento coletivo e articulado de resistência à instalação da Termelétrica e, conseqüentemente, ao deslocamento. Os dados nos permitem analisar que essa ausência de resistência de conjunto deve-se à própria formação heterogênea da comunidade, considerando-se que o anúncio de novos empreendimentos na área influenciou a vinda de novos moradores e proprietários de terrenos que não possuíam vínculos com o lugar e não se serviam dele para a reprodução de um modo de vida, ao contrário dos moradores mais antigos

---

<sup>65</sup>Adotamos o termo negociação porque ele é muito utilizado nas falas das lideranças comunitárias e nos documentos da empresa de consultoria.

e enraizados, mas em menor número.

Conforme destacado no relato de nossos entrevistados, a termelétrica não foi o único empreendimento a ameaçar o modo de vida da comunidade Vila Madureira. Antes da chegada desse empreendimento, os moradores relataram contato com duas empresas interessadas em obter a área e também presenciaram o deslocamento de comunidades vizinhas, como a chamada Alto Paraíso. Alguns relatos destacaram que era comum ocorrer um aumento de ocupações de terrenos na área durante o anúncio da instalação de novos empreendimentos, entretanto, depois de constatado que o empreendimento anunciado não teria efetividade, os terrenos eram abandonados pelos especuladores. De forma geral, observa-se o aspecto da insegurança sobre a permanência e a manutenção dos modos de vida dos moradores mais antigos com a constante ameaça de desapropriação para fins de instalação de empreendimentos no local e, conseqüentemente, o anúncio dessas iniciativas também desencadeia o aumento da especulação fundiária com a chegada de novos proprietários de terrenos interessados em obter vantagens econômicas considerando a instalação desses empreendimentos. Este fato é observado no relato seguinte:

Pesquisadora: Como vocês ficaram sabendo do deslocamento? Como veio a primeira notícia?

Entrevistada: Olha, a notícia já vinha há muitos anos correndo que aí você ia ser indenizado. Teve umas pessoas lá de cima, que tinha lá em cima, tinha um barreiro e tinha a comunidade mais lá embaixo, entendeu? Aí, foram indenizadas aquelas pessoas, aí passou, eu acho que mais ou menos, eu acho que uns 10 anos... eu acho que até mais de 10 anos, quando as lá de baixo foram indenizadas quando veio aquela proposta da coisa da ...

Pesquisadora: Mas essa lá de baixo não foi indenizada por essa mesma empresa?

Entrevistada: Não. Essas lá de baixo foram indenizadas pra arrumação da pista.

Pesquisadora: A duplicação da BR?

Entrevistada: Da BR. Que a BR era simplesmente Alto do Paraíso, era Paraíso.

Pesquisadora: Essa comunidade que existia antes da Madureira?

Entrevistada: Antes da Madureira.. Aí, eles tiraram e teve umas duas indenizações antes da Madureira. Teve mais duas ainda.

Pesquisadora: Aí, nisso vocês já ficavam ouvindo rumores?

Entrevistada: Sim. Essa indenização tinha gente que nem acreditava, entendeu? Eu era uma que não acreditava.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistada: Porque a gente já estava tanto tempo ali esperando e não estava sendo indenizado. Aí, pareceu gente, gente, gente e fazendo casinha, casinha, casinha, quando veio o presidente da associação que foi Seu Abraão, o fundador da associação, entendeu? Há uns dois ou três anos atrás antes da gente sair de lá, que eu nem participava de reunião. Mas a minha mãe já vinha muitos anos ali, eu me lembro de eu criança.

Pesquisadora: Como foi a fundação da associação?

Entrevistada: Olha a associação de moradores já foi quase quando a gente estava saindo de lá. Que ela foi criada, uma associação de moradores, entendeu? Eu acho que já foi uns dois ou três anos quando a gente já estava saindo de lá foi que ela foi criada associação de moradores, porque não existia associação dos moradores. Foi criada assim quando sabia que aquela área ia ser indenizada que apareceu um muncado de gente que o conjunto foi criado, que apareceu muita gente que não tem nada a ver, entendeu, muita gente.

Pesquisadora: E como essas pessoas apareceram?

Entrevistada: Apareceram porque sabiam que aquela área ia ser indenizada e simplesmente apareceram e simplesmente foi dada uma área lá pra cima. Que essas áreas daqui de baixo que todo mundo tinha. Que eu até acho errado, entendeu? Muito errado, porque essas pessoas teve o mesmo privilégio da gente, tinham só uma casa, nunca moraram e teve as mesmas coisas da gente, entendeu? Eu achei errado. As pessoas já moravam há muito tempo ali.

(Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, Pindoba)

Esse relato constata a situação de insegurança fundiária apontada, o contexto da criação da associação de moradores e também deixa transparecer conflitos internos que aparecem com a diversificação dos moradores, conforme destacamos no primeiro capítulo quando citamos a relação que se estabelece entre os moradores antigos e os recém-chegados. Retornaremos a essa análise no capítulo seguinte quando tratarmos das relações estabelecidas na nova configuração de antigos e recém-chegados na Vila Nova Canaã e no Polo Agrícola.

De modo geral, todo o processo de crescimento da comunidade, de diversificação dos moradores e as abordagens constantes de empresas interessadas em negociar a desocupação do local para instalação de empreendimentos econômicos desencadearam, conforme se pode observar no relato dos entrevistados, a criação da associação de moradores. Conforme detalhado por essa liderança comunitária.

Pesquisadora: E quando o senhor chegou já tinha associação de moradores?

Entrevistado: Não. A associação de moradores porque eu... chegou a Diagonal pra querer negociar. Aí eu já sabia que vinha.

Pesquisadora: Por que o senhor já sabia?

Entrevistado: Porque eu já sabia que vinha. Porque minha filha, um cara quando é orelhudo ele está com as atitudes dele. É como dizia Luiz Gonzaga, tá com a antena ligada, já entendeu?. Eu sabia que ali era área industrial, eu sabia que passou o zoneamento, eu, na época que entrei na Vale, eu sabia que era da União, depois passou pro Governo, a área. Depois não era do Governo, era municipal e aí veio o zoneamento e aí o que eu ia ficar fazendo? Eu ia registrar uma associação pra mim ter direito jurídico.

Pesquisadora: Por que a associação era uma forma de vocês, como eu posso dizer..

Entrevistado: **Era uma forma de negociação. De ter como negociar.** Porque uma associação... se eu era dono de uma empresa, aí como? Minha empresa não ia negociar. **A associação ia negociar com qualquer empresa, com o Governo, com o Estado, com o Prefeito.**

Pesquisadora: Vocês achavam que a associação iria dar mais condições, mais poder para vocês negociarem do que individualmente?

Entrevistado: **Ia dar poder de negociação porque se fosse negociar individual o que ia acontecer? Não ia, ninguém ia ter nada. Ia negociar só o direito de cada um.**

Pesquisadora: O senhor acha que iriam sair perdendo?

Entrevistado: E como! Ia perder demais! Porque a Vale quando negociou... a Vale. A vale negociou, aí eles chegavam nas casas, aí tava mandando meter o pico topográfico. Chegava lá na tua casa: aí, “quanto é que tu quer na tua casa? Quero 5 mil. Assina um cheque de 10 mil. Dobrado. E amanhã eu to passando com o trator, tu já vai te mudando”. Te dava logo 10 mil que era pra ter condições de tu ... e amanhã o trator já estava passando. Ou então, o pico, o pessoal roçando. E assim que foi. Então eu conheci tudo isso. Aí, eu digo aqui não vai ser assim. Por isso eu registrei uma associação, fundei uma associação. Veio a Diagonal, nós sentamos,

tivemos mais de 30 reuniões. Aí, rapaz, aqui só sai com direito de casa, com direito de indenização por tempo de morada, por tempo de planta e com direito de terreno. Aí, a diagonal achou que eu tava com muita esperteza. Não fechou negócio. Aí, quando veio a MPX, aí nós sentamos. Eu digo, oh aqui só sai ... são 95 famílias, só sai as 95 famílias todas junto, tudo com um direito só. Se o cara tem um pé de manga, você vai pagar um pé de manga, se ele tem só tem só um pau enfiado dizendo que é a casa dele, ele tem direito de uma casa. Igual aos que têm casa. Se ele mora na casa do pai e da mãe dele e já é de maior, que ele não tem casa, ele tem que ter a casa dele porque ele não vai ficar morando com o pai dele e com a mãe dele. E assim foi que eu fui negociando. [...]

A gente tem que usar pela inteligência, tu já entendeu? Por isso é que muitos se afobam porque não tem. Vê no Cajueiro? Até hoje tá. Hoje, amanhã, sai um, sai dois, sai três. Será que eles estão fazendo certo, hum?

Pesquisadora: O que o senhor acha?

Entrevistado: Eu não sei como é que o presidente está fazendo. Eu acho que ele não tá fazendo certo.

Pesquisadora: O senhor acha que assim eles ficam mais enfraquecidos?

Entrevistado: Fica mais. Muito, muito e muito. Eu vou já te dizer como fica mais enfraquecido. Se tu vai lá no mato, tu tira uma varinha, tu traz pra mim, eu quebro ela, pá! quebrei, quebrei. Se tu vai e volta lá tu traz três varinhas, tu amarra elas bem amarradinha e diz “quebra”, pra mim quebrar é mais difícil. Tu volta lá de novo e pega seis varinhas e amarra bem amarradinho e manda eu quebrar pra ver se eu quebro. Aí, é mais difícil quando vai ter uma quantidade que eu não vou ter conta de quebrar. **Então, o governo do Estado, o Governo Federal, as empresas grandes elas encontram uma fraqueza por onde elas agem. Mas se tiver organizado não vai quebrar tão fácil não.**

(Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, grifos nossos).

Analisando esse relato da principal liderança da comunidade observamos alguns pontos que colaboraram com o posicionamento de não oferecer resistência ao deslocamento e à instalação do empreendimento, mas utilizar estratégias de negociação para ter suas demandas atendidas.

Em primeiro lugar, destaca-se a criação da associação de moradores como mecanismo para possibilitar que eles tivessem mais força política ao atuar por meio de uma negociação coletiva. Desse modo, constituir um coletivo e falar em nome do coletivo possibilita maior poder de barganha com empresas e governos. A associação, enquanto uma instituição representativa dos moradores, possibilita à comunidade, conforme destacado pela liderança, “ter direito jurídico”.

Além da criação da associação de moradores, o relato destaca outros elementos que foram importante para o desenrolar da negociação do deslocamento e reassentamento das famílias da Vila Madureira, como: a) o conhecimento do contexto do território em relação à insegurança fundiária diante da constante ameaça de desapropriação para instalação de novos empreendimentos desenvolvimentistas; b) a observação da experiência de deslocamento de outras comunidades no que tange à negociação de indenização e benfeitorias; e c) a presença de lideranças comunitárias com histórico de trabalho em empresas, obras e empreendimentos.

Todos esses fatores contribuíram para com o conhecimento sobre a forma de operacionalização das empresas durante as negociações e acordos de indenização e, de acordo com a análise feita pelas lideranças que acompanharam o processo, para o desenrolar de uma negociação considerada exitosa.

Uma das primeiras ações realizadas pelas lideranças foi o levantamento das famílias que residiam ou possuíam terrenos na localidade para fins de cadastramento. Esse cadastramento realizado foi apresentado aos empreendedores para fins de reconhecimento das famílias. As lideranças comunitárias representavam as famílias quando as empresas responsáveis pela identificação dos imóveis encontravam algum imóvel desocupado ou deixavam alguma família de fora do levantamento.

Nesse âmbito, uma das primeiras negociações realizadas foi a reivindicação de inclusão de outras famílias que não estavam na área a ser utilizada diretamente na construção da termelétrica. Segundo informações de lideranças, inicialmente os empreendedores visavam a desocupação dos terrenos de apenas treze famílias que residiam no local de implantação do projeto. Conforme destacado pela liderança citada:

Pesquisadora: E quando vocês organizaram a associação era só com o pessoal mais antigo que morava que participava?

Entrevistado: Não. Nós começamos a associação, nós começamos com três pessoas. Nós começamos reunir de baixo de um pé de caju lá em casa. Aí fumos conversando, conversando. Aí no outro final de semana aí já tinha 10, no outro já tinha 15, aí no outro já tinha 20, no outro já tinha 25, no outro já tinha 30. Aí, nos fumos formando. Aí, quando deu umas 8 reunião, aí vamos registrar a associação porque nós já temos como votarem, como ter a diretoria. Ah, quando começamos a registrar a associação, nós marcamos a reunião que nós ia registrar a associação, aí já deu foi pra mais de 40.

Pesquisadora: Mas todo mundo morava lá?

Entrevistado: Morava, tinha as casinhas lá. Eram 95 famílias. E eles precisavam de sair só 13 famílias e eu disse: “não senhor”.

Pesquisadora: Eram só 13?

Entrevistado: 13.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque era o tamanho da área que eles necessitavam.

Pesquisadora: Aí eles queriam tirar só as 13 famílias...

Entrevistado: Era. Eu disse: “não senhor, aqui só sai se sair todo mundo”.

(Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Segundo dados do EIA/RIMA, foram “identificados 75 imóveis na região reconhecida como Vila Madureira, sendo que partes destes, 25 (33,3%), se encontravam no perímetro delimitado para a instalação do empreendimento e os 50 restantes na área da vizinhança do terreno” (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, 2008, p. VI-3-86). A empresa de consultoria responsável pela execução do programa de reassentamento destacou que a definição do público-alvo considerou o impacto direto sobre as propriedades, as relações de parentesco e vizinhança e os casos de vulnerabilidade pessoal e

social, independentemente do vínculo ou título legal de propriedade ou da situação jurídica dos terrenos ocupados (YKS, 2009, p. 7), definindo, desse modo, que independentemente dos 75 imóveis levantados, o público-alvo do programa foi composto pelas 95 famílias.

Entretanto, essa definição do público-alvo do programa de reassentamento só foi estabelecida após reivindicações dos moradores e da associação diante da possibilidade de perda de vínculos familiares e comunitários.

O papel assumido pelas lideranças comunitárias como mediadores no processo de negociação com as empresas é observado nesse relato dessa liderança, quando narra os contatos iniciais estabelecidos com os empreendedores:

Entrevistado: Quando a empresa chegou teve o período da pesquisa, né? Que eles começaram realmente a ter contato com as pessoas que tinham moradia lá. E começaram ter entrevista com a gente, conversar com a gente. Falaram que a empresa tinha interesse naquela área lá, o que que nós achava, se a gente ... se ela chegasse lá fazendo uma proposta, se a gente aceitava. Eu digo, dependendo da proposta, a gente com certeza, né?! Cada coisa, às vezes, ela contribui pra outro momento, às vezes a gente saindo daqui, mas isso vai gerar emprego pra São Luís, pra várias outras pessoas, né? Então, de qualquer forma, nós cedendo a área que eles estão precisando, de qualquer forma a gente também é beneficiado, alguém da nossa família é beneficiado, um vizinho é beneficiado porque vai se instalar uma empresa aqui. Então, se for pra melhoraria daqui do Maranhão, né? Que seja, né? Que eles possam colocar a gente num local onde a gente possa ter aonde plantar, como nós temos bastante fruta aqui, pra mim tá tranquilo. E assim a gente fez várias reuniões com eles.

Pesquisadora: Nessa época vocês já tinham associação? O Sr. participou da fundação?

Entrevistado: Eu, assim, da fundação não. Eu, quando eu entrei a associação, já tava em andamento. Ela já tinha uma diretoria. E aí, depois tiveram que reeleger pessoas na diretoria, aí eu entrei como tesoureiro e ajudei também lá um período, lá com Seu Abraão e aí foi que eu fui me enturmado mais com eles lá.[...]. Às vezes, nós fazia reunião lá, praticamente todo domingo tinha reunião. Logo quando começou a empresa aparecer lá, né? Com interesse. Então, começou ter reunião constante, né? Praticamente todo domingo. Então, geralmente tinha pessoas que não moravam lá, mas tinham terreno lá já de bom tempo. Então, essas pessoas começaram também participar das reuniões e geralmente aí começou surgir os cadastros. E aí começou. Eu ainda participei muito fazendo cadastro.

Pesquisadora: Cadastro da empresa?

Entrevistado: Cadastro da comunidade pra gente poder apresentar pra empresa os cadastros das moradias. Aí, eu andei muito mais o Seu Abraão, com Raquel [Nomes fictícios]. E aí, a gente começou também conscientizar as pessoas, mostrando a proposta que o deslocamento de nós de lá era pra uma outra área, onde a gente podia também ter acesso a área agrícola, plantar, né? E, além do mais, houve a proposta de todo mundo receber uma casa, né? Toda família receber sua casa e na negociação, pra receber essas casas, tinha uma proposta de todo mundo receber móveis dentro da casa. Tipo, dentro da proposta tava uma geladeira, um fogão, um liquidificador, um computador com a impressora e mais ou menos isso, uma geladeira, eu já falei geladeira, né? Então, mas essas coisas aí, esses objetos, todo mundo recebeu dentro das casas aqui. Então, isso daí também já deu um incentivo praticamente pra quem tinha uma casa de taipa, né? Fica ali de barro, pequeno com dois cômodos, sem segurança nenhuma, aí a pessoa recebeu uma casa dessa aqui no valor de 48 mil. Só não foi forrada, nem também com a cerâmica, mas eles colocaram piso novo.

(Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã, grifos nossos).

Nesse relato observamos que a abordagem adotada pela diretoria da associação de moradores consistia, em linhas gerais, em “conscientizar” os moradores sobre os benefícios do empreendimento para a geração de emprego e dos benefícios do programa de reassentamento como melhor alternativa de escolha para as famílias da Vila Madureira.

Apesar do enfoque de que uma negociação coletiva possibilitaria mais vantagens à comunidade como um todo do que a uma negociação individual, observamos nos relatos colhidos durante as entrevistas que existiam conflitos internos relacionados à melhor alternativa a ser negociada. Alguns moradores mais antigos destacaram o aspecto negativo dessa tomada de decisão de forma coletiva, principalmente considerando que a maior parte da comunidade nesse período era formada por moradores recém-chegados ou apenas proprietários de terrenos que tiveram o direito de negociar em igualdade de condições.

O conflito de opiniões entre os moradores sobre o deslocamento é destacado nesse relato:

Pesquisadora: Na época das negociações, todo mundo concordou?

Entrevistado: A gente sabe que cada um tem a sua opinião, né? Alguns resistiram na época. Alguns não tavam querendo até porque assim, eu não fui aquela pessoa de nascer naquele ambiente. É como eu te falei, né? Eu, praticamente, eu, quando eu recebi lá, ainda fiquei lá uns 5 anos. Mas, tinha pessoas que ali nasceram, pessoas que ali criaram filhos, netos, que eram pessoas antigas lá, desde não sei quanto tempo, pessoas que já moravam ali, já estavam adaptadas ali, entendeu? Então, essas pessoas com certeza elas resistiram mais porque o plano deles não era sair.

Pesquisadora: Os mais antigos resistiram mais?

Entrevistado: Resistiram mais porque eles não tinham planos de sair dali. Imagina uma pessoa plantar suas coisinhas desde o início e olhar tudo que ele plantou e agora sair daquele local, né? Então, pra algumas pessoas não foi fácil. Já pra mim, talvez, foi mais fácil por isso, né? Porque eu não nasci ali e minha visão foi diferente em questão disso, né? Porque quando falaram que ia se instalar uma empresa, eu já fiquei pensando assim: “Ah, isso aí pode beneficiar meu filho, né? Alguém da minha família, possa não ser eu, mas alguém da minha família, então será bem-vinda a empresa”.

Pesquisadora: Lá era por votação [tomada de decisões]? Foi a maioria no caso que definiu?

Entrevistado: É porque geralmente nas reuniões nós sempre tinha as apresentações das propostas. As vezes, nós fazia reunião lá, praticamente todo domingo tinha reunião, logo quando começou a empresa aparecer lá, né? Com interesse. Então começou ter reunião constante, né? Praticamente todo domingo.

[...]

Pesquisadora: Mas teve alguém que não quis nem a indenização, que quis ficar lá? Teve gente que quis ficar lá?

Entrevistado: Sim. Teve gente que queria ficar, mas assim como a área já estava toda comprometida, não tinha como, né? Não tinha como ele ficar ali dentro de uma área que já ia comprometer uma empresa, né? E sem falar na época, né? Eles falaram assim “Aqui a gente vai trabalhar com material não pode ficar moradia perto, né?” Então, isso aí já desanimou aqueles que estavam com essa ideia, de querer ficar lá, né? Morando. Porque tinha moradores lá de muito tempo.

(Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

A fala desse interlocutor demarca a heterogeneidade do grupo e as diferentes visões

que se apresentam e como isso influencia no processo de deslocamento. Destaca que os mais antigos apresentaram resistência em sair porque tinham maior enraizamento local no qual reproduziam seus meios de vida, constituíram família e construíram memórias. Ao passo que os proprietários recentes e que não viviam diretamente na comunidade, reproduziam uma outra visão, mais correspondente aos seus meios de vida e sua relação com o território que era mais de exploração e contemplação dos recursos naturais e que viam o empreendimento como uma oportunidade de obter benefícios. Nessa heterogeneidade, os mais antigos aparecem como uma minoria nas reuniões de articulação da comunidade, após a criação da Associação de Moradores e apresentação das propostas da empresa. O fato de constituir-se em minoria enfraqueceu as alternativas de resistência e ao constatar que o empreendimento comprometeria o modo de vida do território, tendo em vista que as termelétricas são consideradas um dos empreendimentos mais poluentes, sobretudo pelo carvão utilizado como combustível.

Mesmo os moradores que tinham outras formas de reprodução econômica, além das que utilizam os recursos ambientais do território da Vila Madureira também mostraram insatisfação com a proposta da empresa. Conforme relato desse morador que foi o último a aceitar a negociação:

Pesquisadora: Mas o senhor participava das reuniões?

Entrevistado: Quando era dia de domingo, eu participava. Agora, quando era dia de semana, não.

Pesquisadora: O que eles falavam?

Respostas: Ah! Era só coisa de tirar, tirar, falar besteira e enrolar o pessoal lá que é mais enrolar do que...

Pesquisadora: Mas enrolar por quê?

Entrevistado: Enrolar porque eles não pagaram bem as pessoas.

Pesquisadora: Por quê ?

Entrevistado: Porque ali como eu morava esse tempo todinho, tinha um monte de coisa ali, eu vivia bem dali. Aí, o que eles me deram? Só essa casinha aqui, me deram 8.500 e aquele terreno no polo. Pra mim sobreviver daquilo ali, eu tive que lutar ainda bastante. Eu nem conhecia isso aqui. Eu não trabalhava com hortaliça. Aí, de primeiro a gente sentiu mal como o quê. [...]

Pesquisadora: Mas o senhor pensou em recusar a proposta deles?

Entrevistado: E muito. Briguei demais que eu não queria esse negócio de hortaliça. Eu queria o que eu era acostumado. Até pra mim assinar os documentos, eles foram na Vila Palmeira, que eu trabalhava na Vila Palmeira, naquele colégio encostado ali do Detran eu trabalhava, pra mim assinar. Aí, pra eu assinar os documentos eles foram lá. Eu fui o último a sair de lá, porque eu não queria sair.

Pesquisadora: Mas o senhor pensou em buscar ajuda de alguém?

Entrevistado: Se eu tentei buscar ajuda? Não, não. Eu briguei só com eles mesmos, só eu. Aí, a mulher ainda disse pra mim que só eu estava questão de ficar ali porque todo mundo já tinha saído. Porque eu tava brigando.

Pesquisadora: E porque o senhor fez questão de ficar lá?

Entrevistado: Porque eu já conhecia ali. Eu tinha tudo ali. Tinha meus animais, trabalhava todo dia. Tinha a área da Vale. Eu, quando eu queria... se eu quisesse sair de uma firma hoje, amanhã eu saia, já tinha outro amanhã porque eu já conhecia a área toda. Aí, eu não tinha dificuldade pra me empregar.



Pesquisadora: E o que fez o senhor aceitar logo depois?

Entrevistado: Não, aí eu trabalhando lá, aí o encarregado da empresa lá que nós tava trabalhando foi que disse: “rapaz tu, só tu que tá lá e os outros já saiu todo mundo, como é que tu vai brigar tu sozinho, assina logo esse documento, larga isso de mão e cabô”. Aí, nós discutimos bem umas duas horas de relógio, eu mais essa mulher lá e mais outro cara que estava lá com ela, discutindo pra ela porque eu achei muito pouco o que eles me deram. Eu achei muito pouco. Aí, depois chegou aqui e já larguei de mão. Aí, depois que eu vim de lá pra cá eu me empreguei só 5 anos. (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Observa-se que alguns moradores mais antigos apresentaram resistência ao deslocamento, mas cederam no decorrer do processo. Nesse aspecto a resistência apresentada pelo morador acima foi a mais emblemática por ter se perdurando diante de todas as outras, sendo o último a ceder por estar enfraquecido no embate individual com a empresa. Entretanto, mesmo as pequenas resistências, como as resistências cotidianas nos termos de por James Scott (2002) não podem ser desconsideradas sob pena de serem tratadas como inexistentes.

Os conflitos de opiniões entre os moradores sobre o deslocamento, reassentamento e propostas de indenização também são destacados na fala:

Pesquisadora: Vocês em algum momento pensaram em recusar?

Entrevistado: Na verdade, a maioria recusou. Mas nós não tivemos opção. Porque assim, é tipo assim, já que vocês vão indenizar porque que vocês não me dão meu dinheiro e eu compro minha casa onde eu quiser? Aí, ainda teve alguém que disse assim: “olha ou é isso ou é nada. Ou vocês pegam a proposta que está sendo feita ou vocês vão ficar sem nada”. Mas um trabalho de tantos anos para a gente largar e, sabe? sair sem direito ou só pegar a indenizaçõzinha lá que na época não dava nem para comprar uma casa. Porque eles diziam que iam gastar 20 mil reais para fazer essa casa, então você me dá esses 20 mil e eu compro a minha casa onde eu quiser... né ? Porque aí eu posso ir para o interior ou eu posso ir para onde eu quiser com a minha família. Aí não, a empresa não pode dar o dinheiro, ela pode, ela vai fazer isso aqui, a casa. Ela vai dar dessa forma ou é nada. Você tá entendendo? Aí, muitos resolveram aqui mesmo... eu no começo, eu não queria vim prá cá, preferia o meu dinheiro pra mim comprar minha casa. Aí, como a gente não teve, como eu não tive assim tipo escolha pra..., eu não tinha outra opção, não tinha pra onde eu ir. Aí, eu tive que vim. (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã ).

O relato do entrevistado destaca o fato de que o programa de reassentamento foi recusado pela maioria dos moradores, mas que foram obrigados a aceitar o projeto diante da falta de alternativas de negociação que possibilitassem o acesso a uma indenização considerada mais justa e a liberdade de escolha em comprar uma casa em local de sua preferência.

Conforme a análise dos relatos fornecidos, observamos que conflitos de opiniões durante o período de negociação giravam em torno de três aspectos: a não aceitação do deslocamento, a não aceitação do programa de reassentamento e o descontentamento como o

valor da indenização recebida.

Entretanto, mesmo diante da imposição do consenso em torno do programa de reassentamento algumas negociações foram conduzidas de forma diferenciada, sendo realizadas de forma individual, de modo que as famílias foram indenizadas e não foram obrigadas a aderir ao reassentamento. Segundo justificado pelos informantes, essas negociações individuais foram realizadas em razão da natureza da atividade econômica de uma das famílias que tinha a propriedade de uma jazida de areia e pela natureza da atividade religiosa realizada pela outra família que possuía um Terreiro de Mina. Conforme relatado:

Pesquisadora: Mas teve gente que não veio prá cá, né?

Entrevistado: Teve.

Pesquisadora: E por que eles deram essa opção?

Entrevistado: Um mesmo porque nós não queria aqui no conjunto porque tinha um Tambor de Mina, aí ele batia dia e noite, batia o tambor dele lá, aí ninguém quis ele aqui.

Pesquisadora: Aí, deixaram ele de fora?

Entrevistado: Ele tirou pra fora. Eles deram o dinheiro dele. Deram 90 mil pra ele.

[...]

Pesquisadora: E qual foi a outra pessoa que o Sr. disse que não veio?

Entrevistado: Foi Jonas [Nome fictício], que a gente chamava Jonas Bundão, esse que batia tambor. Esse Antônio [Nome fictício] que era dono de uma jazida. Esses ficaram por lá.

Pesquisadora: Eles ficaram por lá por quê?

Entrevistado: Porque não dava pra eles vim pra cá por causa da jazida, que ele trabalhava só com isso, aí indenizaram ele, deram 500 mil pra ele. (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Além dessas duas negociações diferenciadas, os relatos dos entrevistados destacaram uma terceira que foi realizada mediante intervenção da comunidade:

Entrevistado: [...] até veio alguém da Camboa dos Frades, eu lembro. Foi minha tia que veio. Porque a gente fez um abaixo assinado para ela vir porque ela era tão acostumada. Ela não queria ficar só. Pra ela não ficar só. Ficar para trás. A gente fez um abaixo assinado para a empresa poder indenizar ela e trazer ela também. Aí ela veio.

Pesquisadora: Quer dizer que eles não quiseram trazer ela junto com vocês?

Entrevistado: Não. Porque estava já distante da área, né? E como ela era a única da família. Aí, foi feito um abaixo assinado pra poder trazer ela. Aí, a empresa concordou e trouxe (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Dentro desse aspecto, identificamos durante a pesquisa que algumas famílias não provenientes do local, que residiam em outro bairro de São Luís, também foram incorporadas na negociação em razão do vínculo de parentesco ou compadrio com moradores e proprietários de terreno na Vila Madureira.

Roberto DaMatta (1997) destaca a particularidade da cultura brasileira na qual a ênfase nas relações pessoais é um dos elementos estruturais de nosso sistema social, constituem o núcleo básico da sua “esfera moral” e que vive em um constante dilema com um

sistema legal “moderno, individualista (ou melhor fundado no indivíduo) modelado e inspirado na ideologia liberal e burguesa” que determina a impessoalidade e a igualdade de tratamento (p. 24). Essa centralidade no indivíduo e no impessoal entra em choque em uma sociedade em que as relações pessoais são precedentes: “o domínio básico da pessoa (e das relações pessoais), em contraste com o domínio das relações impessoais dadas pelas leis e regulamentos gerais” (p. 195). Nesse dilema, a aplicação da lei, do tratamento de impessoalidade ou de igualdade é, por diversas vezes, determinada por acordos com as hierarquias sociais e a rede de relações estabelecidas.

Tudo leva a crer, então, que as relações entre a nossa “modernidade” – que se faz certamente sobre a égide da ideologia igualitária e individualista – e a nossa “moralidade” (que parece hierarquizante, complementar e “holística”) são complexas e tendem a operar num jogo circular. Reforça-se o eixo da igualdade, nosso esqueleto hierarquizante não desaparece automaticamente, mas se reforça e reage inventando e descobrindo novas formas de manter-se. E, realmente, uma coleta superficial de dados sobre o “sabe com quem está falando?” feita em jornais mostra a sua profusão, sobretudo nas áreas relativas ao trânsito, zona privilegiada do universo moderno, em que o impessoal se choca a todo momento com as relações e a noção de alta pessoalidade, tão básica em nossa sociedade (DAMATTA, 1997, p. 201).

Desse modo, a distinção entre o indivíduo e a pessoa<sup>66</sup> demarca as formas de ação em nosso sistema social e o paradoxo de aplicação das leis e regras numa sociedade em que a “hierarquia parece estar baseada na intimidade pessoal” (DAMATTA, 1997, p. 194):

O sistema, então, como será agora minha tarefa elaborar, opera em dois níveis distintos: Um, que particulariza até o nível biográfico; o outro, chamado por muitos de “legiferante”, que atua por meio de leis globais, evitando a todo momento o contato direto com os indivíduos, conforme chama atenção, em outro contexto, Crozier (1964: 221-236). É como se tivéssemos duas bases por meio das quais pensássemos o nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a “vida” nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do “jeitinho”, da “malandragem” e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas (DAMATTA, 1997, p. 218).

Na situação em análise, as exceções à regra durante a negociação remetem exatamente

---

<sup>66</sup> Segundo DaMatta (1997), apesar de toda sociedade ser constituída de indivíduos concretamente, existem elaborações ideológicas distintas sobre o conceito de indivíduo. Dentre as duas concepções citadas, destaca-se que a concepção ocidental é a mais individualizante porque nela o indivíduo aparece como central e mais importante que o todo social. Em outra vertente, a noção de indivíduo corresponde à noção de pessoa “como entidade capaz de remeter ao todo, e não mais a unidade, e ainda como o elemento básico por meio do qual se cristalizam relações essenciais e complementares do universo social” (p. 222). Essas duas noções são utilizadas em todas as sociedades, mas “apenas que a noção de indivíduo como unidade isolada e autocontida foi desenvolvida no Ocidente, ao passo que nas sociedades holísticas, hierarquizantes e tradicionais, a noção de pessoa é dominante” (p. 222). Nesse aspecto o autor destaca que: “A noção de pessoa pode então ser sumariamente caracterizada como uma vertente coletiva da individualidade, uma máscara colocada em cima do indivíduo ou da entidade individual (linhagem, clã, família, metade, clube, associação etc.) que desse modo se transforma em ser social” (p. 223)

à influência das relações interpessoais. Observamos que os vínculos de parentesco, compadrio e amizade influenciaram a adoção de alguns tratamentos diferenciados para indivíduos em situação deveriam estar em situação igualdade. A exemplo disso, temos a situação da moradora da Camboa dos Frades que foi deslocada em razão do parentesco diferentemente de outros moradores do local que não foram deslocados, apesar de ficarem diretamente sujeitos aos efeitos negativos do empreendimento pela situação de vizinhança; e o tratamento dado entre as famílias que tinham Terreiro de Mina na Vila Madureira em que uma foi recusada e afastada de participação na Associação de Moradores, como veremos em relatos presentes no próximo capítulo no tópico que trata das alterações das práticas religiosas no reassentamento, a outra foi aceita pelos vínculos de parentesco que possuía com as lideranças comunitárias.

De modo geral, observamos que as negociações coletivas realizadas pela comunidade, embora permeadas por conflitos internos, foram avaliadas positivamente pelas lideranças ao citarem que todos os pontos foram bem negociados. Destacam que essa estratégia coletiva de negociação e a própria cobrança constante dos moradores por melhorias prolonga a permanência da relação com a empresa responsável pelo empreendimento e as obrigações dela para com os moradores. Conforme relatado por esse interlocutor:

Entrevistado: É por isso que nós fomos muito bem, foi muito bem essa negociação nossa. Não tem mais indenização igual essa nossa não, aqui no nosso Maranhão não existe mais.

Pesquisadora: Mas por que vocês acham que foi uma boa negociação?

Entrevistado: Olha, porque foi tudinho negociadinho, tudinho pago e até hoje eles ainda tão, ainda tem, ainda tem cobrança nossa com essa empresa pra butar, fazer alguma coisa por nós (Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã ).

Apesar dessa abertura da comunidade para realização de uma negociação coletiva com os empreendedores intermediada pela Associação de Moradores para estabelecer as condições do deslocamento, as indenizações das benfeitorias e o reassentamento, o intervalo entre as negociações e a efetivação do deslocamento durou cerca de dois anos. Período em que o licenciamento do empreendimento era questionado na esfera judicial e que ocorria a escolha dos terrenos para a implantação do programa de reassentamento e a construção das casas. Conforme destaque dessa liderança comunitária:

Pesquisadora: Mas por que demorou tanto?

Entrevistado: Porque, por causa da localização e as dificuldades. Porque, como os caras me falaram, e eu conversava mesmo com os chefes mesmo, me falava: “Seu Jacó, a pior coisa que tem é a gente sair do lugar da gente pra chegar num lugar diferente, porque a gente acha muito caminho entupido”. Tudo que fazia barrava, era o meio ambiente, era o Ibama, esses que são órgão que não dão emprego pra ninguém, não tem bondade, eu não olho, de quando eu nasci até hoje que me entendi,

que quando me entendi como gente, como diz a história, eu não conheço um benefício feito pelo Ibama nem pelo meio ambiente, só faz mais atrapalhar.

Pesquisadora: Mas por que o senhor acha que eles atrapalharam?

Entrevistado: Atrapalharam demais. Porque, é como o cara disse, da empresa, que a pior coisa que tem é a gente sair do lugar da gente pra fazer um negócio desses, é muita luta, muita... em todo lugar que vai, acha as portas fechadas, principalmente num lugar desse que tem dinheiro, né? Onde cai um dinheirinho, o negócio é perigoso demais.

Pesquisadora: Mas aí, eles vieram com essa proposta pronta de indenizar e do assentamento?

Entrevistado: É, de acordo com os governantes aqui, que eles vinheram aqui, pela Prefeitura, por tudo quanto era lado, pelo Palácio do Governo, pra ver e era batido o martelo, como diz a história, só em assentamento.

Pesquisadora: Mas, o que vocês reivindicaram na época?

Entrevistado: Não, nós, quando eles apresentaram pra gente, a gente aceitou a negociação com eles. Porque a gente achou que assim era melhor, né? Muitos acharam bom e muitos acharam ruim, muitos queriam dinheiro e muitos queriam... porque teve uma indenização aí dá Vale, que indenizou foi a dinheiro e por isso que teve essa polêmica e aí essa indenização a dinheiro, o pessoal teve gente que indenizou e ficou sem nadinha e correu pra lá de novo, pra tentar. Nessa nossa mesmo, teve uma porção de gente que voltou pra lá pra tentar. Porque se a pessoa já foi indenizada, o que que ele ainda vinha fazer pra lá, né? E aí, eles botaram o dinheiro fora, esses que foram indenizados, butaram o dinheiro fora e ficaram perturbando.

Pesquisadora: Voltaram?

Entrevistado: Voltaram pra querer morar lá de novo.

Pesquisadora: Então, vocês acharam que essa proposta deles seria melhor?

Entrevistado: É, eu achei, eu pelo menos, eu achava. Na época eu dizia, passava pra meus companheiros que eu achava que era melhor (Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

A escolha dos terrenos para o reassentamento das famílias também foi um momento atravessado por obstáculos em decorrência da estrutura fundiária conflitante em São Luís. Desse modo, as buscas por áreas disponíveis para o reassentamento incorreram em momentos de tensão, como a tentativa que a empresa utilizou para reassentá-los numa área de assentamento localizada na área do Quebra Pote que abrangia parte do assentamento do Iterma, Anajatúia ou Cassaco. Entretanto, os moradores da localidade, que sofreram ameaças de despejo, reivindicaram e fizeram mobilizações para garantir a sua permanência no local<sup>67</sup>. Esses conflitos fundiários fizeram com que os moradores de Madureira tivessem opções de escolha muito restritas, apesar dos documentos apresentados pela empresa de consultoria

---

<sup>67</sup>As famílias do assentamento Cassaco (cerca de aproximadamente 33 que moravam no local há mais de vinte anos, desenvolvendo trabalhos agrícolas, com benefícios de programas governamentais e cadastros no INCRA e ITERMA) sofreram ameaças de despejo por parte de Francisco Ferreira Costa, o “Ceará”, que se reivindicava proprietário das terras do Povoado Formigueiro II e de toda a comunidade do Quebra Pote, e que vendera parte da área do assentamento para a MPX. Para reverter a situação os moradores se mobilizaram e com a Defensoria Pública entraram com ação junto ao poder judiciário, solicitando a suspensão da remoção das famílias. Os moradores ainda fizeram uma manifestação para retirar as máquinas e os empregados da empresa da área, mesmo com a tentativa da Polícia Militar de manter os funcionários da empresa no local. Ver: [www.jornalpequeno.com.br/2009/5/29/Pagina109978.htm](http://www.jornalpequeno.com.br/2009/5/29/Pagina109978.htm); <http://www.cut.org.br/content/view/14710/170/> e <https://www.ecodebate.com.br/2008/04/23/mpx-mineracao-e-energia-projeto-de-eike-gera-conflitos> (Acesso em 11/09/2021).

destacar que houve um amplo processo de negociação.

Um dos primeiros passos no processo de negociação com as famílias foi a identificação e apresentação de 5 (cinco) áreas que ofereciam a possibilidade de reassentamento das famílias. A área localizada no município de Paço do Lumiar foi escolhida por unanimidade (YKS, 2009, p. 8).

De acordo com informações tiradas de documentos elaborados pela empresa de consultoria responsável pelo programa de reassentamento, a escolha dos terrenos adotou os critérios estabelecidos Quadro 4 .

**Quadro 4 - critérios de Avaliação da compra da área de reassentamento**

ITENS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Área total	Quanto maior melhor
Valor por hectare	Quanto menor melhor
Proprietários	Quanto menor o número melhor
Percentual de mata	20%
Distância da cidade	Menor que 10 km
Terreno plano	Condição prioritária
Água	Condição prioritária
Segurança	Condição prioritária
Posto de Saúde	Condição prioritária
Escola	Condição prioritária

Fonte: Programa de Reassentamento da Comunidade Vila Madureira. Relatório de Conclusão da Primeira Etapa de Reassentamento. Maio/2009. YKS, Itaqui Energia, MPX, p.11.

As visitas as áreas apresentadas pela empresa eram acompanhadas pelas lideranças comunitárias. Conforme descreve essa liderança sobre o processo de escolha dos terrenos.

Pesquisadora: Como foi a escolha dos terrenos? Por que ficou aqui em Paço do Lumiar?

Entrevistado: Nós que escolhemos.

Pesquisadora: Mas vocês visitaram vários lugares?

Entrevistado: Mais de 10 lugares. Eu queria lá depois do Gapara.

Pesquisadora: E o que aconteceu?

Entrevistado: É porque lá o terreno era do Bacelar e ele estava devendo um milhão e duzentos pro Banco. Aí, eu digo se nós fica com esse terreno aqui nós num vamos ficar empenhados? Se ele entregar o terreno quite, aí é aqui que é o nosso lugar, que era lá que a gente queria, era o lugar primeiro que nós olhamos foi lá.

Pesquisadora: Por que vocês acharam que seria o lugar ideal?

Entrevistado: Ideal porque tava perto. Nós morava lá na Madureira lá estava mais próximo, tava bem perto do Anjo da Guarda.

Pesquisadora: E dava pra construir a casa e a área para plantação lá?

Entrevistado: Dava, dava. Nós já tinha feito todo o mapeamento. Aí, não deu porque ele tava devendo um milhão e duzentos pro Branco. Aí, eu digo: nós num vamos ficar vendido? Nós podemos comprar esse terreno dele, aceitar a ENEVA comprar, a MPX comprar, fazer tudo e depois? Será como é que vai vir o débito? Não nós não queremos onde tem débito. Aí, nós fomos pro Tajaçuaba. Chegamos no Tajaçuaba uns agradaram outros não agradaram e então, nós não negocia. Aí, nós fomos pro Ouro Verde. Aí, a mesma coisa, uns agradaram outros não.

Pesquisadora: Ouro verde era onde?

Entrevistado: Era aqui perto do Paço do Lumiar. Nós fomos lá pra Indaiá, lá ali perto

da Cidade Operária. Ainda pertence a São Luís, Cidade Operária. Aí, Indaiá era muito boa porque tinha mina de água, de pedra e nós vamos ficar com duas, nós vamos ter duas jazidas, uma de pedra e uma de água. Será que vai ser bom? Aí ficaram. A empresa Indaiá, não sei quem e tal. Nós não queremos onde não ficamos muito complicado. Aí, não dá, não dá certo. E nos andamos os 10 lugar. Aí, quando chegamos na Canaã ali, Canaã a terra que deu leite e mel.

Pesquisadora: Já tinha esse nome lá?

Entrevistado: Tinha. Tinha só Canaã. Canaã; Loteamento Canaã e tal. Aí eu peguei o projeto. Ali nós estamos no meio de 5 mil casas, 5 mil e 500 casas ao redor da gente. Eu digo: gente, nós viemos pra um lugar que nós estamos no meio da cidade. É cidade do mesmo jeito. Ou mais hoje ou mais amanhã, é cidade. E aí vamos ver tem débito, não deve, não, tá tudo ok. Então vamos ficar aqui. Todo mundo agradeceu? Agradeceu. Então vamos vim pra cá. É meio longe? É. Mas a gente tem que se butar e tal...

Pesquisadora: E porque a área da plantação não ficou lá também? Como foi essa história das casas ficarem lá e a plantação aqui?

Entrevistado: Porque se é área misturada de plantação com moradia aí tem acidente. Como? Porque tem fossa tem isso, tem aquilo, aí vai misturar uma coisa com a outra.

Pesquisadora: Mas, aí vocês não acharam nenhuma mais perto?

Entrevistado: Não, não. (Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

O relato da liderança comunitária deixa transparecer que a escolha dos terrenos para reassentamento da comunidade Vila Madureira ocorreu em um contexto limitado pelos conflitos e pela insegurança fundiária existente em cada localidade visitada. Desse modo, tendo em vista a limitação fundiária do município de São Luís e partindo dos critérios acima mencionados, o empreendedor efetivou a aquisição de duas áreas no município de Paço do Lumiar, a aproximadamente 30 km do município de São Luís e a 40 km do antigo povoado (Vila Madureira). Embora se tenha conhecimento dos fatores já citados, o local, segundo consta no relatório de reassentamento, foi escolhido e aprovado por unanimidade pela comunidade. Nesta área (de 25 mil m<sup>2</sup>), a empresa construiu as residências dos reassentados e passou a chamá-la de Vila Residencial Nova Canaã (localizada próxima à Vila do Povo) e construiu também o pólo agrícola (Pólo Agrícola Nova Canaã – localizado no bairro da Pindoba), numa área de 60 ha.

De modo geral, os acordos firmados entre a empresa e a comunidade foram descritos no Quadro 5 (página 122).

### Quadro 5 - Síntese dos acordos firmados entre empresa e comunidade

Benefícios Individuais	Benefícios Coletivos
Reembolso da produção agrícola, segundo avaliação patrimonial rural	Construção de uma escola com 5 salas de aulas, biblioteca, cantina, sala de professores e administração
Casa de 57 m <sup>2</sup> em terreno de 250 m <sup>2</sup>	Construção campo de futebol
Bens móveis (televisão, geladeira, fogão, botijão de gás, liquidificador e computador)	Construção de uma praça com espaço com brinquedos para as crianças
Área de 6 ha para a produção agrícola comunitária para aqueles que não possuem área agrícola na Vila Madureira	Construção de duas igrejas protestantes e uma católica
Projeto de Desenvolvimento Agrícola com acompanhamento pelo período de 3 (três) anos, contemplando preparo do solo, fornecimento de insumos agrícola para projetos coletivos, assistência técnica e capacitação em produção	Melhoria do aparelhamento de saúde
Escritura pública para os imóveis na área urbana e rural.	Capacitação de mão obra em convênio com o SENAI

Fonte: Programa de Reassentamento da Comunidade Vila Madureira. Relatório de Conclusão da Primeira Etapa de Reassentamento. Maio/2009. YKS, Itaquí Energia, MPX,p.11.

No capítulo 4, descreveremos as condições de vida atuais das famílias reassentadas e destacaremos como esses “acordos” se materializaram concretamente e os equívocos que marcam a diferença de entendimento dos termos negociados, principalmente sobre como os sentidos, vivências e relações, de casa, de trabalho, de agricultura, de natureza que marcam esses equívocos na experiência do reassentamento.

**3.3.4 Camboa dos Frades:** expressões de existência e resistência na relação com a Termelétrica.

No primeiro capítulo ao tratarmos sobre o modo de vida na Comunidade Vila Madureira destacamos que no relato dos moradores a comunidade era conhecida como pertencente a um território comum que compreendia outras localidades vizinhas como a Camboa dos Frades. A relação entre as comunidades vizinhas era marcada por reciprocidade e colaboração mútua durante trabalhos e festividades religiosas. Moradores da Camboa dos Frades e outras localidades próximas também participavam da associação de Moradores da Vila Madureira. Desse modo, considerando que nesse capítulo tratamos dos efeitos e conflitos gerados durante a implantação da termelétrica, é imperativo citarmos brevemente o contexto da Camboa dos Frades após o deslocamento da Vila Madureira e o início das obras de terraplanagem do empreendimento.



A Camboa dos Frades e outras localidades vizinhas foram consideradas pelo estudo de impacto ambiental da Termelétrica como pertencente à área indiretamente afetada pelo empreendimento. Desse modo, impactos iniciais gerados pelas obras do empreendimento às famílias que viviam nas imediações e a reparação deles não estavam previstos nos planos e estratégias de intervenção dos responsáveis pelo empreendimento. Ao contrário disso, durante os contatos estabelecidos com as famílias da área diretamente atingida, as famílias residentes no entorno do empreendimento e que não seriam público-alvo do programa de reassentamento eram ignoradas.

Esse fato foi observado durante o procedimento de licenciamento ambiental no Ibama<sup>68</sup> que, ao emitir a licença prévia do empreendimento e estabelecer os condicionantes dessa licença, destacou a “ausência da análise de impacto das alterações de uso e ocupação do solo nas ‘propriedades circunvizinhas’, pois havia sido realizado somente do local onde será construída a UTE”. Nesse parecer, o Ibama solicitou a revisão do estudo de uso e ocupação do solo e pediu o detalhamento do programa de conscientização para o tráfego, “com o detalhamento das propriedades e seus proprietários ao longo da faixa descrita [...], apresentando manifestações formais dos mesmos sobre as negociações com a UTE – declaração de acordo e aceitação”.

Desse modo, as informações necessárias que deveriam ser esclarecidas junto aos moradores de Camboa dos Frades, principalmente sobre os possíveis impactos que a construção e funcionamento da usina poderiam gerar, não foram colocados durante as reuniões que antecederam o deslocamento da Vila Madureira. Os moradores relataram que foram ignorados, tanto pelos empreendedores quanto pelos próprios moradores da Vila Madureira que foram orientados pelos técnicos da empresa a não manter diálogo e não passar informações sobre os acontecimentos (ALVES; PEREIRA; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 17).

Com o início das obras de terraplanagem da termelétrica, em maio de 2009, as famílias da Camboa dos Frades foram submetidas a várias dificuldades e constrangimentos. As obras ocasionaram a destruição da estrada de acesso à comunidade, estrada que passava por dentro da Vila Madureira, e fizeram com que ela ficasse encurralada entre o empreendimento e o mar, dificultando o seu direito de locomoção. Para entrar e sair da localidade, os moradores

---

<sup>68</sup>Parecer Técnico nº 015/2009 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA. Condições de validade da Licença de Instalação. LI nº 601/2009, disponível em [http://licenciamento.ibama.gov.br/Processo%20PNMA/EIA's%20CGENE/COEND/PNMA/UTE%20Porto%20Itaqui/Licen%C3%A7as/LI\\_601.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Processo%20PNMA/EIA's%20CGENE/COEND/PNMA/UTE%20Porto%20Itaqui/Licen%C3%A7as/LI_601.pdf). Acesso em: 12/09/2021.

ficaram sujeitos a transitarem no meio de caminhões e maquinários pesados e foram submetidos ao controle e a constrangimentos por parte dos seguranças da empresa, que se encontravam armados. Durante o período chuvoso, o acesso à comunidade tornava-se mais difícil porque as vias de acesso eram tomadas pela lama (ALVES; PEREIRA; SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 16).

Diante desse cenário, a Associação de Moradores de Camboa dos Frades passou a reivindicar formalmente melhorias para a comunidade junto aos órgãos públicos e também buscou apoio de entidades, movimentos sociais e grupos acadêmicos vinculados a organizações locais. Acionou a Defensoria Pública para resolução do conflito com o empreendimento. Então, foram agendadas audiências entre a empresa responsável e a comunidade para a resolução do impasse.

Durante as audiências realizadas na Defensoria Pública, as lideranças comunitárias destacaram que não foram comunicadas sobre as atividades a serem desenvolvidas pela empresa no local e solicitaram providências da empresa para a recuperação da estrada de acesso à comunidade. Para resolução do conflito, a empresa se comprometeu, mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, a entregar à comunidade dois abrigos, de concreto, para passageiros em pontos de ônibus, cobertos, sinalizados, contendo bancos, um em cada mão da via e a revisão da obra de acesso que vai da BR-135 até o trecho de inserção com o caminho anterior para a comunidade e afirmou ter cumprido 'ao pé da letra' os compromissos registrados em ata durante a audiência. Entretanto, os moradores denunciaram, em nova audiência na Defensoria Pública, que a empresa não havia cumprido totalmente o compromisso de melhoria do acesso à comunidade. Destacaram que o início das chuvas ocasionou a ruptura da estrada em três pontos.

Nessa audiência, ficou consensuado que houve um equívoco na redação da ata anterior, pois a demanda da comunidade era que a estrada fosse recuperada até o trecho que finda no campo de futebol que fica dentro da comunidade, onde se faria o retorno do ônibus coletivo de uso público, e não somente nos últimos mil metros até a BR-135. Diante da atitude de reivindicação de complementaridade dos serviços de recuperação da estrada, a empresa se comprometeu em recuperar o trecho de acesso até a BR-135 e em fazer melhorias pontuais, em caráter emergencial, no trecho até o campo de futebol presente na comunidade (PEREIRA, 2010, p. 57). Diante desse impasse, na última audiência realizada em 17/03/2010, ficou acertado que o restante da estrada de acesso interno da comunidade e o asfalto seriam demandados à Prefeitura Municipal (PEREIRA, 2010, p. 57).

### **3.3.5 Empreendimentos, comunidades e licenciamento ambiental: Conflitos, mediações, resistência e negociação**

Ao longo desse capítulo abordamos os efeitos dos projetos de desenvolvimento sobre as comunidades atingidas na Zona Rural de São Luís elencando alguns eventos de deslocamentos compulsórios, conflitos e resistências desencadeados. Destacamos o processo de instalação da Termelétrica Porto do Itaqui e os efeitos sobre as comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades.

Durante a abordagem destacamos que o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos por órgãos de proteção ao meio ambiente aparece como um espaço de debate sobre os possíveis efeitos sociais e ambientais. A possibilidade de participação da sociedade e das comunidades diretamente afetadas nas audiências públicas é considerada como o elemento democrático desse processo.

Entretanto, existe uma controvérsia entre os autores se esse processo constitui-se realmente em um espaço democrático de discussão sobre os projetos ou apenas um procedimento realizado porque a legislação impõe, servindo apenas para referendar os projetos. A questão que se coloca é de que forma essa participação se concretiza em um espaço no qual as comunidades são realmente incorporadas numa condição de igualdade e de diálogo tendo em vista que muitas barreiras são interpostas nesse processo e a principal é a barreira da comunicação e da possibilidade de compreensão de um discurso totalmente tecnicista e distante da realidade concreta das comunidades. Se na prática os próprios órgãos de proteção do meio ambiente, como as promotorias, precisam intervir para acessar antecipadamente os relatórios de impacto ambientais produzidos ou para garantir um tempo necessário para de análise e compreensão desses documentos antes da realização das audiências públicas, como é feita a tradução da linguagem tecnicista desses documentos para a vivência concreta das comunidades? Como construir espaços democráticos em uma sociedade marcada pela exclusão social e política? Como o licenciamento pode apresentar-se como um espaço democrático quando os efeitos ambientais e sociais dos empreendimentos são considerados como uma questão subordinada aos interesses econômicos e políticos?

De modo geral, observa-se a não garantia da equidade de participação entre os grupos envolvidos em um espaço que é marcado pela disputa entre diferentes projetos de uso e significação dos territórios e de seus recursos ambientais, conforme destaca Laschefski (2007, p. 3).

O licenciamento ambiental, anteriormente criticado pelos ambientalistas e movimentos sociais como ineficiente, é agora defendido, o que se explica pelo fato de ele ser um dos poucos processos em que a participação da população se encontra formalizada, com a institucionalização da consulta pública aos estudos e relatórios ambientais (EIA/RIMA) e da audiência pública obrigatória para discutir o projeto e os referidos estudos. Contudo, a praxe atual mostra que os processos de licenciamento não conseguem garantir a “equidade ambiental” entre os grupos sociais neles envolvidos. Por um lado, há ainda deficiências na qualidade das informações disponibilizadas, obstáculos para acessá-las e manipulação das diversas etapas do processo pelos interessados no empreendimento. Por outro lado, os métodos de avaliação dos impactos são baseados numa visão tecnicista que separa o meio ambiente de suas dimensões sociopolíticas e culturais, partindo da crença de que uma grande parte da paisagem social e ambiental a ser destruída pode ser reconstruída através de medidas de compensação e de mitigação dos impactos. Ao contrário do “ambientalismo dos pobres”, trata-se de uma forma abstrata de interpretar o meio ambiente, que é visto como composto por elementos – rios, florestas e espécies, entre outros – passíveis de reconfiguração através de procedimentos técnicos de “adequação da natureza” ao projeto em questão.

Na realidade brasileira, a tentativa de formação de uma esfera pública, de uma atuação estatal capaz de representar o interesse público e de espaços democráticos de representação de todos os segmentos sociais decorre de um longo processo de constituição ainda inconcluso. Apesar de ter importado o modelo estatal europeu, não conseguiu reproduzir os mecanismos necessários para a efetivação de uma esfera política, dando lugar a um estado híbrido, com dinâmicas políticas órfãs (BADIE; HERMET, 1993) que não reproduzem efetivamente nem o modelo original importado e nem incorporaram efetivamente as demandas internas.

Enquanto nos países europeus ocidentais a constituição do Estado foi marcada por um processo de luta e conquista de direitos e de esferas democráticas, no Brasil o processo ocorreu de forma inversa, transplantada pelos grupos dominantes e sem a participação ampla da sociedade e de seus segmentos minoritários que foram sistematicamente negados, conforme destaca Francisco de Oliveira: “Todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominantes (1999, p.60.)

Marcada pela herança colonial e escravista, a formação da sociedade brasileira constituiu-se por um processo de hierarquização, de autoritarismo, de negação do outro, de racismo e de anulação da fala e da política que reflete na constituição do Estado e na sua apropriação pelo privado expressa em práticas personalistas, patrimonialistas e clientelistas<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> A hierarquia e o autoritarismo que marca as relações sociais no Brasil impossibilitam o estatuto da igualdade e da constituição efetiva da cidadania, como também destaca Marilena Chauí: “Não existe, no Brasil, a ideia, vinda da Revolução Francesa, de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela. Três efeitos imediatos podem ser percebidos: impossibilidade de efetuar a ideia liberal de política como pacto ou contrato (pois a condição do contrato é a igualdade entre as partes); impossibilidade de realizar a política

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais “demiurgos”, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo completo de violência, proibição da fala, **mais modernamente privatização do público**, interpretado por alguns com a categoria do patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre a dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière.

É óbvio que essa base estrutural constituiu-se com o escravismo, o qual resume todo o anterior. Particularmente Freyre põe as cores fortes na violência sexual como apropriação do corpo e anulação do outro, na proibição dos cultos africanos como proibição da fala, no rigor dos castigos como proibição da reivindicação. Sérgio Buarque com o “homem cordial” insiste quase nas mesmas teclas: a astúcia da intimidade cordial é o horror das distâncias que é o signo do não reconhecimento da alteridade, das distintas proibições que anularam toda possibilidade de uma experiência subjetiva liberal. Caio Prado Jr. explicará a trama estrutural dessa anulação, que não decorrerá de um caráter qualquer ibérico – o exagero, talvez de Sérgio Buarque – mas das determinações advindas da simultaneidade entre a colônia como coetânea do capitalismo mercantil e o escravismo como marca de sua defasagem (OLIVEIRA, 1999, p. 56, grifo nosso).

A privatização do público citada acima pelo autor remete aos eventos de privatização das empresas estatais, concessão de serviços públicos a empresas privadas e diminuição da regulação do Estado a partir do neoliberalismo, o que acentua a apropriação do Estado para atendimento de interesses econômicos privados.

Essa aparência levou a uma outra experiência, que é a da constante troca de posições no Estado e na empresa privada: ministros e altos escalões que são retirados das empresas, que voltam às mesmas tão logo deixam os cargos e funções estatais e/ou governamentais, numa promiscuidade de que não há notícia mesmo em países de forte tradição liberal. Essa promiscuidade como que atuou no sentido de borrar, subjetivamente, as barreiras e fronteiras entre público e o privado, ou mais radicalmente, atua no sentido de que tudo é privado: as pessoas funcionam como *persona*, não apenas em razão de um trânsito que baralha os papéis, mas porque a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada. A introdução de critérios micro na racionalidade estatal a transforma, subliminarmente, em uma racionalidade privada. De par com o método de custos/benefícios passa-se, como mestre Weber ensinou, da razão substantiva para a razão instrumental: não há ruptura para um outro paradigma, que passa a presidir as decisões do Estado. Assiste-se como que uma regressão do universal abstrato como processo que cria o Estado como “comunidade ilusória” para o mero chão de interesses privados que, já agora, não se universalizam, já não têm, aparentemente, a necessidade de liberarem-se de sua

---

democrática baseada nas idéias de cidadania e representação - esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo pedagogismo vanguardista; impossibilidade de visualizar a ideia socialista de justiça social, liberdade e felicidade. [...]A esfera pública não consegue constituir-se, a distinção entre público e privado não consegue instituir-se, as mediações sociais e políticas não conseguem afirmar-se. O poder é oligárquico e se legitima recorrendo à mitologia fundadora, que pode aparecer na ideologia verde-amarela nacionalista, na roupagem da ideologia providencialista do desenvolvimentismo, na concepção assistencialista e tutelar do Estado e, hoje, na ideologia neoliberal que reduz a política ao marketing narcisista da vida privada e o Estado à condição de aparelho de reforço do privilégio (a privatização à brasileira significa, simplesmente, transferência dos mecanismos estatais de proteção aos oligopólios aos próprios grupos oligopólicos)” (1994, pp. 27-29).

forma de interesses privados, tal o nível da dominação, ou sobretudo da experiência subjetiva vivida pela burguesia (OLIVEIRA,1999, p. 69).

Esse processo de privatização do público é observado durante a execução do Programa de Aceleração do Crescimento a partir das parcerias público-privadas utilizadas como medidas do governo Lula (sancionou em 2004 a Lei das Parcerias Público-Privadas – Lei das PPPs) para melhorar o investimento público em infraestrutura a partir da concessão de serviços e obras públicas a empresas privadas mediante incentivos contratuais, financeiros e compartilhamento de riscos. Ao transferir suas responsabilidades de prestação de serviços e obras públicas ao setor privado, compartilhando os riscos de investimento, o Estado contribui para assegurar o lucro das empresas e compromete o interesse público ao mercantilizar os serviços.

Assim, destaca-se o formato de licenciamento ambiental que prioriza o espaço de participação dos empreendedores e dos interesses econômicos na medida em que os estudos de impacto ambiental são realizados pelos próprios empreendedores e na perspectiva de previsão de medidas para minimizar os efeitos negativos e incorporar os custos com reparações e indenizações ao orçamento dos empreendimentos, e não para evitá-los, e que a emissão das licenças também se realiza de forma a apenas fixar os chamados condicionantes que são continuamente estendidos a cada nova etapa de licenciamento. Nessa perspectiva fechada na qual as liberações das licenças estariam garantidas, o acompanhamento dos condicionantes, a negociação em torno dos condicionantes das licenças, aparece como novos espaços de “intervenção” da sociedade e das comunidades atingidas no processo de licenciamento.

No caso do licenciamento ambiental da termelétrica, alguns programas executados para atender as condicionantes de liberação das licenças, como o programa de relacionamento entre as partes interessadas e o programa de relocação da população, são destacados pelos empreendedores como espaços de abordagens democráticas, espaços de diálogo e negociação. Entretanto, desde o início, o licenciamento marca “consenso” em torno da instalação do empreendimento e demarca a impossibilidade de fala dos grupos “subalternos” (SPIVAK, 2010). É o caso das comunidades atingidas. A impossibilidade de fala ocorre tanto porque elas não têm espaço de fala, de contraposição, como porque elas não são compreendidas a partir da realidade mesma de seus modos de vida. Esses aspectos podem ser observados no tratamento dado pelos responsáveis pelo empreendimento, nesse caso aqui destacam-se tanto a empresa como os órgãos estatais que defendem o projeto e que representam o “Estado”, às

comunidades Camboa dos Frades e Vila Madureira.

O tratamento dado à Camboa dos Frades expressa não somente a negação da fala, mas a negação da existência da comunidade em si, tendo em vista o tratamento de invisibilidade dados pelos empreendedores porque consideraram que ela não fazia parte da área diretamente afetada pelo empreendimento, como é o caso da Vila Madureira. Segundo Maldonado-Torres, “la invisibilidad y la deshumanización son las expresiones primarias de la colonialidad del ser “ (2007, p. 150). Camboa dos Frades só tem sua existência reconhecida quando os moradores se mobilizaram para reivindicar a reconstrução da estrada de acesso à comunidade, que foi destruída pelas obras de terraplanagem do empreendimento, junto a órgãos como a Defensoria Pública e Ministério Público Estadual e reivindicar melhorias infraestruturais para o local em diversos espaços públicos e na mídia televisiva (CARVALHO, 2011, p.95). Entretanto, no contexto da instalação e funcionamento dos empreendimentos desenvolvimentistas, os territórios das comunidades são considerados como “zonas de sacrifício” e de injustiças ambientais (PORTO, 2013, pp.134-135), assim, mesmo tendo permanecido no seu território, o modo de vida das famílias da Camboa dos Frades é constantemente ameaçado pela poluição ocasionada pelas indústrias localizadas em seu entorno, moradores relataram observar em seu cotidiano a presença de pó de minério nas plantas e de outros dejetos e óleos industriais nos igarapés que dificultam a prática da pesca artesanal (CARVALHO, 2011, p.75).

No que concerne à situação da Vila Madureira, a impossibilidade de fala foi marcada tanto pela negação, negação dos meios de vida e negação da resistência, como pela incompreensão dos termos negociados, a constatação dessa incompreensão por parte dos moradores acontece quando eles vivenciam os anos iniciais de adaptação ao modelo de reassentamento proposto pela empresa, conforme veremos no próximo capítulo.

A impossibilidade de fala pela negação dos meios de vida e pela incompreensão ocorre pelas diferentes formas de racionalidade que são colocadas em conflito, diferentes projetos de uso e significação do território e de sua natureza. Os meios de vida da comunidade são negados porque são considerados atrasados, carentes de recursos materiais, necessitados da intervenção dos empreendimentos para serem “desenvolvidos”, nesse ponto, qualquer opção por continuar vivendo nessas condições é uma “irracionalidade”. Na visão tecnicista dos empreendedores em busca do progresso, o uso do território e de seu meio ambiente é instrumental, eles são apenas recursos para o desenvolvimento econômico. Na experiência dos meios de vida das comunidades, o território é um espaço de vivências, de reprodução das

diversas práticas econômicas, práticas religiosas, práticas culturais, espaço de relações de parentesco, de compadrio, de ajuda, espaço de relação com a natureza e de construção de memórias daquilo que é vivido. Esse conflito demarca os equívocos de compreensão entre essas cosmovisões e ontologias diferentes quando são “negociados” dentro dos termos do programa de relocação da comunidade reassentada. Segundo Marisol de la Cadena (2018, pp. 99-100), a incompreensão, o mal-entendido:

é uma relação ontológica; embora o equívoco possa ser discernido.(ou controlado, como diz Viveiros de Castro), ele também é uma condição inevitável que não pode ser alterada. Em vez disso, o dissenso coloca indivíduos socialmente desiguais em uma disputa para serem *os mesmos* (ou socialmente equivalentes), e a partir dessa posição nomear e definir o que deveria ser o mesmo; aqui o mal-entendido é político e reflete uma disputa epistêmica para mudar como a ordem estabelecida é percebida. Dito de forma diferente e talvez mais clara nos termos do argumento deste artigo: o mal-entendido no equívoco emerge quando corpos que pertencem a mundos diferentes usam a mesma palavra e nomeiam entidades que *não são as mesmas* porque elas também, como os corpos que as nomeiam, pertencem a mundos diferentes; o dissenso resulta de mal-entendidos sobre condições de nomeação das mesmas entidades em um mundo que deve ser compartilhado.

Diante da impossibilidade de compreensão das diferentes racionalidades, a “negociação” só ocorre mediante a abdicação de um lado, a cessão do território como zona de sacrifício, e da imposição da mesma linguagem do desenvolvimento e do progresso, mesmo diante dos equívocos presentes nos diferentes significados atribuídos ao território e à relação com o meio ambiente. Assim, a lógica da colonialidade se estabelece na relação entre os projetos desenvolvimentistas e as comunidades locais demarcando uma hierarquia entre essas diferentes visões de território e natureza, uma lógica que vincula o modo de vida das famílias ao atraso e a carência em contraposição ao desenvolvimento e ao progresso, assim seu ser-no-mundo, ser no território, ou “ser aí”, o “Dasein” do filósofo Martin Heidegger, enquanto ser de vivências, relações e subjetividade é negado, assim como são negados os seus saberes baseados na experiência vivida e na relação com o território.

Desse modo, a negociação, mesmo diante incompreensão dos termos negociados, é possibilitada pelo papel assumido pela Associação de Moradores da comunidade Vila Madureira, na medida em que a principal liderança comunitária aparece como um membro interno que possibilita maior penetração do discurso desenvolvimentista do empreendimento e assume o papel de “intermediário” entre os interesses da comunidade e os interesses dos empreendedores, amortecendo as tensões. Segundo Wolf (2003, p. 88) destaca:

A posição desses “intermediários” é de alguém “exposto” uma vez que, tal como Jano, têm a face voltada para as duas direções ao mesmo tempo. Eles devem servir a alguns dos interesses de grupos tanto atuantes em nível comunitário como nacional e devem dar conta os conflitos provocados pela colisão desses interesses.



Nesse processo, mesmo as resistências iniciais ao deslocamento compulsório a partir de alguns moradores mais antigos e mais enraizados à comunidade Vila Madureira, desconfiados das propostas apresentadas, são minadas diante da heterogeneidade do grupo e pelo contexto de insegurança fundiária presente no local, com as constantes ameaças de deslocamento compulsório e o comprometimento futuro dos meios de vida ocasionado pela poluição gerada pelas atividades do empreendimento, e diante inevitabilidade do acontecimento tendo em vista a disparidade de forças em conflito, e do medo de sair sem direito a nada, considerando que o programa de reassentamento era apresentado como uma obrigatoriedade.

Desse modo, a “opção” pela negociação apresenta-se também como uma situação de impotência diante do ataque da “feitiçaria capitalista” com seus ideais de desenvolvimento e progresso, que mesmo esvaziados de sentido e ilusórios na vida concreta dos moradores segue tornando impotentes os seus mecanismos de resistência, colocando-os diante de alternativas infernais: “um conjunto de situações formuladas e agenciadas de modo que elas não deixam outra escolha senão a resignação” (STENGERS, 2015, n.p).

Para Isabelle Stengers (2015, n.p), “toda alternativa infernal é a morte da escolha política, do direito de pensar coletivamente o futuro”. A morte da escolha política é a impossibilidade do dissenso. Nos termos de Rancière (1996, p. 370):

A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o dissenso, ou seja, a ruptura nas formas sensíveis da comunidade. Ele tem efeito ao interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural. Essa distorção é que é testemunhada pelas palavras aparentemente muito simples: *demos* e *democracia*.

No caso do deslocamento das famílias, a perspectiva da negociação, diante das poucas alternativas concretas fornecidas pelos empreendedores (aderir ao programa de realocação ou abrir mão dos direitos adquiridos), visava o consenso que, nos termos de Rancière, “suprime todo cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte” (1996, p. 379), ou seja, suprime o conflito, as opiniões contrárias, suprime o direito à permanência no território.

## **4 DEPOIS - VIDAS E VEREDAS DOS REASSENTADOS 12 ANOS APÓS: “Aquele que se fez, se fez, aquele que não se fez, ficou por se fazer”.**

*“O senhor ... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou”.*

*João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas.*

Neste capítulo, inicialmente, descrevemos o processo de adaptação das famílias deslocadas durante o primeiro ano na Vila Residencial Nova Canaã e de trabalho no Polo Agrícola Hort Canaã. Posteriormente, descrevemos as alterações sofridas no modo de vida das famílias de acordo formas que eles se rearticulam no âmbito da organização social, econômica, cultural e religiosa da comunidade no reassentamento e no polo agrícola atualmente.

### **4.1 A Vila Residencial Nova Canaã: Caracterização e Localização**

Conforme destacado no capítulo anterior, as famílias deslocadas da Vila Madureira, do Município de São Luís, em razão da instalação da Termelétrica Porto do Itaqui na área Itaqui-Bacanga, foram reassentadas na Vila Residencial Nova Canaã, residencial construído na área do Loteamento Canaã, comprado pela empresa no Município de Paço do Lumiar - MA (Figura 6), distante a aproximadamente 35 km do antigo local de moradia (Figura 7).

O Município de Paço do Lumiar foi fundado em 07 de dezembro de 1959, localiza-se a aproximadamente 26 km de São Luís, capital do Estado do Maranhão e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, tem uma população<sup>70</sup> estimada de 125.265 pessoas em uma área de 127,193 km<sup>2</sup>. Em seus limites geográficos, apresenta-se ao norte com o Oceano Atlântico e o Município de Raposa e a oeste, leste e sul com o Município de São José de Ribamar.

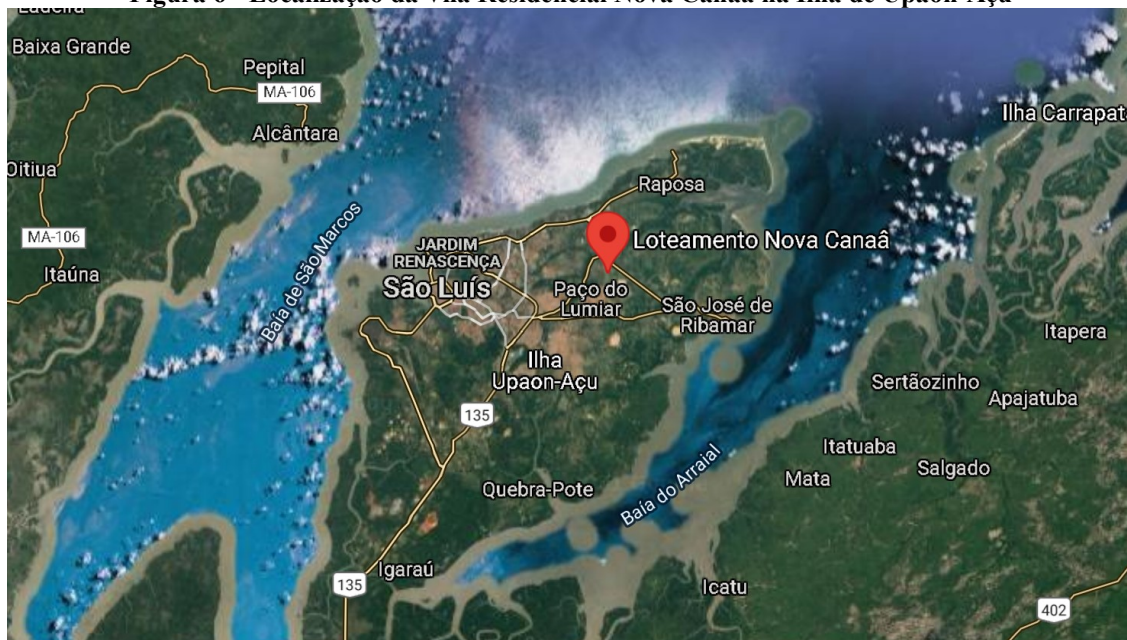
Paço do Lumiar, assim como o município de São José de Ribamar, São Luís e Raposa estão localizados na Ilha do Maranhão ou Ilha de Upaon Açú, conforme nomeação dada pelos indígenas com significado de “ilha grande” (Figura 6), situada no Golfão Maranhense. Na

---

<sup>70</sup> De acordo com dados do último censo demográfico do IBGE (2010), Paço do Lumiar tinha uma população de 105.121 pessoas e densidade demográfica de 855,84 hab/km<sup>2</sup>. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>. Acesso em 24/11/2021.

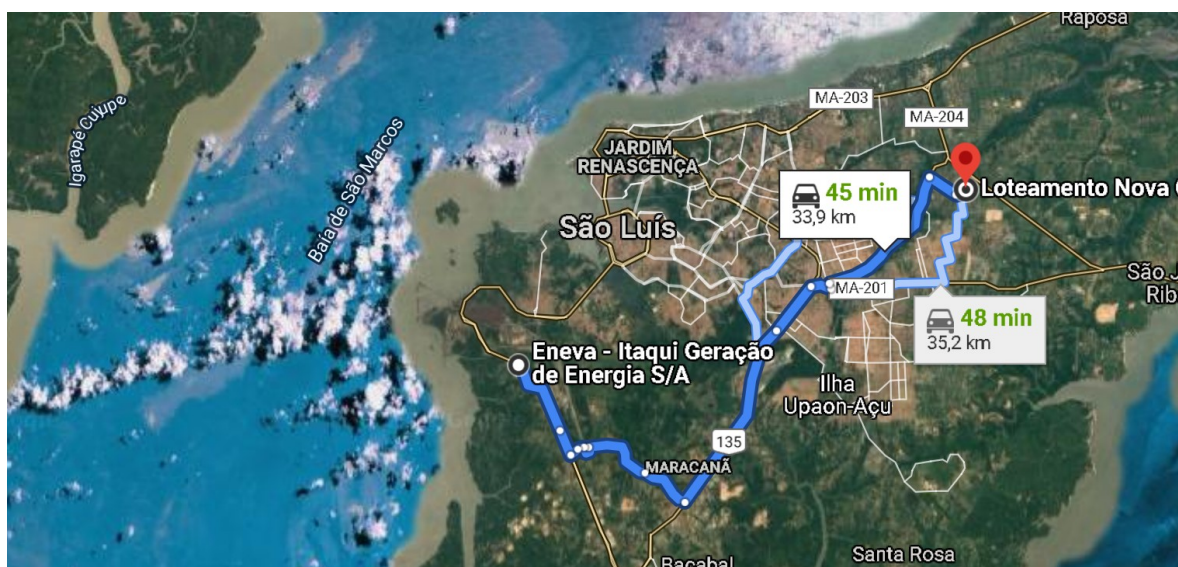
atual divisão geográfica adotada pelo IBGE<sup>71</sup>, ele e outros 13 municípios, fazem parte da região geográfica imediata de São Luís, também denominada de Região Metropolitana da Grande São Luís<sup>72</sup>.

**Figura 6 - Localização da Vila Residencial Nova Canaã na Ilha de Upaon-Açu**



Fonte: Google Maps

**Figura 7 - Distância entre a UTE Itaqui (Antes Vila Madureira) e Nova Canaã**



Fonte: Google Maps

<sup>71</sup> Anteriormente, o Município de Paço do Lumiar localizava-se a Mesorregião Norte Maranhense e na Microrregião Aglomeração Urbana de São Luís. Em 2017, o IBGE elaborou uma nova regionalização alterando a divisão anterior pela classificação em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

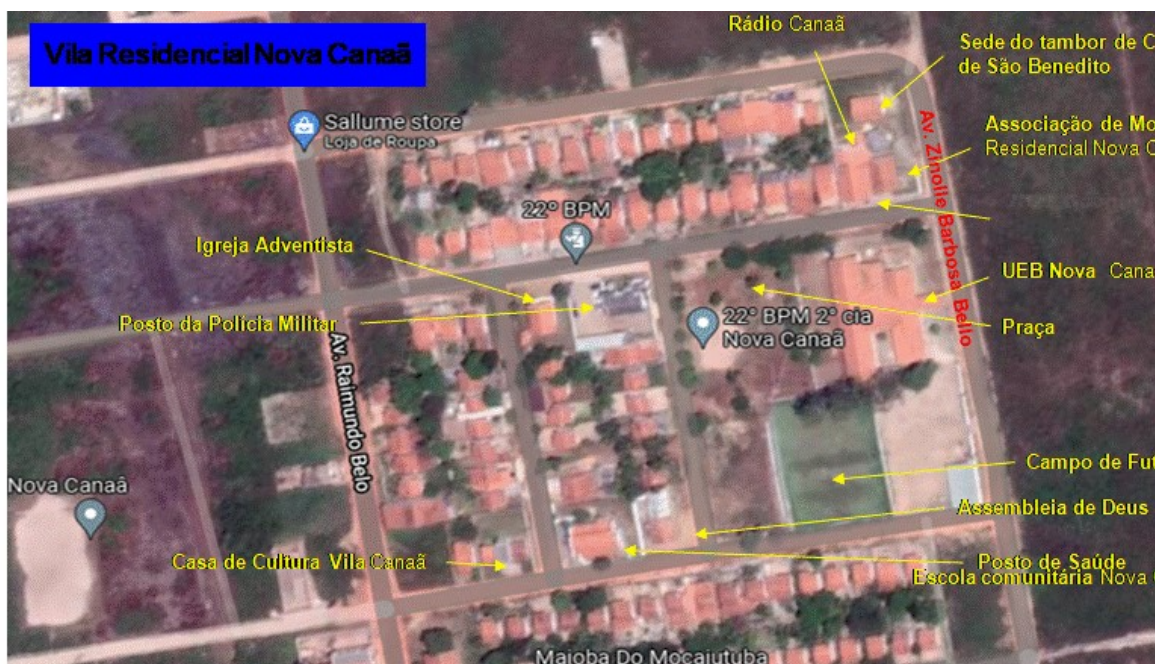
<sup>72</sup> A Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) é composta pelos municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís. Foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2015. Disponível em: <https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4356>. Acesso em: 24/11/2021.



A Vila Residencial Nova Canaã começou a ser construída em outubro de 2008 em um loteamento adquirido pela empresa responsável pela Termelétrica Porto de Itaquí na região da Maioba, próximo ao parque aquático Val Paraíso e ao bairro Vila do Povo (Figura 10) em Paço do Lumiar.

Além da construção das casas e da formação e regularização de infraestrutura básica de acesso a serviços públicos como abastecimento de água (poços artesianos de uso comum), energia elétrica, rede de esgoto sanitário e coleta de lixo regular; no reassentamento foram construídos equipamentos urbanos e espaços de uso coletivo como posto de saúde, escola, uma sede para a associação de moradores e três igrejas, sendo uma Católica (local onde atualmente funciona a Sede do Tambor de Crioula “A Graça de São Benedito”), uma Adventista e uma da Assembleia de Deus. Alguns equipamentos foram construídos após a mudança das famílias, como a praça, o campo de futebol e as instalações onde deveria funcionar o mercado (atualmente um prédio sem funcionamento), posteriormente, o posto policial (Figura 8).

**Figura 8 - Estruturação do Residencial Nova Canaã**



Fonte : Google maps – editado

O processo de mudança das famílias para a área de reassentamento aconteceu nos meses de março e abril de 2009. Cada família recebeu uma casa de tamanho padronizado de 57 m<sup>2</sup> em lote de 250 m<sup>2</sup>, mobiliada com fogão, botijão de gás, geladeira, liquidificador, televisão, escrivaninha e computador.



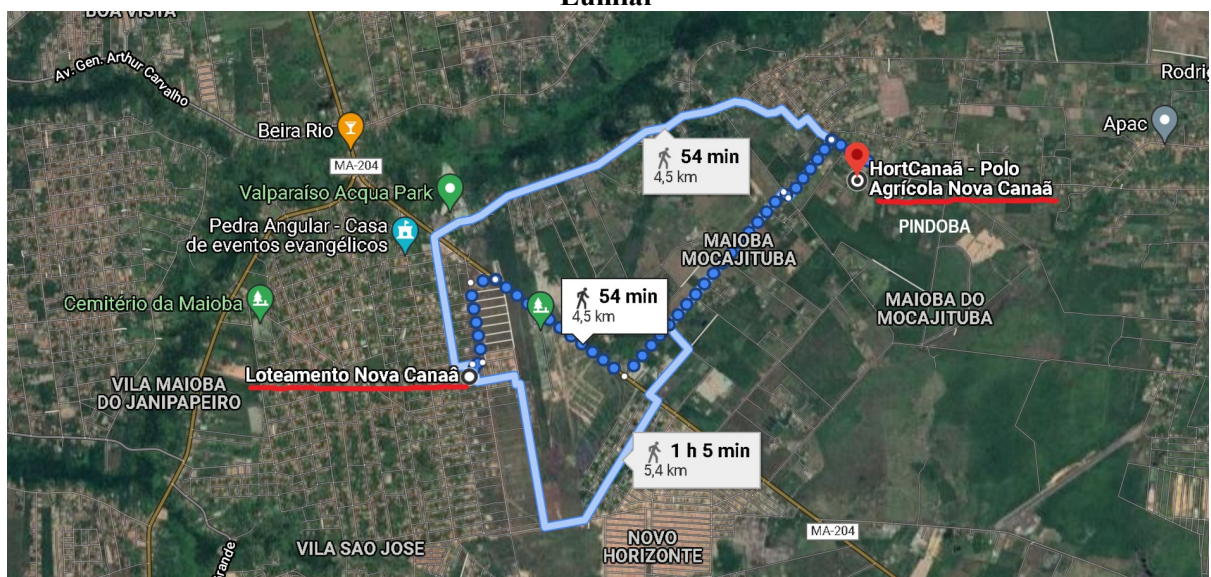
**Figura 9 - Vista Panorâmica da Vila Residencial Nova Canaã**



Fonte: Ibama(2018)

A área destinada à prática de agricultura foi comprada em um terreno separado do residencial e em um bairro mais afastado do local, há aproximadamente 4,5 km (Figura 10), na área da Pindoba. A implantação do projeto do polo agrícola foi realizada na segunda etapa do programa de reassentamento e teve início em maio de 2009.

**Figura 10 - Localização do Residencial Nova Canaã e do Polo Agrícola Canaã em Paço do Lumiar**



Fonte: Google Maps

De modo geral, a infraestrutura construída foi realizada em atendimento aos acordos firmados entre a empresa e as famílias deslocadas, bem como, em atendimento às condicionantes estabelecidas pelo Ibama durante o licenciamento da termelétrica.

Conforme citado anteriormente, durante as negociações, a empresa se comprometeu a indenizar as benfeitorias e garantiu às famílias que seu novo local de moradia teria características aproximadas ao anterior e que os próprios moradores teriam a oportunidade de escolher a localização, com a entrega de casas mobiliadas e com infraestrutura social de escolas, posto de saúde, segurança, lazer, área para plantio (polo agrícola) e formas de garantirem sua subsistência, além de terem o acompanhamento do projeto de desenvolvimento agrícola e ofertas de cursos de capacitação para inclusão no mercado de trabalho.

Entretanto, diante dos conflitos de regularização fundiária em São Luís, a aquisição de uma área para reassentamento das famílias com todas as características aproximadas à antiga Vila Madureira foi inviabilizada. Desse modo, um dos aspectos priorizados na escolha do local foi o acesso das famílias a uma infraestrutura urbana e serviços básicos de educação, saúde e segurança pública, conforme destacamos no capítulo anterior no tópico referente ao processo de negociação e escolha dos terrenos.

## **4.2 Primeira Parte: anos iniciais de adaptação à Nova Canaã e ao Polo Agrícola**

**4.2.1 A chegada à Vila Residencial Nova Canaã:** A mudança, as primeiras impressões e o processo de adaptação segundo relatos de moradores.

Conforme destacado anteriormente, a mudança para a Nova Canaã ocorreu por etapas e quando as famílias mudaram o residencial ainda estava em construção, principalmente os prédios que seriam destinados à instalação da escola, posto de saúde, igrejas e posto policial. Desse modo, inicialmente o acesso aos serviços de saúde e educação eram realizados em bairros próximos, como a Pindoba: “Logo no início tinha a van pra levar os filhos da gente porque quando a gente chegou a escola ainda não estava pronta, então tinha uma van que levava as crianças pra Pindoba” (Entrevista com Rute, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Essa fase inicial é destacada no relato que segue:

Pesquisadora: Quando vocês mudaram já tinha gente morando?

Entrevistado: Tinha. Porque, assim, se mudaram um tanto e depois veio outros. Foi por etapa.

Pesquisadora: Por quê? Por conta da organização da mudança?

Entrevistado: Foi por etapa por conta da liberação das casas que já estavam prontas,

entendeu? Tipo assim, ah eles construíram um lote aqui, já tava pronto, aí eles liberaram um tanto de pessoas dentro do cadastro que foi feito. Aí pegaram aquele cadastro, tipo assim, essa rua daqui, aí pegaram quem tava incluído nessas fileiras aqui e foram liberando assim, entendeu? Até porque eu ainda achei um pouco ruim, é porque assim, como a empresa talvez tinha um prazo, da área lá, da gente entregar essa área lá pra eles, eles apressaram um pouco. Porque quando a gente chegou aqui, a empresa ainda tava na obra aqui. Muita gente trabalhando. Mas deu tudo certo.

Pesquisadora: Vocês saíram da casa de vocês direto pra cá ou chegaram a ficar em uma casa alugada?

Entrevistado: Olha, pra quem morava na Madureira. Eu não morava na Madureira. Eu tinha uma casa no Anjo da Guarda. Eu ia, eu fiz uma casa lá, mas eu ia assim, final de semana que eu ia trabalhar e quando eu tava indo durante a semana tinha um abrigo pra mim ficar, entendeu? Mas tinha pessoas que moravam ali permanentes. Então, essas pessoas, que moravam permanente, quando foi primeiramente feito o manejo lá, essas pessoas a empresa alugou casa pra eles no Anjo da Guarda. Várias pessoas receberam aluguel até que terminasse de aprontar aqui. Mas, eles teriam que sair logo da área lá, né? E assim foi feito. Os pessoal saíram, recebendo uma casa de aluguel, a empresa bancou, se passou um mês ou dois meses a empresa pagou até tá no ponto de vincar pra cá. Eu não tive essa necessidade porque eu tinha casa lá, né?

Pesquisadora: Quando vocês chegaram, então, a escola, o posto de saúde ainda não estavam prontos?

Entrevistado: Quando nós chegamos a escola tava praticamente quase pronta, né? Mas ainda não estava liberada. Posto de saúde também ainda não tava liberado, né? Tava, praticamente, quase pronto. Tinha o posto policial também, mas estava em andamento ainda, né? Aí, depois liberaram primeiramente o colégio. Aí, depois ficou nos processos de entregar as igrejas. Aí, depois o posto de saúde. Aí, depois eles trouxeram uns cursos pra cá pra comunidade.

Pesquisadora: Quando vocês chegaram fizeram logo esses cursos?

Entrevistado: Fizemos logo esses cursos.

Pesquisadora: Os cursos foram aqui?

Entrevistado: Foram aqui. Muitas pessoas fizeram cursos. Eu fiz curso de pedreiro. Aí, geralmente essa pracinha que hoje tem aí, foi as próprias pessoas que estavam dentro do curso que fizeram, os moradores, junto com a empresa. E aí participamos de algumas outras obras aqui por meio desse curso.

Pesquisadora: Quando vocês chegaram, a empresa já foi colocando vocês em postos de trabalho?

Entrevistado: Quando a gente chegou, como a gente ainda não tinha... porque o prometido era receber as casas aqui e receber uma área aonde a gente tem o polo Hort Canaã, que era prometido, de lá que era pra gente tirar nossa sobrevivência, lá que todo mundo ia plantar e tal e tal. Então, ainda tava ainda em questão de processo lá, ainda não tava liberado a área e a questão de Ibama e tal (Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

A fala desse reassentado narra a mudança abrupta das famílias para o residencial sem que toda a infraestrutura urbana e as condições de reprodução prometidas fossem garantidas em razão do “prazo” para a desocupação da área de instalação da Termelétrica. Observa-se que a experiência de mudança é vivida de forma diferenciada entre quem era morador da Vila Madureira e não tinha outras residências e de quem tinha acesso a outras formas de moradia. As famílias que moravam na Vila Madureira, quando deslocadas, ficaram durante um período de três meses em casas alugadas enquanto aguardavam a liberação das casas na Nova Canaã.

Entrevistada. Aí nós fomos. Fomos morar pra Vila Maranhão. Eles pagaram três meses de casa alugada na Vila Maranhão.

Pesquisadora: Depois que vocês saíram de lá? Enquanto aqui ficava pronto?

Entrevistada: Isso. Enquanto aprontava aqui. Assim que foi, que a gente pensava que

quando saísse de lá do Madureira vinha logo direto... não, eles pagaram três meses de casa alugada pra gente morar pra lá.

Pesquisadora: E a senhora veio aqui antes de se mudar?

Entrevistada: Eu vim. A gente veio.

Pesquisadora: E o que a senhora achou?

Entrevistada: A gente ficou, logo no começo, a gente achou bonito, legal, que eles tavam, tava em reforma, a casa, mas aí, faz que nem outro, aí a gente veio pra cá pensando que ia melhorar mais (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Nas primeiras impressões dos reassentados durante o período de adaptação à vida no novo território, são recorrentes nas falas aspectos relacionados à distância da Nova Canaã em relação ao antigo local de moradia e em relação ao polo agrícola; à estrutura e o local de construção das casas. São aspectos que geraram um “estranhamento” e uma constante comparação do novo local de moradia em relação ao antigo.

Tanto as famílias que residiam na Vila Madureira quanto aquelas que não tinham moradia habitual no local, apenas usavam seus sítios para descanso, produção agrícola ou extrativismo e residiam na área Itaquí-Bacanga mantinham no cotidiano de suas vidas relações e vínculos de parentesco, amizade e trabalho que eram desenrolados naquele trecho<sup>73</sup>. Nesse aspecto, a distância em relação a esses antigos locais de referência é um elemento de destaque na fala desses entrevistados:

[...] Em relação a quando a gente veio pra cá, no caso, eu vim a primeira vez que a gente veio olhar, claro que a gente achou longe. Muitas das vezes a gente, assim, eu lembro de um, assim, uma vez a gente veio, antes de ser evangélico, teve uma brincadeira e a gente veio para o lado daqui, passando o Val Paraíso. E a gente desceu do carro, olhou para um lado e pra outro assim e disse: “Deus me defenda de vim morar para o lado daqui [risos]. Deus nunca vai deixar eu vim morar pra cá porque é muito longe”. E quando foi um certo dia, eu me peguei no mesmo lugar, passando, olha, ainda é pra lá daquele local. Eu digo “Meu Deus, língua não é osso, mas realmente quebra caroço [risos] Entendeu? Mas assim, em vim prá cá, assim, claro que a gente veio com medo. Quando foi feito, a minha esposa, eu trouxe ela prá cá, ela nem veio olhar (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

O relato desse interlocutor expressa a distância do reassentamento, o medo vivenciado diante do desconhecido e da incerteza e a recusa do novo lugar, manifestada pela esposa: “Minha esposa, só voltando um pouquinho, minha esposa, quando a gente chegou aqui a gente chorava para ir embora, nos dois ou três meses, eu quero me embora daqui” (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

O aspecto da distância é acentuado pela pouca disponibilidade de transporte público

---

<sup>73</sup> Algumas dessas famílias que não tinham moradia habitual na Madureira possuíam vínculos de parentesco ou afinidade com famílias antigas do local e adquiriram terrenos como herança familiar, as matriarcas e os patriarcas dividiram seus terrenos com filhos e netos para que eles também tivessem acesso à indenização e casa própria.



no local. Os reassentados entrevistados destacaram essa dificuldade de deslocamento, sobretudo para aqueles que mantiveram empregos na área onde residiam anteriormente.

Pesquisadora: Quando o senhor começou a morar aqui, o que o senhor achou? Qual foi a dificuldade que teve no início?

Entrevistado: O serviço, que era muito longe.

Pesquisadora: Como era?

Entrevistado: 4 horas [Acordava 4 horas da manhã] pra mim ir pro serviço. Eu trabalhava lá na UFMA, no Anjo da Guarda. [...]. Trabalhava lá. Aí, pra mim pegar carro 4 horas, todo dia 4 horas, eu tinha que pegar o carro. 4 horas da madrugada eu tinha que pegar o primeiro carro daqui porque senão eu não chegava no horário certo lá não.

Pesquisadora: E na volta?

Entrevistado: Na volta, eu chegava 9 horas da noite em casa. O horário que eu chegava mais cedo era 9 horas.

Pesquisadora: E o transporte era ruim?

Entrevistado: Demais. Eu tinha que pegar um transporte de lá da UFMA lá pro terminal da Praia Grande, da Praia Grande eu pegava um carro pra vim pro terminal da COHAB, da COHAB eu pegava o ônibus que vinha pra cá, o Vila do Povo, que vinha pra cá.

Pesquisadora: Tinha muito ônibus?

Entrevistado: Vila do Povo dia de domingo é só um, sábado e domingo é só um, dia de semana eles botam dois de manhã e dois de tarde, quando chega 8 horas da noite só fica um. É de duas em duas horas.

Pesquisadora: Nessa época já tinha van?

Entrevistado: Não, ainda não tinha não.

Pesquisadora: E quando foi que o senhor começou a trabalhar no polo?

Entrevistada: No polo eu comecei a trabalhar já depois, porque quem trabalhava era essa mulher que eu moro com ela, tomava de conta lá trabalhando ela e outra (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Outro ponto destacado nos relatos refere-se ao tamanho e local de construção das casas. As casas construídas na Nova Canaã seguem um modelo e um tamanho padrão de construção (57 m<sup>2</sup>), enquanto na Vila Madureira existia uma variedade de materiais de construção e de tamanho de imóveis (casas de pau-a-pique, adobe, alvenaria, madeira aparelhada). Assim, algumas famílias possuíam pequenas casas construídas de taipa e outras tinham casa de alvenaria em tamanho ampliado, conforme é possível destacar no relato dessa entrevistada:

Entrevistada: [...] Eu tinha uma casa e um terreno um pouco grande, mas pequeno perto do meu marido. Meu marido tinha hectares, quatro hectares e meio, e duas casas, uma casa muito boa, que não jogava nem em casa de conjunto, e uma casa que ele tinha dos funcionários dele, que foi o que ele brigou por isso, que ele queria as duas casas dele e eles não queriam dar uma casa.

Pesquisadora: Eles não indenizaram as duas?

Entrevistada: Eles não queriam indenizar as duas. Ele disse: “Então não tem acordo”. Porque a casa de conjunto não valia pela casa de lá. A casa de lá, ele tirou as grades tudinho de lá e botou nas duas casas do conjunto, entendeu?

Pesquisadora: Era uma casa grande?

Entrevistada: Uma casa grande, boa. A única coisa que não prestava na casa era o piso da casa, que a gente estava pensando em trocar, que ele tinha botado uma tinta e a tinta estava espocando e a gente queria botar toda na cerâmica, entendeu? Era muita coisa

(Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã,

Pindoba).

Diante do formato padronizado e do tamanho reduzido das casas, as famílias habituadas a morar em casas maiores tiveram dificuldades de adaptação.

Entrevistada: [...] O que a gente num gostou, que ninguém gostou, foi o tamanho da casa, dos quartos, muito pequenininho, muito pequeno. Esse quarto aqui a gente já aumentô tudinho. A gente que aumentô. Aí o lado que a gente botava uma cama, aí não podia virar, não virava porque o espaço era muito pequeno. Então, se a casa da gente tá assim é porque a gente já aumentô um pouco porque era muito pequena, as casa, o local. A cozinha muito imprensadinha que se passa um o outro tem que esperar sair pra poder passar, e eu era acostumada dentro de um casarão.

Pesquisadora: A sua casa era grande?

Entrevistada: Era. A minha casa tinha cinco compartimentos, mas era muito grande, era grande. Era grande que cabia duas camas, duas redes e era à vontade, não era espremida assim dentro de casa (Entrevista com Maria, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

A questão da falta de terraplenagem do terreno onde as casas foram construídas foi um elemento problemático para alguns moradores no processo de mudança. Conforme destacado nos relatos dos reassentados: “eles não fizeram terraplanagem, não fizeram nada, o jeito que foi o terreno eles foram fazendo. Aqui tem casa que quando chove no inverno ela enche” (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Pesquisadora: Quando o Sr. chegou na Canaã, o que achou das casas?

Entrevistado: No começo, eu achei assim... porque a minha lá, a nossa que tinha lá era grande, né? Aí, eu achei assim meio esquisita. Mas, rapaz, tavam trabalhando nas ruas, aí eu fiz amizade com um cara da retroescavadeira ó, da porta da rua pra gente entrar pra sala o buraco tava lá embaixo e a calçada aqui em cima, fiz amizade com o cabra, ele gostava de refrigerante. Digo: - “Trago um refrigerante pra ti” [Ele falava:] - “Ei Manassés [nome fictício], tu num vai querer mais duas conchadas de barro hoje?. “Então traz”. Ele ia botando e eu fui, fui, minha casa é mais alta que a rua. Fiz logo amizade com o cabra da máquina. Aí pronto, alteei minha casa, aumentei, fiz outra cozinha que a cozinha lá era pequenininha.

Pesquisadora: O Sr. achou a casa muito pequena?

Entrevistado: Achei, pro meu movimento e minha família. Porque às vezes você faz a casa não é só contando com você e seu marido [ele cita um exemplo colocando a pesquisadora na fala], mas pensando na sua família. Chega um doente do interior que às vezes vem... aí rapaz não tem... fica aperreada. Não, é o principal que deve fazer é ampliar a casa da gente. Porque, às vezes, o cara vai lhe visitar na sua casa, mas não vai lhe visitar não, vai marocar o que você tem.

(Entrevista com Manassés, realizada em 13/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Outros reassentados relataram que tiveram conflitos diretos com os representantes da empresa em razão da qualidade dos imóveis e da localização em área comprometida:

Pesquisadora: O senhor escolheu sua casa?

Entrevistado: Não, não. Eles... Eu, antes de eu vim pra cá, aí eles fizeram uma reunião lá, aí, mandaram a gente vim só assinar os documentos daqui, da casa. Aí, eu vim aqui olhar. Aí, a moça disse assim: “Olha a tua casa é aquela lá perto da caixa d’água”. Aí, eu vim, olhei aí também.

Pesquisadora: O que achou da casa?

Entrevistado: Nada, que a casa eu achei muito pequenininha, uma besteirinha de casa. Aí, disse que era 48 mil uma casa daquela ali, aquele tempo. Digo, “Rapaz essa

casa aqui não vale 20 mil, a casa de vocês”.

Pesquisadora: Falou pra eles [Representantes da empresa]?

Entrevistado: Eu disse pra ela [Representante da empresa], “a casa de vocês não vale 20 mil”. Aí [Ela respondeu] “não, é 48 mil, tá no documento 48 mil”. Aí, quando eu cheguei aqui, eles deram pra eu [assinar], eu não recebi o documento logo não. Não assinei também. Fui me embora, não assinei o documento, quando foi no dia que veio todo mundo pra assinar, né? Eu não assinei não

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Pesquisadora: Como foi para escolher a ordem das casas? Foi sorteio ou vocês que escolheram?

Entrevistado: Não, essa rua aqui, a minha casa foi uma casa condenada. Foi uma casa ali que tinha, que eles condenaram. Meu filho, que era o que trabalhava aqui, aí meu filho mesmo me disse: “Pai, tem uma casa que está condenada. É lá aonde Abraão [nome fictício] mora, na casa dele, que ela é enterrada, ela ficou... quando eu fui ver a casa, a água batia na parede. Aí, eu disse, “eu não quero essa casa não, eu tô saindo de um lugar, então eu volto pro meu lugar de novo”.

Pesquisadora: Isso aqui na Canaã, a casa que o Sr. ganhou?

Entrevistado: É. Aí eu discuti com eles lá, que eu não queria, pro pessoal da negociação, que eu não queria essa casa porque era... Eu fui ver a água, quando chovia, eu tirei a medição, a água batia na parede, caía pra dentro do terreno, não quero. Aí eles me butaram, aí procuraram aonde eu queria, eu disse: “Não, eu não tô escolhendo, só que essa aqui eu não quero, eu tô só saindo dessa aqui”. Aí, eu tinha duas reis de búfalo, que eu criava, e tinha uma carroça com uma jumenta. Eu disse, “Eu não quero, o que eu quero mesmo é um lugar pra eu ficar que é mais calmo”. Porque é lá pra dentro e eu queria um pouco fora, aí eles me butaram aqui [última rua do residencial].

(Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã ).

Conforme observado nos relatos dos reassentados, não houve a escolha das casas e ruas em que cada família iria morar, essa decisão foi determinada pela empresa responsável pelo programa de reassentamento. Em alguns casos, a distribuição das casas considerou o vínculo de parentesco entre os moradores, colocando-os em casas vizinhas ou na mesma rua.

Pesquisadora: Como foi o sorteio das casas?

Entrevistada: Não, não teve sorteio não. Ninguém escolheu, cada qual, simplesmente saiu, você é tal, assim, assim, assim que foi. Foi a empresa que, simplesmente, já decidi isso daí. [...] Eles mesmo escolheram, assim, por acaso, como a minha mãe, aí, tinha ela com os netos quase tudo, que ela tinha dado o terreno porque morava com ela, ela tinha dividido o terreno dela. Aí, ficou quase só numa rua só. Teve só dois que não ficou na mesma quadra, que ficou lá no final, na outra rua. Mas aí, primeiro vinha a minha, depois vinha a da minha mãe, uma encostada na outra, depois vinha a da minha irmã, aí depois vinha a do meu sobrinho, dos três sobrinhos uma agarrada com a outra, como a de Dona Maria [Nome fictício], veio tudo agarrada com a outro, dos filhos dela. E a mesma coisa quando terminou a dela começou a dos meus, naquela primeira rua

(Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, Pindoba).

Desse modo, alguns reassentados precisaram promover reformas na estrutura das casas para atender às necessidades daquelas famílias mais numerosas e para permanecer residindo no local, no caso daquelas famílias que receberam os imóveis em área mais baixas, sujeitas a alagamento durante o período chuvoso.

Não obstante a esses aspectos, alguns entrevistados manifestaram maior facilidade de adaptação ao local e às casas, relatando: “Aqui o local é bom porque quem faz o local é a pessoa” (entrevista com Manassés, realizada em 13/09/2020); e: “Não, eu achei... gostei da casa. Eu me adapto em qualquer lugar, entendeu? Gostei” (Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020).

A diferença de clima, arborização, de produtividade do solo da Nova Canaã em relação à Vila Madureira também foi observada em alguns relatos. Durante o primeiro ano de reassentamento, a empresa tentou implantar um projeto de horta comunitária e plantas medicinais no Residencial, mas esse projeto não teve continuidade.

Pesquisadora: E como foi morar aqui no início? [...]

Entrevistada: Ah, a gente estranha demais, hum, dava aquela saudade, ainda dá ainda.

Pesquisadora: Saudade de quê?

Entrevistada: Dos movimentos. Assim, as plantas, o jeito como era lá, assim mais calmo, mais ventilado, **assim as plantas, a gente não comprava as coisas, tudo a gente tinha no quintal, na redondeza lá no sítio. Então essa que é a falta que a gente sente.** E hoje, a gente tem, eu tenho, a gente tem, mas tá mais longe, é lá no polo. Assim, porque eu pensava que aonde a gente ia morar ia ser a casa, ia ser a horta, que era perto [risos]. Isso é que todo mundo pensava, que o local onde a gente morava era que ia fazer a horta, mas essa parte aqui. Que a gente desconfiou, quando a gente veio olhar a casa, a gente desconfiava que era aqui que ia ser a horta. Aí, o pessoal veio fazer a coisa do solo, aí disse que não prestava, foi isso que foi.

Pesquisadora: Aqui [no residencial] não presta pra plantação?

Entrevistada: Pra agricultura. Disse que não prestou o solo, não sei o quê que eles fizeram, levaram pra fazer o exame da terra e aí disse que não prestava. Aí, mode isso que não botaram nós praí.

Pesquisadora: Aí eles compraram o terreno lá [na Pindoba]?

Entrevistada: Hum hum. Porque, pra nós que morava lá no Madureira, pensava que aqui fosse essa área todinha pra nós trabalhar. Porque tava perto de casa, né?

Pesquisadora: A senhora pensou que seria igual?

Entrevistada: É. Eu **tinha vontade de ser assim, mas porque das condições.** Porque a maioria dos pessoal tem umas famílias lá que vieram de lá assim, que estão no mesmo ritmo de lá da Madureira. Por quê? Porque eles são homens e eu sou mulher, não tinha uma pessoa pra me ajudar cultivar, tá entendendo? Aí os meus filhos, esses meus filhos maior, cada qual tava cuidando de si, tá entendendo? Então, eu fiquei só, fiquei sem força. É isso que é, que aconteceu. Porque se eu tivesse uma pessoa ao lado, ao meu lado, assim pra tomar de conta, pra me ajudar, **eu tinha ficado lá no polo agrícola** mesmo, como hoje já tem uma porção de casa, que os pessoal disse que não era pra fazer casa e agora os pessoal que trabalham lá todo mundo já tem sua casa lá, a maioria já tem suas casas, fez suas casinhas; e pronto, tá lá, fazendo sua horta no fundo do quintal (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã. Grifos nossos).

Essa reassentada relata que, no início, acreditavam que a área de plantio seria no mesmo local de construção das casas, de forma a reproduzir o modo de vida anterior na Vila Madureira em que os espaços de reprodução social, a casa e o trabalho agrícola eram contíguos. Entretanto, destaca que isso não foi possível por causa do tamanho do terreno e da qualidade inferior do solo para a realização de atividade agrícola.

Um primeiro aspecto observado no relato dessa moradora antiga da Vila Madureira trata-se da diferenciação na qualidade do clima, dos terrenos, arborização e acesso aos recursos naturais presentes no antigo local de moradia em relação à Nova Canaã. Na Vila Madureira, ela tinha maior liberdade e facilidade de acesso aos recursos naturais, aos frutos da plantação, sem precisar comprá-los. Com a distância entre o polo agrícola e o local de moradia na Nova Canaã, ela não conseguiu reproduzir o mesmo modo de vida que estava habituada. Dessa forma, o desejo de fixar residência no polo agrícola, como outros reassentados fizeram, seria uma forma de tentar reproduzir o mesmo modo de vida.

Nesse ponto, a implicação da distância é um elemento central para analisar as mudanças ocorridas na organização da vida social das famílias deslocadas da Vila Madureira. Tratando-se não somente da distância entre o polo agrícola e o residencial, mas da distância primeira relacionada a uma forma de vida reproduzida e as relações sociais estabelecidas no antigo local de moradia. A distância é um elemento problemático no processo de adaptação das famílias ao projeto proposto pela empresa.

O distanciamento causado pelo deslocamento compulsório ocasionou a quebra dos vínculos de sociabilidade criados com as comunidades vizinhas à Vila Madureira, as relações de troca e reciprocidade e os deslocamentos diários. E o distanciamento causado pela separação entre o residencial e o polo agrícola resulta não somente em um distanciamento físico entre um local e outro, mas em um distanciamento simbólico que demarca a separação entre um modo de vida e outro.

**4.2.2 O polo agrícola e o difícil processo de adaptação:** O associativismo, o uso dos terrenos na forma de condomínio e a mudança da organização interna das unidades produtivas familiares

Conforme destacado no segundo capítulo deste trabalho, as famílias que residiam na Vila Madureira se reproduziam economicamente de forma diversificada. Muitas famílias praticavam agricultura de subsistência, extrativismo, criação de animais (porco, galinha, pato, búfalos) e tinham casa de forno para produção de farinha em seus sítios e quintais. Cultivavam uma variedade de gêneros agrícolas (arroz, milho, macaxeira, árvores frutíferas como abacaxi, manga, melancia, bacuri, caju, juçara etc.). As plantações e colheitas eram realizadas de acordo com o período chuvoso, conforme narrado por esse interlocutor:

Pesquisadora: E como era o plantio de vocês lá? Porque aqui vocês fazem agricultura irrigada.

Entrevistado: É irrigada. Lá não. Lá era só no inverno<sup>74</sup> mesmo. Molhava só no inverno.

Pesquisadora: Era de acordo com o período do ano?

Entrevistado: Era. Só no inverno. Aí plantava arroz, aí se começasse a chover em dezembro, em janeiro a gente já plantava o milho, o arroz, a macaxeira, a mandioca. Aí quando chegava já no finalzinho do inverno, até meados do inverno, a gente já começava a tirar as coisas. Eu criava muita galinha, muito porco, criava muito mesmo.

Pesquisadora: Era só pra consumo próprio ou vocês vendiam?

Entrevistado: Vendia

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Entretanto, observamos que a totalidade das 95 famílias que formaram o público-alvo do programa de reassentamento representava um todo heterogêneo em decorrência das próprias localidades de origem e das formas de reprodução social, cultural, econômica e religiosa com as quais elas estavam habituadas, considerando que somente 43, dessas 95 famílias, eram moradores permanentes da Vila Madureira, sendo que as outras 36 famílias restantes eram de outras localidades da área Itaquí-Bacanca, segundo levantamento especificado no quadro abaixo.

**Quadro 6- Local de origem das famílias reassentadas**

<b>Localização</b>	<b>Nº de famílias</b>
Vila Madureira	43
Anjo da Guarda	8
São Bento	1
Vila Maranhão	2
Mauro Fecury	7
Mauro Fecury II	5
Pedrinhas	1
Vila Ariri	1
Vila Isabel	1
Vila Embratel	8
Alto da Esperança	1
Maiobão	1
Porto Grande	1
Camboa dos Frades	1
Alemanha	3
Cidade Operária	2
J. Lima	1
Tirirical	1
Sem informação	7
<b>Total</b>	<b>95</b>

Fonte: Relatório de Conclusão da Primeira etapa de Reassentamento (YKS, 2009, p.49)

<sup>74</sup> No Maranhão e em boa parte dos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, devido à proximidade com a Linha do Equador, a população em geral reconhece somente duas estações durante o ano: o verão, que é a estação seca e normalmente ocorre no segundo semestre, e o inverno, que é a estação chuvosa e ocorre no primeiro semestre.

Dentre os moradores da Vila Madureira, havia uma diferenciação marcada pela diversificação das formas de reprodução econômica presente no próprio território que, com sua biodiversidade, permitia a prática de diversas atividades de reprodução econômica, como a agricultura de subsistência, o extrativismo, a pesca artesanal e a criação de animais. Além dessas atividades, as famílias garantiam a subsistência no mercado formal e informal de trabalho com serviços na construção civil, pintura, comércio e outros postos encontrados nas empresas presentes na área Itaqui-Bacanga.

Não obstante existisse essa diferenciação interna, todas as famílias reassentadas tiveram que aderir ao projeto de associativismo proposto pela empresa através do polo agrícola. Desse modo, aqueles indivíduos e famílias que não estavam habituados à prática de agricultura também receberam uma parte de terreno para a produção agrícola. Essa transformação de todos os reassentados em agricultores trata-se de uma forma de compensação pela perda dos modos de reprodução vinculados ao extrativismo, à pesca e a um mercado de trabalho maior e diversificado presentes no território anterior.

Entretanto, mesmo os indivíduos e famílias que praticavam a agricultura de subsistência na Vila Madureira tiveram dificuldades de adaptação ao modelo proposto pelo projeto da empresa. Habitados a um cotidiano em que tinham a autonomia em seus terrenos, no qual podiam determinar o tipo de atividade produtiva que poderiam desenvolver, seja em relação ao tipo de cultura agrícola a ser plantada, ao regime de trabalho e espaço utilizado, seja em relação à conciliação da atividade agrícola com a criação de animais, a pesca, o extrativismo ou outra atividade de geração de renda; durante os primeiros anos de implantação do polo agrícola, sentiram dificuldade de adaptação ao novo modelo padronizado de organização das unidades produtivas proposto no projeto de associativismo implementado pela empresa.

O polo agrícola, localizado a cerca de 4,5 km do residencial Nova Canaã, no bairro da Pindoba, foi implantado com o objetivo de promover a produção agroecológica e fortalecer a produção e comercialização dos produtos da agricultura, incentivando o empreendedorismo e associativismo das famílias reassentadas para que elas adquirissem autonomia e sustento (YKS, 2009, p. 7 e 9). Para tanto, a empresa prometeu o acompanhamento técnico na área de agricultura e na gestão e comercialização do polo agrícola inicialmente durante um período de três anos.

De acordo com o relato de alguns de nossos entrevistados, que permanecem com a prática de cultivo no polo, foi necessário um longo processo de adaptação e de luta para que

eles chegassem a um ponto em que pudessem obter retorno da produção agrícola e utilizá-la como complementação da subsistência, principalmente considerando todos os gastos com a produção irrigada, o uso de insumos necessários para o solo e o transporte necessário para o escoamento da produção.

Durante a pesquisa realizada, os reassentados enfatizaram alguns aspectos que marcaram suas experiências de adaptação nos primeiros anos de atividade do polo agrícola, a saber: a distância entre o residencial e o polo agrícola, a organização do trabalho e tamanho dos terrenos (Grupos de trabalho) e a ausência de autonomia no uso de seus terrenos.

Conforme analisado anteriormente, a distância foi o principal elemento dificultador da adaptação das famílias reassentadas. No que se refere ao polo agrícola, à dificuldade de deslocamento foi acentuada pelo regime de trabalho exaustivo na agricultura. As falas dos interlocutores que seguem são bem exemplificativas ao retratarem o “sofrimento” sentido nos primeiros anos de trabalho.:

Entrevistado: A gente achou longe, só que o transporte, como a associação, tinha uma associação, a gente achou que a associação ela ia correr atrás da melhoria desse transporte para fazer a nossa demanda, né? No começo, foi difícil o transporte. Você saía, mas você não sabia se ia voltar. Assim, porque às vezes você ia, tinha transporte para levar, mas para trazer não tinha. E era uma dificuldade. Às vezes a gente vinha até na Vila São José de noite, correndo risco. Eu já fui assaltado umas duas vezes, vindo de lá pra cá, porque é longe, lá na Vila São José pra vim andando pra cá pra Canaã. Lugar muito escuro e assim, sabe? Já fui assaltado duas vezes vindo. [...] Posso dizer que no começo eu ia a pé. Andando de manhã cedo é até bom, mas quando você volta quatro horas, cansado, saía daqui seis horas da manhã tinha que voltar quatro horas, cinco horas e meia, chegava aqui quase seis horas.

Pesquisadora: E nessa época quem disse que o regime deveria ser assim?

Entrevistado: Não era pra ser dessa forma, assim, **porque algumas pessoas desistiram do polo pela distância, porque não é fácil.** Lá vejo Dona Ana [Nome fictício]. Dona Ana **sofreu demais indo e voltando.** Eu olhava aquela mulher ali me dava ... meu coração chorava de ver ela, por ser mais idosa um pouco, e ela indo andando e voltando andando, caminhando. Aquilo ali me doía demais. Aí, trabalhando lá, Deus me deu condições de comprar um transporte. Esse aqui [apontando pra moto] eu não gosto de usar nem para ir para outro lugar a não ser para o polo. O pessoal diz assim... não, mas eu comprei para mim trabalhar lá. **Porque era muito ruim. Por algumas vezes eu chegava aqui eu desmaiaava, de tanto cansado, de vim no sol quente, eu já desmaiei umas duas vezes eu vindo de lá. Cai aqui.** Aí houve até um seminário onde um colega nosso chamou as pessoas **de preguiçosas:** “olha, o polo está abandonado é porque as pessoas têm preguiça”. Aquilo ali me... eu me levantei, foi lá no Rio Poti Hotel, eu me levantei, eu tive oportunidade, me chamaram e eu fui explicar a situação: **Não é pela pessoa ser preguiçosa, é porque são oito quilômetros para você andar, pra ir e voltar, é longe. Pra você ir, tudo bem, você dormiu, você descansou, dá pra você ir andando, com o sol frio; mas você voltar? Cansado, muitas das vezes sem comer nadinha lá, com fome.**

Pesquisadora: Mas porque tinha que ficar o dia todo?

Entrevistado: Não, assim, porque pra gente produzir mais, a gente prefere ficar [...] E pra mim, poxa, pra eu produzir mais, eu tenho que ficar aqui até quatro horas. Olha, eu ficava. Muita gente ficava até meio dia, onze horas, e vinha, mas, mesmo assim, o sol quente de meio dia, vim andando... entendeu? Aí eu defendi: “Não, a empresa, ela fez ruim bem aqui, porque se eram quatro quilômetros, cinco



quilômetros, gastou dinheiro com tanta coisa inútil, poderia ter comprado um transporte. Ter dado: Olha associação, um transporte para levar o pessoal e trazer”. Era uma coisa, era. Não sei se negociaram isso, mas digo, muita coisa, algumas coisas que foi gasto, lá no Polo tem várias estruturas que foram feitas e que não está servindo pra nada.

(Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã, grifos nossos).

O relato desse reassentado constata o fato de que a distância do polo agrícola foi o elemento mais difícil da adaptação dos agricultores e o motivo de muitos reassentados desistirem do trabalho no local. Esse deslocamento sem a disponibilidade de transporte aliado a um dia inteiro de trabalho na agricultura, exposto ao sol, gerava sofrimento, exposição ao risco de assalto e exaustão, conforme citado no relato. No início, existia uma expectativa dos reassentados de que a empresa fornecesse o transporte, mas não forneceu e as famílias tiveram que arcar com esse deslocamento por conta própria. Nesse sentido, o reassentado faz a crítica de que, por causa da distância, a empresa deveria ter comprado um transporte para que as famílias pudessem se deslocar ao contrário de ter gastado muitos recursos com estruturas no polo agrícola que não são utilizadas, como as casas de apoio (são 5 quiosques de tamanho pequeno para servirem de descanso aos agricultores), galpão, casa de higienização, escritório, casa de farinha (pouco utilizada). Esse aspecto demonstra o fato de que nem todas as famílias participaram de todas as fases do processo de negociação com a empresa, apenas as lideranças comunitárias, e que a comunidade não foi consultada em relação ao que deveria ser disponibilizado para o funcionamento do polo agrícola, de acordo com a necessidade das famílias.

Dona Ana, citada no relato acima, também destaca em seu relato o sofrimento que passou durante o período de adaptação ao trabalho no polo agrícola:

Pesquisadora: Mas em relação ao local lá, a senhora gostou, participou da escolha, o que achou da distância?

Entrevistada: Não, a gente não teve escolha. **Não, o que a gente não gostou foi a distância.** Porque, eu pelo menos, a gente pensava que eles iam pelo menos dar um transporte para levar, trazer. **Senhora, a gente sofreu demais aqui com esse diacho desse polo agrícola,** são cinco quilômetros e meio, senhora, pra ir de a pé daqui pra lá, são cinco quilômetros e meio daqui até lá no polo. Aí, a gente ia ali de pé, ia de carroça. Eu tinha uma carroça, que eu trouxe de lá, que veio no carro baú, eu trouxe uma carroça. Aí, começamos na carroça e tal, pra lá e prá cá. Aí, o jumento se danava para soltar e, aí, eu só, mulher, eu não dei conta do jumento porque o jumento só faltava me matar. Aí eu garrei... aí, o jumento se saltava e ia pra dentro da horta dos outros, aí começaram aquela frescura, num sabe? Aquela implicância e, aí, eu garrei, me injuriei, vendi o jumento com carroça e tudo, aí, fiquei de pé. Porque a gente ia todo dia e vinha na carroça. Aí, durante a gente tava lá, o jumento tava, quando a gente vinha era o transporte de nós. Aí, começaram a implicar lá, que lá não era lugar da gente botar animal, não era lugar de a gente criar cachorro, não era lugar de criar isso, porque era horta e não sei mais o que e hoje já virou um condomínio que já é casa pra tudo enquanto é lado (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã, grifos nossos).

No início, como em dias atuais, para trabalhar no polo agrícola, cada agricultor se deslocava por conta própria, de acordo com as condições que cada um tinha, seja fazendo o trajeto a pé, de carroça, de bicicleta, de moto ou carro. Durante certo período de tempo, um morador do residencial tinha uma Kombi e algumas pessoas pagavam um valor mensal para garantirem o transporte.

Mesmo diante das proibições de construção de casas no local, algumas famílias que não conseguiram se adaptar a rotina exaustiva de deslocamento e trabalho, adotaram a estratégia de construir suas próprias casas dentro de seus terrenos no polo agrícola, entrando em conflito direto com os representantes da empresa:

Pesquisadora: Como vocês faziam para se deslocar daqui pra lá?

Entrevistado: Muitos iam de pés, muitos iam de bicicleta. Eu ia mais era de pés. Todo dia de manhã.

Pesquisadora: O senhor achava difícil?

Entrevistado: E muito! A gente já chega cansado lá no serviço para ir trabalhar ainda. Era ruim. Mas eu fiz logo a casa lá.

Pesquisadora: Fez logo no começo?

Entrevistado: Foi. Eu cheguei e fiz a casa logo lá.

Pesquisadora: Mas eles deixaram o senhor fazer?

Entrevistado: Deixaram que nós tivemos uma briga feia por lá, mas eu fiz logo a casa.

Pesquisadora: O senhor foi o primeiro que fez?

Entrevistado: Fui o primeiro que fez casa lá dentro, foi eu.

Pesquisadora: Eles não queriam deixar?

Entrevistado: Não. Porque não podia.

Pesquisadora: O senhor disse o quê?

Entrevistado: Que eu não ia ficar. Só se eles dessem carro pra levar a gente todo dia e buscar, levar e buscar todo dia. Aí, eles disseram que não podiam fazer isso. Então, eu [disse] não vou. Aquele galpão grande que tem na entrada, eles fizeram logo, tudinho, que era pra gente fazer reunião, pra gente ficar lá pra almoçar, pra coisa, mas pra gente morar lá dentro eles não queriam. Aí, a gente tivemos uma confusão lá com Dona Regina [Representante da empresa, nome fictício] mais os outros companheiros deles lá, e eu disse que eu não ia ficar indo de pés daqui pra lá e voltando todo dia não. Aí eu fiz a casa, puxei logo a energia. Ainda roubaram os fios que eu saía de manhã e chegava de tarde.

Pesquisadora: Mas o senhor foi morar pra lá sozinho no começo?

Entrevistado: Foi. Fui sozinho. Depois foi que Antônia [Nome fictício da esposa], que ia de pés todo dia e voltada, ia e voltava. [...] Digo: “eu quero ver até quando tu vai aguentar esse galho”.

Pesquisadora: Ela chegava lá cansada?

Entrevistado: É mais claro, daqui lá pro polo é longe. Dá uma hora de relógio, andando ligeiro dá uma hora e andando devagar dá mais de uma hora. Aí eles iam. Mas eles iam uma porrada, né? Uma porção de gente aí, iam embora (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Outros reassentados também resolveram construir casas no polo agrícola por conta da dificuldade encontrada no deslocamento.

Pesquisadora: O que a senhora achou em relação à distância do polo agrícola?

Entrevistada: Meu Deus, essa situação é muito difícil pra gente ir todo dia sem ter transporte, pagando transporte todo dia.

Pesquisadora: Mas ninguém teve a ideia de pedir um transporte pra empresa?

Entrevistada: Não, ainda andemos pedindo transporte, ainda andemos fazendo isso daí, pedindo transporte pra empresa, mas aí disse o menino tinha um carro pra levar e trazer, depois ele vendeu esse transporte. Aí, ficou tudo mais difícil. Aí, meu marido disse “Não dá pra mim ir todo dia e vim”. Aí, a gente começamos a vim passar a semana todinha, eu ia no final de semana e ele já não ia mais porque decidimos fazer a casa, entendeu? Pra morar que a maioria mora lá [na Nova Canaã], principalmente por isso que está bem abandonado o polo agrícola, entendeu? Só não porque meu marido convivia aqui dentro e eu também.

Pesquisadora: Vocês foram uma das primeiras famílias que se mudaram pra cá?

Entrevistada: Meu marido foi das primeiras.

Pesquisadora: E por que a decisão de se mudar pra cá?

Entrevistada: Porque era muito longe e ele vinha todo dia de bicicleta, aí não dava. E ele gostava de lugar assim, entendeu? Distante, assim.

Pesquisadora: E como foi a organização do trabalho no polo agrícola no início?

Entrevistada: Foi muito complicado... organizado de grupo, entendeu? Foi muito difícil.

Pesquisadora: Difícil por quê?

Entrevistada: Porque tinha gente que não tinha transporte pra vim, entendeu? Não tinha transporte pra vim. Aí pagar transporte todo dia ou então por mês, era muito difícil, muito difícil (Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, Pindoba).

Para essa reassentada, a distância entre o polo agrícola e o residencial dificultou a execução dos grupos de trabalho porque alguns reassentados não tiveram condições de continuar realizando esse deslocamento diário. Desse modo, a distância do polo agrícola das residências das famílias é um dos elementos que justifica o fato do polo agrícola estar, segundo ela, “abandonado”.

Os outros elementos destacados nas falas de nossos interlocutores são fatores que estão relacionados: à organização do trabalho e à ausência de autonomia no uso de seus terrenos.

A organização inicial do regime de trabalho no polo agrícola foi pensada para utilização dos terrenos em regime de condomínio, com base no tamanho dos terrenos que cada família recebeu. Segundo relatado, cada família recebeu uma área para plantio do tamanho da área que possuía na Vila Madureira e aquelas que não possuíam terrenos receberam uma área menor. Diante dessas particularidades, referentes ao tamanho dos terrenos, a empresa estabeleceu grupos de tratamento para destinação das áreas de plantio no polo agrícola.

De acordo com o relatório de conclusão da primeira etapa do programa de reassentamento, a empresa definiu, inicialmente, cinco grupos de tratamento, estabelecidos a partir da consideração do “tamanho dos terrenos em posse e dos vínculos de moradia existentes” na Vila Madureira (YKS, 2009, p. 45). Assim ficou estabelecido:

a) Grupo de tratamento 1: Moradores com área inferior a 999m<sup>2</sup>, teriam direito à uma parcela de terra **comum com 5,4 ha, registrada no nome da União de Moradores, destinada ao usufruto de 51 famílias que se enquadravam nesta situação.**

- b) Grupo de tratamento 2: Moradores que possuíam área de 1000 m<sup>2</sup> até 1.700m<sup>2</sup>, assegurou-se **o direito de cultivo de uma parcela de terras comum de 0,88ha, a ser utilizada em regime de condomínio, destinada ao sustento de 6 famílias.**
- c) Grupo de Tratamento 3: Moradores que possuíam área de 1.701m<sup>2</sup> até 3.000m<sup>2</sup>, foi **assegurado o direito de cultivo de uma parcela de terras comum de 2,5141ha, a ser utilizada em regime de condomínio, destinada ao sustento de 11 famílias.**
- d) Grupo de tratamento 4: moradores que possuíam área de 3.001m<sup>2</sup> até 9.999m<sup>2</sup>, assegurou **o direito de cultivo de uma parcela de terras comum de 6,5799ha, utilizada em regime de condomínio, destinada ao sustento de 11 famílias.**
- e) Grupo de tratamento 5: moradores que possuíam **área igual ou maior que 10.000 m<sup>2</sup>**, assegurou-se o direito de cultivo de uma área proporcional àquela que possuíam, onde a área proporcional seria transferida e registrada em nome de um representante de cada família de posseiro, área destinada a 12 famílias (YKS, 2009, p. 46-47. Grifos nossos).

Essa distribuição de terrenos para uso em condomínio ou cultivo comum estabeleceu a forma de organização do trabalho no polo agrícola, sendo expressas no Projeto Topográfico e Agrícola e lavradas em escrituras públicas. Posteriormente, os reassentados foram separados em grupos de trabalho. Segundo os interlocutores, existiam 10 grupos de trabalho, de acordo com o condomínio respectivo e, mesmo diante da diferenciação considerável entre os tamanhos de terrenos, foram incentivados ao associativismo com a divisão dos custos gerados pela produção irrigada entre todos eles.

A empresa se comprometeu a prestar assistência técnica durante os três primeiros anos de implantação do polo agrícola disponibilizando engenheiro agrônomo e técnico agrícola para acompanhamento das atividades desenvolvidas. Inicialmente, ocorreu a fase de preparação do terreno para plantio com o uso de equipamentos para as operações de cortes da vegetação, enleiramento, operações manuais de destocagem<sup>75</sup> e aplicação de corretivo do solo, procedimentos realizados com o trabalho dos reassentados. Posteriormente, deram início a fase de implantação dos viveiros de mudas e primeiras plantações. Segundo dados da empresa responsável pelo acompanhamento do projeto, a forma de organização dos grupos, o uso de equipamentos, a infraestrutura comum e a forma de produção eram discutidos com a comunidade em reuniões e na prática cotidiana do trabalho no polo agrícola (YKS, 2009, p.48).

Nessa primeira fase de preparação do terreno e das atividades para a produção agrícola, a empresa liberou uma bolsa de aproximadamente R\$ 500,00 para que eles tivessem condições mínimas, considerando que o valor era menor do que um salário mínimo, para iniciar as atividades no polo agrícola. Em muitos casos, essa era única renda de manutenção

---

<sup>75</sup> São fases de preparação do solo para realização de plantio. Consiste na limpeza do terreno, destocagem (retirada de restos de raízes presentes no solo) e o enleiramento (agrupamento) do material derrubado para recolhimento/destruição.

das famílias reassentadas, que passavam o dia inteiro trabalhando no polo agrícola.

Entretanto, os relatos colhidos durante a pesquisa destacaram a ausência de autonomia dos reassentados na definição da organização do trabalho, na forma de produção e no uso de seus terrenos. Desse modo, a empresa organizou os moradores em grupos de trabalho que eram definidos de acordo com o tamanho da área que cada um possuía e também determinavam os produtos agrícolas que deveriam ser cultivados em seus terrenos. Assim, o uso dos terrenos pelos proprietários era demarcado por uma série de regras e proibições fazendo com que os reassentados não se sentissem donos dos próprios terrenos, mas apenas empregados da empresa.

Em entrevista realizada em 2010, uma interlocutora<sup>76</sup> descreveu essa fase da seguinte forma:

Pesquisadora: Eles falaram que era distante assim pra vocês?

Entrevistada: Não. Eles falavam que não ficava longe, mas que também não ficava perto, que dava pra ir andando. Na verdade, fica longe e muito. Pra mim é 1 hora de relógio. Eh, é 1 hora de relógio.

Pesquisadora: Então, não dá pra ir andando?

Entrevistada: Não, a gente não vai andando. **A gente paga com uma bolsa que eles dão, que não é bolsa, porque eles estão pagando o que a gente tá trabalhando. Uma diária de 25 reais. Antes a gente recebia por quinzena, agora não é mais. Disseram que vai ser bolsa, que vai ser por mês. Mas continua a mesma coisa, porque a gente só tá ganhando o que a gente tá trabalhando.** Aí, no sábado e domingo, eles não pagam. Feriado eles não pagam. E é assim... Era pra ser 500 reais, na verdade não é 500 reais, porque esses 500 reais que eles estão dando não é uma bolsa. Que eu saiba, bolsa é um apoio do governo que você está ganhando. Pra mim bolsa é assim. Aí, se você não for, você não ganha. E se você vai, você ganha. E no sábado e domingo não pagam. Aí, feriado, também não. Acho que pelo que a gente faz, que é na roça mesmo, porque pra mim é roça, acho que era pra gente ganhar muito mais, por que só o sol, minha irmã, pelo amor de Deus...

Pesquisadora: Quanto tempo você passa lá no Pólo?

Entrevistada: O dia todo. A gente chega lá 7h da manhã, vem de lá às 5h da tarde. O horário são eles que colocam. Lá, na verdade, eles dizem que a terra é da gente, mas a gente tá como empregado deles. Eles fazem o que eles querem, ninguém pode fazer nada, então... o papel da gente é só obedecer eles.

Pesquisadora: E como está o transporte pra lá? Como é que vocês fazem?

Entrevistada: Tem um morador que inclusive mora aqui, ele tem uma van, uma Kombi, aí ele leva a gente.

Pesquisadora: Ele é daqui?

Entrevistada: É, ele é daqui. Aí, ele leva a gente. Cada pessoa paga pra ele 40 reais por mês já vindo descontados desses 500 reais.

Pesquisadora: Mas por que? Ele tem alguma ligação lá com o pessoal [da empresa]? Ou é vocês que pagam diretamente pra ele?

Entrevistada: É, antes a gente pagava diretamente pra ele, quando era por quinzena que a gente recebia, né? Por quinzena que era a diária, né? Quando a gente recebia a gente pagava ele, mas como tinha muita gente que não tava pagando, né? Que recebia e não pagava, aí eles colocaram assim, a gente pagava por mês, então o dinheiro que a gente recebia já vinha descontado pra ele. Tirava da nossa conta e pagava pra ele.

---

<sup>76</sup> Reassentada não encontrada durante a pesquisa realizada em 2020, desse modo, inferimos que ela que não se adaptou à vida no residencial e ao trabalho no polo agrícola.

Pesquisadora: A empresa que pagava?

Entrevistada: Era, mas sempre saindo do nosso bolso.

O relato dessa entrevistada é bem expressivo no que tange às dificuldades enfrentadas no início das atividades do polo agrícola, a rotina exaustiva de trabalho e o fato de se sentir empregada da empresa por não ter autonomia no uso de seu terreno: “eles dizem que a terra é da gente, mas a gente tá como empregado deles. Eles fazem o que eles querem ninguém pode fazer nada, então... o papel da gente é só obedecer eles”. A crítica feita ao recebimento da ‘bolsa’, que geralmente significa a doação de um auxílio governamental, mostra o paradoxo do fato de se sentir ‘empregada’ da empresa, executar um trabalho em tempo integral, e receber como ‘remuneração’ uma ‘bolsa’.

O relato dessa entrevista segue destacando a dinâmica de funcionamento das atividades do polo agrícola no primeiro ano de funcionamento:

Pesquisadora: E depois que passarem esses 3 anos [período inicialmente previsto para durar a assistência técnica dada pela empresa no polo agrícola], como é que vai ser lá?

Entrevistada: Vai ficar por nossa conta. E é aí que vai vir a dificuldade pra muita gente, eu tenho certeza. Porque agora, que diz que a empresa tá junto, tá do jeito que tá. Imagina quando a gente sair de lá. Que aqueles que tem terreno maior vão querer tomar de conta de tudo... Vão querer mandar na minoria.

Pesquisadora: E tem pessoas com o terreno maior?

Pesquisadora: Sim, tem pessoas. [...] Segundo eles dizem que o pessoal que lá na Madureira tinha um terreno maior, então aqui tinha o direito de ganhar uma terra maior.

Pesquisadora: Mas é assim mesmo? Todos que tinham um terreno maior na Madureira têm uma área maior aqui?

Entrevistada: Tem. E têm pessoas lá que tinham o terreno maior do que o que eles deram pra gente aqui. Se você for lá, você vai ver o terreno que eles deram lá é como se fosse do tamanho dessa sala pra 12 pessoas trabalharem. Quando eles saírem de lá, cada um vai querer o seu pedacinho de terra que não dá pra nada.

Pesquisadora: E o resultado da primeira colheita, como é que foi?

Entrevistada: Pra mim foi um fracasso. Porque a gente tinha um canteiro de alfaces lá que era pequeno. Aí a gente vendeu e não deu nada.

Pesquisadora: Alguém ajudou vocês a comercializar?

Entrevistada: Tem um contrato com a empresa, parece que é o Mateus, é, é o Mateus que vai comprar mercadoria da gente. Barato demais. Pra gente não tá dando lucro nenhum. Porque quando a gente estiver colhendo, a bolsa vai ser cortada e a gente vai viver daquilo que a gente estiver colhendo. E a primeira foi ruim demais. Porque a gente conseguiu 318 reais, mas eram 318 reais divididos pra 12 pessoas. E desse dinheiro a gente tem que tirar 5% pra água, 5% pra luz... Porque tudo isso lá é a gente que paga. A gente vai ficar com o quê? Nada (Arquivo pessoal, entrevista realizada em 27/03/2010).

Passada toda a fase de preparação dos terrenos e plantação, seu relato cita os resultados da primeira comercialização dos produtos e destaca que, para ela, não houve lucratividade porque o valor recebido foi pequeno e ainda seria dividido entre as pessoas que faziam parte do seu grupo e descontado um valor para cobrir as despesas da associação. Nesse

ponto, observa-se a disparidade de condições de produção entre os reassentados que possuíam uma área de plantio maior e aqueles com menor capacidade produtiva, mas com a responsabilidade de arcar com as mesmas despesas de funcionamento do polo agrícola.

Ela explica a questão dos grupos de trabalho da seguinte forma:

Pesquisadora: Como funciona a organização dos grupos gestores na organização da horta?

Entrevistada: Eu não entendo muito bem como funciona, mas são 10 grupos, ou seja, vamos supor, são 10 casas dessa daqui pra dividir em um grupo de pessoas. Todos que têm casa aqui têm esse pedacinho de terra lá. Vamos supor, são 10 pedacinhos dessa sala aqui pra dividir entre 10 pessoas. Aí tiram 1 ou 2 pessoas de cada grupo pra ser líder e vice-líder. Então, aí, eles não conversam com todo mundo, quando há reunião, vão só os líderes de cada grupo.

Pesquisadora: Como eles resolvem quem vai ser líder, e quem vai ser vice-líder?

Entrevistada: Segundo dizem é uma votação. Por exemplo, no nosso grupo, são 12 pessoas, aí tem uma votação entre essas 12 pessoas e escolhem uma pessoa que a gente quer pra ser líder. Eu não votei em ninguém, porque quando eu cheguei já tinha uma pessoa como líder e vice-líder. Eu não votei em ninguém, nem os elegi pra ser líder. Mas agora como tá sendo a primeira etapa não tá todo o pessoal, né? Tem muita gente que não quis vir pra cá e tá alugando, nem vai trabalhar no polo. Inclusive, no meu grupo são 12 pessoas, mas não estão todas trabalhando, só tem 7 pessoas (Arquivo pessoal, entrevista realizada em 27/03/2010).

Nas entrevistas realizadas em dezembro de 2020, nossos interlocutores também relatam a divisão dos grupos de trabalho destacando que essa organização do trabalho não deu certo.

Pesquisadora: E no começo vocês produziam num grupo só ou cada um produzia pra si?

Entrevistado: Não. Produzia junto. Todo mundo junto. Aí com poucos tempos largaram logo.

Pesquisadora: Mas porque era junto no início?

Entrevistado: Porque eles botaram esse negócio de grupo. Se por acaso meu grupo era 4 pessoas, 4 pessoas trabalhavam junto

Pesquisadora: E deu certo?

Entrevistado: Não deu, não dá (risos). Não dá de jeito nenhum.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Um puxa pra um lado, outro puxa pro outro e não dá certo. [...] Aí, um vai, outro não vai. Aí, fica naquele negócio.

Pesquisadora: Foi a empresa que botou?

Entrevistado: A empresa que botou. Até o documento é tirado em grupo. Agora só que agora nós... nunca saiu o documento, agora quando sair tem que sair fora de grupo.

Pesquisadora: O documento que o Sr. fala é o que?

Entrevistado: É o documento da terra, que eles têm que dar pra gente.

Pesquisadora: Mas por que tem que ser em grupo?

Entrevistado: Aí, eles que falaram lá que tem que ser em grupo. Agora só que eles tiram o documento como grupo, mas cada um pega uma folha. Como você me deu essa aqui, aí fica, você fica com uma e eu fico com uma, fulano de tal fica com outra

Pesquisadora: Mas por que foi organizado assim? Quando vocês moravam lá na Vila Madureira cada um tinha o seu terreno. A empresa consultou vocês sobre isso?

Entrevistado: Eles botaram negócio de grupo porque tem pessoas, a maior parte, que tem só 360 metros [m<sup>2</sup>], porque não tinha terreno, porque não tinha terreno a maior parte, eles colocavam as casinhas em cima da outra não tinha terreno. Aí deram esse terreno para eles lá porque quiseram dar mesmo. Mas o certo é eles não terem

terreno. Eles eram pra ter direito só na casa aqui. Aí já deram mais esse pedacinho de terreno pra ver se eles queriam trabalhar. Mas eles não querem trabalhar, não querem nada. Aí eles vêm de lá... [não compreensível]  
(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

O documento que esse reassentado cita é um documento individual que cada reassentado recebeu informando qual era a sua área dentro daquele condomínio presente na área total do polo agrícola. O documento de propriedade do terreno ainda não foi repassado aos reassentados.

De acordo com os relatos dos reassentados, no início das atividades do polo agrícola, eles não tinham autonomia para determinar como seus terrenos seriam utilizados e quais produtos agrícolas seriam cultivados, assim como, destacam uma série de proibições porque não podiam cultivar as espécies de plantações que tinham interesse e nem fazer as suas criações de animais como faziam na Vila Madureira.

Nesses relatos, destaca-se o fato da produção de hortaliças como atividade exclusiva a ser executada no polo agrícola.

Pesquisadora: O que eles falavam?

Entrevistado: Ah, era só coisa de tirar, tirar, falar besteira e enrolar o pessoal lá que é mais enrolar do que...

Pesquisadora: Mas, enrolar por quê?

Entrevistado: Enrolar porque eles não pagaram bem as pessoas.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque ali como eu morava esse tempo todinho, tinha um monte de coisa ali, eu vivia bem dali. Aí, o que eles me deram? Me deram só essa casinha aqui, me deram 8.500 e aquele terreno no polo. Pra mim sobreviver daquilo ali, eu tenho que lutar ainda bastante. Eu nem conhecia isso aqui. Eu não trabalhava com hortaliça. Aí de primeiro a gente sentiu mal como que.

Pesquisadora: O senhor não trabalhava com hortaliça?

Entrevistado: Não, não trabalhava com hortaliça. Não sabia nem o que era hortaliça. Eu trabalhava com arroz, mandioca e milho, mas pra trabalhar com cheiro verde, esse alface, couve, vinagreira... Porque nasce em qualquer lugar, mas essas outras coisas não.

Pesquisadora: Mas o senhor teve dificuldade para começar o trabalho com hortaliça?

Entrevistado: Hora, todo mundo que não sabia de nada teve. Aí eles botaram. Porque nós viemos prá cá não era pra trabalhar com hortaliça. Nós íamos trabalhar com animal. Era com cabra, com porco e galinha.

Pesquisadora: Mas eles prometeram isso para vocês?

Entrevistado: Prometeram isso. Quando chegaram aqui, quando nós chegamos que se mudamos pra cá já inventaram esse negócio dessa hortaliça.

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

A ausência de livre arbítrio no começo das atividades do polo também é destacada no relato que segue:

Entrevistado: Mas, assim hoje, eu tô falando isso antigamente, prá trás, porque agora pra frente... hoje, através da associação, porque lá tem outra associação, associação de agricultores. Outro, assim, um desafio muito grande que teve, de eu não saber, é como trabalhar com hortaliças, porque lá na Madureira a gente não trabalhava com hortaliças.

Pesquisadora: E de onde surgiu a ideia de **trabalhar com hortaliças**?



Entrevistado: Eu creio que veio da empresa. Ela pesquisou alguma coisa. Então, eles quiseram nos transformar em agricultores, não... é produtor, né?

Pesquisadora: horticultores?

Entrevistado: Acho que é isso, horticultor, né? Eles quiseram nos transformar nisso. Então eles trouxeram cursos, ensinaram a plantar, ensinaram... foram ensinando.

Pesquisadora: Mas vocês tiveram opção? Disseram que não queriam?

Entrevistado: Não, no começo a gente não queria.

Pesquisadora: E aí?

Entrevistado: Aí, eu volto de novo ao que eu [disse, que os representantes da empresa informaram]: “É isso que eu tenho para oferecer, tá?” Eles não podem... em alguns momentos, eles não permitiram a gente plantar nem o que a gente tinha lá, porque eles, assim, tipo assim, você não pode mais plantar aquelas frutas que você tinha lá porque aqui você vai trabalhar coletivo, a área vocês têm que trabalhar juntos e produzir esse produto aqui, porque ele é bem aceito no mercado, e tem aquela conversa toda. Então, a gente começou a trabalhar plantando o alface, o cheiro, muita gente trabalhando, mas não gostando, queria trabalhar da forma que trabalhava lá, entendeu? Aí, foi a gente veio fez, seguimos, seguimos e hoje nós temos, temos agricultores, produtores de hortaliças lá, inclusive seu Abraão é um dos produtores. Eu trabalho também, planto a hortaliça, mas se nós tivéssemos outro... hoje nós temos, nós já temos o livre arbítrio para escolher o que nós queremos trabalhar (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã. Grifos nossos)

Nesse ponto, houve um paradoxo entre a autonomia que os reassentados gozavam na Vila Madureira e a experiência coletiva obrigatória que vivenciaram nos anos iniciais de implementação do polo agrícola. Uma interlocutora destacou que, nessa fase, os agricultores faziam suas plantações escondidos dos representantes da empresa por causa das proibições.

Pesquisadora: Mas a senhora teve vontade de recusar?

Entrevistada: Não, a gente tinha vontade, quer dizer, eu tinha vontade de não sair, mas eu não tive escolha, tá entendendo? A gente não teve escolha de dizer assim, não, eu não quero ir prá lá ou eu não vou. A gente veio porque a gente pensava que a gente ia ficar num lugar, numa coisa assim melhor, que a gente podia fazer a criação, que eles disseram que a gente podia criar, que a gente ia ter um local pra gente criar os animais da gente. Agora só que não podia trazer os de lá, que era pra não contaminar a área aonde a gente ia ficar. Nada o que a gente tinha lá não era pra gente trazer para não contaminar aqui. As plantas, eles não deixaram a gente plantar o que a gente trouxe de lá, que eles iam dar a planta pra gente pra não ter contaminação na terra...essas coisas de frescura. Aí, mode isso que a gente não tem muita coisa lá no polo, por causa disso, porque depois que cada qual foi plantando adoidado, escondido sem eles saber.

Pesquisadora: Escondido por quê?

Entrevistada: Escondido porque eles não queriam aceitar o que a gente trouxe de lá. Eles iam dar planta pra gente, mas eles deram, quando eles chegaram dar as plantas pra gente, as que nós tinha escondido já tava grande, já estava botando [risos]

Pesquisadora: Qual era as que a senhora tinha escondido?

Entrevistada: Era manga, caju, ingá. Aí, tudo que a gente ia plantando e eles não deixavam, e aí quando eles deram pra gente, hoje a gente já tem, mas não é como era pra ter esse tempo todinho, que era pra ter mais, era pra gente tá explorando lá mais tempo.

Pesquisadora: Do que a senhora sente falta de lá [da Vila Madureira]?

Entrevistada: Ah, eu sinto falta de uma porção de coisas. Dos meus bichos... Mas, a gente já teve [no pólo agrícola], agora só que o custo foi muito grande pra mim que sou, era uma pessoa que gosta de criar, então o custo foi muito grande, é muito grande aqui. Era de galinha caipira, a gente já teve lá no polo agrícola, o caipirão, mas o custo não compensa a criação. Não compensa, assim, porque é muito custo.

Pesquisadora: A senhora tinha muita galinha?

Entrevistada: Tinha, mas era pela associação, era da associação. Não era como a gente tinha vontade de cada qual ter o seu, né?

Pesquisadora: Por que lá na Vila Madureira cada um tinha o seu?

Entrevistada: Cada qual tinha o seu. Cada qual tinha sua carne, cada qual tinha sua galinha, o seu quintal. O seu terreno era só seu pra você fazer o que queria.

Pesquisadora: E aqui como foi?

Entrevistada: Aqui eles botaram a gente pra trabalhar de grupo, em grupo. Aí, tinha a quantidade de pessoa pra trabalhar só num grupo. Aí, quando acabou o negócio de grupo lá no polo agrícola. Aí, pronto.

Pesquisadora: Mas acabou?

Entrevistada: Acabou. Cada qual já está cuidando de si, cabô negócio de grupo, cada qual está fazendo o seu, porque era todo mundo. Era 5 pessoas, 5, 10, 12 só numa turma. Aí, agora foram tudo embora, teve gente que nem veio nem pra cá, nunca nem pisou aqui, só veio buscar o que eles deram, o que eles ofereceram, o que eles deram para os moradores. Aí, a vantagem que teve porque o que nós tinha lá hoje a gente tem aqui. Mas assim, por que? Por causa da sabedoria. Porque a sabedoria que eu tinha lá aumentou aqui mais, porque a gente tem mais conhecimento aqui com o pessoal da agricultura, com o pessoal que a gente tem, é beneficiado pelo Governo Federal e lá a gente não sabia nem [risos], não tinha isso. Então, foi uma coisa que eles ofereceram, muito curso. Fizeram muito curso para a pessoa poder sobreviver sem ser só da agricultura

(Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã. Grifos nossos).

O relato dessa reassentada também traz um pequeno comparativo entre sua vivência na Vila Madureira, onde gostava de criar animais, e a realidade encontrada no polo agrícola, onde, inicialmente, a atividade de criação de animais foi proibida. Somente posteriormente, essa atividade foi liberada, primeiramente em regime coletivo. Nesse período, o projeto de criação de galinhas (chamado de Caipirão) era de posse e administração da associação. Mas o projeto gerou um custo alto e não teve retorno.

Somente enfrentando as determinações da empresa, alguns moradores que eram agricultores readquiriam o direito de praticar outros cultivos agrícolas.

Pesquisadora: E essa questão das hortaliças? Vocês se recusaram também ou aceitaram?

Entrevistado: No começo todo mundo ficou. Uns brigavam, outros não. Se nós somos 20 pessoas, só 5 briga, como é que você vai ganhar?! Não pode ganhar.

Pesquisadora: E quando eles liberaram para vocês plantarem outras coisas?

Entrevistado: Foi só hortaliça mesmo que eles liberaram, só hortaliça mesmo.

Pesquisadora: Só hortaliça?

Entrevistado: É. E macaxeira.

Pesquisadora: Mas agora vocês já estão plantando geral?

Entrevistado: Nós tamos plantando é tudo.

Pesquisadora: Mas como foi que eles liberaram?

Entrevistado: Quer dizer, eu comecei. Quem começou plantar tudo ali foi eu, coqueiro, mangueira e tudo eu fui plantando.

Pesquisadora: Eles não falaram pro senhor

Entrevistado: Foi. Mas nós tivemos uma briga lá, até por causa de uma estufa que eu derrubei que tava lá e num servia pra nada, eu derrubei a estufa.

Pesquisadora: E eles disserem o quê?

Entrevistado: Que eu não podia, que era do grupo. [Disse:] “Eu não quero nem saber, o grupo que leva lá pro terreno deles, no meu eu não quero”.

Pesquisadora: Aí, o Sr. começou a plantar por conta própria?

Entrevistado: Aí, eu comecei. Aí, quando os outros viram começaram plantar.

Pesquisadora: O Sr. começou plantando o quê?

Entrevistado: Eu comecei... a gente plantava era o quiabo, maxixo, esse alface, cheiro verde, essas besteiras... Depois. Aí, eu comecei a plantar macaxeira, mamão, aí fui plantando, né? Aí, tudo bem, até aí já tavam... Quando eu comecei a plantar pé de coco, pé de abacate, manga, tudo em quanto, aí eles falaram... Eu digo: “não, o terreno é meu”. Aí eu chamei eles lá: “o terreno é meu ou de vocês? Se não é meu, então, me pague agora que eu já estou caindo fora”. Aí, chamei lá uma... [Representante da empresa e ela disse:] “não, o terreno é seu”. Mas digo: “Então, se é meu, eu faço o que eu quero dentro dele”. Porque eu tô ficando velho, aí eu planto só um pé de alface que todo dia eu tiro ele e aí a terra fica limpinha, aí todo o tempo eu tenho que estar plantando. Um pé de manga eu boto todo tempo ele dá, ele vai ficar pro resto da vida, um pé de abacate todo dia ele bota, não vou estar comprando na feira, ainda vou é vender. Aí, como é que eu vou viver numa coisa dessas? Aí, eu digo não, desse jeito eu não quero (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Em entrevista realizada em 2020, o então presidente da Associação do Polo Agrícola narra o início das atividades do polo e as relações estabelecidas entre a assessoria técnica e os agricultores, conforme relato descrito a seguir.

Pesquisadora: Por que o polo agrícola ficou nessa distância das casas?

Entrevistado: Assim, eu acho que na época faltou um entendimento de questão a isso. Talvez foi melhor assim também, né? É porque na época muitas pessoas também ficaram com dificuldade porque como a gente morava aqui e iria trabalhar lá e o transporte aqui era muito ruim, as pessoas ficavam com dificuldade e algumas pessoas até desistiram. Mas o que a empresa fez? A empresa por três meses... foi três meu pai, se eu não me engano, foi três ou seis meses, uma coisa assim, que a empresa ela fez uma bolsa para cada família. Na época tinha uma bolsa de R\$ 500,00. Toda família, enquanto não estava na atividade do polo, enquanto o polo ainda não tava produzindo, foi criado essa bolsa. E todo mundo recebia essa bolsa pra poder se manter. Porque ninguém ainda não tinha um emprego certo. A gente ainda não tava trabalhando, plantando. E aí, pra gerar mais um pouquinho de renda, pros agricultor. Aí, eles foi destocado toda área lá, por máquina, por destocada. E aí, a gente começou a trabalhar por grupo de área em área pra poder atender todo destocamento, limpeza.

Pesquisadora: Mas essa questão do grupo era só pra limpar ou era pra vocês começarem a plantar também? A organização dos grupos?

Entrevistado: Já era também pra entrar no processo de plantação.

Pesquisadora: Mas por que ficou assim por grupo?

Entrevistado: É porque assim, como existiam muitas pessoas lá que tinham terras, outros maiores e outros menores, eles criaram os grupos. Grupo 1, grupo 2, grupo 3, isso foi até o grupo 10. O grupo 6 são as pessoas que tinham 1 hectare, 2 hectare de terras. Como nós recebemos 56 hectares de terra, ficou 20 pra reserva e o resto foi dividido nos grupos. Então, como o objetivo era que unisse as pessoas pra trabalhar no coletivo. Tipo no grupo 1, aí no grupo se tivesse dois hectares de terra, então aquele grupo, todo mundo na documentação tinha a sua metragem. Tinha a sua posse. Ah tem, é Maria José, ela tem 2 hectares, 61 m<sup>2</sup>, dentro dessa área do grupo, entendeu? Ah fulano de tal tem 361 m<sup>2</sup> por 80 dentro desse grupo. Mas só funcionava no coletivo. Todo mundo plantava junto nessa área e colhia junto pra poder escoar. Esse era o objetivo da empresa. E assim nós ficamos um bom tempo. Todo mundo plantando no coletivo.

Pesquisadora: O pólo começou a funcionar depois de quanto tempo que vocês foram reassentados?

Entrevistado: Olha, acho que ainda passamos praticamente mais de ano. Praticamente, eu acho que quase um ano ou mais de ano. Nesse tipo de... Porque assim houve todo um processo de acompanhamento mais também de limpeza das áreas. Então, como era muita gente e a gente começou trabalhar grupo por grupo. Preparava um grupo, juntamente, junto os técnicos que já estavam acompanhando a

gente. Aí veio um técnico do Ceará, ele veio contratado pela empresa.

Pesquisadora: Ele era o quê?

Entrevistado: Agrônomo. Agrônomo. Então ele trabalhou muito com a gente. A gente ainda chegou a fazer com ele plantação de...

Pesquisadora: Ele foi ensinar vocês?

Entrevistado: Isso. Porque praticamente a gente não tinha muito conhecimento nessa área. Aí ele começou. Fez uma área de mamão. Ele fez, dentro dessa área de mamão, aí a gente aproveitou os espaços plantamos abobrinha. Aí plantamos melancia, plantamos maracujá. Aí fizemos outra área só de pimentão. A primeira colheita no nosso grupo, só no nosso grupo nós apanhamos 80 caixas de pimentão.

Pesquisadora: Qual era o seu grupo?

Entrevistado: Era o grupo dois.

Pesquisadora: Qual era a sua área?

Entrevistado: A minha área dava 2 hectares e meio. Praticamente, acho que tinha umas 9 pessoas nesse grupo. Aí tinha grupo que tinha 6 pessoas. Tinha grupo que tinha 7 pessoas, tinha grupo que tinha 10 pessoas, tinha grupo que tinha 8 pessoas e tinha grupo que tinha 6 pessoas.

Pesquisadora: Como foi que surgiu a questão do projeto das hortaliças?

Entrevistado: É porque assim, eles fizeram uma pesquisa juntamente com a comunidade no derredor nosso. Aí eles entenderam que as comunidades que trabalhavam, que moravam ali na Pindoba, a sobrevivência deles lá era com hortaliça. Geralmente o escoamento deles era hortaliça. É porque, assim, eles plantavam cheiro verde, alface e aonde eles também já faziam feiras, o pessoal daqui da Pindoba. Eles também já participavam de alguns programas do PNAE, do PAA também. E aí, eles copiaram mais ou menos a cultura que eles faziam lá pra adaptar nós no mesmo sistema, sendo que tinha uma promessa que eles não cumpriram essa promessa de plantar frutas.

Pesquisadora: Isso no início?

Entrevistado: Isso. No início, que eles prometeram que eles iam fazer, nas áreas eles iam plantar manga, caju, limão. Plantar plantas frutíferas. Eles iam plantar. Isso aí não aconteceu.

Pesquisadora: Era só hortaliças?

Entrevistado: Aí ficamos só na hortaliça, na hortaliça, na hortaliça. Depois é que nós mesmos caímos no entendimento de ir plantando, porque a gente chegou ao entendimento que no coletivo não tava andando muito bem .

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Assim, o ser humano é muito complicado. Todo mundo tem que ter, pensa assim, numa autonomia maior, né? Tipo assim ó, quando tu trabalha no coletivo aí tu pensa assim no todo, em todo mundo. Quando tu trabalha no privado, naquilo que é teu, ainda que seja um pedaço pequeno, mas tu sente que é teu. Então, depois todo mundo chegou no entendimento de receber a sua posse, por mais que pudesse ser pequena. Porque tinha uns terrenos lá que era 360 m<sup>2</sup> com 80 de fundo. Então tinha terreno lá que tinha 4,5 de frente com 80 de fundo. Tinha outros terrenos que dava 14 por 150, tinha uns que dava 20 por 150. Então, todo mundo quis fazer a demarcação do seu. Porque lá ele tinha autonomia de plantar um pé de coco, de plantar um pé de limão, de fazer o canteiro dele. E mesmo assim ficou no coletivo. No coletivo, de que forma? É quando entrava o, quando a gente tinha que participar dos programas, do PNAE, PAA. É a gente, todo mundo plantando nas suas áreas, mas a gente botava no coletivo. Tudo junto, entendeu? (Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Desse modo, analisamos que a forma inicial de organização do trabalho agrícola, determinada pela empresa responsável pelo trabalho de assessoria aos reassentados no polo, foi estabelecida de forma diretamente hierárquica, desarmonizando as relações de convivência comunitária. Essa organização do trabalho possuía um caráter totalmente contrário ao antigo sistema em que as famílias estavam habituadas, pois estas tinham total autonomia no

tratamento dos seus espaços de terra e nas relações de cultivo com os vizinhos e parentes, além do controle do tempo real despendido para o trabalho de cultivo da terra ou de criação de pequenos animais, o que não se observava com grandes distâncias entre o tempo de lazer e de trabalho, porque os espaços da casa e de produção eram contíguos na Vila Madureira. Por causa de todas essas dificuldades de adaptação à distância, ao trabalho duro no polo agrícola, às restrições no uso de seus próprios terrenos e o baixo retorno da comercialização da produção, sobretudo para aqueles com terrenos menores, muitos reassentados desistiram do trabalho no polo agrícola e abandonaram, venderam ou cederam seus terrenos.

De modo geral, algumas famílias não permaneceram no residencial por dificuldade de adaptação, por causa da distância dele em relação aos antigos locais de moradia, da pouca disponibilidade de transporte, do tamanho e estrutura das casas, da distância entre o residencial e o polo agrícola, da sistemática de trabalho e do baixo retorno da produção no polo agrícola e da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Esse fato também foi constatado na pesquisa realizada por Moraes, em 2016:

Das 95 famílias que retiradas de Vila Madureira, apenas cerca de 50 ainda se encontram na Vila Nova Canaã. Um dos fatores que fez com que as pessoas não permanecessem no local apontado pelos moradores é o fato de terem vindo obrigados, além de muitos terem empregos ou relações empregatícias e familiares na área da antiga Vila Madureira e redondezas, além do mais, muitas pessoas não conseguiram se adaptar às condições de vida do reassentamento por conta da falta de autonomia em seus próprios terrenos ou mesmo pela distância entre o reassentamento e o polo agrícola (2016, p. 84)

De acordo com dados do Relatório Anual de Condicionantes da Licença de Operação da UTE Porto do Itaqui (Nº 1.101/2012), produzido pela Eneva para entrega ao Ibama, em 2013 permaneciam no reassentamento apenas 47 das 95 famílias que formaram o público-alvo do programa de reassentamento (ENEVA, 2013, p. 33).

O sofrimento narrado nas falas dos reassentados é característico das experiências de deslocamento compulsório, conforme destaca a análise de Magalhães sobre a experiência da construção da Hidrelétrica de Tucuruí:

[...] os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico para a formação do lago, atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. É esta desestruturação que conforma o substrato do lamento e da dor (MAGALHÃES, 2007, p. 193).

Para aqueles reassentados que permaneceram no local somente através do enfrentamento e nas reivindicações para com os responsáveis pela empresa que os

reassentados readquirirem a autonomia para determinar a forma de uso de seus terrenos. Desse modo, para enfrentar as dificuldades diárias, os reassentados foram criando suas próprias estratégias de sobrevivência. Mas, mesmo atualmente, ainda são dependentes do suporte da empresa por causa do alto custo da produção irrigada, tendo em vista o alto consumo de água e os gastos elevados com energia elétrica.

### **4.3 Segunda Parte: A busca por autonomia e as novas relações entre antigos e recém chegados**

#### **4.3.1 Sobre os modos de vida na Nova Canaã e no Polo Agrícola 12 anos após**

Após 12 anos de efetivação do Programa de Reassentamento da Vila Residencial Nova Canaã, houve uma diversificação e alteração da composição do público original do Programa porque uma parcela das famílias reassentadas<sup>77</sup> não se adaptou às condições de vida presentes no residencial e ao trabalho no polo agrícola e venderam, alugaram, repassaram ou deixaram os imóveis desocupados.

Para as famílias remanescentes, a experiência do deslocamento compulsório alterou seus modos de vida, seu sistema de relações e de organização da vida nos aspectos ecológico, econômico, social, cultural e psíquico, ou seja, provocou alterações nos seus meios de subsistência, forma de organização social, cultural e religiosa e em suas concepções de mundo e prática agrícola.

De forma geral, pela análise da realidade atual dos informantes da pesquisa, observamos que as famílias que permaneceram foram as que conseguiram se adaptar à vida na Canaã e/ou ao trabalho no polo agrícola garantindo condições de reprodução socioeconômica ou de fato ainda não tiveram opções de escolha, condições de mudar para outro lugar com melhores condições.

---

<sup>77</sup> Durante a pesquisa não foi possível auferir o número exato de famílias que permaneceram na Canaã das 47 famílias remanescentes em 2013 por causa da diversidade de novos moradores no local e de imóveis fechados, mas não necessariamente desabitados. Durante a seleção dos informantes da pesquisa, buscamos priorizar os moradores mais antigos que vieram da Vila Madureira, mas a informação dada foi de que a maioria não reside mais no local, além das 10 pessoas entrevistadas durante a pesquisa, outras 9 também foram indicadas pelos moradores, algumas delas não aceitaram participar da pesquisa, e outras não conseguimos encontrá-las durante as visitas realizadas na Canaã ou no polo agrícola e outras faziam parte da mesma famílias dos pessoas que foram entrevistadas, mas moravam em casas diferentes. Um interlocutor entrevistado declarou que representantes da sua família receberam 13 casas no residencial, mas apenas o núcleo familiar dele e do irmão continuaram morando no local. Destaca-se dessas 19 pessoas indicadas (representantes de unidades familiares), 5 residem no polo agrícola. Segundo dados dos informantes, no polo agrícola têm apenas 22 associados que participam das atividades.

**4.3.2 As estratégias de sobrevivência e busca por autonomia:** criação de associações, articulações, a vida de entre a Canaã e o polo agrícola.

As famílias que residiam na Vila Madureira tinham um modo de vida com características mais rurais e adaptado a um meio ecológico marcado pela biodiversidade, proximidade ao mar e às nascentes de rios, com a arborização e clima característico.

Na Nova Canaã, o modelo de construção das casas em formatos padronizados, em tamanhos diminutos, próximos uns dos outros e com pouca área externa para formação de quintais, localizados em área loteamento, sem acesso ao mar, rios ou nascentes, foi pensado para reproduzir características do modo de vida urbano e com a disponibilização de uma infraestrutura urbana básica, conforme destacado na fala dessa liderança comunitária, citada anteriormente: “Quando chegamos na Canaã ali, Canaã a terra que deu leite e mel [...] Canaã, Loteamento Canaã [...] eu digo gente, nós viemos pra um lugar que nós estamos no meio da cidade. É cidade do mesmo jeito” (Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Nesse sentido, o reassentamento foi apresentado como um modelo de urbanidade, um local de “desenvolvimento”, para que as famílias tivessem acesso a infraestrutura, rede de serviços básicos (transporte, rede de esgoto, iluminação pública, asfalto, segurança pública, saúde, educação, lazer), acesso a comércio, tecnologia, bens de consumo e geração de renda.

As características territoriais de um lugar também remetem a modos de vida específicos, ruralidades e urbanidades específicas, ou territorialidades específicas, nos termos geográficos atuais. A localização espacial determina apropriações, enraizamentos e relacionamentos específicos dos sujeitos com o meio em que habitam, suas relações econômicas, sociais, culturais, políticas e simbólicas (BAGLI, 2006, p. 64)

A lógica da industrialização e da globalização, ou modo de produção capitalista, modifica os espaços, destruindo, construindo e reconstruindo territórios. Ocasiona processos geográficos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (BAGLI, p. 64), a chamada T-D-R (CHELOTTI, 2010, p. 167).

Desse modo, a implantação da Termelétrica ocasionou o deslocamento compulsório das famílias da Vila Madureira e a perda de seus meios de vida habituais, ou seja, sua desterritorialização. Nesse caso, o programa de reassentamento apresentou-se como uma proposta de reterritorialização, de reconstrução integral dos meios de vida das famílias realocadas com a proposta de reproduzir no reassentamento características aproximadas ao antigo território. Segundo Bagli (2006, p. 65):

A territorialidade é fruto das diferentes formas de apropriação do território. Todavia, nem sempre a perda de um território implica em desterritorialidade. Há casos em que os desterritorializados perdem seus territórios, mas levam consigo a territorialidade na tentativa de construí-la em alhures. Obviamente as condições limítrofes que encontram após o processo de desterritorialização impedem a reconstrução da territorialidade passada de forma plena. Assim, a reconstrução ocorre parcialmente (com mutilações). Territorialidades mutiladas, construídas alhures com base nas relações cotidianas estabelecidas preteritamente.

Constatamos que modelo de reassentamento não atende os objetivos propostos e impõe uma nova lógica de funcionamento diante das diferenças espaciais e formas de funcionamentos dos modelos residências e formas de organização produtivas operacionalizadas no polo agrícola. Assim, ocorre uma reconstrução fragmentada do modo de vida das famílias reassentadas a partir da vila residencial e do polo agrícola, materializando-se de forma artificial e higienizada, circunscrita por uma série de regras e proibições que marcam a forma de uso desses espaços. Num modo de vida híbrido entre o residencial e o polo agrícola, em que nem o ideal de urbanidade e nem o de ruralidade se realizada de maneira efetiva, o reassentados tentam construir alternativas de reprodução social de acordo com as potencialidades e limites impostos pelo novo território.

Desse modo, na Nova Canaã, observamos que essas alternativas de reprodução de antigos e novos modos de vida perpassaram, primeiramente, pela reconstrução e adaptação da estrutura das casas, que recebidas em tamanho e modelos padronizados, não correspondiam nem à necessidade e nem à individualidade de cada família (Figuras 11 e 12). Apesar conseguirem plantar algumas poucas árvores frutíferas ao redor de suas residências, o modelo diminuto dos lotes, a proximidade das casas, e as proibições próprias desses modelos residenciais urbanos, inviabilizaram o cultivo e a criação de animais nos próprios quintais.

**Figura 11 - Casa com estrutura alterada na Nova Canaã 1**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 12 - Casa com estrutura alterada na Nova Canaã 2**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)



Uma segunda alternativa de reprodução dos antigos ou construção de novos modos de vida perpassou pela implantação do polo agrícola, como espaço de reprodução socioeconômica das famílias que estavam habituadas à prática da agricultura, da criação de animais, do extrativismo etc. Vimos, nos tópicos anteriores, que essa reconstrução apresentou-se de uma forma “mutilada”, nos termos de Bagli (2006), parcialmente reconstruída, ou artificialmente reconstruída porque o modelo proposto não reproduziu a biodiversidade característica do antigo território das famílias, a proximidade com o mar e as nascentes dos rios e, desse modo, inviabilizou a pesca artesanal e a coleta de mariscos. Ele efetuou uma separação de um território de vivência que era único. Os sítios da Madureira eram para as famílias, ao mesmo tempo, espaço de morada, espaço de lazer, espaço de trabalho, de religiosidade e cultura e espaço de relações de solidariedade e vizinhança. A separação transformou, inicialmente, o terreno das famílias em espaço exclusivo de trabalho, de sofrimento e de exaustão, conforme destacado nos relatos anteriores.

Algumas famílias que estavam habituadas a uma vivência em um meio rural, construíram casas e mudaram-se para os terrenos do polo agrícola para viver de forma mais sossegada e dedicarem-se a agricultura. Durante a pesquisa, identificamos apenas um morador do polo agrícola com criação de animais e com um açude no local, porque essa prática é restrita a animais de pequeno porte que devem ser criados em ambiente fechado. No início, essa prática era totalmente proibida pelos responsáveis da empresa por causa da prioridade do projeto de cultivo das hortaliças, apenas sendo permitida uma criação coletiva de galinhas no projeto do Caipirão.

Um interlocutor entrevistado assim justificou a mudança para o polo agrícola e a diferença entre o meio rural mais afastado e o meio urbano:

É calmo. Ali você deita de noite, deita, chega 5 horas você só vê a zuada dos passarinhos pra dormir. Manheceu o dia só vê a zuada dos passarinhos. Aí, você chega na cidade é uma poluição doida, é uma zuada, é um... aí, é briga, é nego matando uns aos outros, aí é tiro adoidado, então você não se sente bem. Tudo isso (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Entretanto, outras famílias, por questões de saúde e pelo baixo retorno produtivo do polo agrícola, venderam ou abandonaram seus terrenos e optaram pela vida somente no residencial. E uma terceira parcela segue a vida nesse trânsito constante entre o residencial e o polo agrícola, da mesma forma em que as famílias que apenas possuíam sítios na antiga Vila Madureira para praticar agricultura e passar os finais de semana.

Numa terceira alternativa de reprodução das formas de organização social e reconstrução dos meios de vida, destacamos os espaços coletivos de manifestação política e

organizativa, cultural e religiosa. A organização política construída desde a Vila Madureira, durante o período de negociação com as empresas antes do deslocamento das famílias, permaneceu na Vila Nova Canaã, inclusive com o mesmo corpo de lideranças comunitárias ao longo dos anos, como veremos nos tópicos seguintes. Essa capacidade organizativa por meio de associações se expandiu no reassentamento e foram criadas outras associações, como a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola Hort Canaã, a Associação do Tambor de Crioula e a Associação Cultural e Esportiva.

Em relação aos espaços de manifestação religiosa, observamos que houve uma alteração considerável em relação à realidade vivida na Vila Madureira e destacaremos essas alterações em um tópico específico.

Nas visitas realizadas durante a pesquisa, observamos no cotidiano, durante a semana ou aos finais de semana, pouca movimentação de moradores nas ruas e várias casas fechadas, com placas de vendas (Figura 13) e algumas abandonadas e em estado de depreciação (Figura 14).

**Figura 13 - Casas a venda na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 14 - Casas em estado de depreciação na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Na Nova Canaã, em atendimento às promessas de uma infraestrutura, o residencial conta com equipamentos básicos que inclusive servem de suporte de atendimento à bairros vizinhos que não têm acesso a esses equipamentos em sua localidade, como posto de saúde, creche e escola de ensino fundamental, posto policial, campo de futebol etc. (Ver figuras de 15 a 20, na página 165 ).

**Figura 15 - Unidade Básica de Saúde da Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

**Figura 16 - Escola Comunitária e Associação de Moradores da Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

**Figura 17 - Campo de Futebol e Associação Cultural e Esportiva da Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

**Figura 18 - Posto Policial na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

**Figura 19 - Escola de Ensino Fundamental na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 20 - Casa de Cultura da Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)



Entretanto, os moradores do residencial ainda demandam melhorias na oferta de serviços públicos essenciais. Na área da saúde, demandam melhorias no âmbito municipal com a oferta de mais insumos, especialidades médicas, medicamentos, exames especializados, hospitais e maternidades porque suas demandas de saúde mais especializadas são atendidas pelos equipamentos da rede estadual, pelo Município de São Luís, seja pela rede pública municipal ou estadual ou pela rede privada.

O acesso a transporte público ainda é considerado precário, os moradores dependem da linha de ônibus que cobre o bairro Vila do Povo, vizinho ao residencial, que tem uma frota pequena, e transportes alternativos realizados por vans da Vila do Povo (Ponto final na Canaã), não atendendo às necessidades dos moradores. Além disso, os reassentados reivindicam o acesso a asfalto das demais ruas do local, pois somente duas ruas são asfaltadas.

As instalações construídas para servir de funcionamento ao mercado estão vazias porque o projeto de escoamento da produção agrícola no local não deu certo. Bem como, o acesso ao comércio, farmácias, feiras e supermercados somente é realizado em bairros vizinhos ou na região do Maiobão, região central do comércio urbano no Município.

**Figura 21 - Mercado Abandonado na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Sobre essas dificuldades enfrentadas, essa liderança comunitária argumenta:

[...] nós temos dificuldades lá na Canaã de transporte, dificuldade do supermercado, nós temos dificuldade da Farmácia. Temos farmácia pertinho porque tem bem na Beira Rio, mas não tem na beira da casa. O hospital, tem a UPA no Maiobão, tem a UPA do Araçagy, tem a UPA em outro lugar, tem o posto dentro da Canaã, mas precisa... ainda tem dificuldade. Mas como? Porque o posto era pra funcionar noite e dia, urgência e emergência. Já tem vários tipos de exame, o básico, mas era pra ter mais. Já era pra sair preparado dali só pra chegou na mesa de operação e se operar. Ainda hoje eu tô ligando, ainda agora eu tava falando com minha filha que tem uma

moça pra ligar<sup>78</sup>, mas tem que ter a dificuldade... se já saísse preparada lá da Canaã só pra chegou e ligar, fazer a cirurgia, não era muito bom? Mas as coisas não é como a gente pensa, não é como a gente quer, é como Deus determina. Tudo é determinação do Senhor. Então, não deixa de ter dificuldade. Pra nós morarmos aonde não tem dificuldade, nós não vamos encontrar dificuldade só quando nós chegarmos no céu e sem dúvida ainda vai ter dificuldade. Eu acredito que lá nós não vamos chegar e achar tudo.

Pesquisadora: E como é viver hoje na Canaã?

Entrevistado: Já entendeu? Então em todo lugar nós temos dificuldades. Viver na Canaã é muito bom, bom, excelente, mas tem as dificuldades. Não há bondade sem as dificuldades (Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Em geral, observamos durante as visitas realizadas no trabalho de campo, que as ruas da Nova Canaã apresentam aspecto de tranquilidade, silêncio e pouca movimentação. A rua onde se localiza o posto policial e o ponto final das vans tende a ter mais movimento, principalmente aos sábados quando são realizados os cultos na Igreja Adventista. Entretanto, apesar da existência do posto policial, os moradores reclamaram da ação de vizinhos no local.

Os conflitos com moradores de bairros vizinhos, no início motivados pela lotação da linha de ônibus da Vila do Povo com a chegada dos novos moradores, ainda são narrados pelos interlocutores, conforme descrito nas falas: “Eles se servem com nós, nós trouxemos tudo para a serventia deles, mas com tudo isso eles ainda ficam com raiva e ainda perseguem, perseguem demais” (Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Outra moradora afirma:

Pesquisadora: Aqui é bem calmo né?

Entrevistada: É. Agora não. Esse... mas de primeiro a gente dormia até com a porta aberta. Agora não que, de certos tempos prá cá... mode isso é que a gente, a empresa, botou o posto policial aí, porque o pessoal desses outros bairros, das áreas vizinhas, aí vinham prá cá fazer terror prá gente. Era a gente, a empresa botou uma praça, bem ali com um parque, eles bandalharam tudinho, bagunçaram, chegavam, começavam tá fumando droga e ainda dizia ainda: “rapaz aqui é muito legal”, eles no balanço, “aqui é muito legal, aqui é bom é muito da pessoa fumar maconha e usar droga, fazer não sei o quê com aquela coisa. E aí coroa, tu quer encarar, é?” Assim que eles diziam pros morador, pros pesssoal. Aí, a gente vivia com medo, num sabe? Que a gente não era disso, não tinha costume com negócio de gangue, de facção, essas disgrotas que tem hoje e, aí, a gente, tava vindo, rapá... Aí, graças a Deus que eles botaram esse posto aí, foi que melhorou mais um pouco assim. Mas, com tudo isso, eles ainda fazem terror ainda, que eles assaltam. Assaltaram a minha neta bem na porta de um pé de planta, no posto, botaram arma, ela com telefone (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Vimos que a distância entre o residencial e o polo agrícola, bem como as características ambientais desses locais, dificultou o acesso das famílias que estavam habituadas a praticar a agricultura e a criação de animais em seus sítios e quintais e a prática

---

<sup>78</sup> Forma popular de denominar a operação de ligação de trompas para esterilização feminina.

da pesca artesanal no mar e nascentes de rios próximos aos recursos naturais e meios de subsistência não monetarizados e mercantilizados. Diante desse contexto, o acesso a mercado de trabalho formal e informal também ficou mais difícil, porque o município tem menor absorção de mão-de-obra, sendo que a maioria dos postos de trabalho gerados são vinculados à agricultura, ao comércio e aos órgãos públicos ligados à Prefeitura.

A garantia da reprodução socioeconômica é o fator mais importante na adaptação das famílias reassentadas. O ter como sustentar a família libera os responsáveis familiares do medo e da preocupação cotidiana. Em geral, aqueles reassentados que conseguiram vínculo de trabalho no âmbito municipal ou conseguiram obter retorno do cultivo no polo agrícola enfrentam menos dificuldade de reprodução socioeconômica.

Pesquisadora: E como é que é viver hoje na Canaã?

Entrevistado: Ah pra mim hoje, assim, é eu posso dizer assim que é 10, bom, tá bom, apesar das expectativas assim de, do medo que a gente teve que vencer, que eu tive que,

primeiro, trabalhei como vigia de escola. A gente teve, assim, alguma parceria entre a Associação e a Prefeitura de Paço. Hoje, dentro da escola, os funcionários tipo, que trabalham como vigia, como é merendeira, as zeladoras da escola, são a maioria tudo da comunidade. Foi uma parceria que foi feita com a Prefeitura. Então, hoje nós já temos duas escolas, então a maioria dos pessoal são, trabalham, são da comunidade. Eu mesmo trabalhei como, foi até na época de um, vou até falar mal dela aqui, Bia Aroso, era runha a Prefeita daqui demais. Ela ficava até seis meses atrasando o salário do pessoal, era muito ruim. Então, eu optei por sair e trabalhar mesmo no polo que eu sei que lá eu vendo o meu produto, eu tenho dinheiro todo dia, final de semana, às vezes a gente nem vinha pra casa, a gente ficava porque o pessoal, como o polo é bem falado, bem conhecido, sábado, domingo, feriado é lotado de gente comprando o produto porque sabe que é um produto natural, a gente não usa nenhum veneno. Então, a gente tinha aquela possibilidade de pegar o seu dinheiro todo final de semana, todo dia. Entendeu? Mas, viver aqui na Canaã hoje pra mim tá bom, além de agricultor, administrador de..., eu sou presidente da associação cultural daqui da Vila Canaã. [...]

Pesquisadora: Em relação a essa experiência, tem alguma coisa que o senhor gostaria de falar, sobre o deslocamento e tudo que viveu?

Entrevistado: Assim, é, a gente sabe que nada nessa vida, nada é fácil e também nada vem por acaso. Nada. Nada vem por acaso. Tudo tem um, ali na nossa trajetória tem um... a agente vai, às vezes a gente vai ... enfrenta uma coisa ruim aqui, mas lá na frente a gente vê porque a gente precisa aprender. E eu aprendi que, que nessa caminhada a gente pode, a gente pode conseguir as coisas sem atropelar ninguém. Tá, eu, às vezes, eu até brinco porque muitas coisas vieram para nossa comunidade assim, porque eu ... a empresa, a gente: “Rapaz, a gente precisa disso, tem como nos ajudar?” Às vezes não era nem preciso fazer um projeto, ou fazer um ofício, a empresa tem como ajudar. Então, a gente foi agarrando e foi aprendendo, e tudo serve de experiência pra gente, pra mim, pra quem... Minha esposa, só voltando um pouquinho, minha esposa, quando a gente chegou aqui, a gente chorava para ir embora, nos dois ou três meses, eu quero me embora daqui, porque aqui era muito, era não, é muito, á noite você não vê ninguém na rua. É tranquilo demais. Você não vê uma zoadá. Mas hoje, pergunte para ela se ela quer ir embora daqui? Às vezes eu falo brincando, vou vender a casa e vou me embora... “Nunca, tu vai sozinho, mas eu vou ficar aqui”. Entendeu? Então, são coisas que, como eu digo, a gente aprendeu, aprendeu a experiência... falando nela ela tá chegando aí... aí a gente aprendeu muito. E eu só tenho a dizer, só tenho a agradecer a Deus por isso aqui, hoje é uma casa que tá no nosso nome, é nossa né? Somos os proprietários daqui, temos terra, temos sítio, temos bastante coco, água de coco também tem lá. Sabe, então aqui a gente está no

paraíso (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã ).

Entretanto, a garantia de sobrevivência é mais difícil para os reassentados que não possuem vínculos empregatícios e não conseguiram permanecer trabalhando no polo agrícola. Durante a pesquisa realizada, três reassentados (as), dos dez entrevistados (as), não conseguiram permanecer trabalhando no polo agrícola, duas justificaram por problemas de saúde e o outro relatou que não conseguiu se adaptar às condições de trabalho no local. Um quarto entrevistado relata que também pretende vender seu terreno no polo porque seus problemas de saúde, agravados pelas sequelas da doença do Coronavírus (Pandemia do COVID- 19), não permitem mais a realização de trabalho na agricultura, segue o relato:

Pesquisadora: O que o senhor gostaria de falar dessa experiência, assim dessa questão do deslocamento, da experiência de vir pra cá

Entrevistado: É como eu falei, tá tudo bem. Eu fico mais... eu só tive dificuldade porque eu não pude mais trabalhar. Aí, eu vou vender meu terreno, não posso largar. Pra mim a dificuldade é só essa. Porque se eu pudesse trabalhar, tivesse com saúde, não é nem a minha idade. Eu tenho 76 anos, mas se eu ainda tivesse com minha saúde, eu tava, eu tava me sentindo bem, mas o meu problema é saúde que eu não tenho mais. Eu não posso mais trabalhar, não. Aí, pra acabar de completar, eu peguei a epidemia [pandemia do COVID-19]. Aí, fiquei com várias sequelas, mas pior, pior, quase morria. Passei 15 dias internado. Eu passei 10 dias doente aqui dentro de casa. Essa doença, ela não pega em ninguém, ela é escolhida, ela escolhe as pessoas, como vai fazer? Ela escolhe assaltar assim, ela é tipo assaltante, ela escolhe quem ela vai pegar. Porque eu aqui com esse pessoal aqui, essa criança aqui, essa criança comia mais eu (Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

A casa desse entrevistado no residencial está à venda, mas ele relatou que ainda não encontrou um comprador que aceite o valor proposto. Segundo ele, a proposta de reassentamento foi a melhor opção adotada para as famílias deslocadas, entretanto, suas circunstâncias de vida atuais não permitem que ele continue nem no trabalho no polo agrícola e nem morando na Nova Canaã e considera que ficou “preso” a esses locais porque não consegue vendê-los.

Pesquisadora: Então, vocês acharam que essa proposta deles seria melhor [Proposta de Reassentamento]?

Entrevistado: É, eu achei, eu pelo menos, eu achava. Na época eu dizia, passava pra meus companheiros que eu achava que era melhor.

Pesquisadora: O senhor continua achando?

Entrevistado: Continuo. Continuo achando. O certo é que, pra mim, tem hora que eu achei que era bom pra todo mundo, mas só que pra mim eu achei que era mais ruim porque eu já estava inutilizado e terminei de me inutilizar trabalhando de roça, porque no tempo que eu vivia nas minhas construções, eu fiquei preso, fiquei preso com isso aqui e com o terreno lá. Hoje, eu tô achando, fiquei muito arrependido porque hoje essas casas aqui ficou sem vender e eu quero vender a casa porque eu não posso mais trabalhar.

Pesquisadora: Mas por que ficou difícil vender?

Entrevistado: É porque eles não querem dar o valor nessas casas aqui, eles não querem dar nem 50 mil numa casa dessas aqui. Porque teve gente aí que deu casa,

pra ir embora mesmo, que botou casa fora aí. Teve gente que vendeu casa até por 10 mil. E os terrenos lá [no polo agrícola] também ficou difícil de vender.

Pesquisadora: Quanto está sendo avaliada uma casa dessa aqui?

Entrevistado: Eu, a minha, eu posso ela ficar aí, eu quero vender porque tenho meus filhos, tem problema, mas eu num, num... o mínimo que eu vendo ela... eu já ofereci muito por 70 mil, o mínimo que, se o cara chegar com 60 mil eu vendo ela, mas menos ela fica aí porque eu não tô vivendo dela pra mim comer, graças a Deus.

Pesquisadora: Mas o senhor que ir pra onde?

Entrevistado: Uma casa dessa daí ó, uma casa dessa daí, no meu conhecimento que sei construir, pra comprar o terreno e fazer uma casa dessa, sabe quanto é um terreno daí? , desses terrenos daqui dá coisa, 50 mil, esses terrenos aí que o Zeca Belo está vendendo. Esses terrenos do lado daqui da avenida é 50 mil, tá vendo? Pra um cara comprar um terreno desse por 50 mil, até ele fazer uma casa, quanto é que não dá? E um terreno desse aqui ó, na época, nós recebemos isso aqui por 48 mil. Essas casas... eu gastei 10 mil na minha e ainda tá assim, desse jeito aí. E eu nem piso eu não butei, piso de coisa né? Tem dois banheiros que eu fiz aí de, um eu fiz só o piso da cerâmica, outro eu fiz, butei a cerâmica, butei um pouco, do chuveiro. E eu gastei 10 mil nela e toda rebocada, mas num fiz o que eu ia fazer que era o piso, até porque, eu não butei o piso porque eu ia fazer mais caro. Aí, fica mais difícil eu vender. Porque o cara que veio aqui a primeira vez fazer o orçamento, ele deu o valor dela aí de... ele, o corretor, ele disse: “Rapaz, tua casa está no valor certo, 70 mil, agora pra vender é mais difícil”. E Aí o terreno lá [no polo agrícola], eu não posso mais trabalhar, porque ainda tá fazendo uma besteirinha lá, alguma coisa é só pagando pra fazer e minha mulher que faz alguma besteirinha também, mas tá ruim de vender. Aí, vem um comprador vem, na epidemia [Pandemia do COVID-19], o cara veio, negociamos tudinho direitinho ia vender pra ele, sumiu. Quer dizer que aí eu fiquei preso, não posso vender, não posso largar, não posso trabalhar, e aí?

Pesquisadora: E o senhor quer ir pra onde?

Entrevistado: Não, eu tenho um terreno, lá mesmo [na Pindoba, bairro onde está situado o polo agrícola], eu já comprei um terreno pra mim (Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Outra reassentada relata a dificuldade atual de adquirir meios de sobrevivência em razão da sua situação de saúde e das poucas opções de acesso a emprego na localidade para a sua filha, que não tem experiência de trabalho.

Pesquisadora: O que a senhora gostaria de falar dessa experiência, de ter mudado pra cá? Em algum momento a senhora pensou em não vir?

Entrevistada: Não, logo no início eu não pensei de não vim não, porque eu ia ter minha casa própria. Eu acho que é o sonho de todo mundo ter sua casa própria. Só que agora eu já penso diferente. Eu agora já penso em ir embora daqui porque tá difícil pra mim, porque na época eu tinha meu marido, eu era casada, tinha meus filhos, ainda eram pequeninhos, então... Aí, quando chegou aqui, já desmanchou o meu casamento. Aí, agora já penso diferente. Assim, eu não posso trabalhar, minha filha tem 20 anos, tá fazendo um curso, tem que arrumar emprego. Pra cá, emprego é difícil e pra quem não tem experiência já é bem difícil. Aí, eu luto pra pagar o curso dela pra ver se ela arruma um emprego, pra gente poder se manter, porque eu não posso trabalhar por causa da minha cirurgia que eu fiz. Eu não posso trabalhar porque, quando eu saí do polo, eu fui trabalhar em casa de família e, aí, como eu adoeci, eu não pude mais trabalhar, tem dois anos que eu tô sem trabalhar, eu tô em casa. Aí, eu não posso fazer força, como eu fiz três cirurgias de barriga aberta, eu não posso mais tá fazendo força. Então, hoje em dia, eu tenho vontade de ir me embora. Eu hoje, como eu tava dizendo, eu só ainda não fui me embora porque como a casa é ... eu me separei do meu marido e ele passou a parte dele pra meus filhos. Então, pra mim vender minha casa aqui eu tenho que ter a maior burocracia, eles têm que aceitar, todos cinco, são cinco filhos, eles tem que aceitar eu vender a minha parte com a deles porque se não aceitar eu não posso vender. Então, eu sou obrigada a ficar aqui por esse motivo. Mas se eu pudesse, eu já tinha ido me embora



porque aqui é difícil, colega. Difícil de tudo.

Pesquisadora: Por que os empregos, a maioria, ou é pela Prefeitura ou do polo agrícola?

Pesquisadora: É. Eu não posso mais trabalhar no polo agrícola e eu não posso nem trabalhar. Dizer assim, eu vou arrumar um emprego pra fazer faxina numa escola porque pra mim não dá por causa das minhas cirurgias. Pra ela [a filha] tem que ter experiência e ela não tem ainda experiência. Ela terminou os estudos, mas não tem. Tem os cursos, mas cadê a experiência? Então aí é difícil. [...]

Pesquisadora: Mas vocês já tentaram conseguir emprego pela associação ou por intermédio da empresa? [...]

Entrevistada: Eu já pedi. Olha, eu pedi pra eles [para as lideranças da associação de moradores]. Eu fui várias vezes pedi pra eles botar ela [a filha], mas nunca arrumaram. Mas, isso que é uma coisa que a associação daqui, como eu tô dizendo, a associação daqui tá desativada, tava ativada. Mas, aí eles tomaram de conta de tudo, tá desativa. Eles não vêm isso.

Pesquisadora: Quem toma conta de tudo?

Entrevistada: [...] eles que tomam de conta de tudo, eles não deixam ninguém pegar a Associação pra botar avante. Aí, quando a pessoa quer montar alguma coisa assim, botar outra associação, eles vão lá e derrubam, entendeu? Então, é uma coisa que, olha aí da família deles, tudinho são empregados. Mas, tem gente aí numa casa, como não são lá todos com eles, tem dois só de uma casa. Como aqui são poucas famílias, eles dividiam, né? Um de cada casa, pra ver qual emprego que quer, não importa. Como eu fui lá pedir pra ela botar minha filha, “ó sabe que eu tô doente, minha filha depende de mim porque ela inda era menor de idade, agora não, graças a Deus, ela é maior de idade”. Eu fui pedir pra ela pra ela botar ela, nem que seja como auxiliar de professor, nem isso, ela disse que ia botar, nunca botou.

Pesquisadora: Nem a empresa?

Entrevistada: Nem a empresa. A empresa eu acho que até saiu daqui porque eu nunca mais nem vi eles vindo aqui, porque logo no início eles viviam aí, agora acabou, nunca mais eles nem vinheram aí.

Pesquisadora: Mas eles vão lá no polo [Representantes da empresa]?

Entrevistada: Eu não sei, também porque faz muito tempo que eu não vou no polo. [...] . É uma coisa assim porque eles querem só pra eles. **Pros de fora, eles não estão nem aí**, entendeu? Como já passou tudo, negócio de prazo da empresa com a gente, largaram a gente aqui. Porque eles garantiram que eles iam trazer, mas eles iam dar emprego, nem que seja pra um da família, mas daqui da minha casa eles nunca deram emprego para ninguém, porque minhas outras filhas foram embora, uma casou, outra mora com a avó e ficou ela e meu filho que nem mora mais aqui. Ele mora na Vila do Povo já, que também é casado. Nunca arranjaram emprego.

(Entrevista com Rute, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã. Grifos nossos).

Além da questão das dificuldades enfrentadas por famílias que não conseguiram ter uma estabilidade de reprodução socioeconômica, a fala dessa interlocutora permite analisar aspectos referentes a sociabilidade do grupo e elementos de diferenciação que são internos à comunidade.

No segundo capítulo deste trabalho, destacamos que com o povoamento da Vila Madureira, intensificado pela especulação fundiária gerada pelos anúncios de novos empreendimentos desenvolvimentistas, houve uma diversificação dos moradores e uma heterogeneidade nas formas de apropriação dos terrenos adquiridos com finalidades diversas. Nesse período, era possível observar nas falas dos entrevistados um conflito de interesses entre moradores e proprietários antigos e os recentes, “os de fora”.

Observamos que na Nova Canaã essa diferenciação interna entre “os antigos” e “os de fora” permaneceu, mas tornou-se mais complexa porque dentro dos “os de fora” aparece os reassentados que não eram antigos na Vila Madureira como aos moradores novatos na Nova Canaã, que adquiriam as casas após o reassentamento da comunidade. Alguns moradores ou sitiantes antigos da Vila Madureira se ressentem do fato de “os de fora” terem adquirido os mesmos direitos, principalmente dos terrenos no polo agrícola, mesmo que em menor tamanho e retorno produtivo.

Essa diferenciação interna constitui-se um mecanismo importante para analisar as relações de poder desenvolvidas no interior da comunidade. Observamos que um elemento de integração grupal, além da participação em alguma congregação religiosa, e na vida pública do residencial, relaciona-se ao engajamento em alguma associação local. Durante a pesquisa, identificamos a existência de quatro tipos de associações nas quais os moradores do residencial participam: a Associação de Moradores da Vila Nova Canaã (A.M.V.N.R.C), a Associação dos Horticultores e Agricultores do Polo Agrícola Nova Canaã (Hort Canaã), a Associação do Tambor de Crioula e a Associação Cultural e Esportiva. Como vimos, esse engajamento em associação de moradores é, desde o início da organização da comunidade, uma importante estratégia política para reivindicações de seus interesses, uma importante fonte de poder.

Durante a pesquisa, os entrevistados destacaram que a associação de moradores teve um importante papel nas negociações com a empresa antes do deslocamento das famílias da Vila Madureira. Na Nova Canaã, a associação de moradores continua tendo um papel decisivo nas articulações realizadas com a empresa e com os representantes do poder público. Conforme é destacado no relato dessa liderança comunitária:

Pesquisadora: O senhor acha que o papel da associação foi importante na história de vocês?

Entrevistado: Todo o tempo. Só não é importante uma associação quando o presidente não sabe, não conhece e ele só pensa nele, porque eu não tenho nenhum emprego. Eu não sou empregado pelo município, não sou empregado pelo Estado, agora se você mora na comunidade e você me pede um emprego que você quer trabalhar eu vou brigar e você vai se empregar. Eu ainda digo, pede pra Deus e eu vou lutar e você tem que ser respeitado.

Pesquisadora: Então, você acha que, se vocês não tivessem essa organização da Associação, a comunidade não teria conquistado tudo isso?

Entrevistado: Não tinha nada. Não tinha conquistado nada. E o povo é que sabe como ele vai ter responsabilidade dele pra ter um emprego e vai zelar. Este ano eu fui candidato a vereador.

Entrevistado: O senhor saiu candidato por quê?

Entrevistado: Eu saí candidato a vereador por quê? Porque eu queria dar mais oportunidade pro povo. Se eles soubessem e tivessem me eleito, mais oportunidade eles tinham, mais credibilidade eles tinham, mais garantia eles tinham. Porque eu como vereador da comunidade, ia olhar mais pra eles e ia ter mais força

de cobrar, de buscar. **Olha a comunidade, todo lugar, uma associação é poder.** Só não tem poder quando tem um presidente que só pensa nele, na família dele. Ele tem que pensar pro povo, pra comunidade e a comunidade tem que pensar também em cada um. Não é pensar, não eu só quero é que o presidente me arrume um emprego pra mim ganhar meu dinheiro e não querer participar da comunidade.

Pesquisadora: Como é a organização da direção da Associação da Vila Canaã?

Entrevistado: É dessa maneira como eu tô te falando. Que tem que ter... não, rapaz eu vou ajudar a comunidade. Eu vou ajudar o presidente, não estou ajudando o presidente, estou ajudando a comunidade.

Pesquisadora: O senhor foi presidente lá [da associação comunitária] por quantos anos?

Entrevistado: 8 anos.

Pesquisadora: O senhor pretende voltar?

Entrevistado: Rapaz, não é difícil. Não é difícil agora que é minha filha que é a presidente, não é difícil eu me candidatar novamente, porque eu sai como vereador pra ter outra pessoa, pra outra pessoa, eu já ia preparar a outra pessoa pra ser o presidente.

Pesquisadora: É o senhor que prepara, o senhor que faz a transição?

Entrevistado: Faz. Eu preparo. Como é que eu preparo? Eu digo fulano tu vai ser o presidente, mas tu tem que saber negociar dessa maneira assim, assim, assim porque se a comunidade, se o presidente da comunidade... gente se vocês pensarem o que é um **presidente de associação ele é um vereador da comunidade.** Ele é que negocia com a Prefeitura, com o município. Ele é quem chega no Prefeito: “Prefeito eu tô precisando... lá na associação, na escola só entra dessa maneira, dessa e dessa”. Eu tenho uma escola comunitária que quem construiu foi a Associação e hoje tem mais de 30 empregados da comunidade no município. Então, será que essa Associação soube negociar? Na escola grande tem pra mais de 50 empregados da comunidade e do município. Lá tem um comando que receberam computador, recebeu televisor, recebeu cama, recebeu rádio de comunicação, recebeu... tudo em conto. Só foram pra lá com a farda. Eles não têm que ter respeito pela comunidade? Todos têm que respeitar

(Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã. Grifos nossos).

A partir do relato desse entrevistado observamos que houve uma permanência do mesmo grupo familiar na direção da Associação de Moradores ao longo dos anos. Quando questionamos outro reassentado sobre a participação de membros de outras famílias, ele nos respondeu:

Pesquisadora: E outras pessoas de outra família não querem [participar da direção da associação de moradores]?

Entrevistado: Mas tem pessoas... **porque nós pudemos até querer, sabe? Como fosse, digamos assim, gente que viesse da Madureira. A maior parte é gente de fora que comprou casa.** Nós não queremos, entendeu? Tem que ser gente do local, que vieram do local.

Pesquisadora: Mas, mesmo assim, lá não tem gente da Madureira que quer ser presidente?

Entrevistado: Não, se tem eu não sei. Porque eu fazia parte da de lá, mas como eu participei dessa daqui [Associação do Polo Agrícola] e saí da de lá.

Pesquisadora: Mas o senhor tem interesse de participar da daqui?

Entrevistado: Daqui eu participo. Sou fiscal.

(Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã. Grifos nossos).

Observamos, a partir da análise das falas dos reassentados entrevistados durante a pesquisa, que a permanência da mesma liderança da Associação de Moradores da Vila

Madureira no reassentamento da Vila Nova Canaã é resultado de um reconhecimento do papel exercido por ele durante as negociações realizadas com a empresa responsável pela termelétrica antes do deslocamento das famílias. Do mesmo modo, essa preferência, destacada na fala do interlocutor acima, pela permanência de reassentados da Madureira na direção da Associação de Moradores relaciona-se à diferenciação interna estabelecida entre os moradores antigos e os mais recentes na Vila Nova Canaã, “os de fora”.

#### **4.3.3 Os Estabelecidos e os Outsiders da Vila Residencial Nova Canaã: análise novas relações entre antigos e recém-chegados.**

O sociólogo Norbert Elias, com auxílio de John Scotson, elaborou um importante esquema analítico para estudo das relações de poder em pequenas comunidades a partir de um modelo de figuração, ou configuração<sup>79</sup> que estuda a relação de interdependência entre pares estabelecidos e outsiders.

A partir de um estudo das relações de vizinhança realizado em uma comunidade inglesa chamada Winston Parva, nas proximidades de Leicester, os autores identificaram que; apesar de não existir uma diferenciação concreta entre os moradores, correspondente à classe social, religião, nível de instrução ou raça; existia uma diferenciação de status entre eles relacionada ao tempo de residência no local. Nessa diferenciação estabelecida internamente, o grupo de famílias antigas, os antigos residentes, consideravam que eram dotados de um status superior em relação ao grupo de moradores recém-chegados, “os de fora”. Desse modo, essa superioridade de um grupo mantida em detrimento da estigmatização do outro estava assentada no tempo de residência no lugar. Essa “antiguidade da associação” era um parâmetro de coesão grupal e identificação coletiva entre os moradores do local (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21). Conforme destacado pelos autores:

Naquela pequena comunidade, a superioridade de forças do grupo estabelecido desde longa data era desse tipo, em grande medida. Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes como também entre si. Era graças ao seu potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social, que os antigos residentes conseguiram reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores de outra área, aos quais, como

---

<sup>79</sup> Para Norbert Elias, o conceito de figuração ou configuração é, analiticamente, um modo de abordagem dos problemas humanos e sociais de forma relacional, estabelecendo configurações para análise dos elos de interdependência entre os indivíduos e seus grupos sociais. Nesse sentido, destaca-se o fato de que nem o indivíduo e nem o grupo social ao qual faz parte está isolado em si mesmo, mas que, ao longo do processo de socialização e individualização, os seres humanos estabelecem relações de dependência e interdependência continuamente, as chamadas teias de interdependência e configurações como a família, a escola, grupos sociais e Estados (ELIAS, 1990, 1994).

grupo, falta coesão. Assim, a exclusão ou estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse a sua identidade e afirmasse a sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

É essa diferenciação de coesão grupal, segundo os autores, que permite que o grupo mais antigo detenha um diferencial de poder em relação ao outro grupo e reserve aos seus membros as posições sociais de poder mais elevadas dentro da comunidade, como os cargos mais importantes dentro das associações locais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

Na análise realizada, associada ao aspecto da antiguidade e da coesão grupal, os autores destacam a importância da autoimagem que o grupo estabelecido atribui a si mesmo ao se reconhecer como dotado de uma superioridade, nesse caso uma superioridade social e moral, em relação ao outro grupo que é estigmatizado, excluído e relacionado a atributos negativos, inferiores, associados à delinquência, violência, ausência de padrões de conduta e desintegração. Essa autoimagem atribuída é estabelecida na relação de complementaridade entre o “carisma grupal” dos estabelecidos e a desonra moral dos outsiders. Os estabelecidos consideram-se dotados de um “carisma grupal”, dotado de padrões de conduta, normas e restrições, enquanto os outsiders são tidos como anômicos e dissociados (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Segundo os autores, são os desequilíbrios de poder encontrados na relação de interdependência entre os dois grupos que contribuem para a estigmatização do grupo considerado inferior. Desse modo, “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23). Em contrapartida:

a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes – os antigos outsiders. Tão logo diminuem a disparidade de forças ou, em outras palavras, a desigualdade do equilíbrio de poder, os antigos grupos outsiders, por sua vez, tendem a retaliar (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Destaca-se, que a superioridade dos grupos mais antigos é assentada na ocupação das posições de poder dentro da comunidade. Esse fato foi observado na organização das associações locais:

Essa monopolização dos principais cargos das associações e outras organizações locais por membros de famílias interligadas e de idéias afins, nesse como nos outros casos, era uma das propriedades mais características da rede de famílias antigas e uma das fontes mais rigorosas de seu poder (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 103).

No caso específico desse estudo, notamos que as relações internas estabelecidas pelos reassentados na Vila Nova Canaã, o acesso aos principais cargos dentro das associações,

conforme é possível analisar a partir das falas dos interlocutores citados, é determinado pela relação de superioridade entre famílias antigas, estabelecidas, e moradores recentes, “os de fora”, como bem destacado nas falas, superioridade essa demarcada ainda na Vila Madureira antes do deslocamento compulsório.

Enquanto os moradores antigos se consideram como dotados de direito e merecimento legítimo aos benefícios adquiridos pela comunidade pelo critério da antiguidade, os recém-chegados não são considerados como merecedores do tratamento de igualdade dado, isso desde a distribuição da propriedade das casas no residencial e dos terrenos no polo agrícola, embora, a distribuição da área de plantio no polo agrícola tenha sido realizada com base no tamanho da área que cada família possuía na Vila Madureira. Desse modo, no polo agrícola enquanto algumas famílias antigas têm áreas de terra correspondentes a hectares (o reassentado com a área maior adquiriu 4 hectares de terra), “os de fora” receberam área de plantio com tamanho de 360 m<sup>2</sup>, geralmente famílias que não tinham quintais e áreas de plantio na Vila Madureira.

Essa diferenciação refletiu na adaptação desses reassentados durante os primeiros anos de implementação do polo agrícola porque essas famílias recentes não estavam habituadas nem ao trabalho agrícola e nem à distância percorrida para desenvolver essa atividade, da mesma forma que as famílias antigas não estavam habituadas às distâncias. Desse modo, alguns permaneceram somente durante os primeiros seis meses em que receberam a bolsa de R\$ 500,00 repassada pela empresa. Após esse período, diante do baixo retorno da comercialização das primeiras colheitas, da dificuldade de adaptação ao trabalho agrícola, e dos gastos com a manutenção das atividades da associação do polo agrícola (despesas com água, energia, transporte para deslocamento da produção etc.) alguns reassentados renunciaram a seus terrenos ou desistiram do trabalho agrícola.

Por esse fato, observamos que algumas falas de reassentados mais antigos relacionadas aos “de fora” acusam estes últimos de não quererem trabalhar, serem preguiçosos, não fazerem um esforço pessoal, alguns são considerados apenas especuladores e aproveitadores. Embora, outros relatos também destaquem que muitos reassentados desistiram do trabalho no polo por causa da distância e das dificuldades.

Desse modo, diante dos relatos colhidos e das observações realizadas durante a pesquisa consideramos que essa figuração, ou modelo, da relação entre estabelecidos e outsiders possibilita analisar as relações entre os grupos dentro da comunidade e o controle das associações.

#### 4.3.4 A dinâmica atual de funcionamento do polo agrícola: A participação em programas governamentais de incentivo à agricultura familiar, avanços e dificuldades atuais

Após os conflitos narrados durante a fase de adaptação e com a finalização do período de assessoria técnica prestada pela empresa, os agricultores que permaneceram em atividade no polo agrícola Hort Canaã conseguiram ter mais autonomia em sua prática e enfrentar as dificuldades iniciais de adaptação à distância e ao trabalho agrícola mediante participação em programas e projetos de apoio à agricultura familiar e de parcerias que viabilizam o trabalho e o escoamento da produção agrícola.

Segundo relatado, a autonomia conquistada demandou dos agricultores maior capacidade de organização e articulação interna na associação criada para gerenciamento das atividades de produção do Polo Agrícola Nova Canaã. Essa organização interna é destacada no relato seguinte:

Entrevistado: [...] Hoje nós temos, nós já temos o livre arbítrio para escolher o que nós queremos trabalhar.

Pesquisadora: Como foi para vocês conseguirem ter esse poder de escolha?

Entrevistado: Assim, porque a empresa, como eu falei, a empresa ela prometeu ficar três anos, dando total apoio, pagando técnico, pagando..., ela pagou tudo, mas depois ela, ela, houve um tempo que ela começou a se afastar e a gente... não é que eu achei ruim, eu achei bom porque a gente teria que aprender a andar com as nossas próprias pés. Então, a partir do momento que ela começou a se afastar, o que que a gente fez? Correu atrás, fizemos projetos, alguns projetos foram aprovados. A gente fez um projeto pro Banco do Brasil.

Pesquisadora: Vocês fizeram esses projetos por conta própria?

Entrevistado: Não. Pela Associação. A gente mesmo pela Associação de lá, mas por conta própria, sem a empresa. Sem a interferência da empresa.

Pesquisadora: Mas quem assessorava vocês nesses projetos?

Entrevistado: A gente tinha o, ainda hoje a gente tem, o Jadiel, Jadiel Lins, ele era técnico.

Pesquisadora: Vocês que contrataram?

Entrevistado: É, a gente contratou para fazer a empresa [o projeto], hoje o polo ele tem advogado, tem contador, tem tudo bonitinho, tudo por dentro da lei, entendeu? Aí, a gente fez esse projeto pelo Banco do Brasil. Aí, a gente foi contemplado. Muitas associações concorrem, mas a gente foi contemplado

(Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Entretanto, o gerenciamento da associação também demandou a necessidade de contratação de pessoal técnico para prestar a assessoria para regularização e atualização das documentações da associação, atividades de âmbito legal, administrativo e financeiro, e na elaboração de projetos para fins de obtenção de financiamento e parcerias.

Desse modo, a criação da Associação do Polo Agrícola Hort Canaã foi importante para o fortalecimento da produção e escoamento dos produtos dos pequenos produtores a partir da participação em projetos de financiamento e incentivo à agricultura familiar. Por intermédio

da participação em projetos de fomento, a associação de agricultores adquiriu recursos para compra de maquinário e insumos (trator, roçadeira, barracas de feira, carro com carroceria para transportar os produtos cultivados), mediante o qual adquiriam o valor de 200 mil reais pela Fundação do Banco do Brasil.

Pesquisadora: Como foi essa questão pra vocês participarem, se organizarem como Associação no Polo Agrícola? Da onde que surgiu a ideia?

Entrevistado: Surgiu a ideia porque a gente já tinha uma associação que, na realidade, já atuava aqui na Canaã. Então quando a gente... Essa nossa associação aqui era especificada pra comunidade. A gente usou ela lá. Depois a gente entendeu, pra gente participar dos programas PNAE, PAA, do programa do governo, a gente teria que ter uma identificação de uma associação de agricultor e agricultor familiar, entendeu? Que pudesse ser voltada pra agricultura. Aí, nós desmembramos. Essa daqui ficou pra cá e criamos a de lá que é da, do programa de hortaliça, né?. Pra poder a gente ter portas abertas pra buscar recursos pra dentro da... como a gente teve até projeto, que através, depois que a gente criou a outra associação, a gente participou de um projeto da Fundação do Banco do Brasil. Foi um projeto que a gente comprou um trator, comprou essa Strada<sup>80</sup> aqui que ela tá comigo (Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Atualmente, após 10 anos de funcionamento no ano de 2021, o polo agrícola tem certificação orgânica concedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e produz uma variedade de alimentos que são comercializados nas feiras municipais e em parcerias com instituições privadas e públicas, por intermédio de programas governamentais de incentivo à agricultura familiar.

Durante as entrevistas realizadas em dezembro de 2020, dois programas foram destacados nas falas dos agricultores: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos são programas governamentais que visam incentivar a agricultura familiar criando um mercado institucional de escoamento da produção agrícola e também promover o acesso da população mais vulnerável à alimentação saudável e à segurança alimentar e nutricional; de modo que os órgãos governamentais comprem os produtos da agricultura familiar para atender à demanda de alimentos de suas instituições, entidades socioassistenciais e instituições de ensino, mediante chamadas públicas que dispensam procedimento licitatório.

Para participar desses programas, cada produtor ou associação de produtores deve ter uma DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF). Trata-se de um documento que o identifica como agricultor familiar e participante de uma associação de agricultores familiares (DAP Física ou Jurídica).

Para participar desses programas, a associação de agricultores deve estar com a documentação regularizada e atualizada. No âmbito do PAA, cada família participa mediante

---

<sup>80</sup> Estrada é um automóvel fabricado pela empresa Fiat na versão picape (caminhonete).



cadastro individual e recebe os recursos das vendas de seus produtos diretamente em suas contas. No PNAE, o cadastro é feito por associação de agricultores e o recurso é repassado na conta institucional e dividido entre os agricultores cadastrados. É desse último valor recebido que a associação de agricultores do polo agrícola desconta o percentual de 10% para cobrir suas despesas de manutenção (pagamento de contas de energia, manutenção de equipamentos agrícolas como trator, transporte para o escoamento da produção, compra de insumos etc.). Essa organização dos programas é explicada por um dos nossos interlocutores da seguinte forma:

Pesquisadora: Como vocês começaram a participar do PNAE e PAA?

Entrevistado: Através de reuniões que a gente começou a participar na Secretaria de Agricultura aqui do Paço do Lumiar. A gente começou a participar das reuniões.

Pesquisadora: Vocês já tinham a Associação?

Entrevistado: Já tinha a Associação. A gente começou a se cadastrar pra poder ter acesso pra participar.

Pesquisadora: Pra receber o PNAE e o PAA é Associação que é cadastrada?

Entrevistado: Não. Existe o cadastro físico de cada pessoa individual, que é DAP Física. A DAP Física existe de cada agricultor, né? E existe a DAP Jurídica que é da Associação, que insere todos os agricultores dentro desse programa.

Pesquisadora: Mas para entrar, pra fazer o convênio, quem faz é a Associação?

Entrevistado: É a Associação. Tipo agora. Vai começar um programa do PAA. Esse PAA é um DAP Físico, esse aí cada um vai lá e faz a sua DAP, lá na agricultura de lá, a Secretaria de Agricultura, eles fazem todos os cadastros das famílias e aí abre uma conta pros produtores.

Pesquisadora: Esse é individual?

Entrevistado: É individual. Agora o PNAE, esse aí que a gente terminou de botar agora, ele é um cadastro jurídico, só participa quem tá inserido na DAP jurídica da Associação. Porque quando a gente vai na AGERP [Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão], apresentar os cadastros, aí, diz assim, “ah nós temos, digamos, 40 cadastrados na DAP jurídica da Associação”. Então, o dinheiro que vai cair na conta da Associação, que vem, vem de acordo com essas pessoas, entendeu?

Pesquisadora: É pela quantidade de pessoas que têm cadastradas na Associação?

Entrevistado: É. Pindoba, Pindoba às vezes tem 70 e pouca [pessoas] cadastradas. Então, praticamente o dinheiro pra eles já é maior, né?

Pesquisadora: Quanto vem mais ou menos pra cada agricultor?

Entrevistado: Depende. Assim, porque esse ano nós tivemos um... o nosso total, na nossa associação foi 193, se não me engano, 193.

Pesquisadora: 193 o quê?

Entrevistado: 193 mil.

Pesquisadora: 193 mil pelo PNAE?

Entrevistado: Pela DAP jurídica da Associação. Aí, esse valor, todas as pessoas que estão na DAP jurídica da associação, ah, tem 20 agricultor, então, eles vão participar desse valor todinho.

Pesquisadora: Divide entre eles?

Entrevistado: Divide, nós calculamos entre todos, né? Então, 193 dividido por 20, aí a gente vai encontrar o valor que cada um vai receber. Ah, é 6 mil, é 7 mil pra cada um. Só que a gente não recebe todo, então vai esmiuçar esses 6 mil.

Pesquisadora: Vocês recebem em parcelas?

Entrevistado: Em parcelas.

Pesquisadora: Quantas parcelas?

Entrevistado: É porque depende.

(Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Desse modo, os valores recebidos são variáveis, de acordo com os contratos estabelecendo a quantidade de produtos a serem adquiridos, e é dividido em parcelas durante o período de execução do programa, mediante a entrega das mercadorias solicitadas.

A comercialização da produção dos agricultores do polo agrícola é também realizada em feiras livres. Mediante parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, os produtores fazem a comercialização de seus produtos em feiras itinerantes da agricultura familiar que são organizadas em bairros estratégicos do município.

Desse modo, o polo agrícola tem conseguido se desenvolver através das parcerias com setores governamentais vinculados à agricultura e também com a iniciativa privada, dentre eles, a própria empresa responsável pelo empreendimento. Durante as entrevistas, foi destacado o surgimento de projetos novos, como a possibilidade de retorno da criação de galinhas (O Caipirão), tendo em vista a possibilidade de escoamento dentro dos programas governamentais, e o projeto de plantio de cacau orgânico, pioneiro no Estado do Maranhão, para uma fábrica de chocolate. Projeto em desenvolvimento com suporte da Eneva e do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), sob gestão da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e do município de Paço do Lumiar<sup>81</sup>.

Durante as visitas realizadas ao polo agrícola, em dezembro de 2020 (Figuras 22 a 34), observamos vários terrenos com a vegetação crescida e sem a realização de atividade agrícola e alguns em plena atividade, com casas construídas e famílias residindo no local, terrenos amplos, plantações de várias espécies e criações de animais. Uma realidade bem diferente dos anos iniciais de implantação, período em que essas atividades eram proibidas.

**Figura 22 - Placa de identificação do Hort Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

<sup>81</sup> <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/27/maranhao-inicia-producao-inedita-de-cacau-organico>. Acesso em: 15/12/2021.

**Figura 23 - Associação de Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola Hort Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura - Figura 24 - Plantação de Hortaliças**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 25- Canteiro de Hortaliças**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 26 - Vegetação crescida no Polo Agrícola**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 27 - Casa de Farinha – Placa de identificação destaca: “ Esta casa de Farinha foi doada por um projeto de mitigação exigido pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA”.**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)



Alguns reassentados construíram casas dentro do polo agrícola e conseguiram reproduzir uma forma de vida aproximada que tinham na Madureira com seus sítios, plantações e criações de animais. Conforme relato desse morador do polo agrícola:

Pesquisadora: Por que o senhor mudou de lá pra cá [Para o polo agrícola]?

Entrevistado: Da Canaã pra cá? Já lhe falei. Você pode criar um porco dentro de um conjuntinho daquele? Porco fede. Você pode criar galinha dentro de um conjuntinho daquele? Não pode. Mas aqui eu tenho minhas galinhas. Porque tudo é cercado. Pra quem quer viver tem que procurar é mato.

Pesquisadora: Por que era assim que o senhor vivia na Madureira ?

Entrevistado: Lógico. Exatamente.

(Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Apesar de não conseguir praticar a atividade de pesca artesanal e extração de mariscos, porque não tem acesso a igarapés próximos à localidade onde reside, esse reassentado tem um criadouro de peixes em seu terreno no polo agrícola.

Pesquisadora: O senhor sente falta de alguma coisa de lá [da Vila Madureira] ?

Entrevistado: Não, porque quem chora por tapera é quem não tem onde morá..

Pesquisadora: Como é?

Entrevistado: Quem chora por tapera é quem não tem onde morá. Se você tem onde você mora, você vai chorar por uma tapera que já ficou pra trás?! Não! A gente tem lembrança... que a vida de lá era boa porque... Aqui, aqui mesmo, tá com uns três a quatro anos, me convidaram na época do caranguejo: “Bora pegar uns caranguejos? Umbora!” – Vi um caboco com uma puçá, uma rede – “umbora”. Estivaram um garapé aculá, quando puxaram a rede, vinha cheia de caranguejo, acredita? Na rede. Deste tamanhinho o bixinho. E lá : “rapaz borá pegar um caranguejo”, eu e esse rapaz que estava com o cachorrinho na mão bem ali ainda agora, nós saia, “borá pegar uns caranguejos?” “Bora”. Ia lá no mangue, quando chegava, não demorava muito, quando chegava, caranguejo. Aí, tinha um igarapé, saindo do Itaqui pra lá assim. Botava a rede, peixe, pegava peixe, peixe quando tava no campo, um peixe fresquinho, assim era. Aí, aqui não, aqui eu não sei como vou pescar, eu tenho medo do mar.

Pesquisadora: É disso que o senhor sente falta de lá?

Entrevistado: É. Só um pouquinho, né? Porque, graças a Deus, agora já estou é criando, tô criando meus peixes aí, já tenho outro tanque aí, que eu vou reforçar, ajeitar ele todinho e meter peixe.

(Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

**Figura 28 - Criação de Peixes no Polo Agrícola**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 29 – Área Cercada para Criação de animais no polo agrícola**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Os entrevistados relataram que a construção de casas (Figuras de 30 a 34) nos terrenos do polo agrícola foi uma estratégia utilizada para resolver a questão da dificuldade deslocamento entre o local das plantações e suas moradias, bem como, um local mais afastado, longe das movimentações urbanas e mais amplo para a criação de animais, considerando que os terrenos da Vila Residencial Nova Canaã não tinham espaço adequado para a prática da agricultura e para a criação de animais.

**Figura 30 - Casa construída no Polo Agrícola 1**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 31- Casa construída no Polo Agrícola 3**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 32- Casa construída no Polo Agrícola 2**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 33 - Casa construída no Polo Agrícola 4**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

**Figura 34 - Casa construída no Polo Agrícola 5**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)



Apesar dos avanços destacados e de toda a visibilidade e reconhecimento público dado pela empresa, órgãos governamentais e recebimento de premiações nacionais<sup>82</sup> dadas ao Programa de Reassentamento da Vila Canaã e ao Hort Canaã, durante as entrevistas os reassentados destacaram em seus relatos algumas dificuldades e desafios que enfrentam atualmente na manutenção do polo agrícola. Dentre essas dificuldades e desafios, destacamos: a diminuição da cobertura dos programas governamentais de incentivo à agricultura familiar, a pouca quantidade de reassentados participando ativamente do trabalho, os gastos de manutenção do sistema de irrigação por causa do custo elevado das contas de energia, os custos de manutenção da produção, os conflitos internos entre os agricultores, os problemas de gestão e composição do conselho do polo agrícola e a ausência de títulos de propriedade dos seus terrenos.

Um dos desafios observados nos relatos trata-se da própria sistemática de funcionamento dos programas PAA e PNAE que, apesar de serem planejados para funcionar durante todo ano, acabam sendo executados em períodos menores.

Pesquisadora: Quanto tempo dura um projeto desse?

Entrevistado: É pra durar o ano todo. Na realidade é pra começar em janeiro, no começo das aulas, mas aí tem um grande problema na gestão daqui de Paço do Lumiar. Quando eles vão começar, eu estava reclamando pra [equipe da SEMED] eu digo: “[...] a gente tem um grande problema, isso aqui precisa melhorar, porque isso não é um estímulo pros agricultor, isso não é animador não, isso é desanimador”. Porque assim, ó, por exemplo, esse ano, a gente entende que houve esse problema de epidemia [Pandemia do COVID-19], né? Então, a gente sabe que atrapalhou um pouco. Mas, eu digo, antes disso, a gente já estava nessa mesma situação. São Luís começa os programas lá no comecinho das aulas. Quando nós vamos começar aqui, aí vem fevereiro, março, abril, maio, junho, julho. Esse ano nós tivemos sabe quantos meses pra poder tirar esse dinheiro todinho? Três meses.

Pesquisadora: Aí tem que dar conta da produção?

Entrevistado: Tem que dar conta da produção todinha, entendeu? Como as aulas fecharam, a gente começou a fazer os kits. Teve muita reclamação porque muita coisa era cortada, por exemplo, como batata, porque era calculada por aluno não por família, por aluno. Aí, então, tinha coisa que era pequenininha. Então digo: “Isso aí vai ter problema pra gestão, né?” Como teve. Aí, depois criaram um outro momento da gente fazer uma, pra gente fazer uma feira, uma feirinha comunitária nas escolas. Aí, a gente já chegava e entregava. E aí, os gestores criavam lá umas mesas, ornamentava lá tudinho pra poder receber a mercadoria (Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

A pandemia do COVID-19 ocasionou a suspensão das aulas presenciais nas escolas e diminuição dos recursos repassados aos programas do PNAE (mesmo com a autorização de que os recursos do programa fossem utilizados na distribuição de cesta de alimentos às famílias dos estudantes) e PAA, conseqüentemente, contribuiu para com esse quadro de diminuição da aquisição da produção dos agricultores e do período de execução dos

---

<sup>82</sup> Prêmio ECO (2010), Prêmio Brasil SocioAmbiental (2018) e Melhores Práticas de Educação Ambiental/IBAMA (2019). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/ultimas-3/1389-programa-de-licenciamento-que-reassentou-95-familias-no-ma-recebe-premio-brasil-socioambiental>. Acesso em : 26/12/2021

programas, conforme destacado:

Pesquisadora: Geralmente quando começa o PAA?

Entrevistado: Olha, na realidade, esse pessoal, eles precisam se alinhar com a gente, porque é como eu te falei no início. Isso é pra começar o ano todo. Mas, o PAA, ele vem se arrastando, ano passado desceu pelo vazo, não aconteceu. Agora, esse ano diminuiu ainda mais o valor e aí tava calculado que ia ser três mil pra cada agricultor, reduziram a quantia de agricultor, entendeu? Não está alcançando mais todo mundo.

Pesquisadora: Ele não está mais incluindo todos da Associação?

Entrevistado: Da nossa Associação, não tá alcançando todo mundo e das outras também.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque o dinheiro é pouco.

Pesquisadora: Eles selecionam os agricultores que eles vão contratar?

Entrevistado: É, exatamente. Eles selecionam.

Pesquisadora: Como é essa seleção?

Entrevistado: E tanto é que a seleção deles, que eles fizeram, o tempo que era pra começar, tão previsto botar agora lá pro dia 15 de dezembro. E praticamente o mais que pode ter é uma botada ou duas. Aí, fecha porque é pouco dinheiro. Eu lembro que teve um ano que o agricultor levava, digamos assim, a cota dele era 3 mil, aí ele levava logo uma carrada que fechava os 3 mil. Assim que era.

(Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Essa diminuição impacta diretamente no trabalho e no orçamento individual dos agricultores e no enfraquecimento das associações de agricultores familiares. Essa realidade foi constatada em toda a região nordeste do país, de acordo com o levantamento realizado em 2020 pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), no qual se destacou que:

Para além da perda na quantidade e qualidade da alimentação das crianças e adolescentes das escolas públicas, agricultores e agricultoras deixam de entregar seus produtos na escola, o que acarreta na perda da renda e no desperdício de alimentos, justamente em um momento em que cresce a pobreza e fome, aumentando a vulnerabilidade social nas regiões mais pobres do país, como é o caso do Semiárido (FBSSAN, 2020, p. 6)<sup>83</sup>.

A diminuição dos agricultores participando ativamente nas atividades do polo agrícola observada durante o relato dos entrevistados é outro elemento interno que analisamos como um desafio a ser enfrentado porque ocasiona o enfraquecimento da atividade associativa. Segundo relatado durante as entrevistas realizadas, somente um quantitativo de 20 a 22 associados, do quantitativo de 95 famílias, participam efetivamente na Associação de Agricultores do Polo Agrícola Hort Canaã atualmente. E o período de atividade desses agricultores é mais intenso durante a execução dos programas.

Pesquisadora: Aí acabou essa história de grupo?

Entrevistado: Acabou. Porque lá agora não ficou quase ninguém. Foram tudo embora. Lá tem mais ou menos... se tem lá é dez pessoas, que vive lá dentro mesmo, dez pessoas, de noventa pessoas tem dez.

Pesquisadora: Mas morando ou Trabalhando?

Entrevistado: É trabalhando mesmo. Trabalhando mesmo.

Pesquisadora: Mas eu ouvi alguém dizer que eram vinte e dois.

---

<sup>83</sup> Disponível em: <https://fbssan.org.br/2020/11/fbssan-e-asa-apresentam-levantamento-sobre-alimentacao-escolar-na-pandemia/>. Acesso em: 26/12/2021.

Entrevistado: Vinte e dois que eles botam quando tem os programas, pra botar coisas no programa dos que estão lá produzindo. Vinte e dois não, vinte e um.

Pesquisadora: Vinte e um?

Entrevistado: Vinte e um. Aí, eles vão, quando termina, acabou o programa, eles caem se embora de lá também. Não vê mais nenhum deles lá. Pode ir lá que você olha, está deserto, mas deixa começar o programa (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

#### Outro entrevistado também destaca:

Pesquisadora: Mas aqui [polo agrícola] ainda tem muita gente da Canaã participando ou já tem gente nova participando da Associação?

Entrevistado: Tem, ainda tem umas pessoas ainda. Ainda tem.

Pesquisadora: Mas a maioria saiu dos terrenos?

Entrevistado: A maioria saíram e muitos só vêm quando chega os projetos. Olha, tal mês vai começar o projeto pra botada, PNAE, PAA. Aí você vai ver gente todo dia tá chegando aqui.

Pesquisadora: Quando vem o projeto que eles retornam?

Entrevistado: Hunrum, retorna pra trabalhar, pra poder produzir. Botar água no fogo, sabe? Apagou.

Pesquisadora: Aí, acaba o projeto vão embora?

Entrevistado: Fica deserto. Isso que eu bato contra. Tem que ter atividade.

Pesquisadora: Por que tem hora que fica parado?

Entrevistado: Isso. Olha, faz medo você entrar lá no polo e dizer, “onde é o polo?” Entra lá só vê mato. Tem medo de ser assaltado (Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Esse aspecto da diminuição da participação dos agricultores no polo agrícola durante o período de intervalo entre um contrato e outro dentro dos programas também foi identificado na pesquisa realizada por Kalil (2016, p. 111), sobre a participação de comunidades rurais quilombolas em políticas e programas governamentais. Desde a implementação, os programas como PNAE e PAA se tornaram um dos principais meios institucionais de escoamento da produção da agricultura familiar no Brasil, sendo considerados como uma fonte de recursos certa diante das dificuldades e custos de escoamento nas feiras e em outros mercados. Desse modo, alguns agricultores destinam a sua produção diretamente para os programas porque em tese eles são planejados para ser executados durante o ano todo. Entretanto, cada município tem os próprios entraves na execução desse cronograma, como é possível observar nos relatos citados anteriormente. O contexto da pandemia do COVID-19 agravou essa a situação e reduziu o período de execução dos programas e a quantidade de agricultores selecionados para participar.

Entretanto, no caso desse estudo em específico, diante da diminuição do quantitativo de agricultores associados e do custo elevado da manutenção da estrutura de funcionamento do polo agrícola, os pequenos produtores remanescentes não estão tendo condições de arcar com todas as despesas decorrentes da produção agrícola. Nesse período de pesquisa, os agricultores relataram que as contas com energia elétrica acumuladas, decorrentes do consumo de água do sistema de irrigação, chegaram ao valor de 10 mil reais, com contas com



valores mensais de 4 mil a 5 mil reais.

Como os agricultores não tiveram condições de pagar, solicitaram o apoio da empresa ENEVA e ela repassou o valor de 10 mil reais para a quitação das dívidas. Esse fato é narrado na fala a seguir, que destaca também outro investimento da empresa no sistema de irrigação do polo agrícola, com a distribuição da água nas cisternas individuais dos agricultores, para tentar solucionar os conflitos do uso da água, diminuir o consumo e os gastos decorrentes.

Entrevistada: Ela já chegou até 5 mil por mês [a conta de energia elétrica]. E, assim mesmo, funcionando das 9 às 6 horas, que é sistema dela. Ela funciona só à noite durante o verão, agora eles cortaram ela. E aí a empresa está pagando 50 mil pra mudar tudo. Porque a gente tinha duas bombas funcionando, a do poço e a de lá que é uma casa de bombas. O que acontecia? O poço jogava a água lá para aquela cisterna que é 360 mil litros de água lá e aí eram duas bombas funcionando. E agora o que que a gente queria pra funcionar? Jogar o sistema diretamente só nesse daqui do poço, jogar diretamente na sua cisterna pra gastar menos energia porque antes, principalmente no verão, era um gasto muito alto, entendeu? Aí, então, o que que ele tá mudando? Que ele já fez umas escavações ali, vai pegar os irrigantes deixar lá na casa da bomba só pra jogar de lá pra cá, pra essa casinha do poço; jogar diretamente do poço pro sistema. Que não era assim, jogava do poço, jogava lá pra cisterna e a bomba de lá jogava pro sistema e agora vão mudar e o rapaz já está trabalhando, vai trabalhar uns dois ou três meses nisso.

Pesquisadora: Isso com esse 50 mil que eles deram?

Entrevistada: Sim que é 25 mil dele [do sistema] e 25 mil pra comprar material pra investir nessas coisas.

Pesquisadora: Se a empresa não tivesse dado esse dinheiro como seria?

Entrevistada: Nós taria pagando uma conta de energia até de 4, 5 mil, muita alta pra pouco produtor.

Pesquisadora: Então, pega a conta de luz e divide, no caso, pelas 21 pessoas?

Entrevistada: Humhum

Pesquisadora: Mas agora já diminuiu?

Entrevistada: Agora ela tá cortada porque eles devem quase 10 mil reais. Aí, a empresa foi e pagou esses 10 mil. Aí, ela está cortada até hoje. Aí, pra ajeitar tudinho. Aí, ele ligou fora a parte entendeu? Não tá passando lá no registro, vão fazer uma solicitação e fazer um novo irrigante<sup>84</sup>.

Pesquisadora: É um sistema bem caro.

Entrevistada: Muito caro, 5 mil reais.

Pesquisadora: Como vocês vão ficar quando a empresa não estiver mais dando suporte?

Entrevistada: Por isso que a gente quer botar diretamente no sistema, lá dentro do irrigante, entendeu? Porque aí a taxa é menor, entendeu? Porque, aí, a gente paga, eu não sei se é 30 ou é 20 por cento, uma coisa assim.

Pesquisadora: Sem o suporte da empresa seria muito difícil.

Entrevistada: Não tem como, entendeu? Pouco produtor, porque a maioria foi embora. Eu, pelo menos, eu sobrevivo disso, aqui eu sobrevivo disso.

Pesquisadora: Tem que resolver essa questão.

Entrevistada: É um custo de energia muito alto.

(Entrevista com Débora, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã, Pindoba).

Ainda que ao longo dos anos os agricultores tenham tido mais autonomia na gestão da associação e de seus terrenos, determinando a sistemática de trabalho e as plantações a serem cultivadas e que tenham conseguido escoar a produção no mercado por intermédio das

---

<sup>84</sup> Ela refere-se ao programa de desconto de energia elétrica para o produtor rural que realiza atividades de irrigação, que funciona no intervalo entre as 21h30 da noite até às 6 h do dia seguinte.

parcerias e contratos realizados, o retorno dessa produção ainda não lhes garante as condições necessárias para arcar com todos os custos necessários para manter o polo agrícola em funcionamento. Diante disso, atualmente, os agricultores ainda são dependentes do suporte dado pela da empresa responsável pelo reassentamento das famílias.

Pesquisadora: E quando a empresa não estiver mais ajudando?

Entrevistado: Ah, agora, aí a porca vai torcer o rabo [ risos].

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque aí ou larga... porque aí é caro, porque só se tiver essa assim, vai usar tanto. Por isso que é pra ter isso aqui, isso aqui é um reservatório, encheu aqui, se todo mundo tivesse reservatório, isso aqui dá pra trabalhar muita semana, ele cheio da água, molhando sua planta com uma bombazinha. Mas não, nego quer jogar água é pra destruir e é caro uma bomba dessa puxando. É muita energia que gasta. Aí tem gente que quer botar três vezes por dia pra molhar, não pode. Aí, quando vem a conta, não é só pra aquele que está gastando muito, vem pra todos. Teve conta de energia de 10 mil pra pequeno agricultor, vai pagar como? A empresa pagou. Eu posso falar de uma empresa dessas? Posso não.

Pesquisadora: E quando ela sair, vocês vão fazer como?

Entrevistado: Olha aqui, aqui é o seguinte. Quando parar isso aqui, eu já disse, isso aqui não vai pra frente. Isso vai parar.

Pesquisadora: Por que o senhor acha que não vai pra frente?

Entrevistado: Vai parar. É porque eu não acho muita união. Gente, onde não tem união nada vai pra frente. Se tiver união, vai. A mesma coisa de uma família, vocês são seis irmãos, mas se tiver um desunido desmancha a família toda.

Pesquisadora: E qual o principal motivo da desunião de vocês hoje?

Entrevistado: Ó, o principal é porque quando um puxa pra um lado, outro puxa pra outro. Inclusive eu mesmo não quero, como já falei pra vocês aqui, você pode gravar isso aí, eu já disse lá na Associação e digo: “Olha, hoje vamos fazer um grupo aqui pra fazer um plantio de milho aqui, ó. Vamos aradar isso aqui e fazer um plantio de milho. Tu quer?” “Quero não”.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque não quero trabalhar em grupo desses, porque eu já apanhei. Eu não lhe falei que eu vim trabalhando do começo e quando chegou no meu parou? Eu vou entrar de novo? Só apanha uma vez. Eu não entro. Me convidaram, vou dizer essa aqui pra vocês agorinha: Teve uma criação de galinha no galpão um tempo desse, no galpão bem ali, criação de galinha. Pegaram a verba da Associação, uns sete mil e pouco inverteram lá, pra criar galinha, aí saíram escolhendo, botaram uma pessoa lá: “Umbora, botá?” – botaram, botaram lá. “Efrain [Nome fictício], tu vai querer?” “Não”. “Por quê?” “Porque eu não vou querer dentro do grupo de vocês”. O que acontece? Até hoje nego deve sete mil pra Associação e não retornaram o dinheiro

(Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

A partir da fala desse entrevistado é possível destacar outro elemento dificultador do avanço das atividades associativas dos agricultores que diz respeito aos conflitos internos entre eles. De modo geral, observamos nos relatos que a maioria dos conflitos internos estão relacionados à quantidade de água que cada agricultor consome e à divisão dos custos gerados pelo consumo entre eles. Os agricultores que têm área maior demandam um gasto maior de água e energia, entretanto esses gastos são divididos em igualdade por cada associado sem considerar o tamanho da produção ou do terreno de cada um. Conforme narrado:

Aí um fica puxando: “Não, rapaz, eu não gastei esse tanto de água”. Outro: “Não, eu não gastei”. Aí, fica nesse negócio. Porque não tem registro em cada uma casa pra registrar para o cara: “não, tu gastou isso aqui, tá aqui no teu registro”. Não tem. Aí como a gente vai dizer que ele gastou se ele não gastou? Aí a briga começa

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

No que se refere aos custos de funcionamento da atividade agrícola dos associados, além do percentual a ser pago para a associação, durante o uso dos maquinários e do carro para escoamento dos produtos, cada agricultor paga uma taxa para cobrir despesas de manutenção e deslocamento. Nesse ponto, o uso e a manutenção dos equipamentos acabam se tornando pauta nos conflitos e outro elemento de dispêndio na atividade agrícola.

Pesquisadora: Por quê [não faz uso do trator]?

Entrevistado: Porque, digamos assim ó, o trator é da Associação, eu falo com ele pra vim trabalhar aqui, eu vou pagar o cara que vai operar que é daqui de dentro, eu vou dar o óleo, se furar o pneu de um trator daquele é caro, tem o frete, tudo é eu que vou pagar. É melhor eu pagar um rapaz que tem bem ali que a hora é duzentos reais do trator, sai de lá funcionando, mas quando chega aqui dá pra fazer meu serviço tudinho e, o que acontecer, o trator é dele, não me responsabilizo.[...] Eu nunca usei, mas eles lá usam. Já acabaram com ele lá, tá até com um... coisou não sei o que no radiador, não sei o que lá. Aí, tocaram em cima de um toco, aí o cara foi tirar o trator e saiu rasgando. Aí derramou o óleo todo (Entrevista com Efrain, realizada em 06/12/2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Destarte, outro entrevistado relata que o principal desafio a ser enfrentado para o polo agrícola desenvolver-se é o problema de administração. Segundo ele, uma administração eficiente resolveria os conflitos internos, o dispêndio de recursos com projetos desnecessários, teria melhor gerenciamento dos recursos para manutenção das despesas internas e investimento em projetos que gerem mais lucratividade. Nesse ponto, destaca que a mudança na presidência da Associação seria necessária, considerando que o mesmo presidente permaneceu no cargo durante oito anos (parte desse período como vice). Conforme as críticas que elabora em seu relato:

Pesquisadora: Mas não teve a eleição?

Entrevistado: Teve a eleição. Aí teve, ele fez uma lambança lá, levou três advogados. Só nas três votadas ele levou três advogados.

Pesquisadora: Pra que esses advogados?

Entrevistado: Como é que você já viu você estar oito anos num caso com essa mesa aqui, se você não está ganhando nada com essa mesa? Você vai ainda ficar com essa mesa? Heim? Você não vai ficar com ela não, você vai despachar ela porque você não está tendo lucro, você está tendo só prejuízo com ela. Você vai chamar um advogado pra: “Ah, não, porque eu quero ficar com essa mesa”? Como é que você vai fazer uma coisa... Se você bota aqui é porque você está tendo lucro com isso aqui. Você está tendo lucro, você está tirando dali pra comer. O trator trabalhou esse tempo todinho, qual foi o dinheiro que ele deixou desse trator? Nenhum tostão. O trator está lá parado, esculhambado lá.

Pesquisadora: E qual o problema do trator?

Entrevistado: Pra fazer revisão do trator não tem dinheiro.

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Durante a eleição da nova diretoria do polo agrícola, esse reassentado e seu pequeno grupo formou uma chapa para concorrer e questionaram a possibilidade de recandidatura do então presidente. Esse, por outro lado, argumentou que havia uma falha no regimento da Associação e desse modo o seu tempo de candidatura e gestão não havia excedido, podendo,

assim concorrer novamente ao cargo. Conforme relatado por ele:

Pesquisadora: Como é a questão da renovação da diretoria da Associação? Como funciona a mudança de direção? Funciona por eleição?

Entrevistado: É por eleição. Eu tirei uma gestão de quatro anos, na época era Esaú [nome fictício], era o presidente e eu era o vice dele e, aí, depois criaram uma outra eleição, aí eu fiquei com quatro anos. Só que a gente teve um probleminha no nosso estatuto. Porque o primeiro estatuto eles criaram com um ano, aí esse estatuto com essa data caducou porque hoje é quatro anos. Aí, quando foi agora, nesse período agora, alguma pessoa disse que eu não podia mais continuar porque já tinha tirado quatro anos, já tinha sido vice, não sei o quê. Aí, depois... não eu acho que pode sim. Aí, nós fomos olhar a documentação, tava um vácuo de eu continuar se eu quisesse, se eu quisesse fazer uma chapa. Aí, eu fiz uma chapa, outra chapa, e concorri com uma outra pessoa que fez uma chapa também. Aí, eu continuei com a maioria, com a maioria de voto

(Entrevista com Isaac, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Segundo relatado por alguns interlocutores, para defender a sua recandidatura, no dia da eleição, o presidente acionou três advogados para explicar as falhas presentes do estatuto da Associação. Desse modo, para a resolução do conflito formado entre os candidatos das duas chapas houve um acordo para que eles se juntassem em uma só comissão na qual o presidente atual permaneceu no cargo e o candidato da outra chapa ficou como vice-presidente, após a votação dos associados.

Um último ponto destacado nas entrevistas realizadas em dezembro de 2020, trata-se da ausência do título de propriedade dos terrenos. Segundo os agricultores, a empresa prometeu entregar a titularidade dos terrenos em 80 dias, mas até então não havia cumprido essa promessa do acordo. Para esse entrevistado: “Eles estão esperando é ver se cai todo mundo fora dali. É isso que é o problema deles. Quando eles vê que nego não vão sair fora mesmo, que vai ficar só aqueles dois, aqueles dali, eles indenizam e mandam embora e acabou” (Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Uma das lideranças comunitárias entrevistada explica os motivos do documento ainda não terem sido expedidos:

Pesquisadora: E o que eles [a empresa] falam a respeito da documentação dos terrenos?

Entrevistado: Ah, a documentação a gente é cobrando... que por isso até às vezes é muito bom eles não darem de uma vez só.

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Porque a gente tem como cobrar. Você já pensou se eles dissessem: “Olha nós temos cinco anos” e dentro desses cinco anos eles entregassem tudo pra nós? Aí, nós ia perder o direito de cobrar alguma coisa. Porque quando o filho, se teu filho casa, tu dá uma casa, tu dá mais um dinheirinho pra ele, tu consegue um emprego pra ele, tu consegue um emprego pra mulher dele. “Oh te vira, não quero nem saber. Tu precisava de casar, tu casou, eu te ajudei, tu precisava de uma casa, eu te dei, tu precisava de um emprego, eu adquiri pra ti, tua esposa precisava de um emprego, eu arrumei pra ti. Agora, tchau, tchau, venha só tomar a bênção”. Mas não, se tem o cafezinho da manhã, tu pode vim tomar o café, tu pode vim almoçar, tu pode vim jantar e no dia que tu não fizer a janta? Ele vai chegar e dizer: “Mamãe, tu não fez a janta?” Isso acontece. Então, essas coisas. A mesma coisa a empresa, ela... “Ah rapaz, a empresa ainda não me deu o documento meu, tá me prometendo, mas ainda não me deu”. Se eu cobrar alguma coisa pra ela, ela vai dizer pra mim que ela

não tem mais direito, eu digo: “mas tu ainda não me deu o documento, eu tenho direito, tu ainda não me deste o documento, então eu tenho o direito, dá teu jeito”. Já entendeu? Então a gente tem onde amarrar as coisas, uma coisa vai amarrando a outra.

Pesquisadora: Eles acabam ficando em pendência com vocês por conta desse documento.

Entrevistado: E a gente termina cobrando independente desse documento.

Pesquisadora: Mas, que justificativa eles dão por esses documentos ainda não terem saído?

Entrevistado: Não, a justificativa a gente tem, que a gente acompanha todo o tempo.

Pesquisadora: E é qual? Por que ainda não saiu?

Entrevistado: Porque a gente acompanha. Porque tem o Município, a Prefeitura, tem os advogados do município, tem o INCRA e tem a nossa independência, como é que nós queremos, porque uma época nós queremos em grupo, depois nós analisa, nós queremos individual, aí não, mas nós queremos... O pequenininho que tem 360 metros, nós queremos o grupo só dos de 360... não... nós vamos imaginar se nós queremos cada um individual.

Pesquisadora: Mas ainda não está decidido, isso?

Entrevistado: Aí, nós começa. Já entendeu? O nosso, os grandes, já tá decidido que é cada um tem o seu individual, agora nós tamos estudando os menores.

Pesquisadora: Ainda não está resolvido como vai ser?

Entrevistado: Ainda não está decidido. Nós decidimos em grupo, mas agora nós estamos botando na cabeça que nós não sabe se vai ser em grupo ou se vai ser individual, os pequenininhos. E aí, eles encontram também as dificuldades.

(Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Desse modo, conforme narrado acima, o que dificulta a expedição dessa documentação do título de propriedade dos terrenos para os reassentados, além da definição se ele será individual ou coletivo, como saiu na escritura pública, ou se será individualmente para os proprietários dos maiores terrenos e coletivo para os proprietários dos terrenos menores de 360 metros, conforme narrado acima; trata-se da organização inicial do polo agrícola no formato de condomínio e o tamanho dos terrenos pequenos.

Considerando todos os relatos obtidos durante a pesquisa, observamos que nossos interlocutores destacaram como avanços o conhecimento adquirido através dos cursos realizados, as parcerias com órgãos governamentais e empresas e a aquisição de maior autonomia na gestão da associação do polo agrícola. Entretanto, todos esses desafios analisados durante as falas também geraram opiniões negativas sobre a atual dinâmica de funcionamento do polo agrícola.

Pesquisadora: O que o senhor achou que teve de avanço esse tempo todo lá no polo?

Entrevistado: Nada.

Pesquisadora: Nada?

Entrevistado: Nada

Pesquisadora: Por quê?

Entrevistado: Tô vendo que cada vez tá caindo mais. Até no começo enquanto a empresa estava tomando de conta, pagando as contas, tava até melhorzinho, mas agora? Agora cada vez tá caindo mais e nós era pra ter um avanço muito bom porque nós já temos um trator, temos um carro que o Banco do Brasil deu, né? Era pra tá melhor ainda, mas tá, tá cada vez mais piorando. Vocês foram lá, olharam que está se acabando tudinho. Ali era muito bonito, quando nós chegamos lá, que a empresa tomava de conta, era muito bonito. Logo na entrada, tu olhava os telhados tudo feitinho, tudo arrumado, hortaliça pra todo lado. Não olhava aquele matagal todo

que tinha. Não tinha trator, mas a gente pagava, né? O trator porque tens uns cabocos que tem uns trator aí e a gente pagava. E agora que nós temos trator tá pior. As estufas estão se acabando, se acabaram tudo, a sementeira se acabou, tá lá só a estrutura, a casa do Biu [casa de fertilizante] não se acabou porque Zulu fez um material

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Esse relato nos remete novamente para a relação de dependência que os reassentados continuam a manter com a empresa.

Pesquisadora: Você acha que se hoje não tivesse esse suporte da ENEVA vocês iriam conseguir tocar isso aqui independente?

Entrevistado: Não, a gente toca independente, mas com dificuldade.

Pesquisadora: E se de repente ela saísse hoje como vocês ficariam?

Entrevistado: Não, ela já deixou a gente por conta. Mas a gente como tem a parceria com eles e se a gente encontrar um gargalo que vai nos atrapalhar a gente tem que chorar e eles não deixam a gente chorando sem recurso. Já entendeu?

Pesquisadora: Mas, em algum momento, eles disseram a nossa parceria vai acabar, já passou o prazo?

Entrevistado: Isso aí eles diz.

Pesquisadora: E vocês dizem o quê?

Entrevistado: Porque nós tivemos um acordo de cinco anos, mais três, oito anos e nós já tamos com 9 anos [Em 2020]. Aí, a gente diz pra eles, eles diz: “Não, vocês já podem viverem por conta, já pode”. Aí a gente vai dizer: “Não senhor, não foi assim que nós negociamos” (Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

Desse modo, a relação de dependência com a empresa responsável pela Termelétrica permanece, tanto por conta das condicionalidades de licenciamento do empreendimento, determinadas pelo Ibama, quanto por reivindicação dos próprios agricultores em razão do não cumprimento de todos os acordos firmados, como é o caso do título de propriedade dos terrenos.

Pesquisadora: E o que a senhora achou [do reassentamento e polo agrícola]?

Entrevistada: A gente ficou, logo no começo, a gente achou bonito, legal, que eles tavam, tava em reforma, a casa, mas aí, faz que nem outro, aí a gente veio prá cá pensando que ia melhorar mais. Assim, **a melhoridade é porque a gente teve mais conhecimento**. Temos, somos umas pessoas conhecidas no mercado, né? Conhecemos mais a agricultura, que a gente não sabia, só sabia era plantar mandioca e fazer farinha [risos]. Era só isso que a gente sabia, plantar mandioca, fazer farinha e plantar milho, arroz, era só o cultivo da gente. A gente não sabia o valor tem hoje a agricultura, né? Então, foi uma das coisas que eles pagaram técnico, pagaram professor pra ensinar a gente e curso pra lá, pra cá. Então, é isso que foi. **A pessoa não se fez, como eles disseram, que eles estavam dando e botando a gente pra caminhar, aprender a gente andar com seus próprios pés**. Era esses cursos pras pessoas poder arranjar trabalho lá fora. **Aquele que se fez, se fez, aquele que não se fez, ficou por se fazer. Então, foi isso. [...]** Aí, **a vantagem que teve porque, o que nós tinha lá, hoje a gente tem aqui, mas assim porque por causa da sabedoria**. Porque a sabedoria que eu tinha lá aumentou aqui mais, porque a gente tem mais conhecimento aqui com o pessoal da agricultura, com o pessoal que a gente tem, é beneficiado pelo Governo Federal e lá a gente não sabia nem [risos], não tinha isso. Então, foi uma coisa que eles ofereceram, muito curso. Fizeram muito curso para a pessoa poder sobreviver sem ser só da agricultura (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã. Grifos nossos).

O relato dessa moradora antiga é emblemático e ajuda a refletir sobre todo o processo de reassentamento dessas famílias. Primeiro, destaca-se a narrativa de uma expectativa frustrada “a gente achava que ia melhorar mais”. Então, o reassentamento não melhorou as condições as condições de vida?

Concretamente, segundo a experiência dela, a melhoria se deu apenas no aspecto do conhecimento, da “sabedoria”. O conhecimento na fala é citado em dois aspectos, conhecimento enquanto sabedoria, o saber tradicional praticado na agricultura de subsistência, foi complementado por intermédio da participação nos cursos oferecidos na área de agricultura e em outras áreas; e conhecimento enquanto ser conhecido e participar do mercado de produção agrícola, conhecer e participar dos programas de incentivo à agricultura familiar.

Nesse ponto, observamos que ela desqualifica o próprio saber sobre a agricultura de subsistência que praticava na Vila Madureira, considera um saber limitado diante das opções de prática agrícola da atualidade. No final da fala, ela cita o discurso que ouviu dos representantes da empresa, que de ouvir ficou em seu inconsciente: “como eles disseram, que eles estavam dando e botando a gente pra caminhar, aprender a gente andar com seus próprios pés”. Observa-se que falta uma reflexão na fala sobre o antes de tudo isso, antes de se tornarem dependentes da empresa para conseguir desenvolver uma prática agrícola que produz em maior escala se comparada a agricultura de subsistência, mas demanda um custo maior de produção em razão dos gastos com insumos agrícolas e com sistema de irrigação, pois, embora com técnicas mais “rudimentares” e em pequena escala, com a agricultura que praticavam na Vila Madureira e as outras atividades econômicas desenvolvidas no local eles “andavam com os próprios pés”.

Quando nossa interlocutora destaca que, na experiência dela, o que o deslocamento compulsório e o reassentamento trouxeram de melhor para a sua vida foi apenas o aspecto da sabedoria é porque ela vivenciou em sua realidade uma perda dos seus meios concretos de vida, seja na esfera econômica, seja na esfera social e religiosa, conforme destacado, em relato anteriormente citado, quando ela compara a vida e prática religiosa antes na Vila Madureira e atualmente na Nova Canaã e relata que “lá eu era rica, aqui eu tô pobre”.

Assim, diante do comparativo apresentado no relato acima, citar a alteração da dinâmica das práticas religiosas após o reassentamento das famílias é também é um elemento importante a ser destacado nesse trabalho, conforme veremos no tópico seguinte.

#### **4.3.5 As alterações nos cultos religiosos e populares:** O tambor de Crioula de São Benedito , Terreiro de Mina e igrejas evangélicas na Nova Canaã.

No segundo capítulo deste trabalho destacamos o modo de vida na Vila Madureira antes do deslocamento das famílias a partir de relatos de moradores antigos e de seus descendentes e, de acordo com esses relatos, identificamos que não existiam igrejas evangélicas na localidade. As famílias evangélicas que mudaram para a Madureira poucos anos antes do deslocamento participavam de cultos religiosos em igrejas localizadas na região do Anjo da Guarda.

Desse modo, os locais de culto religiosos existentes na Vila Madureira, conforme relato dos interlocutores, eram os Terreiros de Mina, existiam dois na localidade, e uma Igreja Católica que foi fundada em dedicação a São Benedito, na qual eram celebrados os festejos em louvor ao santo juntamente com a prática do tambor de crioula.

Com o deslocamento compulsório das famílias, houve uma mudança nos cultos e templos religiosos instalados na Nova Canaã. Desse modo, atualmente não identificamos nenhum terreiro de Mina e nem uma Igreja Católica em funcionamento no reassentamento. Contrariamente, observa-se uma predominância de cultos evangélicos com a existência de três igrejas locais, sendo duas Assembleias de Deus e uma Adventista do Sétimo Dia.

Durante a pesquisa, os interlocutores relataram o destino dos terreiros que existiam na Vila Madureira. Destacaram que uma das famílias responsáveis por um dos terreiros de mina não mudou para o residencial porque o conjunto não era apropriado, não tinha espaço e privacidade suficiente para a realização das atividades de culto próprias de religiões afro-brasileiras. Entretanto, observamos nas falas que a própria comunidade não concordou com a mudança por causa do barulho gerado durante as atividades e por causa do julgamento e preconceito com os cultos afro-brasileiros. Esse fato é observado na fala de um interlocutor:

Entrevistado: Aí, nos ia ficar aí com atenção de tambor porque esse pessoal não sabe de nada. Aí, fica aí com essas loucuras do Satanás. Aí, batendo tambor e tal .

Pesquisadora: Mas aqui não veio gente também que bate tambor?

Entrevistado: Veio. Mas a velha não batia, não brincava mais. Já morreu há muito tempo.

Pesquisadora: Por isso que deixaram?

Entrevistado: Deixaram. Ela já estava velhinha, não batia tambor não [...].

(Entrevista com Moisés, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Entretanto, destacamos que outra família que também tinha Terreiro de Mina na Vila Madureira, com vínculos de parentesco com algumas lideranças comunitárias, foi reassentada. A partir da fala do interlocutor acima, destacou-se que essa tolerância foi dada em razão da idade avançada da dona do terreiro. Esse fato é destacado em outro relato a seguir:



Pesquisadora: Mas, na negociação, teve gente que teve oportunidade de negociar e não vir pra cá? Como foi?

Entrevistado: Teve. Ele foi um. Não, porque, eu acho que não é nem bom a gente falar isso, mas ele não quis ficar mesmo, mas ele foi um dos que ninguém quis para ele vim pra cá porque tinha um problema [...] e ele era curador [curandeiro] também, ele **fazia muita zuada, ele fazia muita festa de macumba e eles não queriam**, tanto que eles tiraram ele do meio daqui da Associação. [...]

Pesquisadora: Mas, me falaram de uma outra pessoa que tinha terreiro lá. Me falaram o nome de uma pessoa que era moradora antiga.

Entrevistado: Não, essa pessoa que morava lá antiga, ela até já morreu. Era minha tia. [...]

Pesquisadora: Ela também negociou por fora?

Entrevistado: É. Eles tiveram uma negociação fora à parte.

Pesquisadora: E poderia? Poderia fazer isso?

Entrevistado: Poderia porque depois do pessoal... é porque acabamos de conversar a história da maioria, tem o negócio da maioria.

Pesquisadora: Eles não aceitaram?

Entrevistado: Não aceitaram porque era macumba. A velhinha Cândida [nome fictício] é porque ela já, ela não tinha, ela tinha o terreiro, mas não fazia macumba assim. Ela estava velhinha também. Ela veio. Até morreu mesmo aqui. Aí, foi a Dona Cícera, Antônio, mais Dona Cícera [nomes fictícios dos donos do outro Terreiro de Mina que não foram reassentados] não vieram pra cá e umas pessoas que foi negociado fora a parte pra não vim. É como a gente tá falando, a maioria não aceitaram e, aí, na negociação, tiveram de falar pra empresa, pra Doutora Regina [representante da empresa na época, nome fictício]. Aí, ela achava que não devia trazer esse pessoal, né? Pagaram por fora.

(Entrevista com Jacó, realizada em 25/10/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

De fato, após o deslocamento da família dessa moradora mais antiga da Vila Madureira, a empresa construiu um pequeno salão na parte de traz da residência da idosa para que ela continuasse suas práticas religiosas na Nova Canaã, conforme acordo firmado. Entretanto, por causa da idade avançada, ela realizou apenas uma atividade. Conforme narrado por seu neto:

Pesquisadora: Como eram esses eventos que ela fazia? Do terreiro?

Entrevistado: Ela fazia uns trabalhos para alguns médicos.

Pesquisadora: Mas, como era esses eventos que o senhor fala que ela fez, esse último que ela fez antes de morrer?

Entrevistado: Não, não era macabro não [incompreensível].

Pesquisadora: Como era a festa?

Entrevistado: Era festejo. Era batido o tambor de mina. Vocês já ouviram falar, né? Era de Mina. O Tambor de Mina é diferente do Tambor do Divino.

Pesquisadora: Como é o Tambor de Mina?

Entrevistado: O Tambor de Mina, ela recebe as entidades, é isso que é. Ela fazia só por festejo. Ela tinha, deixa eu ver, Santa Bárbara, Conceição e Luzia, os três dias de dezembro. Aí, batia 25 de agosto, que é Dia do Soldado, que era que é dia de Dom Luís Rei de França. E batia, deixa eu ver... era só que ela batia, os tambores dela.

Pesquisadora: Ela fazia as comidas e batia os tambores?

Entrevistado: Ah, bastante comida tinha, os tambores até o amanhecer.

Pesquisadora: Mas, quem eram as pessoas que vinham bater o tambor?

Entrevistado: Era a minha mão, a mão dele e minha esposa.

Pesquisadora: Era só o pessoal da família?

Entrevistado: Não, tinha outras pessoas de lá e outras pessoas iam também de outros locais.

Pesquisadora: E aqui?

Entrevistado: Não, aqui não, aqui foi só uma vez e, assim mesmo, foi só eu que bati,

ele e a minha esposa, ele aprendeu.

Pesquisadora: Mas, depois que ela faleceu, vocês não continuaram?

Entrevistado: Não, porque eu fiz o despacho das coisas, eu falei com o cara lá pra fazer o despacho porque disse que ninguém ia ficar com as coisas, a gente não ia continuar, só que eu não me desmanchei, de vez em quando acendo as velas [...].

Aqui não tem nada, os tambores eu despachei, fiz o despacho, eu tirei tudo.

Pesquisadora: O que é o despacho?

Entrevistado: O despacho é no mar.

Pesquisadora: Como é que é?

Entrevistado: Rapaz, quem fez não foi eu, foi seu Gualberto [...] João Curador. Ele é um Pai de Santo lá da Vila Nova. Quando a pessoa morre, vem um outro curandeiro e faz um ritual para libertar os umbandistas das entidades, para poder separar os dois para um seguir o caminho

(entrevista com Manassés, realizada em 13/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

A narração desse interlocutor, neto da falecida dona do Terreiro de Mina reinstalado na Nova Canaã, explica a mudança nas práticas religiosas desencadeadas pelo deslocamento. Ele justificou que, por causa da idade avançada, sua avó realizou apenas um ritual de Tambor de Mina no reassentamento e pouco tempo depois faleceu e a família não teve interesse em continuar com a prática e por isso fez o “despacho” das entidades<sup>85</sup>, embora, ele ainda manifeste certa crença quando relata que não se desmanchou porque às vezes ainda acende as velas no altar do pequeno salão. Contudo, observa-se que o deslocamento alterou profundamente a forma como a prática era realizada na Vila Madureira, que além dos “trabalhos”, ou “serviços” que o interlocutor narra nas falas, o Tambor de Mina era praticado durante os festejos de celebração dos Santos (Santa Bárbara, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição) e no dia de Dom Luís Rei de França, evento marcado pela fartura (presença de muita comida) e pela dança de tambor até o amanhecer. Na Nova Canaã, o único ritual foi realizado de forma restrita, em relação a ter somente à prática do Tambor Mina, sem nenhum festejo e, em relação à participação, somente com os membros da família que residiam no local.

Analisamos que essa restrição é resultante da dinâmica de vida no residencial e dos preconceitos<sup>86</sup> dos reassentados com o culto praticado. Na Nova Canaã, as casas localizadas

---

<sup>85</sup> Na umbanda, religião de origem afro-brasileira, as entidades são “espíritos desencarnados de ancestrais que podem ser incorporados por médiuns durante os cultos nos terreiros”. Nesse culto, temos a presença dos “orixás” (antigas divindades originárias de grupos étnicos da África ocidental cujo culto foi trazido ao Brasil pelos negros escravizados e, com o sincretismo religioso, decorrente da proibição dos cultos afros, esses orixás foram associados a divindades e santos católicos, como: Oxalá = Jesus Cristo; Oxóssi = São Sebastião, Xangô = São Genônimo, Iemanjá = Nossa Senhora, Ogum = São Jorge, Oxum = Nossa senhora da Conceição, Iansã = Santa Bárbara e Exu = Santo Antônio) e de entidades vinculadas a tipos pertencentes a realidade social brasileira, como: os cablocos, os pretos-velhos e índios etc. Durante os rituais da Umbanda, ocorrem o toque dos tambores, a realização de cânticos sagrados e os médiuns incorporam as entidades religiosas. Fonte: <https://www.significados.com.br/tudo-sobre-a-umbanda/>. Acesso em: 03/10/2022.

<sup>86</sup> O racismo religioso contra os povos de terreiros e religiões de matrizes africanas é histórico no Brasil, sendo decorrente da herança colonial, a partir da proibição dos cultos pelos negros africanos que foram escravizados e da imposição do cristianismo.

próximas e em tamanho reduzido não permitem a privacidade necessária para a prática dos trabalhos do Tambor de Mina e dos festejos da forma como eram praticados na Vila Madureira. No segundo capítulo, quando descrevemos os modos de vida na Vila Madureira, esse interlocutor destacou que sua avó fez um sítio no local por ser mais afastado, ter espaço amplo, permitindo a prática das atividades religiosas, conforme destacado anteriormente: “Fez logo, porque pra isso mesmo que ela foi. Porque era bem amplo e não incomodava ninguém. Pra não incomodar ninguém, para ela fazer os serviços dela lá” (Entrevista com Manassés, realizada em 13/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

O pequeno salão e o altar com os santos permanecem aos fundos da casa da família, conforme observado na figura 35.

**Figura 35 - Pequeno salão de Terreiro de Mina na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Segundo Ferretti (1997, p. 3), o Tambor de Mina é uma religião afro-brasileira originada em São Luís do Maranhão: “o Tambor de Mina - Jeje, Nagô, Cambinda, foi sincretizado no passado com manifestação religiosa de origem indígena denominada Cura/Pajelança e com uma tradição religiosa afro-brasileira, surgida em Codó (MA), denominada Mata ou Terecô” e nele “são cultuados voduns e orixás (africanos), gentis (nobres associados a orixás ou entidades africanas com nomes brasileiros) e caboclos (entidades surgidas nos terreiros brasileiros)”. Essa autora destaca as particularidades dos rituais realizados e suas ligações com o catolicismo popular:

A religião afro-brasileira no Maranhão, em suas diversas denominações é bastante ligada ao catolicismo. Além dos terreiros realizarem festas e rituais do catolicismo popular, como a Festa do Espírito Santo, Queimação de Palhinhas do Presépio, Batismo (na igreja ou no terreiro, com água benta), alguns ritos católicos são indispensáveis nas festas de voduns e encantados, como: missa, procissão e ladainha (em latim). As festas de voduns e encantados costumam ser também animadas por brincadeiras do folclore como: Tambor de Crioula, na do vodum Averequete e do caboclo Jariodama (da família da Turquia); Bumba-Boi, na do vodum-cambinda Légua Boji-Buá e do caboclo CorreBeirada (filho de Dom Luiz Rei de França). Na Mina as festas são muito freqüentes, acompanham o calendário santoral católico e

costumam incluir três noites de toque. Em algumas datas do ano quase todos os terreiros fazem toques (20/1 - São Sebastião; Sábado de Aleluia; 2º domingo de Agosto - Averequete; 4/12 - Santa Bárbara). Em várias outras datas muitos terreiros tocam uma ou três noites (24/6 - São João; 29/6 - São Pedro; 26/7 - Santana; 28/9 - São Miguel; 8/12 - N.Sra. da Conceição; 13/12 - Santa Luzia). Existem algumas datas festejadas em uma ou em poucas casas, mas no Maranhão, só não se faz toque na Quaresma (período do calendário cristão). Embora, excetuando-se a Casa das Minas-Jeje, os médiuns no Maranhão recebam mais de uma entidade espiritual, na Mina geralmente se dança, à noite toda, com a mesma entidade (com a dona da cabeça, seu senhor ou senhora, ou com seu guia - caboclo chefe). Nos terreiros onde os médiuns têm muitas entidades de categorias diferentes, costuma ocorrer toques em homenagem a determinadas categorias de entidades, com estrutura idêntica ao usual (como a Festa das Moças, do Terreiro Fé em Deus), ou com estrutura diferente (como a Bancada, realizada com entidades femininas). Alguns terreiros realizam também para determinadas categorias de entidades toques especiais como: o Tambor de Borá (para índios, precedido, geralmente, por acampamento “na mata”) e o Tambor de Fulupa (com “cama de espinhos” para os encantados), ambos realizados em São Luís, no Terreiro Fé em Deus. A Casa Fanti-Ashanti realiza também uma festa para entidades femininas ligadas à Cura/Pajelança, no dia de Santa Luzia (13/12), denominada Baião, que, apesar da incorporação das entidades femininas, lembra os Bailes de São Gonçalo, do catolicismo popular. E, embora os Pretos-Velhos sejam mais cultuados em terreiros de Umbanda, algumas casas de Mina, como o Terreiro de Iemanjá de Pai Jorge Itaci, realizam, no dia 13/5 (dia da abolição da escravidão no Brasil), um toque e um Tambor de Crioula em homenagem às entidades velhas da Mina: Mãe Maria, Pai José, Camundá de Holanda. Na Mina não há festa para Exu e incorporação de Pombagiras (FERRETI, 1997, p. 4).

Nesses festejos e rituais comumente existe a oferta de comida, conforme destaca Sérgio Ferreti (2011, pp. 248-249):

O tambor de mina é uma religião muito ritualizada e discreta, envolvida em segredos e mistérios e sua mitologia é pouco comentada. A religiosidade se expressa através da realização de festas com transe, danças e comidas que atraem os participantes. Na maioria das casas a comida não costuma ser muito abundante, mas sempre há bastante permitindo oferecer a todos e distribuir as sobras. A fartura nas festas maiores constitui um dos elementos de prestígio das casas e a distribuição de alimentos faz parte da etiqueta nesta religião.

No que concerne à religião católica, a Igreja Católica da Nova Canaã está desativada e o espaço construído para a realização dos cultos católicos foi reservado para o Tambor de Crioula “A Graça de São Benedito”, mesma denominação da Igreja Católica que funcionava na Madureira. Esse processo de separação entre o templo religioso e tambor é explicado na fala de nossa interlocutora:

Pesquisadora: Mas eles [a empresa] vem por conta ou vocês solicitam?

Entrevistada: Não, de vez em quando eles vêm, eles ainda têm obrigação. Porque tá no contrato que durante eles não entregassem todos os documentos, eles não largavam nós. E aí eles estão pendente a isso.

Pesquisadora: Qual o documento?

Entrevistada: Lá do polo agrícola, que eles nunca deram o documento de lá. Então a gente ainda tem acompanhamento com eles. Eles ainda acompanham a gente ainda. Assim dão assistência de vez em quando, com a assistente social, que é a da frente [Responsável pela empresa]. Aí ela vem, conversa com a gente e tudo, ajuda no que ela pode ajudar. Aí, eu inclusive sobre o tambor, aí ela disse que ela não podia me ajudar mais, assim, indenizar, dá uma renda a mais assim porque era, tava no nome de igreja.

Pesquisadora: Mas o que foi que aconteceu com o tambor e com a Igreja?

Entrevistada: Não, o tambor foi o seguinte, ele disse que a única coisa que ela podia fazer por mim era registrar o grupo de tambor pra poder ganhar dinheiro lá fora, com a Prefeitura. Então, ela não podia me dar dinheiro nenhum por causa que, porque a igreja não pertence a ninguém, pertence à paróquia. Então, como era o nome da igreja é que ia ficar pra comunidade, pra Associação.

Pesquisadora: Mas a senhora não solicitou criar uma igreja de São Benedito aqui? Não teve essa intenção?

Entrevistada: Não, mas foi ela, assim que eles botaram [...] eles botaram. Aí, porque o pessoal daqui, da comunidade, aí eles, a gente custa entender porque não entende eles. Porque era a igreja, A graça de São Benedito, o nome. Como eles não frequentavam na sede, aí o padre começou a vim, vim, fazer missa, fazer missa, depois e, e a gente pagando e tudo. Aí, ele garrou e tava querendo que a empresa passasse o prédio pra paróquia, que estava faltando passar pra paróquia. Ei, eu procurei pra ela: “E eu vou ser o quê? Vou fazer o que agora?” Ela disse: “Não, você vai ser a guardiã”. [Eu disse] “Não, e o grupo? A sede do grupo, vai ser aonde?” Aí, ela: “Não, vai ser na sua casa”. Eu: “Na minha casa? Na minha casa não. Se o grupo, se tem a igreja é por causa do grupo, do tambor, o nome do tambor, então o tambor tem que ficar é lá na sede dele lá, lá na capela dele, não é na minha casa. Na minha casa é minha casa. E se tem vai ficar é lá”. Aí, o rapaz, que é daqui da Associação, aí disse que era pra mim fazer novos documentos do Tambor, como venceu, botar a sede do tambor de crioula e foi. Já fiz os documentos e estamos terminando de resolver pra botar a sede do Tambor de Crioula. Aí, não tem mais igreja. Aí, o padre queria que ela [representante da empresa] passasse o prédio pra paróquia do Paço do Lumiar. Aí, eles queriam ganhar de mão beijada. Aí, eu ia ficar andando com o tambor pra cima e pra baixo, sem ter lugar de botar. Aí, eu registrei fiz uma Associação do Tambor de Crioula .

Pesquisadora. Como é que funciona hoje o Tambor de Crioula?

Entrevistada: Funciona bem, graças a Deus. Até agora está funcionando legal. Aí a gente tem, nós somos reconhecidos, temos um grupo com 50... tava 48 componentes. Aí saiu a mãe e duas filhas, assim a gente pode juntar, mas não tem mais os 48 componentes. Aí, a gente temos a Associação e temos a sede do Tambor de Crioula ali que a gente faz as apresentações, aí eles chamam a Prefeitura de São Luís e a Prefeitura daqui de Paço do Lumiar, aí chamam a gente para fazer os eventos, aí ganha um trocado para poder manter o grupo  
(Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

**Figura 36 - Sede do Tambor de Crioula "A graça de São Benedito" na Nova Canaã**



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Desse modo, analisamos que, apesar da criação da sede e do registro da Associação do

Tambor de Crioula, houve uma a perda da originalidade dos festejos realizados para São Benedito que aconteciam no sítio Madureira. Principalmente em decorrência da separação entre o templo religioso e grupo do Tambor de Crioula, ou seja, entre a prática religiosa, a celebração a São Benedito, e a prática cultural, a brincadeira do Tambor de Crioula. Conseqüentemente, a associação do Tambor de Crioula tornou-se um grupo institucionalizado voltado para apresentações culturais.

Para entendimento de todo o contexto de alteração do festejo antes e após o deslocamento, destacamos toda a parte da entrevista em que ela cita a realização do festejo na antiga Vila Madureira e atualmente na Canaã, retomando trechos já citados anteriormente nesse trabalho no segundo capítulo, mas de forma integral para entendimento do contexto. Conforme relato que segue:

Pesquisadora: E os festejos? A senhora não faz mais?

Entrevistada: Não, a gente faz através da inauguração assim, a gente faz uma festinha, mas não era mais uma festa como eu fazia antes. Eu não tenho mais condições.

Pesquisadora: A senhora faz aqui na sede do Tambor de Crioula?

Entrevistada: É. Eu não tenho mais condições de eu fazer como era lá [na Madureira].

Pesquisadora: Por que?

Entrevistada: **Por causa da condição que não tem. Porque lá eu tinha condição. Lá eu era rica, aqui eu tô pobre.** Porque lá eu tinha os animais, meus bichos que eu tinha sete compartimentos de chiqueiro de porco, tudinho cheio de porco, tinha muita galinha, pato, tudo, de tudo eu tinha. Então, eu me preparava, me organizava de um ano pro outro. Quando eu tirava um, eu trocava um porco por um boi. E aqui eu não posso fazer isso, como? Eu vendia o porco pra comprar, pra me ajudar comprar o resto das compras, dos materiais para fazer a festa e hoje eu não tenho pra fazer isso

Pesquisadora: Por que é muita comida?

Entrevistada: É muita comida. Então, não tem mais condições de eu fazer como eu fazia lá. Porque aí eu convocava o pessoal tudinho, Taim, Vila Maranhão, Rio dos Cachorros, Porto Grande, esse, essa Pedrinhas, tudo era buscando gente, Anjo da Guarda. Aí vinha Bairro de Fátima pegava gente, alugava ônibus, carro e botava gente pra rodar o dia de 6 horas até 10 horas da noite andando atrás de gente, pegando gente pra despejar lá no Madureira, para fazer a festa. Levando gente, tá entendendo? Então, eu não tenho mais uma condição dessas, de fazer isso.

Pesquisadora: E a senhora perdeu a relação que a senhora tinha com essas pessoas de lá?

Entrevistada: Não, eu perdi assim muitos contatos dos coreiros, porque eu, a gente, como era dono de festa, aí a gente não tinha tempo da gente ficar ligando, porque de primeiro não tinha celular, a gente não tinha, tem agora, a que até caranguejo tem telefone agora [risos]. Então, a gente garrava e saía, se preparava e saía de casa em casa, “ei, ó fulano”. Em cada bairro a gente ia pra comunidade lá e convidava as pessoas principais, “óh eu vou pra tal casa, fulano de tal te responsabiliza pra ter uma festa tal dia assim assim lá em casa e tal e eu quero que tu arranje uns pessoal aqui convoque e tem transporte para vim buscar”.

Pesquisadora: O coreiro é o quê?

Entrevistada: O coreiro são as pessoas que dança, bate toca e canta.

Pesquisadora: Eram essas pessoas que a senhora ia nos povoados buscar?

Entrevistada: Pois é. Eu ia buscar. Aí era muito grupo.

Pesquisadora: E agora, como a senhora faz?

Entrevistada: Agora, a gente faz, assim, de vez em quando eles perguntam: “E a festa boa?” Eu digo: “Ah a festa boa parou, é pequena mesmo, não tá mais como antes”.

Pesquisadora: Mas tem coreiro aqui?

Entrevistada: Tem. Às vezes vem de lá também, os colegas de lá do Centro. De lá do Centro mesmo porque a maioria, o rapaz que canta, que faz o cântico do Tambor, ele mora lá no Coroadinho e trabalha lá na praça do Bacanga, ele trabalha numa oficina de solda, bem lá praça do Bacanga. Aí, tem um filho lá. Aí meu filho mora na Vila Maranhão. Aí, a maioria é a família todinha: “Fulano de tal, tal tempo assim tem uma festa e tal e eu quero que você venha me ajudar”. Vem gente do interior da minha irmã, do interior fazer a festa aqui.

Pesquisadora: Qual é a época do ano que a senhora faz?

Entrevistada: Aí a gente vai fazendo agora em novembro, mas por causa dessa epidemia [Pandemia do COVID-19], aí, a gente vai fazer só uma reza e umas marcha, não vai ter muito alvoroço.

Pesquisadora: Como era o alvoroço?

Entrevistada: Assim, muita gente pra botar cerveja, muita multidão porque não pode, né? Aglomeração.

Pesquisadora: Senhora faz na época do santo, é?

Entrevistada: É. E a gente fazia, eu de primeiro eu fazia em dezembro, por que em dezembro? Porque a maioria, a maioria da minha família faz aniversário só em dezembro. Aí eu reunia todo mundo, aí fazia porque eu sou do dia 3, aí minha outra minha filha é do dia 4, aí do dia agora, aí aumentou do dia 4 até dia 21 tem aniversário de gente, de dezembro.

Pesquisadora: Então a senhora aproveitava pra fazer o festejo do santo e dos aniversários da família.?

Entrevistada: Só em dezembro. Isso. Assim que era. Aí era festa três dias, três, quatro dias de festa.

Pesquisadora: Aí tocava tambor?

Entrevistada: É. Aí, era radiola e o tambor. Aí, primeiro era o tambor, depois do tambor vinha a radiola. No outro dia era só festa. Aí, pronta, aí, depois tinha lá o lava prato. Aí, pronto, a pessoa passava até mês lá em casa. Assim que era. Era muito gostoso.

Pesquisadora: É disso que a senhora sente falta?

Entrevistada: É isso que eu sinto falta. Do movimento, daquela sombra, aquele ar puro né? Debaixo dos pés de árvore. A gente sente, quando a gente chega assim num brejo, assim ou debaixo de um pé de árvore a gente sente um clima diferente, né? A gente sente aquele gosto tão bom, assim tão maravilhoso. Então é isso que a gente sente, que eu sinto, muita falta de lá [da Madureira]. Assim dá pesca que era pertinho, eu pescava, aí: “Ah, umbora pegar uma tainha ali, umbora pegar um caranguejo.” Assim que era: “Ah, umbora pegar um siri pra fazer uma torta”. Então era isso que era, que eu gostava de mariscar, de pegar, de ir pra maré.

Pesquisadora: E como é que é a vida hoje aqui na Vila Canaã?

Entrevistada: **É difícil, é uma balança porque se a gente não tiver, não tiver o dinheiro, não come** [ risos]. (Entrevista com Ana, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã, grifo nosso).

Destaca-se uma perda dos laços com as comunidades vizinhas à Vila Madureira que faziam do festejo de São Benedito um grande evento de socialização entre as comunidades. Na Vila Madureira o festejo é realizado sem a celebração da missa e a maioria dos participantes são pertencentes à família da idosa. Em razão da pandemia do COVID-19, o festejo foi reduzido apenas à realização da reza e de uma marcha para não causar aglomeração.

Destaca-se, nesse caso, principalmente a perda afetiva gerada com o deslocamento compulsório. Quando a interlocutora destaca, durante a narração sobre a festa de São Benedito, a saudade do movimento com os festejos realizados e relaciona ao ambiente, às práticas de pesca e coleta de mariscos, observamos que para ela não existia uma separação entre as práticas, seja a prática religiosa e a prática cultural, o lazer e o trabalho na pesca

artesanal, tudo tratava-se de um modo de vida característico que garantia a sua reprodução social, cultural, espiritual e econômica independente de uma relação monetária ou mercantilista, segmentada ou institucionalizada.

#### **4.4 A “terra” prometida e a espera da promessa: os efeitos do deslocamento compulsório sobre o modo de vida das famílias**

A alusão da “terra prometida” pela empresa à “Terra Prometida” por Deus ao seu povo escolhido, conforme narrado pelo Antigo Testamento da Bíblia Cristã, correspondeu também ao fato de que o terreno adquirido para o reassentamento das famílias possuía a denominação de Loteamento Nova Canaã e esse nome foi adotado pelas lideranças comunitárias para designar a Vila Residencial Nova Canaã exatamente por seu significado bíblico, conforme destacado pela liderança: “quando chegamos na Canaã ali, Canaã a terra que deu leite e mel” (Entrevista realizada com Abraão, em 11/12, 2020, no Polo Agrícola Hort Canaã).

No relato bíblico, a terra que emana leite e mel é uma terra de fartura, uma terra fértil, em comparação à escassez dos 40 anos que os Hebreus passaram atravessando o deserto. Do mesmo modo, a comparação é feita em relação ao deslocamento das famílias da Vila Madureira para a Vila Residencial Nova Canaã, como se antes as famílias vivessem no deserto, na falta de recursos materiais e, com o deslocamento, chegariam à redenção, à terra prometida, uma terra de fartura ou, em termos atuais, uma terra com melhores condições de vida ou qualidade de vida.

Entretanto, apesar de todo o investimento da empresa no programa de reassentamento como estratégia de responsabilidade social e de convencimento das famílias de que a mudança representaria o acesso a melhores condições de vida, observamos no relato de alguns de nossos interlocutores que a adesão à proposta de reassentamento não foi uma escolha consciente da maioria das famílias, mas uma determinação imposta. Alguns reassentados alegaram que prefeririam ter acesso a uma indenização justa, com a qual pudessem ter a autonomia de comprar um imóvel em qualquer lugar que quisessem.

Observamos a partir dos relatos de alguns reassentados que a experiência do deslocamento forçado inicialmente foi vivenciada por um sentimento de incerteza em relação ao futuro e um sentimento de medo de não ter como garantir a reprodução da família porque o deslocamento ocasionou a perda dos meios de vida habituais. A perda dos meios de vida habituais é a principal consequência do deslocamento compulsório. Trata-se de uma perda de controle da própria vida, das referências espaciais, sociais, relacionais construídas com o lugar em que se vive. Remete-nos a análise realizada por Rocha (2007, p. 53) relativa ao processo



de deslocamento e readaptação das famílias quilombolas em função das atividades da Base Espacial de Alcântara, quando ela destaca que eles foram “destituídos da condição de sujeitos autônomos, com controle de suas vidas no espaço social e natural onde viviam”.

O deslocamento gera o contato com “uma terra estranha” onde “não conhece ninguém” e “não sabe como vai viver”, conforme narrado pelo interlocutor Ruben quando ele destaca na continuidade do relato citado na página 115:

[...] Mas dizer que eu não vim com medo?! Claro que eu vim. Eu vou para uma terra estranha, não conheço ninguém, não sei como é que eu vou viver. Você tá entendendo? Mas só que quando a gente chegamos, dessa rua aqui eu fui o primeiro morador. Quando eu cheguei, uma semana depois, a empresa me chamou, o escritório dela era bem aqui. Ela disse: “Seu Rubén [Nome fictício], nós temos frente de serviço para você”. Aquilo dali claro que me alegrou. Rapaz, se eu vou ter uma frente de trabalho, eu não vou ter que me preocupar muito se a minha família vai passar necessidade ou não (Entrevista com Ruben, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

Nesse caso, a “frente de trabalho” oferecida pela empresa foi uma forma de mitigar os efeitos dessa da perda dos meios de vida habituais, efeito social da instalação da termelétrica no lugar onde as famílias se reproduziam. Após o deslocamento, o controle dessas circunstâncias da vida das famílias ficaria a cargo da promessa da empresa em garantir um novo espaço de moradia com condições favoráveis à sua reprodução social, econômica, cultural, espiritual etc.

Desse modo, a mudança abrupta causada pelo deslocamento forçado ocasionou a perda de seus espaços de trabalho autônomo na agricultura, no extrativismo, na pesca e também a um mercado formal e informal de trabalho gerado pela comercialização da produção nas feiras (Feira do Anjo da Guarda), comércios e empresas localizados na área Itaqui-Bacanga e na Capital do Estado. Essa mudança fez com que as famílias ficassem dependentes da empresa para garantir as formas de reprodução econômica durante os primeiros anos de adaptação ao novo território.

O período compreendido entre julho e agosto de 2008 foi marcado pela incerteza, uma vez que esse período correspondeu ao processo de “escolha” do local de reassentamento das famílias. Entretanto, conforme destacado anteriormente, a mudança das famílias para a Nova Canaã ocorreu somente em março e abril de 2009.

Durante o período de construção das casas, as famílias que residiam na Vila Madureira e não tinham alternativa de moradia foram abrigadas em imóveis alugados pela empresa na área Itaqui-Bacanga por três meses. Segundo a empresa, essa ação tratava-se de um plano de retirada antecipada de famílias que viviam em área de risco na Vila Madureira “as 23 famílias que viviam em situação de risco, nas imediações de um aterro sanitário ilegal foram

removidas da área e receberam auxílio moradia e bolsas de estudos profissionalizantes” (YKS, 2009).

A existência do aterro sanitário na Vila Madureira foi muito utilizada no discurso inicial do empreendedor como forma de desqualificação dos meios de vida moradores da Vila Madureira e como uma forma de justificar a necessidade do deslocamento das famílias independentemente da compulsoriedade gerada com a instalação da Termelétrica. O enfoque de que as famílias tiravam seu sustento da coleta de material do aterro sanitário foi constantemente abordado nos vídeos de divulgação da termelétrica e do programa de reassentamento. Fato que, no início, gerou muita insatisfação dos reassentados pela exposição negativa de seus meios de que a empresa propagava<sup>87</sup>.

Antes do processo de mudança, a empresa realizou reuniões preparatórias para informações e organização do processo de reassentamento e ambientação das famílias. Para acompanhar esse processo, foi instalado um escritório no local durante o primeiro ano de ambientação das famílias.

Nesse período, a empresa promoveu algumas ações de apoio psicossocial às famílias para encaminhamentos de suas demandas aos órgãos públicos locais e acompanhamento do processo de ambientação, bem como, encaminhamentos a cursos de qualificação de mão de obra profissional para cumprimento dos programas apresentados no PBA da Termelétrica (Programa de Qualificação Profissional e Programa de Contratação de Mão-de-Obra Local),

---

<sup>87</sup> Durante a nossa participação no Seminário de Apresentação e Avaliação dos Programas Básicos Ambientais da MPX (atual ENEVA) ao Ibama e às comunidades direta e indiretamente afetadas pela termelétrica, realizado no dia 12 de março de 2010, no hotel Abeville, em São Luís, e em uma reunião entre representantes da empresa e dos reassentados na Associação de Moradores na Vila Canaã, em Paço do Lumiar, no dia 14 de março do mesmo ano, na qual participamos à convite de uma moradora, realizado durante o evento citado, observamos que os vídeos de divulgação do reassentamento veiculados no seminário que destacavam que as famílias da Vila Madureira viviam “em uma área próxima a um aterro sanitário, com condições sanitárias precárias e a principal fonte de renda era a coleta de lixo” causou indignação às famílias. Na reunião do dia seguinte, a primeira pauta foi a avaliação do seminário e um técnico da empresa de consultoria responsável pelo Programa de reassentamento se disse surpreso com a exposição de reclamações sobre as condições de vida no residencial feita pelos moradores no seminário, pois, segundo ele, a comunidade recebe acompanhamento constante e tem espaços de diálogo com a empresa para expor suas insatisfações, então, não adiantaria a comunidade não falar estas questões com os profissionais ou falarem fora daquele espaço. Em resposta, alguns moradores destacaram que foram surpreendidos ao ver a exposição que a empresa fez deles durante o seminário, com a propagação de que viviam do lixo, que a empresa os tirou dessa condição (Registro em caderno de campo, março de 2010). Durante certo tempo após o reassentamento, a divulgação feita do programa nos sítios da então MPX ainda associava os moradores ao lixo. Atualmente, o sítio da ENEVA veicula o seguinte texto: “A Eneva conduziu, nos anos de 2008 e 2009, o Programa de Reassentamento da Vila Madureira, uma comunidade de 95 famílias que ficava próxima a um lixo, no Polo Industrial de São Luís, no Maranhão. As famílias viviam em casas de taipa, sem saneamento básico e energia elétrica”. Disponível em: <https://eneva.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-pilares-de-sustentabilidade/realocacao-de-familias/>. Acesso em: 05/12/2021. No Relatório de Impacto Ambiental do Empreendimento, essa informação é descrita da seguinte forma: “duas famílias residentes na ADA se dedicam à atividade de separação e venda de material reciclável, obtido da seleção de resíduos que são lançados a céu aberto, em área localizada a cerca de 300 metros de onde residem, na margem oposta da rodovia, portanto, fora da área conhecida como Vila Madureira” (DIFERENCIAL ENERGIAL, 2008, VI-3-94)

ofertando cursos de pedreiro, ajudante de pedreiro, armador de ferragem, carpinteiro e almoxarife, assessoria agrícola etc. Os reassentados que participaram dos cursos foram inseridos em trabalhos temporários durante as obras do empreendimento, a construção das casas e da pracinha do residencial.

Quando as famílias mudaram para a Nova Canaã, toda a infraestrutura urbana prometida ainda não havia sido concluída e as condições de reprodução socioeconômica não estavam garantidas, porque não existiam vagas de emprego suficientes e porque o polo agrícola ainda seria implantado. Durante os meses iniciais de preparação dos terrenos do polo agrícola, com a limpeza e destocagem e preparação do solo para início do plantio, os reassentados foram organizados em grupos de trabalho para executarem essas tarefas, período de aproximadamente seis meses no qual receberam uma bolsa de R\$ 500,00, valor inferior ao salário-mínimo da época e, para muitas famílias reassentadas, única fonte de renda.

O apoio psicossocial, as vagas de emprego temporárias e a oferta da bolsa durante o período de preparação do terreno do polo agrícola são narradas na continuidade da fala do interlocutor Rubem, citado na página 203:

Rapaz, se eu vou ter uma frente de trabalho, eu não vou ter que me preocupar muito se a minha família vai passar necessidade ou não. E assim aconteceu. Eles não deram só para mim, deram várias pessoas frente de trabalho, tanto aqui... eu digo assim, às vezes a empresa foi tão boa que ela se tornou mãe mais de três anos pra não deixar faltar nada. Não estou puxando saco da empresa não. Mas teve gente que não valorizou esse... certo que lá no documento nós tínhamos assinado que ela ia, ela iria dar assistência durante três anos, com psicólogo, com tudo que a gente precisasse a empresa ia ta nos apoiando.

Pesquisadora: vocês reivindicaram isso?

Entrevistado: Essa parte de acompanhamento não. Essa parte assim, de vim na sua casa, você tá aqui: “tá faltando alguma coisa? O que que tá faltando? Você tá bem?” Nessa parte aí a gente admira muito a empresa. Por essa parte. E você trabalhar dentro do que é seu e a empresa lhe pagando também, foi outra forma que eles encontraram para não deixar faltar nada na mesa de ninguém (Entrevista com Rubem, realizada em 19/09/2020 na Vila Residencial Nova Canaã).

De acordo com o relatório da primeira etapa do programa de reassentamento produzido em maio de 2009 pela empresa de consultoria YKS, responsável pelo acompanhamento dos programas, no âmbito do Programa de Contratação de Mão-de-Obra Local, três pessoas haviam sido contratadas para prestar serviços às empreiteiras contratadas pela então MPX/ENEVA, duas foram encaminhadas para trabalho em uma empresa de concreto em Paço do Lumiar, e outras dez aguardavam o início das obras do empreendimento para serem contratadas, assim, segundo o documento “até junho de 2009 serão 15 moradores com empregos formais e carteira assinada” (YKS, 2009, p. 37).

Observa-se que esse quantitativo de vagas de emprego inicialmente ofertadas não cobria nem o quantitativo de um morador por residência se considerarmos o quantitativo total

das 95 famílias que foram público-alvo do programa de reassentamento. Mesmo quando a empresa negociou algumas vagas de emprego com a Prefeitura Municipal, ao repassar a administração da escola e no posto de saúde da comunidade para o município, as vagas de empregos não foram suficientes para atender a demanda de todas as famílias reassentadas.

Considerando que os meios habituais de subsistência, trabalho e renda das famílias foram retirados em decorrência do deslocamento compulsório e que o comprometimento com as atividades de preparação do terreno para plantio durante o dia inteiro inviabilizava a disponibilidade para outros tipos de trabalho remunerado, ou seja, que o polo agrícola ainda em implantação não garantia os meios de subsistência necessários para as famílias, a intervenção da empresa era necessária para garantir-lhes as condições sobrevivência e a realização dos trabalhos necessários à implantação do polo agrícola. A intervenção dada por intermédio da liberação de uma bolsa acentua a relação de tutela entre a empresa e os reassentados e, para aqueles reassentados que destacaram que a empresa deu uma bolsa para eles trabalharem em seus próprios terrenos, ela se apresenta como um favor. Entretanto, também significa o não cumprimento dos acordos de garantia dos meios de subsistência, acesso a emprego e direitos trabalhistas; uma vez que concretamente eles não possuem nem o título de propriedade dos terrenos e nem a autonomia de usá-los da forma que acharem conveniente.

Desse modo, os primeiros anos de reassentamento foram considerando pelas famílias o período mais difícil porque ainda estavam em processo de adaptação à vida no residencial e ao trabalho no polo agrícola, com uma prática de agricultura e organização do trabalho diferente da qual estavam habituados, conforme foi narrado por vários interlocutores ao longo da pesquisa. A demora para efetivar as promessas e as condições adversas vivenciadas nesse período fez com que algumas famílias desistissem da vida no residencial e do trabalho no polo agrícola. Entretanto, destaca-se que nem todas as 95 famílias de fato fixaram residência na Nova Canaã, mesmo no início do reassentamento. Nesse caso, algumas famílias que tinham alternativas de residência e de reprodução socioeconômica, apesar de formalmente obrigadas a anuírem ao programa de reassentamento para não perderem seus direitos adquiridos com os sítios e propriedades que tinham na Vila Madureira, na prática não fixaram residência no local.

Segundo dados da empresa de consultoria responsável pela implementação do programa de reassentamento, a situação das 95 famílias que foram público-alvo do programa foi definida como consta no Quadro 7 (página 207) :

**Quadro 7 Público-alvo do Programa de Reassentamento**

<b>FAMÍLIAS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Famílias reassentadas	90	95%
Famílias indenizadas e não reassentadas	2	2%
Beneficiários pendentes	3	3%
Total	95	100%

Fonte: Relatório de Conclusão da Primeira etapa de Reassentamento (YKS, 2009, p.49)

Desse universo de 90 famílias que foram reassentadas, os dados apresentados pela empresa destacam que somente o quantitativo de 65 famílias ainda permaneciam residindo na Nova Canaã após os primeiros meses de reassentamento, conforme detalhado no Quadro 8 :

**Quadro 8. Famílias com residência permanente na Vila Residencial Nova Canaã, 2009**

<b>FAMÍLIAS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Cadastrados morando	65	69%
Casas fechadas	24	25%
Cederam para parentes	6	6%
Total	95	100%

Fonte: Relatório de Conclusão da Primeira etapa de Reassentamento (YKS, 2009, p.49)

Após um ano de reassentamento, quando fizemos a primeira pesquisa em 2010, identificamos alguns descontentamentos das famílias em relação às condições de vida no residencial e à demora da efetivação das promessas proferidas pela empresa. De modo geral, nesse período, as reivindicações e descontentamentos identificados estavam relacionados ao tamanho padronizado e ao local de construção das casas, à distância entre o residencial e o polo agrícola, às condições de saúde no local, à poluição advinda de uma fábrica de concreto<sup>88</sup> em funcionamento nas proximidades do residencial; à ausência de transporte público (o reassentamento não dispunha de linha de ônibus própria, desse modo eles utilizavam os ônibus em quantidade reduzida da linha destinada ao bairro Vila do Povo e transporte alternativo, também de procedência do deste bairro vizinho). Bem como, à ausência de policiamento, iluminação pública e de feiras próximas, pois a feira prometida pela empresa, local onde os moradores iriam comercializar os produtos da produção agrícola, apesar de ter

<sup>88</sup> A exposição à poluição da fábrica de concreto, localizada atrás do residencial, foi um motivo constante de reclamação porque, apesar da instalação da Termelétrica ser o principal motivo do deslocamento compulsório das famílias, a empresa justificava o reassentamento destacando que elas estavam expostas a um lixão que funcionava nas proximidades da Vila Madureira, e os reassentados alegaram que aceitaram a proposta da empresa por causa da poluição gerada pela atuação das empreendimentos industriais no local.

seu espaço de funcionamento construído, ainda não funcionava<sup>89</sup> (PEREIRA, 2010).

Na época, a principal reclamação tratava-se das condições de saúde, em razão da ausência de um posto de saúde que fora prometido. Alguns moradores relataram que os filhos estavam constantemente sujeitos a poeira, a ausência de arborização e sombras, exposição à poluição advinda de uma fábrica de concreto nas proximidades do local<sup>90</sup> que prejudicava a qualidade de vida no local (PEREIRA, 2010).

Alguns moradores também reclamaram das condições de trabalho no polo agrícola e do baixo retorno da comercialização da primeira produção, principalmente àqueles que possuíam área de plantio menor. Moradores que conseguiram trabalho na escola do residencial, administrada pela prefeitura do município, reclamaram dos pagamentos atrasados (PEREIRA, 2010).

Desse modo, a terra prometida e idealizada não foi entregue pronta como presente nos folders e cartinhas de ambientação confeccionadas pela empresa. Demorou um longo processo de construção e reivindicação por parte das famílias para que a empresa e o poder público garantissem o funcionamento da infraestrutura urbana básica prometida pela empresa no programa de reassentamento.

A disponibilização de prédios para servirem de espaço para o funcionamento de escolas, postos de saúde, mercado, de terrenos para construção de polo agrícola não efetivou o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, asfalto, saneamento básico, insumos, políticas de crédito e incentivo à agricultura familiar e acesso a um mercado formal de trabalho. Tudo isso depende do papel do Estado na disponibilização de condições de acesso a esses direitos sociais. No primeiro ano de adaptação a Nova Canaã, assim como na Vila Madureira, as famílias depararam-se novamente com a ausência ou falha do Estado na prestação desses serviços e constataram que uma empresa privada não pode garantir serviços que são de responsabilidade estatal.

Ao longo dos anos, algumas reivindicações dos reassentados foram atendidas, como a melhoria do aparelhamento de saúde e educação, a implantação do posto policial e o acesso das famílias que continuaram com o trabalho no polo agrícola a políticas e programas de incentivo à agricultura familiar (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), mas outras ainda são motivos de reivindicação,

---

<sup>89</sup> Segundo relatos dos moradores, o mercado entrou em funcionamento posteriormente, mas durante um curto período de tempo porque não teve êxito no escoamento da produção agrícola.

<sup>90</sup> Um aspecto importante que distingue o residencial Nova Canaã da Vila Madureira é o ambiente em que as residências estão localizadas. Em Vila Madureira, as casas dos moradores, além de serem beneficiadas com a proximidade do mar e suas brisas, ficavam protegidas dos raios solares e da poeira graças à abundante arborização do local. Em Nova Canaã, o solo exposto e a ausência de arborização intensificam a ação dos raios solares diretamente nas casas e nos espaços comunitários.

como o acesso ao título dos terrenos do polo agrícola. Segundo relatado por alguns moradores, a falta desse título de propriedade e, desse modo, de autonomia concreta, é um fator que ainda vincula empresa e comunidade mesmo após 12 anos de reassentamento e faz com que a comunidade reivindique continuamente o suporte da empresa para garantia de funcionamento da infraestrutura do polo agrícola (sistema de irrigação, parcerias etc.).

No Quadro 9 (página 210, elaborado pela autora com base nas informações e observações obtidas durante a pesquisa de campo), traçamos um breve comparativo entre aspectos relacionados ao modo de vida antes na Vila Madureira e atualmente na Canaã.

**Quadro 9 - Vila Madureira e Nova Canaã elementos de distinção**

ITEM	Vila Madureira	Nova Canaã
Estrutura das casas e terrenos	Material de construção e tamanhos variados (alvenaria, taipa, palha, adobe, madeira) Terrenos de tamanhos variados e com terra fértil para a prática de agricultura. Espaços de moradia e plantação contíguos.	Casas de alvenaria de tamanhos e formatos padronizados. Terrenos pequenos e sem espaço e terra pouco fértil para plantio de diversas espécies no residencial. Separação e distanciamentos dos terrenos direcionados para moradia e plantio (Residencial x Polo Agrícola).
Clima e arborização	A proximidade com o mar e a área de mangue permite uma menor amplitude térmica	Poucas árvores e sombra nos quintais. Ausência de rios e nascentes próximos. Maior amplitude térmica.
Presença de rios e nascentes	Presença de nascentes de rios nas proximidades	Não há.
Infraestrutura urbana	Sem escola, posto de saúde, praças, rede de esgoto, serviço de abastecimento de água público na localidade, apenas em bairros vizinhos. Variedade de transporte coletivo oriundos de bairros vizinhos acessados na BR-135.	Presença de escolas comunitárias e municipais com fornecimento de educação infantil e fundamental. Presença de Unidade Básica de saúde, Posto Policial, campo de futebol e espaço de lazer. Presença de infraestrutura urbana básica. Poucas opções de transporte coletivo.
Templos religiosos e atividades culturais	Presença de uma igreja católica e dois terreiros de mina. Presença de Tambor de Crioula. Não tem igrejas evangélicas	Três igrejas evangélicas Apenas um pequeno salão para culto de Tambor de Mina desativado. A Igreja católica foi desativada e tornou-se a sede do tambor de Crioula a Graça de São Benedito.
Comércio e feiras	Poucos comércios criados antes do deslocamento. Feira do Anjo da Guarda utilizada para a comercialização da produção agrícola	Apenas pequenos comércios domiciliares e ausência de farmácias na localidade. Somente em bairros vizinhos. Mercado desativado. Feira do Maiobão e feiras itinerantes promovidas pela Prefeitura são utilizadas para o escoamento da produção agrícola.
Trabalho e Renda	Mercado Formal nas empresas da área Itaqui Bacanga. Prática de agricultura, extrativismo e pesca artesanal.	Postos de trabalho vinculados a Prefeitura Municipal. Prática de agricultura no polo agrícola Pouca diversificação de postos de trabalho.
Relações comunitárias / Sociabilidade	Relações de parentesco, compadrio, reciprocidade, vizinhança e ajuda mútua entre os moradores mais antigos e com comunidades vizinhas. Relações heterogêneas com a chegada de novos moradores.	Quebra de relações ocasionada pelo deslocamento. Relações Heterogêneas com a chegada de novos moradores. Maior presença de conflitos com a diversificação dos moradores e de seus interesses.



No capítulo anterior destacamos que o processo de instalação da termelétrica, o licenciamento ambiental e a chamada negociação entre a empresa e a comunidade deslocada compulsoriamente expressam as relações de colonialidade que se instalam a partir de diversos mecanismos acionados para demarcar os desequilíbrios de poder e a hierarquia entre as diferentes visões de território, natureza e modos de vida; e pela imposição da racionalidade desenvolvimentista, utilitarista, tecnicista e dualista que marca as relações entre sociedade e natureza nas sociedades modernas ditas desenvolvidas.

Esses diversos mecanismos perpassam as estratégias de desqualificação dos meios de vida no território, meios que são considerados atrasados, em situação de pobreza e carentes de intervenção para serem desenvolvidos; a imposição da via legal e policial que obriga a desocupação do território (a ausência do título de propriedade, a utilidade pública dos territórios das comunidades, o estatuto da desapropriação); as estratégias de responsabilidade de social corporativa, usadas para descaracterizar a violência e a hierarquia de todo processo, durante a chamada ‘negociação’; e as obrigações assumidas pela empresa responsável pelo empreendimento nos condicionantes do licenciamento ambiental. Nesse âmbito, desdobra-se uma relação de tutela entre a empresa e a comunidade deslocada na qual todos os programas mitigadores (dos efeitos negativos da instalação da termelétrica e deslocamento compulsório das famílias) e condicionantes exigidos pelo licenciamento ambiental federal aparecem como um favor, como um meio de desenvolvimento dos reassentados, de seu ser, saber e meios de vida atrasados.

A imposição dessa racionalidade materializa-se no modelo de reassentamento e de arranjo produtivo operacionalizado. A experiência dos primeiros anos de adaptação dos reassentados da Vila Madureira na Vila Residencial Nova Canaã e no Polo Agrícola Hort Canaã demonstram os equívocos dos termos negociados, equívocos que perpassam pelas diferentes formas de uso do território e os sentidos atribuídos na vivência das famílias sobre a noção de casa, de sítio, de natureza, de trabalho.

Na Vila Madureira, a vida das famílias antigas residentes no local era marcada pela autonomia e pela relação com a natureza, na quais as práticas econômicas, religiosas, culturais e de lazer eram indissociáveis no espaço e potencializadas pela biodiversidade da natureza presente no território. O sítio das famílias era o espaço da casa, da convivência entre famílias, parentes e vizinhos; da convivência com a natureza; era espaço do trabalho na agricultura, na criação de animais, na pesca e coleta de mariscos; o espaço do lazer e da religiosidade, um espaço onde não existia grandes distâncias espaciais e simbólicas. Era espaço da ajuda mútua, da solidariedade e da reciprocidade entre as famílias e a natureza. Marcado pela autonomia na

execução das diversas práticas desenvolvidas no território.

A vida no reassentamento é segmentada, pouco diversificada em relação a todas as práticas vivenciadas anteriormente e dependente do suporte dado pela empresa e por agências governamentais para manutenção. A separação entre as residências e os “sítios”, entre as casas e os terrenos, demarcada por uma distância espacial e simbólica considerável, reflete o modo de vida urbano moderno e todas as suas padronizações, fragmentações e práticas utilitaristas. A padronização e separação aparecem no modelo diminuto das casas e do terreno ao redor que inviabiliza a plantação, a criação de animais, o acesso a uma natureza diversificada. Também aparece no polo agrícola no qual a natureza é um recurso e um espaço separado para a rotina do trabalho exaustivo, das longas distâncias percorridas de sol a sol; espaço das relações de trabalho que envolvem conflitos, disputas e dependência.

Se por um lado, os agricultores do polo agrícola ainda contam com o suporte da empresa para atender suas necessidades em decorrência da impossibilidade de arcarem com os custos da produção e pela pendência do título de propriedade dos terrenos, por outro lado, alguns moradores do residencial não contam com o mesmo tratamento que foi dado durante o primeiro ano de adaptação, quando a empresa mantinha um escritório no local e os reassentados recebiam visitas constantes da equipe técnica da empresa de consultoria contratada para executar o projeto de reassentamento, bem como, de técnicos contratados diretamente pela empresa responsável pelo empreendimento. Conforme é possível observar no relato dessa interlocutora:

Porque aqui dentro do conjunto eu nunca mais vi assistente social da empresa não, se eles estão falando eles estão mentindo porque aqui dentro do conjunto não tem assistente social. Porque a assistente social que existe é no Maiobão, é no Maiobão. Porque eu precisei, porque, como eu tava internada cinco meses, minha filha tava tirando o meu dinheiro [proveniente de programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família – PBF]. Aí, eles bloquearam [operação realizada pelo Governo Federal nas atividades de averiguação do PBF], porque eu não fiz o recadastro, eles bloquearam, porque como eu tava internada eu não podia ir, pois eles bloquearam, pois veio uma assistente social do Maiobão, ela veio do Maiobão aqui em casa. Na época, quando eu vim do hospital, eu recebia, ainda era trezentos e oitenta que eu recebia, quando ela chegou aqui que ela me olhou, pois ela olhou no meu cadastro do Bolsa Família (Entrevista com Rute, realizada em 08/12/2020, na Vila Residencial Nova Canaã).

Assim, constata-se que modelo de reassentamento, suas distâncias ente o residencial e o polo agrícola e as características ambientais desses locais, restringiu os meios de vida das famílias (o acesso à natureza e a prática da agricultura em seus sítios e quintais e a prática da pesca e da coleta de mariscos) e as fizeram mais dependentes dos meios monetários e mercantilizados; dependentes do acesso ao mercado de trabalho formal ou informal; dependentes da intervenção empresarial e estatal para prática da agricultura por causa do alto custo da produção e comercialização dos cultivos agrícolas dentro desse modelo proposto; e

dependentes dos programas de transferência de renda mínima para manutenção da subsistência.

Analisamos, a partir das experiências individuais de nossos interlocutores, que aqueles que tiveram acesso a melhores condições socioeconômicas, acesso a empregos, e conseguiram desenvolver o trabalho no polo agrícola, adquirir novas áreas de plantio e obter retorno da produção agrícola, conseguiram superar as dificuldades iniciais de adaptação, fixar residência e construir outras formas de reprodução social, de relações sociais, econômicas, culturais e religiosas a partir do modelo de reassentamento proposto. A heterogeneidade dessas experiências se reflete na fala da interlocutora Ana, citada no título dessa dissertação: **“Aquele que se fez, se fez, aquele que não se fez, ficou por se fazer. Então, foi isso”**.

Assim, observamos que processo de adaptação das famílias às condições de vida impostas pelo reassentamento reflete uma constante busca por autonomia, em um espaço que restringiu seus meios de reprodução em seus diversos aspectos e as tornaram mais dependentes da intervenção empresarial e estatal; e de ressignificação de uma vida que foi fragmentada pelas rupturas causadas pelo deslocamento compulsório.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação tivemos como objetivo estudar os efeitos do deslocamento compulsório da Comunidade Vila Madureira, deslocadas em razão da instalação da UTE Porto do Itaqui na zona rural do Município de São Luís-MA e reassentadas na Vila Residencial Nova Canaã no Município de Paço do Lumiar-MA, sobre o modo de vida das famílias reassentadas, considerando as alterações materializadas a partir da implantação do Programa de Realocação Residencial proposto pelos empreendedores da Termelétrica.

Inicialmente identificamos, a partir do relato e memória das famílias mais antigas residentes na Vila Madureira, que o modo de vida no território era reproduzido a partir da biodiversidade da natureza presente no local, que viabilizava a prática da agricultura, da criação de animais, da pesca artesanal, do extrativismo, além de diversas outras práticas econômicas, sociais, culturais e religiosas. Esse modo de vida era constantemente ameaçado pelo avanço da zona industrial e de projetos voltados para o desenvolvimento econômico e da infraestrutura necessária para o funcionamento dessas atividades, como a duplicação de estradas, ferrovias e portos, que aumentam os eventos de especulação fundiária, poluição e deslocamentos compulsórios. Nesse contexto, o território das comunidades da Zona Rural de São Luís-MA aparece como objeto de disputa entre diferentes projetos de uso e significação da natureza (ACSELRAD, 2004). Assim constatamos a importância da continuidade da realização de estudos que versem sobre os modos de vida dessas comunidades em todas as suas potencialidades e limitações e de como esses modos de vida vem sendo alterados por todos esses empreendimentos.

Em meio a esse contexto de disputa desigual, materializado nas formas de funcionamento e execução dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos, a instalação da termelétrica constituiu-se por meio da imposição da lógica desenvolvimentista e colonialista de exploração do território, na utilização do território como recurso e zona de sacrifício (PORTO, 2013), e sobre os modos de vida das famílias que, ao serem consideradas pobres e atrasadas, devem ser desenvolvidas pela intervenção empresarial em suas estratégias de responsabilidade social corporativa, materializadas no programa de realocação residencial da UTE Itaqui, a medida compensatória e a condicionante do licenciamento ambiental mais utilizada e divulgada pelos empreendedores para justificar a violência do deslocamento compulsório. Nesse aspecto, o estudo dos processos de licenciamento ambiental (o acompanhamento das audiências públicas, das medidas compensatórias, dos condicionantes das licenças, os conflitos na esfera judicial e em outros âmbitos etc.) deve ser continuado

como meio concreto para objetivar os diferentes conflitos de interesses (por meio dos agentes sociais, políticos, econômicos envolvidos e análise de suas redes sociais) e as interferências desses conflitos nas fases do licenciamento ambiental dos empreendimentos.

Observamos, nos processos de deslocamentos compulsórios de comunidades locais gerados pela atuação dos empreendimentos, que a implantação de programas de realocação residencial como medida mitigadora nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos funcionam como uma licença social para operar (ACSELRAD, 2004; PINTO, 2019) e justificam a expropriação dos territórios das comunidades, como zonas de sacrifício, em razão dos interesses de desenvolvimento econômico. Esses programas são acionados como estratégias de responsabilidade corporativa e marketing dos empreendimentos. Assim, o estudo da operacionalização desses modelos de reassentamento em suas diversas fases e seus efeitos na modificação dos modos de vida das famílias deve ser continuado. No caso do programa de realocação residencial da UTE Itaquí vimos que, apesar da promessa do empreendedor de assegurar a reconstituição integral dos modos de vida das famílias deslocadas da Vila Madureira, o modelo de reassentamento modificou as diversas práticas econômicas, sociais, culturais e religiosas e impôs novas relações entre casa, trabalho agrícola e natureza. A modificação dos modos de vida tornou as famílias deslocadas mais dependentes da atuação estatal e empresarial para a manutenção dos meios de subsistência.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 33-60.
- ACSELRAD, Henri. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 158-192. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/323>.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. 2014. 190 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia [Sociologia]) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.
- AMIN, Samir. **El eurocentrismo**. Crítica de una ideologia. Trad. Rosa Cusminsky de Cendrero. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1989.
- AQUINO, Maria José S. e SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 45-71.
- ARAÚJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da comunidade de Apinagés em São João do Araguaia (PA) na perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Marabá**. 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.
- ARAUJO, Raimundo Nonato Gomes. **A Construção social de um conflito ambiental: a luta do Comitê de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa**. 2018. 142 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- ASHLEY, Patrícia A.; COUTINHO, Renata B. G.; TOMEI, Patrícia Amélia. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: **III Encontro da ANPAD**, Santa Catarina, set. 2000. Disponível em: <[www.anpad.org.br/evento](http://www.anpad.org.br/evento)> Acesso em: 05/11/2012.
- BACHELARD, G. **A dialética da duração**. Tradução Marcelo Coelho. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BADIE, B; HERMET, G. Las dinámicas huérfanas. In: BADIE, B; HERMET, G. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura, 1993.
- BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de**

**Ciência Política**, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades caboclas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2006. pp 109-143.

BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. Trad. Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BRAGA, Gustavo; FIÚZA, Ana Louise; REMOALDO, Paula. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 370-396, mai-ago 2017.

BRASIL, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6040&ano=2007&ato=5b7MTQE9ENRpWTe58>. Acesso em: 19/09/2021.

BRASIL, Decreto 4.281/2000 (Regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=D4281&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%202025,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=D4281&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%202025,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em : 19/09/2021.

BRASIL, Lei Federal nº 9.795/99 (Política Nacional do Meio Ambiente). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm) . Acesso em: 19/09/2021.

BRASIL, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2020 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC) Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm) . Acesso em: 19/09/2021.

CARVALHO, Fernanda Cunha de Carvalho **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais: o caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA**. 2011 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO, Fernanda Cunha de Carvalho. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís – MA. In: SANT’ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de TauáMirim**. São Luís: Edufma, 2009.

CARVALHO, G. de A. P.; SIEBEN, A. “Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão, em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia.” **Cadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia** 28 (1): 175-191. 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v28n1/2256-5442-rcdg-28-01-175.pdf>

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão: alterações nos modos de vida dos ribeirinhos após a implantação da UHE/Estreito - (MA)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território). Universidade federal do Tocantins, Araguaína.

CASTRO, Edna. Produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil . **Novos Cadernos NAEA** • v. 21 n. 3 • p. 31-59 • set-dez 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6123>

CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas (org.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA/UFPA, 2018.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia – saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade No Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/SgL79tm5fDy9xXB6r3RbzJL/?lang=pt#> . Acesso em 30/12/2021.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **Briga com poderosos – resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antonio dos Lopes**. 2015. 152 f Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

COSTA, Silvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Conhecimento, cultura e ‘cultura’”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo; Cosac Naify, 2009. pp. 277- 377.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco: 1997.

DAS MERCÊS, J.A. S. **Memórias da promessa e do fim do mundo: Experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí**. 2017. Dissertação (Mestrado em ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal do Pará.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.01, n. 69, p.95-117, 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

Diferencial Energia Empreendimentos e Participação Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**. Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui). Fev, 2008. Diferencial Energia Empreendimentos e Participação Ltda. Fev, 2008. 1395, pgs.

DOURADO, José Ribamar. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. pp. 24-32.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. **Introdução à Sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira Lisboa: Edições 70, 1990.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ERTZOGUE, M. H.; FERREIRA, D. T. A. M.; MARQUES, E. E. “É a morte do rio Tocantins,



eu sinto isso”: desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de Estreito, TO. **Revista Sociedade & Natureza**, vol. 29, núm. 1, mayo-agosto, pp. 53-62, Uberlândia, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/30823>.

ESCOBAR, Arturo. **Senti pensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. “Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos Parques”. In: ESTERCI, Neide; SANT’ANA JUNIOR, Hoácio A; TEISSERENC, M.J. S. A. (Orgs.) **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. pp. 39-71

FERREIRA, D. T. A. M. et al. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 73-87, jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/34187/22870>.

FERRETTI, Mundicarmo. Tambor de Mina em São Luís: dos registros da Missão de Pesquisas Folclóricas aos nossos dias. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 3, n. 6, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233146218.pdf>. Acesso em: 13/05/2021.

FERRETTI, Mundicarmo. Tambor de Mina e Umbanda: O culto aos caboclos no Maranhão. **Jornal do CEUCAB-RS: O Triangulo Sagrado**, Ano III, n. 39 (1996), 40 e 41, 1997. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/205/1/Mina%20e%20Umbanda.pdf>. Acesso em: 02/03/2022.

FERRETTI, Sérgio F.. Estudos Sobre Festas Religiosas Populares. IN: FERRETTI, S.F; RAMALHO, José R. (Orgs). **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 183-197.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. Tambor de Crioula - ritual e espetáculo. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo (Org.). **Tambor de Crioula: ritual e espetáculo**. 3ª ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002. pp. 21-31.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. Comida ritual em festas de Tambor de Mina no Maranhão. In: Dossiê: Religião e Cultura. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 242-267, abr./jun. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n21p242/2628>. Acesso em: 03/01/2022.

FIRDION, Jean-Marie. Construir uma amostra. In: PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

GASPAR, Rafael B. “Populações tradicionais: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirin. In: SANT’ANA JUNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J.; PEREIRA, C.R.A (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de TauáMirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. 322p

GISTELINCK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**, n. 3, p. 59-74, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

- HERLER, Thomaz Joezer. As denúncias à Ditadura Empresarial-Militar brasileira na Europa pela Revista Brasil Socialista. **Revista Brasil Socialista**. Faces da História, Assis-SP, v. 4, nº 1, p. 226-240, jan.-jun., 2017.
- HERRERA, J.A., SANTANA, N. C. Construção da UHE Belo Monte e a comunidade ribeirinha de Santo Antônio em Vitória do Xingu/Pará. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, abril-junio 2016. Disponível em :<http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/02/xingu.html> .
- HONKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades: participação, disciplina e governo indireto. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp.107-130.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer Técnico nº 015/2009 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA. UTE Porto de Itaquí, Distrito Industrial de São Luis/MA.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê 15. Tambor de crioula do maranhão**. DF: Iphan, 2016.
- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC . **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. São Luís: IMESC, 2020.
- KALIL, Maria Rocha. **Diálogos entre políticas públicas e populações rurais: vivência em comunidades quilombolas de Seabra-BA**. 2016.156 f.156 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política: uma perspectiva brasileira. **Centre For Brazilian Studies**, Oxford, v. 64, n. 5, p.01-39, mar. 2005. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/karina20kuschnir2064.pdf> . Acesso em: 11/05/2021
- LASCHEFSKI, K. & ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: A ‘questão territorial’ e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo , 2019, Ano 34, Vol.1, n. 52, p. 278-322. Disponível em:
- LASCHEFSKI, Klemens. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. **Revista Geografias**. Belo Horizonte 03(2) 18-53 julho-dezembro de 2007.
- LEITE LOPES, José Sérgio (coord.). **Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos Sociais: Participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. **Boletim Rede Amazônia**, Ano 1, nº 1, 2002, p. 9-21.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>
- MAGALHÃES, S. B., SANZ, F. S. G. Impactos sociais e negociações no contexto de grandes barragens: reflexões sobre conceitos, direitos e (des) compromissos. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 223-239, abr./jun. 2015. Disponível: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4183/2395>

- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la decolonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUET, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**, p. 127-167. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. pp.127-167
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e**
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas**. In: MAUSS, Marcel.. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.
- MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial: colonialidade (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil**. 2017. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- MERCÊS, J.A. das.; CASTRO, F. F. de; CAÑETE, V. R. Memória do excesso: vivência do deslocamento compulsório pela Hidrelétrica de Tucuruí. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22 n. 2 , p. 225-246, maio-ago 2019. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6215>
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. pp. 33-49.
- MORAIS, Tamires de J. **Grandes Empreendimentos e comunidades tradicionais: implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente**. 2017, 130 f Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís.
- MUNIZ, Lenir Moraes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 255-276.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público , destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. IN: PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- OROZCO, Claudio Garibay. A organização do Cluster Minerador Global para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp.61-106.
- PARENTE, T. G.; MIRANDA, C. M. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães – TO. **Varia Historia**, vol. 30, núm. 53, maio-agosto, 2014, pp. 557-570 Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752014000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000200011)
- PAULA ANDRADE, Maristela de (org.). **Expropriação de famílias na periferia de São Luís pelo projeto Carajás**. Relatório da SMDDH. São Luís, 1981.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. **Gás fumaça e zoadá: laudo antropológico sobre impactos das usinas termoeletricas do Complexo Parnaíba para populações tradicionais**. São Luís: EDUFMA, 2017.

- PAULO, Goret Pereira. **A utilização de leilões em modelos de expansão da rede de transmissão de energia elétrica**. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- PEDRO, Viviane Vazzi. "Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro": necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. Colonialidade do poder: conceitos e situações e decolonialidade no contexto atual. In: CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA/UFPA, 2018.
- PEREIRA, Ediléia Dutra (Coordenadora); OLIVEIRA, Isabela C. Dos Santos; AMORIM, Josélio O. **Relatório de Pesquisa de Campo: Caracterização SócioAmbienta do Povoado de Camboa dos Frades**. São Luís: Departamento de Geografia – UFMA, 2008.
- PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica**. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social) – a Universidade Federal do Maranhão, São Luís .
- PEREIRA, Zilma Gaspar. **Deslocamento compulsório e barragens: a criação do reassentamento Santa Rita enquanto lugar de incertezas**. 2018. Fs. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.
- POLLAK , Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 16/02/2020.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTO, Marcelo Firpo (Org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 306p.
- RAMASSOTE, Rodrigo (Org.). **Os tambores da ilha**. São Luís: IPHAN, 2006.
- RANCIERE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília; DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação nacional de Arte: 1996. pp. 367-382
- RIBEIRO, A. M., ANDRADE, L.C. de.; MORET, A. de S. Os estabelecidos e os outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. Revista **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez., 2015. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/273>.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A Festa Inacabada: A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares**. 2007, 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

- SAFIR, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.
- SAHLINS, Marshall. A sociedade afluyente original. In: **Cultura na prática**. Trad. Vera Ribeiro. Editora UFRJ, 2004, p. 105-151. Disponível em: <https://contraciv.noblogs.org/a-sociedade-afluyente-original/>
- SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A (orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. **Ciências Humanas em Revista**. São Luís, v. 5, n. especial, 2007. p. 29-40.
- SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.
- SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes; SILVA, Sislene C. Taim: Conflitos Sócio-Ambientais e Estratégias de Defesa do Território. **Revista Pós Ciências Sociais**. EDUFMA, v. 7, nº 13. 2010. p. 159-172.
- SANTANA, F. S.; PARENTE, T. G. Usina Hidrelétrica no Tocantins e sujeitos na construção da consciência jurídica: o reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional (TO). **Novos Cadernos NAEA** • v. 16 n. 2 • p. 121-148 • dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1252>
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. Proteção jurídica a biodiversidade biológica e cultural. São Paulo: Peiropolis, 2005.
- SANTOS, Marluze Pastor. Os caminhos do Alumínio. In: ALMEIDA, Rogério. **Alumínio na Amazonia: Saúde do trabalhador, meio ambiente e movimento social**. São Luís: Fórum Carajás, 2009.
- SANTOS, Protásio César dos. **Discursos da mídia impressa sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís, Maranhão**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará. Belém.
- SANTOS, Rodrigo Salles dos. Estado nacional e Desenvolvimento na Amazônia oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos. IN: FERRETTI, Sergio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 73-90.
- SANTOS, Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará. Belém,.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. "E deu nome a todas as coisas": as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). 2017. 236 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- SCOTT, J. C., Menezes, M. A. de, & Guerra, L. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, 21(1), 10-31. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. M.; GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Trad. Vera Lúcia M Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime E. Clasen. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SIGAUD, L. M. Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas. **Instituto de Estudos Avançados**, USP, n. 16, mar. 1994. (Coleção Documentos, Série Ciências Ambientais.)

SIGAUD, Lygia. **“Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”**. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. (Comunicação n. 9). Disponível em: <http://www.ppgasmn-ufrj.com/publicaccedilotildees-seriadas.html>.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia**: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a ilha de São José. 2014, 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará; Bragança.

SILVA, Edcarlos M. da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: ganhos e desenganos. 2010, 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal da Bahia Salvador.

SILVA, Sislene C. Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na comunidade Taim, São Luís-MA. In: SANT’ANA JUNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J.; PEREIRA, C.R.A (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

STENGERS, Isabelle. O preço do Progresso. Conversa com Isabelle Stengers sobre as feitiçarias neopagãs e a ciência moderna. Entrevista realizada por Mathieu Rivat e Aurélian Berlan em 20 de abril de 2015, publicada originalmente em francês no número 1 da revista *Jef Klak*, cujo tema é *Crer/ DR: Dossiê Magia e reprodução.*, edição 4. Tradução Mariana Patrício. Disponível em: <https://revistadr.com.br/revista/dr-4/>.  
<https://revistadr.com.br/posts/o-preco-do-progresso-conversa-com-isabelle-stengers/>

STOLERMAN, Paula. **Nova-Mutum**: a recriação do lugar discursos na implementação da UHE - Jirau. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho .

VERDUM, Ricardo [et al]. **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/livros/integracao-usinas-hidreletricas-e-impactos-socioambientais>

VIDAL, Fernanda Blanco. **Saudade sim, tristeza não**: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalão em Santo Estevão (Bahia) 2012. 202 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador.

WANDERLEY, Luiz. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de Mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. **Revista IDEAS**, v. 3, n.3, p. 475-509, 2009. Disponível em: [www.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v03/n03/IDEAS-v03\\_n03](http://www.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v03/n03/IDEAS-v03_n03). Acesso em: 10/09/2012.

WOLF, Eric R. Aspectos das Relações de Grupos em uma Sociedade Complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO (Org. e sel.) **Antropologia e Poder**. Contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

YKS. **Programa de Reassentamento da Comunidade Vila Madureira**. Relatório de Conclusão da Primeira Etapa de Reassentamento. Maio/2009. YKS, Itaquí Energia, MPX.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Sítios Consultados:

<https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia..>  
Acesso em 19.09.2021.

<https://www.significados.com.br/amazonia-legal/> Acesso: 15/12/2019

<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/02/um-ano-apos-despejo-violento-comunidade-do-cajueiro-ma-resiste-a-ameacas>. Acesso em: 04/06/2021.

<https://www.moneytimes.com.br/cosan-assina-acordo-com-chinesa-para-adquirir-porto-em-sao-luis/>. Acesso em: 05/11/2021.

<https://www.jornaljurid.com.br/noticias/licenciamento-ambiental-da-usina-porto-do-itaqui-nao-pode-ser-conduzido-pela-sema> . Acesso em 08/11/2021

<https://www.agazeta.com.br/es/politica/com-o-fim-do-pac-110-obras-ficam-ameacadas-no-es-0919>. Acesso em 08/11/2021.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>. Acesso em 08/11/2021.

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,minc-belo-monte-e-maior-e-mais-polemica-obra-do-pac,504863>. Acesso em: 08/11/2021.

<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais> . Acesso em: 08/11/2021.

<http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-que-e-o-sin>. Acesso em: 02/06/2021.

<https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/>. Acesso em 08/11/2021.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Eneva> .Acesso em: 08/11/2021.

<https://eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/>. Acesso em 08/11/2021.

<http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha> . Acesso em 08/11/2021.

<https://eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/> Acesso em 08/11/2021.

Decreto estadual nº 24.810 de 24 de novembro de 2008. Disponível em: [http://stc.ma.gov.br/legisla\\_documento/?id=2532](http://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=2532). Acesso em :08/11/2021.

<http://www.ecodebate.com.br/2008/04/18/mpf-e-mpma-recomendam-adiamento-da-audiencia-publica-sobre-termeletrica-da-direrencial-energgia-e-da-mpx-mineracao>. Acesso em: 15/06/2021.

[g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/licencas-ambientais-de-termeletrica-porto-do-itaqui-sao-anuladas.html](http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/licencas-ambientais-de-termeletrica-porto-do-itaqui-sao-anuladas.html). Acesso em 15/06/2020.

[www.mxp.com.br](http://www.mxp.com.br) / [www.mpxitaqui.com.br](http://www.mpxitaqui.com.br). Acesso em 18.12.2009

<https://imirante.com/maranhao/noticias/2016/07/06/mpf-pede-que-usina-termeletrica-do-porto-do-itaqui-reduza-emissao-de-poluentes-atmosfericos.shtml>. Acesso em 15/06/2020.

<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Acervo-de-Documentos-Tecnicos.aspx> Acesso em 24/07/2021.

<http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/empreendimentos/ute-itaqui/Paginas/programas-socioambientais.aspx>. Acesso: 05/11/2010

<http://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-ambiental-processo-de-licenciamento#autorizacoes-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 24/07/2021.

[www.jornalpequeno.com.br/2009/5/29/Pagina109978.htm](http://www.jornalpequeno.com.br/2009/5/29/Pagina109978.htm); <http://www.cut.org.br/content/view/14710/170/> e <https://www.ecodebate.com.br/2008/04/23/mpx-mineracao-e-energia-projeto-de-eike-gera-conflitos> . Acesso em 11/09/2021.

[http://licenciamento.ibama.gov.br/Processo%20PNMA/EIA's%20CGENE/COEND/PNMA/UTE%20Porto%20Itaqui/Licen%C3%A7as/LI\\_601.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Processo%20PNMA/EIA's%20CGENE/COEND/PNMA/UTE%20Porto%20Itaqui/Licen%C3%A7as/LI_601.pdf). Acesso em: 12/09/2021.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>. Acesso em 24/11/2021

<https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4356> . Acesso em: 24/11/2021.

<https://eneva.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-pilares-de-sustentabilidade/realocacao-de-familias/#:~:text=Realoca%C3%A7%C3%A3o%20de%20fam%C3%ADias&text=A%20Eneva%20conduziu%2C%20nos%20anos,saneamento%20b%C3%A1sico%20e%20energia%20e%20l%C3%A9trica>. Acesso em: 02/12/2021.

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/27/maranhao-inicia-producao-inedita-de-cacau-organico/>. Acesso em 15/12/2021.

<http://www.ibama.gov.br/ultimas-3/1389-programa-de-licenciamento-que-reassentou-95-familias-no-ma-recebe-premio-brasil-socioambiental>. Acesso em : 26/12/2021

Disponível em: <https://fbssan.org.br/2020/11/fbssan-e-asa-apresentam-levantamento-sobre-alimentacao-escolar-na-pandemia/> . Acesso em: 26/12/2021.



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a): **Da Vila Madureira à Nova Canaã: Memórias e Modos de vida de famílias deslocadas compulsoriamente por projetos de desenvolvimento no setor energético**, desenvolvida pela pesquisadora Paula Marize Nogueira Pereira e orientada pelo Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, os quais poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: apreender como as famílias deslocadas compulsoriamente da Vila Madureira em função da implantação da Usina Termelétrica do Porto do Itaqui, no ano de 2009, narram as alterações sofridas em seu modo de vida decorrido onze anos da experiência de deslocamento e de reassentamento na Vila Residencial Nova Canaã. Fui esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos e que minha colaboração se fará por meio da participação em entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas a partir da assinatura desta autorização, e que, além das entrevistas, o estudo adotará a observação participante para compreender o cotidiano de vida no Residencial Nova Canaã e no Polo Agrícola. Fui informado (a) da confidencialidade da minha participação. Desse modo, os participantes não serão identificados (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, pois a referência aos mesmos será feita através de códigos numéricos ou nomes criados pela pesquisadora. Portanto, autorizo a pesquisadora a utilizar imagens do local e realizar a gravação em áudios da entrevista concedida por mim, para elaboração deste estudo. Fui informado (a), ainda, de que a participação no referido estudo não apresenta riscos maiores à minha saúde, mas que se me sentir constrangido (a) ou incomodado (a) com determinadas perguntas, porque as informações coletadas são de experiências pessoais, posso escolher não responder. Fui informado (a) de que o referido estudo não apresenta benefícios diretos ou imediatos, mas que minha participação contribuirá para o desenvolvimento de conhecimento científico na área de Ciências Sociais e melhor compreensão de experiências vividas por famílias deslocadas compulsoriamente por projetos de desenvolvimento no setor energético. Fui informado (a),

por fim, de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Telefone de contato \_\_\_\_\_

**Endereço institucional dos pesquisadores para quaisquer dúvidas e esclarecimentos sobre a pesquisa:** Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão: Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitário Dom Delgado – CCH – Bloco 06 Sala 03 – Bacanga São Luís (MA) - CEP 65.080-805 - Fone: (98) 3272 8352 / 8353.

## **APÊNDICE 2: Roteiro de Entrevista**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **Trajétoria de Vida/Vivência na Vila Madureira**

- Fale-me sobre você: onde nasceu e como chegou a Vila Madureira? Por que decidiu adquirir um terreno lá?
- Como era a vida na Vila Madureira?
- O que faziam para viver/ atividades que praticavam voltadas para subsistência
- Em relação a lazer e cultura, religião o que vocês frequentavam?
- Como eram as relações com a vizinhança/ interação com os moradores?
- Quando você chegou já tinha associação de Moradores? Você sabe como foi a criação? Você participava?

#### **DESLOCAMENTO**

- Conte-me como foi esta história de mudar para cá? O que falaram ?
- Você pensou em não aceitar a proposta? Por quê?
- Você participou das reuniões de negociação? O que era tratado?
- Todos concordaram com as propostas? Teve alguma família que não aceitou o deslocamento/reassentamento? O que aconteceu com essa família?
- Do que sente saudades da Vila Madureira?
- Como foi a escolha dos terrenos para o reassentamento?

#### **RESIDENCIAL NOVA CANAÃ**

- Como foi a chegada à Nova Canaã?
- O que você achou/sentiu?
- O que achou das casas e do residencial?
- Como foi o início da Vida na Canaã? Houve alguma dificuldade?
- Como é viver na Canaã hoje?
- Quais as atividades ou manifestações religiosas existem?
- Tem alguma atividade festiva ou evento cultural na comunidade?
- Como são as relações com a vizinhança/ interação com os moradores?
- Quando você participa da Associação de Moradores? Como ela funciona?
- Dificuldades / Avanços atuais
- O que você gostaria de falar dessa experiência do deslocamento?

## **POLO AGRÍCOLA**

- O que acharam do Pólo Agrícola? (Terreno/Localização)
- Como era o deslocamento para o polo agrícola no início?
- Como foi o início das atividades no Polo? Como eram divididos os terrenos e como vocês se organizavam para o trabalho? Por que ficou organizado assim?
- Que tipo de plantações vocês tinham no início? Por quê?
- Vocês tiveram dificuldade de adaptação no início? Quais/Por quê?
- Como funciona o Pólo agrícola atualmente?
- Que tipo agricultura vocês praticam atualmente? Que tipo de plantio vocês fazem? Qual o cultivo?
- Qual a fonte de água e como é a disponibilizada a água para as plantações?
- Vocês têm parcerias? Com quem? Acesso a créditos agrícolas?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas hoje?
- Quais os avanços?
- Por que você decidiu morar no pólo agrícola? Como é viver aqui? Que dificuldades enfrentam?